

**Universidade Federal de Uberlândia**

**Instituto de Filosofia**

**Pós-Graduação em Filosofia**

**Bruno Augusto da Costa**

**Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci: entre  
estratégias de classe e partido**

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C837  
2022 Costa, Bruno Augusto da, 1986-  
Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci [recurso eletrônico] : entre estratégias de classe e partido / Bruno Augusto da Costa. - 2022.

Orientadora: Ana Maria Said .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.282>  
Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. , Ana Maria Said, 1955-, (Orient.).  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - posfil@fafcs.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 006 SEI, PPGFIL				
Data:	Vinte e três de agosto de dois mil e vinte dois	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:13
Matrícula do Discente:	12012FIL004				
Nome do Discente:	Bruno Augusto da Costa				
Título do Trabalho:	Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci: entre estratégias de classe e partido.				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Ética e Filosofia Política				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Marx e Gramsci				

Reuniu-se sala web conferência Meet Google, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Anita Helena Schlesener (UTP); Humberto Aparecido de Oliveira Guido (UFU) e Ana Maria Said (UFU) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Ana Maria Said, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/08/2022, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Said, Professor(a) do Magistério Superior**, em



25/08/2022, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Helena Schlesener, Usuário Externo**, em 29/08/2022, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3844812** e o código CRC **AD440858**.

BRUNO AUGUSTO DA COSTA

**Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci: entre  
estratégias de classe e partido**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
do Instituto de Filosofia da Universidade  
Federal de Uberlândia  
Orientadora: da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Said.

UBERLÂNDIA

2022

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo a reflexão do processo histórico de estratégia através do socialismo científico, fundamentado por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895). Para tal, analisamos os desdobramentos da tradição marxista, sobretudo, a partir da obra de Antonio Gramsci (1891 – 1937), bem como, algumas contribuições de Lênin (1870 – 1924), Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) e István Mészáros (1930 – 2017). Adotamos como metodologia a revisão bibliográfica e o materialismo histórico-dialético ou a filosofia da práxis, na linguagem de Gramsci. Utilizamos como fio condutor da exposição a categoria *luta de classes*, com o qual buscamos integrar as linhas de pesquisa de Filosofia Política e Filosofia da História. Também mobilizamos as perspectivas de autores como Georg Lukács (1885 – 1971), Eric Hobsbawm (1917 – 2012), Domenico Losurdo (1941 – 2018), entre outros expoentes marxistas. Definimos o materialismo histórico-dialético como uma ferramenta, simultaneamente, revolucionária e de exame da realidade. Nesse sentido, compreendemos que trata-se de um ideário não dogmático e que vale-se tanto da crítica ao modelo capitalista, como da autocrítica às experiências de poder da classe trabalhadora, baseadas na busca pela emancipação humana. Uma vez que a essência do materialismo histórico-dialético é a investigação de eventos concretos foi possível apreender o norte estratégico de abandono de perspectivas associadas à ditadura do proletariado ou à degradação em Estado totalitário. A perspectiva da estratégia contemporânea aponta para a necessidade de um novo sistema comunal. Ele é baseado na construção de um outro modo de produção econômico-político, engendrado de relações sociais mais justas, igualitárias e autoconscientes, criando, portanto, outra subjetividade. Por fim, atestamos que o materialismo histórico-dialético permanece viável e apto para pensar e transformar a realidade pela via de suas premissas filosóficas.

**Palavras Chave:** Estratégia, Materialismo histórico-dialético, Luta de Classes, Revolução, Estado.

## Sumário

Introdução .....	6
<b>1 INTERPRETAÇÃO DA ESTRATÉGIA EM KARL MARX .....</b>	<b>11</b>
1.1 <i>Luta de classes</i> como categoria fundamental para estratégia em Karl Marx .	15
1.2 Historicidade da categoria de <i>luta de classes</i> para a estratégia no socialismo científico .....	28
1.3 Estratégia comunista em Karl Marx .....	39
1.4 O proletariado enquanto classe revolucionária .....	51
<b>2 ESTRATÉGIA EM LÊNIN, ROSA LUXEMBURGO E NOS PRIMEIROS ESCRITOS DE GRAMSCI .....</b>	<b>58</b>
2.1 Lênin no âmbito estratégico da luta dos trabalhadores .....	60
2.2 Rosa Luxemburgo: polêmicas, debates e revitalização do campo estratégico marxista via Greve de Massas .....	73
2.3 O marxismo nos primeiros escritos de Antonio Gramsci: formação política e intelectual .....	88
<b>3 ESTRATÉGIA NOS <i>CADERNOS DO CÁRCERE</i> DE ANTÔNIO GRAMSCI .</b>	<b>99</b>
3.1 Passagem da guerra de manobra para a guerra de posição em Gramsci .....	105
3.2 Relações de força econômica e política e a necessidade da reforma intelectual e moral .....	117
3.3 O papel do partido como um príncipe moderno .....	127
3.4 Concepção de Estado em Gramsci .....	132
<b>4 AS ESTRATÉGIAS MAXISTAS NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>142</b>
4. 1 A expansão do capital na interlocução de István Mészáros, Noam Chomsky e Slavoj Žižek .....	146
4.2 Os fracassos das estratégias da classe trabalhadora no século XX e os imperativos da nova ofensiva socialista de Mészáros .....	157

<b>4.3 A estratégia marxista contemporânea e sua relação com o fenecimento do Estado .....</b>	<b>168</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>184</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>189</b>

## Introdução

*Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci: entre estratégias de classe e partido* refletiu o processo histórico de estratégia<sup>1</sup> a partir da escola de pensamento fundamentada por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895). Para investigar alguns desdobramentos teóricos e práticos do socialismo científico consideraremos, principalmente, as ideias filosóficas de Antônio Gramsci (1891 – 1937) e também algumas contribuições de Lênin (1870 – 1924), Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) e István Mészáros (1930 – 2017). Como principal instrumento de Filosofia Política mobilizar-se-á a categoria de *luta de classes*, no sentido de operá-la como fio condutor do debate que foi produzido através das distintas concepções estratégicas da tradição marxista. Ressaltamos que os argumentos que subsidiam a resolução do objetivo central da investigação fazem parte de discussões muito mais abrangentes, tendo em vista o grau elevado de diversificação das interpretações das obras marxianas. Por isso, a necessidade de captar as transformações temporais e locais com o esforço de contextualizar as premissas estratégicas em destaque.

Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Tréveris, na Renânia, situada entre a França e a Confederação Alemã. A Alemanha ainda não havia obtido sua unificação nacional e haviam transcorrido 30 anos do turbilhão político provocado pela Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Viveu, portanto, no período de surgimento do capitalismo industrial e da atividade crescente das Filosofias Políticas inspiradas pelo progresso. Ele descreveu o processo político e econômico tendo como princípio a distinção entre dois tipos de propriedade privada. Uma que é baseada no trabalho e outra na exploração do trabalho. Para o pensador, as contradições são inerentes ao modelo de vida capitalista, de maneira que aos socialistas competem revolucionarem esta realidade, emancipando a humanidade da condição de exploração da imensa maioria por uma minoria detentora dos meios de produção. Lênin compreendeu que o capitalismo atingiu uma fase imperialista, identificando, por exemplo, a desigualdade entre os diferentes países. Na percepção de Rosa Luxemburgo, o Estado manifestava-se a partir do interesse de classe dos capitalistas. E para Gramsci, somos capazes

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, a noção de estratégia será apreendida como meio teórico e prático de alcance da meta final do socialismo. Através dos discursos filosóficos e históricos buscamos categorizar as diferentes conjunturas e estruturas que revelam as circunstâncias em que as estratégias foram geradas por pensadores socialistas.

de conhecer à medida que estamos inseridos em um processo cultural unificado pela história. Em sua concepção de estratégia era necessário lutar contra as ideologias dominantes, que visavam ocultar as contradições internas da sociedade. Buscou, portanto, a unificação dos seres humanos enquanto subjetividade e experiência de vida concreta. Nesse sentido, as estratégias foram elaboradas à medida que elas criaram mecanismos de superação das relações políticas e econômicas ditadas pelo capital organizado e buscaram combater estas múltiplas esferas de influências.

Ao levar em consideração os pensadores presentes na pesquisa foi Mészáros, com seu *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (1995), que produziu uma teoria de revolução sistematizada. Isto é, para que fosse possível captar o aspecto tático dos demais filósofos que pesquisamos será necessário mobilizar uma miríade de referências que melhor aludem às teses de conquista do poder pela classe trabalhadora. Ressaltamos que nos diagnósticos de vários marxistas contemporâneos o século XXI apresenta-se, sobretudo, como uma fase autocrítica. A tarefa que se impõe passa por reinventar o campo estratégico do socialismo, tendo em vista os fracassos dos modelos aplicados no século XX e que chegaram à exaustão com o fim da União Soviética em 1991. O abandono das fórmulas associadas à ditadura do proletariado, concomitantemente, significa redescobrir estrategistas como Gramsci e Rosa Luxemburgo, que não tiveram suas concepções largamente experimentadas. Mészáros concluiu sobre os desafios dos socialistas da contemporaneidade: “[...] somente um *movimento socialista de massas* tem condições de enfrentar o grande desafio histórico que nos espera no século decisivo à nossa frente.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 33).

Assim, o objetivo da dissertação será compreender o problema da estratégia da classe trabalhadora<sup>2</sup>, lançando mão dos prepostos para a revolução em que traçaremos as definições mais importantes que articulam o tema. É preciso descrever as categorias basilares de Marx e Engels; a centralidade do partido proletário no juízo de Lênin; a importância da autonomia

---

<sup>2</sup> Classe trabalhadora possui uma noção generalizada, enquanto o proletariado nomeia uma parcela específica dos trabalhadores. Do *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital* (1887) destacamos: “Por “proletariado” deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza “capital” e é posto na rua assim que se torna supérfluo para a necessidade de valorização do “*Monsieur Capital*” [...]”.(MARX, 2017b, p. 690).

popular, segundo Rosa Luxemburgo; a necessidade de transformação cultural de acordo com Gramsci; e as consequências da atual fase expansiva do capital no entendimento de Mészáros. O pensamento sobre estratégia no campo marxista não foi unívoco, mas expressão de intensos debates e polêmicas entre os próprios socialistas. Por isso é pré-requisito a exposição dos critérios que nortearam estas diferentes perspectivas filosóficas; quais elementos concatenam as interpretações do socialismo científico; e a viabilidade do marxismo captado como ferramenta revolucionária e de exame da realidade atual. Desta forma, almejamos demonstrar como ocorreu o processo histórico de produção das estratégias entre classe e partido.

Justificamos esta pesquisa com a perspectiva de que o marxismo possui um valor histórico intrínseco que é determinado por sua influência cultural global. Também é importante, porque ainda não conseguiu concretizar de forma sustentável e efetiva uma sociedade emancipada da ordem social do capital. Isto é, além de sobreviver através das reinterpretações e desdobramentos filosóficos do socialismo, sua meta ainda não foi alcançada. Devemos também avaliar que o marxismo não somou apenas derrotas, uma vez que tornou-se inspiração para movimentos sociais e populares, partidos políticos, Estados, teoria do conhecimento, arte, etc. Outro ponto importante está em desconstruir o senso comum ou o *status quo* capitalista, que busca desfigurar as ideias marxistas, reduzindo-as às experiências de Estados totalitários ou relacionando-as a fenômenos que não fazem parte do seu ideário original. Não podemos deixar de destacar que o campo filosófico socialista é importantíssimo e ele que opera como um entrincheiramento para os contrapontos ao sistema político e econômico dominante, que em essência revelava-se cada vez mais perverso e autodestrutivo.

Adotaremos a revisão bibliográfica como metodologia científica. Foram selecionados textos clássicos que tratam de estratégia de forma direta ou indireta. Empregaremos também outros comentadores, com a finalidade de aprofundar e integrar o debate sobre as táticas e sintetizar as questões mais importantes com as quais são orientadas as teorias e práticas em contraposição ao sistema capitalista. Aplicaremos também o materialismo histórico-dialético como metodologia, já que a grande maioria dos autores mobilizados são signatários desta cosmovisão inaugurada por Marx e Engels com o socialismo científico. Georg Lukács (1885 – 1971) constatou em *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista*

(1923) que o conhecimento, enquanto *luta de classes* deve ocorrer sem a transição entre a teoria e a prática. Ele referiu-se a este método como um processo de “decomposição” da sociedade capitalista e que, além disso, deve ser aplicado a si mesmo.

Este trabalho situado na linha de pesquisa da Filosofia Política também dialoga com elementos da Filosofia da História, porque se baseia nas transformações temporais do elemento estratégico condicionado pelo materialismo histórico-dialético ou filosofia da práxis, na linguagem de Gramsci. Gramsci propôs no *Caderno 11 (1932-1933)*, § 54 que devemos pesquisar unificando teoria e prática e o historiador Eric Hobsbawm (1917 – 2012) apontou em *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, (1840 – 2011)* (2011) que o pensamento de Marx e Engels baseiam-se na análise de acontecimentos históricos. Nesse sentido construímos o debate sobre as estratégias a partir de referências sobre, por exemplo, a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), o Biênio Vermelho (1919 – 1920) e o fim da União Soviética (1991).

No primeiro capítulo fundamentaremos *luta de classes*; demonstraremos a interpretação da história de acordo com esta categoria; apresentaremos as ideias gerais que referenciam estratégia em Marx e Engels; e introduziremos o fator do proletariado enquanto classe revolucionária.

No segundo capítulo analisaremos as contribuições de Lênin, sobretudo a organização do partido de vanguarda; Rosa Luxemburgo e a tática da Greve de Massas, bem como o Gramsci em seus primeiros escritos.

Por meio do terceiro capítulo averiguaremos as categorias da fase mais madura de Gramsci e que foram expressas nos *Cadernos do Cárcere*. Nesta etapa da dissertação trataremos a passagem da guerra de manobra para a guerra de posição; as relações de forças econômica e política e a necessidade da reforma intelectual e moral; o papel do partido como príncipe moderno; e a concepção de Estado em Gramsci.

Para concluir examinaremos a estratégia marxista na contemporaneidade conforme Mézáros, onde realizaremos exposição sobre a expansão do capital; os fracassos do século XX e os imperativos da nova ofensiva socialista, e a relação da estratégia contemporânea com o fencimento do Estado.

## 1 INTERPRETAÇÃO DA ESTRATÉGIA EM KARL MARX

Analisar estratégia<sup>3</sup> marxiana se configura na tentativa de sistematizar teorias, categorias e batalhas políticas que estruturam e conferem a base filosófica para elaboração da possibilidade revolucionária. Para o entendimento deste problema é fundamental a reflexão sobre a *Luta de classes*. Esta é a categoria mais apropriada, pois é capaz de sustentar investigações com esse foco, uma vez que exerceu um papel central no pensamento de Karl Marx (1818 – 1883).

No *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Friedrich Engels (1820 – 1895) esclareceram que: “A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia.” (MARX & ENGELS, 2010a, p. 50).

É imperioso captar como ocorreram aos olhos de Marx, os embates com a burguesia e identificar suas ferramentas objetivas e subjetivas da exploração. A emancipação da classe operária<sup>4</sup> tem como alvo o completo desmantelamento das formas de dominação capitalista e, também, a substituição das relações sociais determinadas pela contradição severa entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores.

Uma das formas de compreensão da estratégia em Marx pode ser destacada através dos balanços ocorridos nos anos revolucionários de 1848, 1849 e 1850. Nesta época, foram formuladas as premissas do moderno socialismo. Além disso, suas posições teóricas e práticas identificam de forma frontal o Estado em relação à luta de classes e a necessidade da

---

<sup>3</sup> As guerras são fundamentadas em táticas e estratégias. Tática vem do grego *Taktiké/τακτική* ou *Téchne/τέχνη*; arte de manobrar tropas, como proceder no combate; Estratégia, de *Stratēgia/στρατηγία* e possui como significado a arte de comandar a tropa. Também aborda a ideia de como os recursos táticos serão utilizados para alcançar um determinado alvo. A estratégia tende ao fim e as táticas aos meios. O idioma grego oferece variações da mesma palavra, como: *Strategicó/στρατηγικός*, a arte do general; aquilo que é próprio do chefe e cuja técnica é inerente ao líder. *Stratēgema/στρατήγημα*, o estrategema é ardil de guerra; são os métodos e as habilidades desempenhadas diante dos problemas. *Stratiá/στρατιά* trata da expedição militar; é a batalha propriamente dita, o campo do acontecimento físico e cultural, bem como seu tempo e suas singularidades. *Stráutema/στράτευμα* é o exército em campanha ou em ação. *Stratēgion/στρατηγείον*, refere-se à tenda do general; seu local de reunião, tomada de decisão, o quartel em campanha. (KOUTANTOS, 2022).

<sup>4</sup> Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), Engels descreveu: “Adquirindo importância ao converter instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, a nova indústria transformou a classe média trabalhadora em proletariado e os grandes negociantes em industriais; assim como a pequena classe média foi eliminada e a população foi reduzida à contraposição entre operários e capitalistas [...]”. (ENGELS, 2010a, p. 59-60).

revolução. Com esta interpretação percebe-se que desde a gênese do socialismo científico, Marx embasou suas análises a partir dos fatos reais. Ele teve como foco contínuo em seus argumentos a defesa da perspectiva de vida da classe trabalhadora. Para o pensador, a burguesia se mobilizou para combater não só o movimento socialista, mas também seus valores culturais e de modelos institucionais, que se opunham ao interesse do capital organizado e era potente o suficiente para determinar o Estado.

Marx também tratou da primeira experiência histórica da tomada de poder pelo proletariado. Para ele, foi estratégica a eliminação das maquinarias opressoras do Estado em prol da criação de órgãos próprios e referendados pelos interesses das classes até então destituídas da direção e administração do poder. A Comuna de Paris (1871), por exemplo, representou uma verdadeira bússola quanto à afirmação do domínio político da classe trabalhadora, sobretudo no sentido prático que estes acontecimentos inauguraram. Marx buscou apontar o que fazer no dia após a revolução: quais modelos sociais deveriam ser abandonados, como deveria ser arranjado esta outra forma de poder mais compartilhado, destruindo o caráter parasitário e escravagista do Estado. Sublinhamos de *A guerra civil na França* (1871):

A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classes. (MARX, 2011a, p. 59).

Para melhor compreender a categoria de *luta de classes* é importante analisar sua historicidade, sua associação com a estratégia comunista e, assim, ampliar a reflexão a fim de demonstrar alguns fatores da totalidade social. A dinâmica entre as classes é capaz de contextualizar a estratégia mais profundamente e descrever os quadros sócio-históricos que perpassam a divisão histórica utilizada por Marx e Engels. Através dela é possível ainda observar a origem das classes fundamentais da modernidade e descrever as conjunturas políticas em questão. Ela ocorre através das formações sociais que ao longo da história deram origem ao modo de produção capitalista e demonstram a relação intrínseca entre *luta de classes* e o componente da estratégia contra o capital.

Assim sendo, através do reconhecimento histórico é possível pensar as táticas do moderno socialismo. Uma vez que, para o marxismo, a adoção da historicidade ocorre inseparável do comprometimento com a classe trabalhadora.

As estratégias dispersas nas obras marxianas descrevem diversas características do pensamento do autor e suas influências filosóficas. Pode-se destacar a contraposição gerada entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Este último funda a articulação dos recursos teórico-práticos relativos aos problemas políticos – ora filosóficos, ora factuais – e que surgem sempre concatenados. Outras matérias que permitem tal análise são categorias como a Teoria do Mais-valor, o centralismo democrático do proletariado, o socialismo jurídico, a propriedade privada, o trabalho, a mercadoria, a emancipação, além das críticas ao idealismo e ao neo-hegelianismo.

Nos acessos de compreensão dos estratagemas inaugurados através do socialismo científico é possível categorizar as teses que o estrutura enquanto tradição de pensamento. As compreensões do funcionamento dos dispositivos econômicos foram cruciais na obra marxiana, pois integram as análises das leis econômicas que fundamentam o período moderno. Portanto, no intento de superação do modelo do capital surgiu, em primeiro lugar, a necessidade de interpretá-lo e, conseqüentemente, elucidar como o capitalismo se desenvolveu e operou.

Se há um nexos, simultaneamente, teórico e prático, que organizou o campo estratégico das ideias marxianas, ele pode ser identificado e descrito através da interpretação dada ao pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). Marx contrapôs-se ao conceito de Estado idealista que é universal, racional ou entendido como um espaço para a liberdade. Para Marx, a sociedade deve ser colocada no centro de todos os debates e, a partir disso, tornar-se-ia possível identificar as atividades prático-sensíveis, os elementos ativos e vivos, que por meio dos seres sociais são os verdadeiros constituidores das relações de poderes políticos e econômicos. É possível observar esta convicção de Marx em toda a sua obra, e é este elemento filosófico radical sobre o real que deveria organizar as lutas da classe proletária, tendo em vista sua emancipação em todos os setores da vida. A propósito disso é categórica a terceira tese de Marx sobre Feuerbach:

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade [...]. (MARX, 2022, p. 1).

Para Marx, o proletariado é a verdadeira vanguarda revolucionária. Os trabalhadores organizados é que devem executar os meios estratégicos para os fins emancipatórios de todas as classes. No texto final do *Programa de Gotha* (1891), Marx frisou: “A libertação do trabalho tem que ser obra da classe trabalhadora, diante da qual todas as outras classes formam uma só massa reacionária.”. (MARX, 2012b, p. 89). Desse modo o sujeito ativo da realização da revolução deve ser o trabalhador que batalha pelo patrimônio comum, a regulação cooperativa do trabalho e a distribuição justa da produção de todos os produtos. A classe trabalhadora é, portanto, a única capaz de reunir forças materiais para organização da estratégia e a execução da revolução.

### 1.1 *Luta de classes* como categoria fundamental para estratégia em Karl Marx

A obra *As lutas de classes na França* (1850) expõe os movimentos revolucionários ocorridos em 1848 também denominados de “Primavera dos Povos”. Os artigos da publicação foram redigidos durante o desfecho dos conflitos e demarcaram importantes experiências para o fundamento teórico das concepções de estratégia, Estado e revolução em Karl Marx (1818 – 1883). O contexto de escrita do pensador lhe provocou o posicionamento de que a tarefa estratégica da classe trabalhadora era de impossível realização no regime republicano-burguês. *A luta de classes* havia adquirido formas definidas e violentas, sendo esta categoria a captura intelectual de fenômenos concretos e visualizados como força motriz da história. Descreveu Marx no texto intitulado *A derrota de junho de 1848: De fevereiro a junho de 1848*:

Uma classe na qual os interesses revolucionários da sociedade se concentram encontra, no momento em que ascende, diretamente em sua própria condição, o conteúdo e o material de sua atividade revolucionária: abater inimigos e adotar as medidas exigidas pela necessidade da luta; são as consequências de seus próprios feitos que a impulsionam a prosseguir. (MARX, 2012a, p. 47).

No pensamento histórico marxiano os períodos mais antigos identificam ordens e redes de *status* particulares que referenciam as existências das múltiplas camadas sociais. São estas gradações das sociedades ancestrais que se desenvolveram até a vigência do capitalismo industrial e que deram origem às classes fundamentais da aristocracia financeira, burguesia e do proletariado. O sistema capitalista toma corpo na totalidade das relações humanas e é baseado nas potências de dominação e de servidão. O antagonismo social, econômico e material entre as classes é que instauraram os confrontos entre elas<sup>5</sup>. Nos escritos de Marx, verificam-se três premissas essenciais para o entendimento da *luta de classes*: as classes estão ligadas às fases particulares do modo de produção social; a *luta de classes* leva necessariamente à ditadura do proletariado; e este novo regime deveria operar como transição para a sociedade ausente de classes<sup>6</sup>. Detectou o filósofo e historiador marxista Domenico Losurdo (1941 – 2018) em *A luta de classes: uma história política e filosófica*:

<sup>5</sup> O segundo intertítulo deste capítulo aprofunda a reflexão sobre a historicidade da categoria de *luta de classes*.

<sup>6</sup> Em carta datada em 5 de março de 1852, escrita por Karl Marx para Joseph Weydemeyer, o filósofo afirmou os três elementos acima e que não descobriu a *luta de classes*, trata-se de uma elaboração a partir do pensamento burguês: “O que fiz de novo foi: 1. demonstrar que a *existência das classes* está vinculada meramente a *determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção*; 2. que a luta de classes conduz

[...] o biênio 1848-1849 faz com que Marx lembre a crise histórica que se abriu em 1789 e que, a partir da invasão da França por parte das potências engajadas na defesa do Antigo Regime, também registra o entrelaçar-se e o confluir das revoluções e dos conflitos internacionais em uma guerra mundial ou europeia. A novidade mais relevante da nova crise está no fato de que seus protagonistas não são só dois, mas três sujeitos sociais: à aristocracia e à burguesia acrescentou-se o proletariado [...]. (LOSURDO, 2015, p. 37).

Em fevereiro de 1848 ocorreu a derrubada da monarquia burguesa constitucional de Luís Filipe e a proclamação da segunda República da França. A análise de Marx apontou que não foi a burguesia ou Luís Felipe que reinaram, mas uma facção dos burgueses: “[...] os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e de ferro e os donos de florestas em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras, a assim chamada *aristocracia financeira*.” (MARX, 2012a, p. 37). Alegou também que: “A *pequena burguesia* em todos seus matizes, assim como a *classe camponesa*, havia sido totalmente excluída do poder político.” (MARX, 2012a, p. 38). A classe operária francesa ainda não era capaz de realizar sua própria libertação revolucionária. Nesse sentido, o pensador descreveu alguns fatores que contribuíram para este cenário negativo: tanto a burguesia industrial, como o proletariado industrial não possuíam condição para a execução de um plano com amplitude nacional; o proletariado angariou poder na cidade de Paris, porém às margens do país figurava-se disperso; e o proletariado entrou em luta de forma paralela aos interesses burgueses. Em junho, a classe trabalhadora sofreu uma derrota sangrenta ao travar o que Max interpretou como a primeira insurreição contra a classe dominante. Afirmou: “A burguesia foi obrigada a contestar as exigências do proletariado de armas nas mãos. E o verdadeiro local de nascimento da república burguesa não é a *vitória de fevereiro*, é a *derrota de junho*.” (MARX, 2012a, p. 61).

Como categoria específica da dimensão concreta, a *luta de classes* não operou de forma fixa ou fechada. Este caráter de impermanência dos acontecimentos fomentou a expectativa de alianças efêmeras e que se dissiparam no reordenamento das forças políticas conservadoras. Existiram as coalisões que foram positivas até certo ponto. À medida que ocorreram os conflitos sociais, as classes vencedoras buscaram assegurar a própria estabilidade e a ordem social. (MARX, 2012a). Frisou Losurdo: “Estamos em 1850 e para

---

necessariamente à *Ditadura do Proletariado*; 3. que essa *Ditadura* mesma constitui apenas a transição rumo à *abolição de todas as classes* e a uma *sociedade sem classes*. (MARX, 2022, p. 1).

Marx a crise ainda não chegou à conclusão; ao contrário, poderia abrir novas grandiosas perspectivas revolucionárias.” (LOSURDO, 2015, p. 36). O que era uma crise nacional desdobrou-se na cogitação de uma guerra mundial. Elucidou Marx, no texto intitulado *O dia 13 de junho de 1849: De junho a 13 de junho de 1849 a 10 de março de 1850* sobre o cumprimento da tarefa estratégica da classe trabalhadora:

[...] a guerra de classes dentro da sociedade francesa se converte em uma guerra mundial, na qual se confrontam as nações. O cumprimento só começa no momento em que, mediante a guerra mundial, o proletariado for impelido a assumir a liderança do país que domina o mercado mundial, a assumir a liderança da Inglaterra. A revolução, que não tem aí o seu término, mas o seu começo em termos de organização, não será uma revolução de pouco fôlego. A atual geração é semelhante à dos judeus que Moisés conduz pelo deserto. Ela não deverá conquistar um novo mundo, mas terá de perecer para dar lugar às pessoas que estarão à altura de um novo mundo. (MARX, 2012a, p. 125-126).

O historiador marxista Eric Hobsbawm (1917 – 2012) em *A era do capital, 1848-1975* ao discorrer sobre os experimentos da classe trabalhadora na França explicou que: “O objetivo popular de 1848, a “república democrática e social”, era simultaneamente social e político.” (HOBSBAWM, 2020, p. 51). Não bastaram as novas assembleias constituintes e legislativas, nas quais o capital organizado ditou a administração do Estado e por meio do direito consumou o domínio burguês. Tal dominação foi desvelada com a queda da monarquia que, de certa forma, permaneceu sustentada através da chamada “aristocracia financeira”. A *luta de classes* não se exibiu apenas na polaridade aristocrático-burguesa, mas assumiu manifestações políticas mais variadas. Entre elas, as que foram pautadas pelas insurreições, revoltas populares e operárias, visto que a classe trabalhadora também se tornou agente e influenciadora do processo de disputa política. (MARX, 2012a). Descreveu Marx:

Assim como os trabalhadores haviam conquistado pela luta a *monarquia burguesa* nas jornadas de julho, eles conquistaram, nas jornadas de fevereiro, a *república burguesa*. Assim como a monarquia de julho fora obrigada a se anunciar uma *monarquia, rodeada de instituições republicanas*, a república de fevereiro foi forçada a se anunciar uma *república, rodeada de instituições sociais*. O proletariado parisiense *impôs* também essa concessão. (MARX, 2012a, p. 45).

O pensador construiu a partir desta zona temporal de guerra o posicionamento de que o proletariado só poderia conquistar o espaço político de liderança, ou mesmo o parlamento, caso a classe trabalhadora se organizasse de forma independente. Não deveria associar-se aos partidos tradicionais e que incluíam em seus redutos aqueles que criavam e defendiam interesses contrários à luta organizada dos trabalhadores. Para Marx: “[...] a república, desde

o primeiro dia de sua constituição, não derrubou, mas reforçou a aristocracia financeira.” (MARX, 2012a, p. 123). De maneira que foram as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção que provocaram os movimentos revolucionários. As incoerências e injustiças sociais não desapareceram com os golpes de Estado ou com as rupturas institucionais, porquanto suas origens estavam submetidas à base econômica da *luta de classes*. Concluiu:

Quando o proletariado fez do seu túmulo e berço da *república burguesa*, obrigou-a simultaneamente a vir à frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante dos olhos o inimigo coberto de cicatrizes, irreconciliável, invencível – invencível porque sua existência é a condição de sua própria vida –, o domínio burguês livre de todas as amarras teve de converter-se imediatamente em *terrorismo burguês*. (MARX, 2012a, p. 64).

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1852) Marx analisou os fenômenos da revolução de 1848, até o golpe de Estado perpetrado por Luís Bonaparte (1808 – 1873), em 2 de dezembro de 1851. Marx tratou, mormente, da correlação entre os interesses divergentes da sociedade e as distintas tendências políticas agremiadas em seus respectivos partidos. A pequena-burguesia se arregimentou no Partido da Montanha sob a liderança de Alexandre Ledru-Rollin (1807 – 1874) e Ferdinand Flocon (1800 – 1866); A burguesia republicana, associada ao capital produtivo, organizou-se em torno do *National*; e os monarquistas e o capital financeiro comportaram o Partido da Ordem. Os monarquistas eram divididos em dois grupos. Os Legitimistas que defendiam a volta dos Bourbons, dinastia que governou até a revolução de 1830, e os Orleanistas que pautavam-se pela volta ao poder dos Orleans estiveram no poder entre 1830 e 1848. Os únicos representantes políticos da classe operária foram Louis Blanc (1811 – 1882) e Alexandre Martin (1815 – 1895), conhecido como Albert *l'Ouvrier*, Albert, O Trabalhador, em português. (MARX, 2011d).

*O 18 de brumário de Luís Bonaparte* tornou-se uma referência primordial para a compreensão da categoria de *luta de classes* e do bonapartismo, que é o modelo de Estado instaurado por Luís Bonaparte a partir do golpe. Marx iniciou esta referida obra esclarecendo o caráter histórico da sua perspectiva teórica. Ocorria para este pensador uma espécie de repetição e farsa, na qual Luís Bonaparte reeditava os acontecimentos liderados pelo tio Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) durante a Revolução Francesa. O biógrafo Gareth Stedman Jones (1942) explicou que os textos *As lutas de classe da França* e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: “foram tentativas de interpretar a sequência revolucionária dos

acontecimentos à luz da sua nova concepção histórica de “luta de classes”, “formas de lutas de classes””. (JONES, 2017, p. 275-276). Escreveu Marx:

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestado os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (MARX, 2011d, p. 25-26).

Marx também pinçou sua percepção a respeito de Luís Bonaparte que evoluiu para a descrição da conjuntura que esse indivíduo integrava e influenciava. Explicou: “A escória da sociedade burguesa acaba por formar a *falange sagrada da ordem*, e o herói Carpulinski entra triunfalmente nas Tulherias como o “*salvador da sociedade*.””. (MARX, 2011d, p. 37). A citação faz referência a um dos personagens do poema *Dois cavaleiros*, de autoria do poeta alemão Heinrich Heine (1797 – 1856). Crapulinski é uma derivação da palavra francesa *crapule*, em português: crápula, devasso ou canalha. Marx chegou a este posicionamento após identificar os elementos que levaram à ascensão de Luís Bonaparte.

Uma das explicações para a elevação ao poder por parte de Luís Bonaparte foi de que ele surgiu como uma liderança alternativa por deter certa imparcialidade no tocante em que não representava diretamente as massas populares ou as classes dominantes. Para Marx, a república burguesa de Luís Felipe triunfou por que: “Ela teve apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequeno-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo.”. (MARX, 2011d, p. 34-35). Hobsbawm em a *Era do Capital* descreveu que: “Evidentemente ele não era um revolucionário no sentido social, mas também não era um conservador; seus seguidores chegaram mesmo a fazer algumas brincadeiras com seus interesses na juventude pelo sansimonismo [...]”. (HOBSBAWM, 2020, p. 55-56). O sansimonismo foi uma seita ideológica e política que reunia ideias do socialista aristocrático Henri de Saint-Simon (1760 – 1825) ao industrialismo. Esclareceu Hobsbawm:

Esses apóstolos da industrialização transformaram-se, especialmente depois do fracasso da Revolução de 1848, de portadores de um credo que os colocou nos livros de história como “socialistas utópicos” em um dinâmico e curioso grupo de empresários conhecidos como “capitães de indústria”, mas, acima de tudo, como construtores de comunicações. (HOBBSAWN, 2020, p. 99-100).

Para Marx, a mobilização dos camponeses foi a base social que sustentou o projeto do “pequeno Napoleão”. Demonstrou: “Assim como os Bourbon constituíram a dinastia da grande propriedade fundiária e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonaparte são a dinastia dos camponeses, isto é, da massa popular francesa.”. (MARX, 2011d, p. 142). Luís Felipe figurava como um “protetor” dos camponeses e não lhe causavam a sensação de perigo, e tão pouco estavam estruturados e liderados pelos próprios representantes. Ao contrário da burguesia, este Napoleão não ameaçava os camponeses com impostos ou perda das garantias políticas. Marx apontou diversos elementos que buscaram explicar tal adesão política: os camponeses não estabeleciam relações diferentes entre si; seu modo de produção mantinha os camponeses isolados uns dos outros; não havia divisão de trabalho entre eles; e as famílias eram autossuficientes, produziam praticamente tudo para a própria sobrevivência. (MARX, 2011d). Marx explicou que tais elementos: “[...] separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe.”. (MARX, 2011d, p. 142-143). Classe esta que perdia seu sentido, pois não possuíam nenhuma forma de identidade entre os interesses dos camponeses e o “pequeno Napoleão”. Sintetizou Hobsbawm:

A eleição de Luís Napoleão significou que mesmo a democracia do sufrágio universal, aquela instituição identificada com a revolução, era compatível com a manutenção da ordem social. Mesmo uma massa esmagadora de descontentes não estavam destinadas a eleger governantes dedicados a “derrubar a sociedade”. As grandes lições dessa experiências não foram imediatamente apreendidas, pois logo depois Luís Napoleão aboliu a república e proclamou-se imperador, apesar de nunca esquecer as vantagens políticas de um bem-conduzido sufrágio universal, que ele reintroduziu. Seria ele o primeiro dos chefes de Estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também aquela espécie de demagogia e de relações públicas mais facilmente operadas do alto do Estado do que de qualquer outro lugar. Sua experiência demonstra não apenas que a “ordem social” podia disfarçar-se de uma força capaz de atrair a “esquerda”, mas também, numa época ou num país em que os cidadãos tinham sido mobilizados para participar da política, que tinha de fazê-lo. (HOBBSAWM, 2020, p. 56).

O livro *A guerra civil na França* (1871), por sua vez, trouxe narrativas sobre a primeira experiência completa da tomada de poder pela classe trabalhadora na Comuna de Paris (1871). No decorrer da “Guerra-Franco-Prussiana” (1870 – 1872) a França foi derrotada e o Império substituído pela terceira República, enquanto a Prússia agregou os

Estados germânicos, parte do processo conhecido como a “Unificação Alemã” (1828 – 1888). A Comuna de Paris encerrou sua breve existência em 72 dias, contudo o “levante de uma cidade” é valorizado como referência em matéria de estratégia da luta pela emancipação social protagonizada pela classe trabalhadora. Uma vanguarda armada e coesa conclamou o povo à guerra civil contra o Estado. Constituíram-se a partir destes eventos as perspectivas estratégicas de dissolução do antigo poder, a atividade organizadora de busca da revolução permanente e a instauração factual de algumas das noções socialistas. (MARX, 2011a). Redigiu Marx em mensagem do “Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores” aos seus membros alocados na Europa e nos Estados Unidos:

Paris não podia ser defendida sem armar sua classe trabalhadora, organizando-a em uma força efetiva e treinando suas fileiras na própria guerra. Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas estatais. Neste conflito entre dever nacional e interesse de classe, o Governo de Defesa Nacional não hesitou um momento em transformar-se em um Governo de Defecção Nacional. (MARX, 2011a, p. 35).

Michael Löwy, pensador marxista de origem brasileira e que foi erradicado na França, em *A teoria da revolução no jovem Marx* (1970) frisou que Marx demonstrou com base na experiência da Comuna, que: “[...] a revolução comunista, obra dos próprios trabalhadores, só pode *quebrar* esse aparelho – adequado à dominação parasitária *sobre* o povo – e substituí-lo por instituições adequadas ao autogoverno popular.”. (LÖWY, 2012, p. 201)<sup>7</sup>. O autogoverno popular concretizou a forma política “finalmente” descoberta, portanto, a possibilidade de gênese para a República Democrática. Apenas em posse irrestrita da máquina do Estado por meio da Ditadura do Proletariado, os trabalhadores estariam aptos a decompor as instituições e servirem-se da dissolução da máquina estatal para os próprios fins de classe. Entre as demandas incluíram-se a defesa da autonomia absoluta da Comuna. A França deveria tornar-se uma confederação de Comunas, cada qual com seu autogoverno independente. (MARX, 2011a).

A Comuna, “[ela é] a forma sob a qual a classe trabalhadora assume o poder político em seus baluartes sociais, Paris e outros centros industriais.”. (MARX, 2011a, p. 169). Marx

---

<sup>7</sup> Frisamos que, embora Löwy trate nesse livro mais profundamente dos elementos para revolução de Marx em sua juventude, ele também explora obras da maturidade do filósofo alemão, como *A guerra civil da França*.

criou uma alegoria para Comuna representada como o “assalto ao céu” e defendeu o não-ajustamento com o aparato institucional burguês, uma vez que era exatamente este o instrumento de efetivação da exploração. Em sua percepção: “Essa enorme maquinaria governamental, que como uma jiboia constringe o verdadeiro corpo social na malha ubíqua de um exército permanente, uma burocracia hierárquica, uma polícia e um clero obedientes e uma magistratura servil [...]”. (MARX, 2011a, p. 169). Todos estes redutos de exercício político foram ordenados e sofisticados como estabelecimentos produzidos da disputa de poder entre a aristocracia e a burguesia. Com o agenciamento político alterado pela entrada do proletariado, a “malha ubíqua”, ou seja, as instituições políticas deveriam ser descartadas a favor daquelas que são autênticas e de domínio da classe trabalhadora. Descreveu-se um processo histórico demolidor e, ao mesmo tempo, criativo, que possuiu como inspiração a *luta de classes* da “Revolução Francesa” (1789 – 1799). (MARX, 2011a). Apontou Marx sobre origem e necessidade do controle total do Estado:

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes – órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho –, tem sua origem no tempo da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo. (MARX, 2011a, p. 54).

A Comuna de Paris foi a antítese do Império representado e alocado em Versalhes. Surgiu nas condições históricas peculiares de um Estado de sítio e da invasão prussiana. Na prática, os membros da Comuna buscaram dissolver a hierarquia do trabalho em um “governo do povo pelo povo”, o que desafiou o privilégio das classes dominantes de somente elas governarem. Explicou: “A Comuna consistia de conselheiros municipais dos diferentes *arrondissements* (como Paris foi a iniciadora e o modelo, temos de fazer referência a isso), escolhidos pelo sufrágio de todos os cidadãos, responsável e revogável em curto prazo.”. (MARX, 2011a, p. 172)<sup>8</sup>.

O voto deveria deixar de ser seletivo ou baseado no acúmulo de posses materiais ou posição de nobreza. Para Marx: “A maioria desse corpo era naturalmente formado de

---

<sup>8</sup> Lênin em *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução* (1918), descreveu que: “Sem cair em utopias, Marx esperava da *experiência* do movimento de massas a resposta à questão de quais formas concretas tomaria essa organização do proletariado como classe dominante, de que maneira precisa essa organização se conciliaria com a mais completa e a mais consequente “conquista da democracia””. (LÊNIN, 2017, p. 64).

operários ou representantes reconhecidos da classe trabalhadora. Ele era não um corpo parlamentar, mas um corpo de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo.”. (MARX, 2011a, p. 172). Não existia a separação das dimensões do trabalho e da política. As tomadas de decisões são executadas pelas mesmas pessoas que deliberaram as demandas públicas. Assim: “Os agentes policiais, em vez de serem os agentes do governo central, tinham de ser os servidores da Comuna, tendo, como os funcionários em todos os outros departamentos da administração, de ser escolhidos e sempre substituíveis pela Comuna [...]”. (MARX, 2011a, p. 172).

Há uma socialização do poder material, que pulverizado, passa a angariar o interesse da totalidade da sociedade, não apenas a composição da vontade de uma classe, partido, facção ou família. Isto é: “[...] todos os funcionários, como os membros da própria Comuna, tinham de realizar seu trabalho por salários de operários.”. (MARX, 2011a, p. 172). O Estado foi entendido como um ente “parasitário”. Na Comuna, ele não poderia consumir as riquezas ou concentrá-la nas mãos da cúpula, da alta hierarquia social. Assim sendo: “Os juízes também tinham de ser eleitos, substituíveis e responsáveis. A iniciativa em todas as matérias da vida social estava reservada à Comuna.”. (MARX, 2011a, p. 172-173). De modo que esta foi uma experiência prática e que exercitou um regime expansivo de poder popular, não repressivo, como haviam sido os regimes até aquele momento.

A Comuna agitou-se da vontade dos parisienses e não foi fruto da reflexão filosófica. Em suma, não lhes bastavam ocupar os espaços de trabalho na organização social, fazia-se necessário o completo controle por parte dos trabalhadores das máquinas do poder. O objetivo quanto à forma de governo era a federação, apreendida também como ação embrionária para a aplicação das novas relações sociais. O poder político deveria ser descentralizado de forma democrática e o poder econômico e os meios de produção deveriam ser administrados por cooperativas. Tal grupo de táticas autogestionárias conquistou grandes significados como parte das estratégias das lutas anti-institucionais. Destacou-se que os líderes da Comuna de Paris possuíram crenças e orientações ideológicas bastante ecléticas, não só socialistas. (MARX, 2011a).

Eric Hobsbawm em a *Era do Capital* defendeu que Marx adotou uma postura bastante cuidadosa sobre considerar a Comuna de Paris uma revolução proletária. Marx não acreditava

que lograriam grandes conquistas ou duráveis. Esclareceu: “Depois de seu fim inevitável, ele escreveu seu obituário nos termos mais comoventes, mas o objetivo desse magnífico panfleto (*A Guerra Civil na França*) era instruir os revolucionários do futuro, e nisso ele foi bem-sucedido.”. (HOBSBAWM, 2020, p. 184). Resumiu Marx: “A Comuna de Paris pode cair, mas a Revolução Social que ela iniciou triunfará. Seu local de nascimento é em toda parte.”. (MARX, 2011a, p. 176). O historiador britânico e biógrafo Gareth Stedman Jones (1942) destacou em *Karl Marx: grandeza e ilusão* (2017) que a defesa da Comuna de Paris é que chamou as atenções para o pensador enquanto teórico do socialismo e que no futuro tornou-se uma das maiores referências em matéria de política no mundo. Para ele: “A Comuna terminou num dos mais notórios massacres do século XIX. Isso aconteceu em boa parte porque os dois lados estavam armados e porque a matança era vista como um ato de guerra.”. (JONES, 2017, p. 524). Contudo, seu legado intelectual continua vivo e alvo de inspiração política e pesquisas científicas.

A obra *Lutas de classes na Alemanha* (2010) foi composta por textos de Karl Marx e Friedrich Engels reunidos pela primeira vez na mesma edição pelo filósofo Michael Löwy. Tratou-se de documentos, que de maneira geral evidenciaram a *luta de classes* na Alemanha, bem como combateram problemas sociais. Seus textos foram interpretados de forma político-filosófica e trataram das reivindicações do “Partido Comunista da Alemanha”, os quais agregaram, entre outros subsídios, a reflexão metodológica no que se refere às estratégias socialistas. Löwy, no prefácio do livro, traz a seguinte citação de Marx: ““Somente no socialismo um povo filosófico encontrará a práxis que lhe corresponde, ou seja, somente no *proletariado* encontrará o elemento ativo de sua libertação.””. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 12-13 apud LÖWY, 2010b). O principal tema da narrativa *Glosas críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”* é o pauperismo discutido a partir do texto de opinião assinado pelo filósofo e político Arnold Ruge (1802 – 1880) sobre a revolta dos trabalhadores silesianos. O levante de tecelões ocorreu em junho de 1844 e inaugurou a primeira insurreição operária da modernidade alemã. Este texto foi publicado pela imprensa parisiense através do jornal quinzenal “*Vorwärts!*”. Marx realizou suas “breves anotações” ao assinalar como o Estado blindado por discursos auto-excludentes ignorou as mazelas sociais na prática. Á vista disso, o pensador evidenciou os acontecimentos da Silésia ao compará-los com o contexto inglês. Na visão do “prussiano”, neste país, o capitalismo e a politização

deveriam ser mais avançados. (MARX & ENGELS, 2010b). Observaram-se os seguintes apontamentos de Marx sobre o resultado das falsas simetrias sociais:

se de um lado a burguesia da Alemanha *apolítica* não consegue visualizar a importância universal de um caso de penúria *parcial*, a burguesia da Inglaterra *politizada*, em contrapartida, consegue ignorar a importância universal da penúria universal, uma penúria que evidenciou sua importância universal em parte por sua recorrência periódica no tempo, em parte pela propagação no espaço e em parte pelo fracasso de todas as tentativas de saná-la. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 32).

As ideias do “prussiano” assinalaram a pauperização, como se o fenômeno fosse resultado da “vontade divina”, “má vontade dos pobres” ou mero “efeito natural”. Por outro lado, Marx procurou evidenciar o antagonismo entre os tecelões e a burguesia, os pobres e ricos; os interesses gerais e os interesses privados. Ou seja, os problemas concretos da *luta de classes* cujas falhas foram associadas à natureza exploratória do Estado. Na crítica, colocou-se a questão: ““Por que o rei da Prússia não ordena de imediato a educação de todas as crianças desvalidas?””. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 35). É como se ele inquirisse de onde vem a inércia do governo com relação às penúrias e às mazelas sociais. Concluiu: “O que antes era derivado de uma *falha na* beneficência, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis, e como tal, punida neles mesmos.”. (MARX & ENGELS, 2010b, p.35). O pensador em tom irônico descreveu da seguinte forma a classe trabalhadora da Inglaterra:

Que tremenda *beleza natural* a das fantásticas roupas esfarrapadas dos pobres ingleses e do corpo murcho, macilento das mulheres, consumidas pelo trabalho e pela miséria, a das crianças jogadas em montes de esterco, a dos fetos malformados gerados pelo excesso de trabalho na monótona atividade mecânica das fábricas! E que encantadores *os últimos detalhes da práxis*: a prostituição, o assassinato e a força! (MARX & ENGELS, 2010b, p. 31).

Assim, o Estado não poderia manifestar-se na forma da impotência, pois uma das bases dele é justamente a dominação perpetrada por uma vontade escravista, então enviou seu exército para massacrar os tecelões. Apontou Marx: “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis.”. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 39). Jones descreveu que o levante dos tecelões silesianos foi recebido com muita animação por parte dos movimentos comunistas. Afirmou: “O advento da revolta proletária numa parte pobre e remota da Prússia

mostrava que a Alemanha tinha passado a fazer parte da corrente política dominante na Europa.”. (JONES, 2017, p. 232). Jones destacou ainda que o acontecimento foi grande o suficiente para marcar a memória coletiva dos populares, conquanto inspirou a criação da mitologia nacional e diversas obras artísticas como poemas e pinturas. Outra decorrência histórica a ser destacada é que o massacre dos tecelões da Silésia pressionou a Coroa alemã a criar novos dispositivos de controle social: “[...] o governo fundou a Associação para o Bem-Estar da Classe Trabalhadora, organização que permitia a formação de associações operárias locais (*Arbeitervereine*).” (JONES, 2017, p. 232). A associação representou também preocupação sobre as influências do socialismo, afinal a crise social desencadeou a presença institucional de novas políticas destinadas à classe trabalhadora. A própria imprensa interessada em questões sociais e em autores socialistas foi fomentada. Relatou Jones:

A reação aos acontecimentos silesianos também resultou na publicação de uma grande quantidade de periódicos radicais e socialistas, tratando da condição social e da posição do proletariado. Numerosos periódicos – como *Deutsches Bürgerbuch*, *Rheinische Jahrbücher*, *Westphälische Dampfboot* e *Gesellschaftsspiegel* – apareceram entre o final de 1844 e o começo de 1845. (JONES, 2017, p. 233).

Outra documentação de verificação para a interpretação da *luta de classes* da Alemanha e a estratégia socialista pode ser destacada por meio dos itens das *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha* (1848)<sup>9</sup>, como: a adoção do modelo republicano; o sufrágio para todos maiores de 21 anos que não cometeram crimes; participação do povo no Parlamento; armamento geral; justiça gratuita; limitação do direito de herança; educação universal e gratuita; instalação de fábricas nacionais; assistência do Estado aos trabalhadores incapacitados; imposto progressivo, abolição do imposto sobre o consumo; todos os bancos privados deveriam ser substituídos por um banco estatal; as propriedades da Coroa deveriam ser do Estado; todos os meios de transportes deveriam ser propriedades do Estado; assim como as hipotecas. (MARX & ENGELS, 2010b). Em *Mensagem do Comitê Central à Liga [Dos Comunistas]*, de autoria de Marx e Engels, publicada como circular em março de 1850, lemos:

é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha

<sup>9</sup> O Comitê era composto por Karl Marx, Karl Shapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll e W. Wolff.

avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. (MARX & ENGELS, 2010b, 64).

Assim sendo, concluiu-se que as estratégias do proletariado nasceram dos esforços adequados à tarefa de transformação do mundo. As revoluções de 1848 e suas consequências; os movimentos de revolta dos tecelões da Silésia; o desenvolvimento dos sindicatos e das associações dos trabalhadores, a Comuna de Paris e as experiências dos primeiros partidos operários – notadamente o Partido Social-Democrata da Alemanha – foram, cada um deles, pedras basilares para a arquitetura das estratégias que durante a história do pensamento político se tornaram conhecidas por referência marxista. De *Lutas de classes na Alemanha* destacamos: “Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova.”. (MARX & ENGELS, 2010b, 64). O caráter estratégico do marxismo foi oriundo das circunstâncias de lutas públicas e filosóficas específicas. Ao refletir os seus fundamentos, os objetos em análise surgiram associados à multiplicidade de conjunturas cujo vetor foi a categoria da *luta de classes*.

O seguinte intertítulo tem o objetivo de pensar esta historicidade inerente ao viés marxiano, buscando evidenciar a categoria da *luta de classes* em relação à totalidade social.

## 1.2 Historicidade da categoria de *luta de classes* para a estratégia no socialismo científico

É intrínseca à categoria de *luta de classes* a reflexão alusiva aos diferentes modos de produção. As classes não podem ser abstraídas fora de sua origem social ou das circunstâncias humanas viventes e transitórias. Da mesma forma são as estratégias que se tornam pertinentes ou superadas, de acordo com as condições reais existentes para a revolução. As táticas de guerra não são universais, mas peculiares às conjunturas em um perpétuo processo de renovação. Esta etapa da pesquisa tomou como meta explorar o desenvolvimento temporal da categoria de *luta de classes*, produzindo referências que lhe são típicas e discricionárias. A discussão foi sistematizada por meio da progressão temporal utilizada nas obras de Marx e explorou uma variedade de panoramas sociais no intuito de mobilizar trabalhos com problematizações marxistas e que se utilizaram de métodos histórico-filosóficos. Para atingir tal finalidade foram selecionadas pesquisas interdisciplinares, privilegiando as da história, para que se ilustrassem, de forma direta ou indireta, as premissas de entendimento marxianas. Tais fontes foram referendadas pelas teses destacadas dos trabalhos clássicos de Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895), e, também dialogaram com proeminentes comentadores marxistas.

Quanto à metodologia marxista, o italiano Domenico Losurdo explicou em *A luta de classes: uma história filosófica* que: “Em sua mais madura formulação, a teoria das “lutas de classes” configura-se como uma teoria geral do conflito social e reflete teoricamente e estimula ao mesmo tempo uma multiplicidade de lutas pelo reconhecimento.”. (LOSURDO, 2015, p. 121). Georg Lukács (1885 – 1971) em *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista* (1923) explicou que “o materialismo histórico tinha para o proletariado um valor muito maior do que simplesmente o de um método de pesquisa científica. Ele era um dos mais importantes dentre todos os seus instrumentos de luta.”. (LUKÁCS, 2003, p. 415). Por sua vez, Michael Löwy explicou em seu *A teoria da revolução no jovem Marx* que: “Aplicar esse método à história das ideias marxistas não significa, é claro, querer apreender *toda* a realidade (o que manifestamente é impossível), mas apreender essa realidade mediante a *categoria metodológica* da totalidade [...]”. (LÖWY, 2012, p. 32)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A categoria da totalidade de Marx é concreta, ela trata o ser humano como real e inserido em uma conjunto de forças, influências, contradições e poderes. A totalidade marxiana se diferencia da totalidade segundo Hegel que tem origem no plano das ideias.

Tal disposição metodológica é descrita por Löwy através dos objetivos de compreensão do desenvolvimento do pensamento de Marx<sup>11</sup>; separação dos elementos essenciais, secundários ou acidentais; desvendamento das categorias a partir do seu significado real, concreto e histórico, e buscar: “Situvar cada elemento no todo e estabelecer as conexões internas do conjunto.”. (LÖWY, 2012, p. 32).

As formas modernas dos conflitos sociais nas quais se inserem Marx ocorreram segundo conteúdos históricos que são resultado da análise da constituição das sociedades. Descreveram Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848) sobre a métrica de divisão histórica:

Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras gradações particulares. (MARX & ENGELS, 2010a, p.40).

Abaixo são descritas as temporalidades e como ocorreram as origens das gradações sociais. Partiu-se dos *Grundrisse* (1939), publicação póstuma e crucial de Karl Marx para a pesquisa sobre as sociedades pré-capitalistas: “A história da Antiguidade clássica é [a] história da cidade, mas de cidades fundadas na propriedade de terra e na agricultura [...]” (MARX, 2011c, p. 395). Um dos exemplos das disputas territoriais das cidades pode ser identificado através do longo conflito das “Guerras Púnicas”. Os pontos de vista dos cartagineses que foram derrotados, praticamente se perderam, sendo que as narrativas que subsistiram foram, exclusivamente, legadas aos documentos gregos e romanos. (MONTEIRO, 2015)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Em *Contribuição à crítica da economia política* (1859), Marx descreveu que: “[...] a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real - para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos.”. (MARX, 2008, p. 259).

<sup>12</sup> Um aprofundamento sobre as Guerras Púnicas está presente em *História de Roma Antiga I: das origens à morte de César*, publicação organizada por José Luís Brandão e Francisco de Oliveira, cujo capítulo em questão é de autoria de João Gouveia Monteiro.

O General Aníbal Barca (247 a.C – 183 a.C.) foi um oficial de Cartago que herdou dos ancestrais o ódio por Roma e a disputa pelo domínio da bacia mediterrânea. É comumente atribuída a ele a frase *Aut viam inveniam aut faciam*, “Encontramos um caminho ou faremos o nosso”. Tratou-se de uma resposta à afirmação dada aos generais de Aníbal que lhe informaram que era impossível atravessar os Alpes e o Ródano com elefantes. Relatou o historiador da antiguidade Tito Lívio (59 a. C. – 17 d. C) *Hannibal ante portas*, “Aníbal está às portas de Roma!”, para anunciar o perigo eminente gerado pelo feito estratégico do contexto de guerra na antiguidade. Este sujeito social pertenceu ao período das batalhas entre as cidades e liderou uma das maiores potências da região pelo longo período de conflito militar. Foi a primeira vez que os romanos guerrearam fora da península itálica, em Siracusa, na Sicília de 264 a. C.. É certo que se em 146 a. C. Cartago não houvesse sucumbido, politicamente e materialmente, os alicerces da cultura ocidental seriam definidos por outros paradigmas. Língua, tradição jurídica e religião estariam conformadas por outras condições históricas. (MONTEIRO, 2015).

Afirmaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista* que: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.” (MARX & ENGELS, 2010a, p.40). As camadas sociais da antiguidade não se antagonizaram apenas no nível da querela entre as cidades, mas carregaram no bojo da própria sociedade o germe fundamental das contradições e das disputas internas. Explicou Losurdo:

Uma situação histórica sempre é caracterizada por uma multiplicidade variegada de conflitos, e, por sua vez, cada conflito registra a presença de uma multiplicidade de sujeitos sociais, os quais expressam interesses e ideias diferentes e contrastantes. Para orientar-se nessa espécie de labirinto, é necessário investigar não somente a configuração interna de cada um desses conflitos, mas também a forma com que eles se articulam e se estruturam em uma totalidade concreta. Dominar uma crise histórica é um desafio no plano teórico, além do político. (LOSURDO, 2015, p. 141).

Os desfechos das “Guerras Púnicas” ofereceram um recorte para uma das origens da cultura ocidental que constituíram a categoria de *luta de classes*, pois operou como importante fator histórico das espécies econômicas do porvir europeu. São estas esquematizações dos padrões oriundos do passado que no âmbito da vivência política influenciaram certos critérios de pertencimento das classes, o status de cada uma delas, bem como os papéis<sup>13</sup> que

---

<sup>13</sup> Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) se colocou contra a instituição familiar burguesa. Em sua abordagem, ele descreveu que ideia de família emergiu condicionada à concepção de

exerceram enquanto articuladoras das sociedades do passado e do presente. A antiguidade romana<sup>14</sup>, como no exemplo, elaborou um protótipo clássico no qual os proprietários das terras eram simultaneamente os cidadãos urbanos. Dos *Grundrisse*, destacou-se que é: “[...] a forma contraditória de propriedade de terra estatal e propriedade de terra privada, de tal modo que a última é mediada pela primeira ou a primeira existe inclusive nessa forma dupla.” (MARX, 2011c, p. 396). A partir desta lógica de produção, os tipos de propriedade e de agricultura é que são as bases da sociedade. Para Marx, em todas as modalidades econômicas existiram:

1) apropriação da condição natural do trabalho, da *terra* – tanto como instrumento original do trabalho, laboratório, quanto depósito das matérias-primas – não pelo trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como *produto* do trabalho, mas está dada como *natureza*; de um lado o indivíduo vivo, de outro, a terra como condição objetiva de sua reprodução;

2) mas esse *comportamento* em relação ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador – o qual, por isso, não aparece de antemão, nessa abstração, unicamente como indivíduo trabalhador, mas tem na propriedade de terra um *modo de existência objetivo*, que *está pressuposto* à sua atividade e da qual não aparece como mero resultado, e que é um pressuposto de sua atividade da mesma maneira que sua pele ou seus órgãos sensoriais, os quais ele de fato também reproduz e desenvolve etc. no processo vital, mas que, por sua vez, são pressupostos desse processo de reprodução [...]. (MARX, 2011c, p. 397).

A história grafada pelos vitoriosos conheceu pouco da perspectiva de vida dos povos subjugados. Dentre um patrício e um plebeu coube ao primeiro delinear a filosofia

---

Estado romano da antiguidade mediante sua influência nos modos de vida dos europeus. O pensador explicou que a queda do direito materno ocasionou a derrota das mulheres no modelo social da modernidade. Lemos: “O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação.” (ENGELS, 2019, p. 60). Esta “autocracia dos homens” é que sustentou a família patriarcal e mais tarde ajudou a produzir os antagonismos dos gêneros burgueses. Etimologicamente: “*Famulus* designa o escravo doméstico e *familia* é o conjunto de escravos que pertencem a um homem.” (ENGELS, 2019, p. 61). Nesta lógica de reprodução e da sociedade, o homem deve ser aquele que provém a família na medida em que isto também lhe confere um lugar no topo hierárquico de poder. O que leva à criação de práticas estratégicas do socialismo científico a reflexão sobre mulher e a família individual enquanto unidade básica da sociedade.

<sup>14</sup> Engels comparou o seguinte aspecto da relação desigual entre os homens e as mulheres em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*: “Na família, ele é o burguês e a mulher representa o proletariado. No mundo industrial, porém, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado só aparece com toda a nitidez depois que se eliminam todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e se estabelece a igualdade jurídica de direito das duas classes. A república democrática não abole o antagonismo das duas classes; pelo contrário, é a primeira a propiciar o terreno em que ele é resolvido. E, do mesmo modo, o caráter peculiar da dominação do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecimento de uma equiparação social real entre os dois, só aparecerá sob uma luz intensa quando ambos tiverem total igualdade de direitos em termos jurídicos.” (ENGELS, 2019, p. 75).

hegemônica e preservar as memórias coletivas. A renovação das estruturas da sociedade, os conflitos permanentes e por vezes disfarçados, não encontraram fim, e sim condições renovadas para outros ciclos de guerras, violências e tiranias. Sobre os últimos séculos do “Império Romano” destacou-se de *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer, e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1846) que o seu: “[...] declínio e sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido[...]”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 90-91). A classe produtora de escravos do modelo da antiguidade foi sucessivamente substituída pelos “pequenos camponeses servos”. As contradições entre os diferentes grupos de sujeitos deflagraram um exemplar da disputa vital pelo território que pôde ser identificada em uma variedade de povos. Todo antagonismo ocorreu com a produção de no mínimo duas divisões sociais concorrentes. Estes coletivos entraram em conflito à medida que desenvolveram a potencialidade e o interesse de se distinguirem entre si. Nos *Grundrisse*, afirmou-se: “O comportamento em relação à terra como propriedade é sempre mediado pela ocupação, pacífica ou violenta, da terra pela tribo, pela comunidade, em qualquer forma mais ou menos natural ou já historicamente mais desenvolvida.”. (MARX, 2011c, p. 397).

O período medieval, situado entre os séculos V ao XV d. C., no ocidente europeu, foi caracterizado pela expansão da propriedade fundiária senhoril. Na publicação dos *Grundrisse*, ao tratar das formas que precederam a produção capitalista, Marx descreveu que: “[...] a Idade Média (época germânica) parte da terra como sede da história, cujo desenvolvimento posterior se desenrola então como oposição entre cidade e campo [...]”. (MARX, 2011c, p. 395). Findada a antiguidade, caiu o Império Romano, mas os conflitos emergiram tal qual uma fênix renovada. Estabeleceram-se diferentes estratégias de controle social, fundamentalmente, orientados pela agência feudal. Efetivou-se, por conseguinte, um modelo de expropriação específico que constituiu a articulação das castas na formação básica de uma plebe campesina, subordinada às famílias dominantes de urbe aristocrática nas cidades. Tais relações sociais assumiram uma forte conotação relacionada ao transcendental, na qual foram submetidos os senhores entre si, de maior para menor poder, e à prática da vassalagem. O arranjo social de exploração manteve a população súdita sob o jugo da minoria da nobreza.

(BASTOS, 2015)<sup>15</sup>. Destacou Marx, da sessão intitulada *Condições pré-capitalistas*, de *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista*, sobre o tema da “usura”, um dos meios constitutivos do feudalismo:

Na medida em que prevalece a escravidão ou em que o mais-produto é consumido pelo senhor feudal e por seu séquito, e que o dono de escravos ou o senhor feudal caem nas garras da usura, o modo de produção continua a ser o mesmo; torna-se somente mais duro para o trabalhador. O dono de escravos ou o senhor feudal endividados espoliam mais porque são mais espoliados. Ou, então, acabam cedendo lugar ao usurário, que se converte ele próprio, por sua vez, em proprietário fundiário ou dono de escravos, como os cavaleiros da Roma Antiga. O antigo explorador, cuja exploração tinha um caráter mais ou menos patriarcal, porque era, em grande parte, um meio de poder político, é substituído por um arrivista implacável, ávido de dinheiro. No entanto, o próprio modo de produção não se altera. (MARX, 2017c, p. 656).

A hierarquização é inerente à amálgama social organizada pelo domínio religioso judaico-cristão. Força cultural *sine qua non* do formato de administração do absolutismo. Para a concepção de sagrado nas tradições como a patrística e a escolástica, a criação refletia a ordem divina e a desordem só podia ser introduzida pelo pecado. Extraiu-se de *O socialismo jurídico* (1887): “A coordenação teológica não era apenas ideal; consistia, efetivamente, não só no papa, seu centro monárquico, mas sobretudo na Igreja, organizada feudal e hierarquicamente, a qual, proprietária de cerca de um terço das terras.” (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 17). “Todo esse mecanismo social e filosófico está alicerçado sobre a noção de *hierarchie cursus*. Em tal sistema, o âmbito superior contém tudo o que está no inferior, de modo que é impossível a este superar aquele.” (PIN, 2019, p. 48)<sup>16</sup>. Na perspectiva marxiana estes conflitos sociais fomentaram o surgimento do capitalismo, cujas origens são as contradições do pressuposto social da idade média. Elucidaram: “Com suas propriedades fundiárias feudais, a Igreja, se constituía no verdadeiro vínculo entre os vários países; sua organização feudal conferia consagração religiosa à ordem secular.” (MARX & KAUTSKY, 2012, p. 17). Neste contexto, a “usura” operou, por exemplo, como explicado no *livro III* de *O Capital* como: “[...] um dos meios constitutivos do novo modo de produção – por um lado, mediante a ruína dos senhores feudais e da pequena produção e, por outro, pela centralização das condições de trabalho, que são convertidas em capital.” (MARX, 2017c, p. 657). Escreveram Marx e Engels em *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia*

<sup>15</sup> Maiores informações no artigo *Lutas de Classes e Transição Histórica – A Alta Idade Média Ocidental*, presente na edição de *O Pré-capitalismo em Perspectiva: Estudos em Homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. O texto foi redigido pelo historiador Mário Jorge da Motta Bastos.

<sup>16</sup> Alex Gonçalves Pin, no artigo “Considerações sobre o conceito hierarquia de Dionísio, o Areopagita”, procurou evidenciar os desdobramentos na organização teológica da Igreja na sociedade.

alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer, e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1846):

A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada ligada a essa estrutura davam à nobreza o poder sobre os servos. Essa estrutura feudal, assim como a propriedade comunal antiga, era uma associação oposta à classe produtora dominada; apenas a forma de associação e a relação com os produtores diretos eram diferentes, porque as condições de produção haviam mudado. (MARX, 2007, p. 91).

Em ambos os regimes, feudalismo como precedente do capitalismo, as tensões econômicas tiveram papel ativo. O pensador escreveu: “[...] a [história] moderna é a urbanização do campo, não a ruralização da cidade, como entre os antigos.” (MARX, 2011c, p. 395), e “[...] o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista [...]”. (MARX, 2017c, p. 675). As amplificações da divisão do trabalho e das trocas originaram a classe dos comerciantes. Tratando-se de trabalhadores intermediários, eles não se ocupavam da produção, mas se valeram das grandes distâncias em que se encontravam os pequenos produtores. Compravam os produtos mais baratos e os vendiam mais caros. Neste contexto social, se desenvolveu a classe burguesa e que ao ampliar seu poder econômico transformou-se também, em agente econômico interessado no poder político, motivando consequentemente, a elaboração de novas filosofias que sustentaram o advento do período da modernidade, que nascia em contraposição aos elementos do mundo medieval<sup>17</sup>.

Os interesses divergentes entre as classes burguesa e da aristocracia geraram crises que resultaram em revoluções que estremeceram o “Antigo Regime”<sup>18</sup>. Em o *Manifesto Comunista*, afirmou-se: “Quando o mundo antigo declinava, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às

<sup>17</sup> Nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1932), encontrou-se a seguinte citação sobre a propriedade privada: “Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade – ou melhor, é o escravo liberto da propriedade fundiária -, assim se repete junto da apreensão científica da essência subjetiva da propriedade privada, do trabalho, e do trabalho que aparece em primeiro lugar somente enquanto trabalho de cultivo da terra (*Landbauarbeit*), mas [que] se faz valer depois como trabalho em geral. Toda riqueza tornou-se riqueza industrial, riqueza do trabalho, e a indústria é o trabalho completado, assim como essência fabril [é] a essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho, e o capital industrial é a figura objetiva tornada completa da propriedade privada. (MARX, 2010a, p.102).

<sup>18</sup> No caso específico do *Ancien Régime*, os reis governavam a França com o auxílio de ideias como a do “Direito Divino dos Reis”. Seu último representante foi Luís XVI (1754 - 1793), da dinastia Bourbon, que morreu guilhotinado pela burguesia.

ideias Iluministas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária.”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 57). Os burgueses desejaram fundar para si seu próprio Estado, tradição jurídica e visão de mundo que contrastavam com alguns dos paradigmas da aristocracia<sup>19</sup>. Segundo a concepção jurídica e de mundo, em *O socialismo jurídico*:

Tratava-se da secularização da visão teológica. O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 18).

As investigações concretas de Marx mostraram que os liberais eram ineficazes em consumir seu próprio ideal democrático. Tomou-se como demonstrativo os lemas da Revolução Francesa (1789) *Liberté, Egalité, Fraternité*, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, propagavam os republicanos franceses, mas para quem? Escreveu Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1852): “O sufrágio universal parece ter sobrevivido só o tempo o suficiente para redigir de próprio punho o seu testamento diante dos olhos do mundo inteiro e declarar pessoalmente, em nome do povo: “Tudo o que existe merece perecer”.”. (MARX, 2011d, p. 31). A frase entre aspas na citação de Marx acima foi dita pelo demônio Mefistófeles, um dos personagens principais no poema trágico *Fausto*, peça para teatro escrita em duas partes por Johann Wolfgang von Goethe (1749 –1832).

A criação literária do autor durou o esforço e erudição de várias décadas. Foram 60 anos até encontrar a versão definitiva em 1808. O Fausto da poesia foi inspirado na vida de um Fausto sujeito histórico e que representa fielmente a clivagem entre o sujeito medieval e o sujeito moderno, uma vez que carrega os incômodos do espírito de épocas diferentes. Se, por um lado ele tem como essência existencial o desvendar dos mistérios da natureza por meio das ciências, por outro lado, o alcança com base nas crenças diabólicas e teocêntricas representadas pela concepção de sagrado da idade média. A narrativa oriunda do protagonista que vendeu a alma ao diabo operou como um protótipo social de indivíduos acusados do mesmo feito, como o próprio Doutor Johannes Georg Faust (1480 – 1540), contemporâneo de Paracelso (1493 – 1541), Nostradamus (1503 – 1566) e Galileu Galilei (1564 – 1642). Abaixo a estrofe:

---

<sup>19</sup> Não faltaram fontes para a produção das concepções filosóficas burguesas: racionalismo inglês, iluminismo francês e o esclarecimento alemão foram cruciais.

Não ponho eu mira na posse do que o mundo alcunha *gozos*. O que preciso e quero, é atordoar-me. Quero a embriaguez de incompatíveis dores, a volúpia do ódio, o arroubamento das sumas aflições. Estou curado das sedes do saber; de ora em diante às dores de todas escancaro est’alma. As sensações da alma humana em peso, quero-as e dentro de mim; seus bens, seus males mais atrozes, mais íntimos se entranhem aqui onde à vontade a mente minha os abraça, os tacteie, assim me torno eu próprio a humanidade; e se ela ao cabo perdida for, me perderei com ela. (GOETHE, 2022, p.135).

Durante a “Revolução Francesa”, (1789) Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) e seus correligionários combateram a nobreza desprezando as normas aristocráticas da etiqueta militar<sup>20</sup>. A burguesia utilizou-se de todas as táticas de terror disponíveis para continuar vencendo a *luta de classes*. Desde a antiguidade, as falanges gregas foram sofisticadas pela tecnologia romana; No período medieval, os cavaleiros foram armados com malhas de ferro, lanças e grandes espadas; No início do século XV, a pólvora propiciou o desenvolvimento das armas de fogo capazes de gerar danos à distância. De forma que cada grupo social desenvolveu suas próprias matérias estratégicas e táticas de guerra. Foi da rivalidade entre burgueses e nobres, por exemplo, que se produziu a guilhotina, aparelho de decapitação mecânica criada pelo médico Joseph Ignace Guillotin (1738 – 1814). Em 1789, Guillotin propôs o uso da ferramenta para a execução da pena de morte dos inimigos políticos.

Com o avanço do capitalismo e suas estruturas estabelecidas na divisão social do trabalho, a *luta de classes* tomou sua versão mais categórica. Os conflitos sociais não podiam cessar em um sistema que se retroalimenta como uma serpente do *status quo* abocanhando a própria calda. As grandes navegações e a ocupação violenta intercontinental consolidaram o capitalismo enquanto sistema mundial. Este processo conduzido pela lógica do capital organizou e determinou as relações sociais da colonização. As forças econômicas prescindiram da generalização das relações burguesas, porquanto foi o *leitmitov* do capitalismo, seu “motivo condutor”, em alemão. Tornou-se possível então, racionalizar as particularidades históricas e as idiosincrasias societárias que exigem novas posturas metodológicas e estratégicas adequadas ao capitalismo e sua superação em contextos territoriais mais variados. Um exemplo foi a produção do Estado brasileiro, país constituído

---

<sup>20</sup> As revoluções burguesas desencadeadas da Inglaterra no final do século XVII e início do século XVIII, a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1776) foram essenciais para formação dos Estados nacionais que possuíam como pressuposto o modo de produção capitalista.

na periferia do sistema capitalista mundial e cujo centro de pulsação econômica estava no ultramarino continente europeu. (TEIXEIRA, 2006)<sup>21</sup>. Domenico Losurdo explicou que:

Além da “exploração (*Ausbeutung*) do trabalho”, que no âmbito de um único país condena o trabalhador à “escravidão moderna”, *Miséria da Filosofia*, o *Manifesto Comunista* e outros textos coevos denunciam a “exploração (*Exploitation*) de uma nação sobre outra”, isto é, a “exploração (*Exploitation*) entre povos”. (LOSURDO, 2015, p. 25).

O antagonismo de classes encontrou um novo ápice com o escravismo moderno. As grandes entidades comerciais agitadas pelo *modus operandi* mercantil utilizaram-se não só de estratégias materiais, como a tecnologia de navegação ou de armamento, a dominação também ocorreu de feito ideológico, subjetivo e espiritual. A expansão da filosofia burguesa, enquanto provedora de doutrinas econômicas e de artifícios específicos de governo, foi financiada pelo comércio e pela força de trabalho do escravizado africano e dos nativos. São partes constitutivas da mesma totalidade social e podem ser investigadas pelos Estados e seus direitos escravocratas. Inseridos no contexto de concorrência econômica, os Estados europeus buscaram aperfeiçoar a acumulação de capital e consideraram o restante do mundo como possibilidades de expansão territorial e propriedade privada<sup>22</sup>. Os não-brancos foram convertidos em espécies de “posses moventes”, de “primitivos” e “selvagens”. A democracia liberal apareceu como burla para o resto da humanidade não-europeia, afinal, não era para todos e aprofundava as contradições econômicas. O filósofo Achille Mbembe em *Crítica da razão negra* explicou: “O Negro é, portanto, o corpo-objecto e a mercadoria que passa de uma a outra forma e, quando chega à fase terminal, atingida a exaustão, sofre uma desvalorização universal.”. (MBEMBE, 2014, p.142)<sup>23</sup>. Salvo algumas particularidades históricas, a objetificação também foi imposta a outras classes nativas e étnicas nos continentes colonizados pelo globo. Explicou o historiador Eric Hobsbawm em *A era do capital*, que o:

<sup>21</sup> O economista Rodrigo Alves Teixeira trata no artigo *Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do Sistema Capitalista Mundial* de uma análise crítica da historiografia que parte de uma leitura de Marx para o resgate da herança da dialética hegeliana, na compreensão da concepção marxiana da história.

<sup>22</sup> Nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1932), de Marx, encontrou-se a seguinte passagem sobre a relação dos trabalhadores com a propriedade privada: “A produção produz o homem não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado (*entmensches Wesen*) tanto espiritual quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas.”. (MARX, 2010a, p. 92-93).

<sup>23</sup> A obra *Crítica da Razão Negra* (2014), do filósofo camaronês Achille Mbembe (1957) trouxe os temas do racismo e da colonização de forma crítica. Sua reflexão acerca do devir-negro no mundo evidenciam os estratégias e performances do capitalismo.

[...] capitalismo poderia somente vir a minar as bases agrárias da estabilidade política, especialmente às margens ou dentro da periferia dependente do Ocidente desenvolvido. Economicamente, como vimos, a transição para a produção de mercado, e especialmente a exportação de monocultura, rompia as relações sociais tradicionais e desestabilizava a economia. Politicamente, a “modernização” implicava, para aqueles que desejavam promover esse processo, uma colisão frontal com o principal apoio do tradicionalismo, a sociedade agrária [...]. (HOBSBAWM, 2020, p. 278-279).

À vista desta concepção da história refletir a estratégia marxista tornou-se indispensável, afinal seu ideário transbordou em um poderoso movimento intelectual que influenciou e influencia o mundo em suas organizações sociais, correntes científicas, partidos políticos, movimentos artísticos, culturais e religiosos, e a efetivação de Estados Populares e Revolucionários. Expostos à totalidade social vinculada ao desenvolvimento da categoria da *luta de classes* compreendeu-se que o viés marxista propôs uma história em processo e que está relacionada à divisão do trabalho e a propriedade das terras. Para o pensamento marxista aqueles que controlam a produção material também deteriam o poder sobre os dispositivos espirituais, ideológicos ou metafísicos. Os meios de produção controlados pela classe burguesa deveriam ser tomados e também fundadas novas relações sociais capazes de gerar uma nova humanidade. Ao conjecturar as estratégias de Karl Marx não se tratou de discorrer segundo conceitos, abstrações ou receitas filosóficas pré-fabricadas, mas interpretar as atividades práticas e tomadas de *decisões* sensíveis e factuais dos respectivos episódios em que se basearam o socialismo científico. A seguir, no próximo intertítulo são examinadas algumas referências teórico-práticas cruciais para o marxismo.

### 1.3 Estratégia comunista em Karl Marx

*Decifra-me ou te devoro*<sup>24</sup>. Responder aos enigmas é condição para passagem diante da figura mitológica da Esfinge. Mistério que Karl Marx na atribuição de um verdadeiro Édipo moderno buscou enfrentar diante do capitalismo e suas práticas econômicas, bem como o estabelecimento de vários engenhos de direito dos burgueses. As transformações da estrutura econômica e política atravessaram a classe operária, gerando, colateralmente, a tomada de consciência dos trabalhadores para sua posição social de subordinada. Tal acontecimento é complementar ao despertar da classe operária no campo político e sua assimilação pelos pensadores.

Através da gênese do procedimento materialista, histórico e dialético Marx propôs a derrubada do mundo burguês do patamar de dominância. Esta reivindicação de caráter comunista teve como desafio converter o fim da propriedade dos meios de produção e o potencial capitalismo industrial em uma nova etapa para a sociedade mais justa. Neste sentido, destacou-se da obra *A teoria da revolução no jovem Marx* de Löwy: “A teoria da revolução comunista é evidentemente o momento em que o caráter crítico-prático da obra de Marx aparece com mais nitidez. No interior dessa estrutura particular, todo elemento teórico pode ter, ao mesmo tempo, uma dimensão prática [...]”. (LÖWY, 2012, p. 42). Este postulado norteou a interpretação da presente pesquisa através das referências que privilegia o debate teórico-filosófico e as análises das lutas políticas de fundamental compreensão à estratégia na literatura marxiana. Por meio de *Miséria da filosofia* (1847)<sup>25</sup>, destacou-se:

As condições econômicas primeiro transformaram as massas do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 2017a, p. 146).

Diversos fenômenos ocorridos com a Revolução Industrial contribuíram para a emergência da vontade política do proletariado. O crescimento da grande indústria ampliou o número de operários que irromperam contra a burguesia. Proliferaram os movimentos de

---

<sup>24</sup> Na tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, redigida em meados de 427 a. C., Édipo é desafiado a responder o enigma da Esfinge que guardava os portões da cidade de Tebas.

<sup>25</sup> Esta obra foi dirigida diretamente contra o proudhonismo e é fundamental para elucidação da missão da classe trabalhadora diante da necessidade de remodelagem comunista da sociedade.

trabalhadores ante o cenário de desvelamento das falácias entre a identidade do trabalho, o capital e o progresso do coletivo, por meio da iniciativa privada. Esclareceu Engels em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880): “O conjunto de ideias que representa o socialismo moderno é o reflexo, na inteligência, de um lado, da luta de classes que reina, na sociedade, entre possuidores e os espoliados, entre os burgueses e os assalariados, e, de outro lado, da anarquia que reina na produção.”. (ENGELS, 2010b, p. 51). Logo, da própria realidade construída pelo capitalismo emergiu sua antítese que contestou a ordem e a capacidade da burguesia em desenvolver as comunidades socialmente, filosoficamente e economicamente de forma justa.

Friedrich Engels desenvolveu importante papel na elaboração do campo teórico do comunismo. Este principal colaborador de Marx, afirmou que: “O socialismo é, para os utopistas, a expressão da verdade, da razão, da justiça absoluta, e conquistará o mundo pela força imanente da própria virtude.”. (ENGELS, 2010b, p. 63). O autor argumentou que tal posicionamento estava profundamente arraigado às crenças disponíveis, às condições de vida e à cultura das massas proletárias. Entre os socialistas utópicos, Engels destacou os franceses Saint-Simon (1818 – 1825) e Charles Fourier (1772 – 1837) e o inglês Robert Owen (1771 – 1858). Foi através das descobertas da compreensão materialista da história e das análises da produção capitalista, que se abriu a nova perspectiva para o socialismo científico. Expressou Engels: “[...] a velha concepção idealista da história, que ainda sobrevivia, não conhecia nem guerras de classes baseadas em interesses materiais, nem qualquer interesse material [...]”. (ENGELS, 2010b, p. 71). Portanto, o socialismo utópico possuía a potência de oposição ao capitalismo, porém não o explicava por meio dos moldes teóricos. Nesse sentido, já existia a meta anticapitalista como forma de solução dos antagonismos produzidos pelo seu modelo econômico e político. Explicou Engels sobre o socialismo científico:

O proletário apodera-se do poder político e transforma, por meio desse poder, em propriedade social os meios de produção sociais, que escapam das mãos da burguesia. Por esse ato, priva-lhes de seu caráter de capital; dá plena liberdade a seu caráter social de se afirmar, torna possível a organização da produção social segundo um plano predeterminado. O desenvolvimento da produção faz da existência das classes sociais um anacronismo. A autoridade política do Estado desaparece com a anarquia social da produção. Os homens, senhores, enfim, do seu próprio meio de associação, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmo, livres. (ENGELS, 2010b, p. 94).

Em *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*, destacou-se: “[...]o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho

determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas [...]” (MARX, 2017c, p. 882). As necessidades de conservação da vida são ampliadas à medida em que as forças produtivas são mobilizadas. Para Marx, os produtos do trabalho devem ser valorizados segundo a realidade sensível e às suas qualidades intrínsecas. Elucidou o pensador:

[...] a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade. Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica. (MARX, 2017c, p. 883)

Mediante a mobilização das ideias filosófico-políticas na invenção do socialismo científico pelo materialismo histórico é possível identificar duas frentes táticas basilares de estratégia e compreensão. Uma que possui como cerne compreender o movimento de constituição da realidade social no capitalismo, na qual, a base é a exploração do trabalho pelo capital, sua incoerência e antagonismo interno, bem como suas dinâmicas de estruturação e lógica de funcionamento. E outra, que pretende oferecer uma perspectiva proletária e revolucionária diante do conflito entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Um exemplo da primeira tática é a *teoria do mais-valor* que, entre múltiplos entendimentos oferecidos para a compreensão do capitalismo, deflagrou a mentalidade das relações humanas pautadas pelo interesse do lucro. Marx apontou a necessidade da batalha política pela supressão dos trabalhos assalariados. Isso ocorreu, porque, segundo suas análises, o salário pago aos trabalhadores não é calcado no conjunto de riquezas produzidas, mas na exploração da força de trabalho. Sobre o conceito de mais-valor relativo destacou-se de *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*:

[...] enquanto na produção do mais-valor, na forma até aqui considerada, o modo de produção foi pressuposto como dado, para a produção do mais valor por meio da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho é absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como ele foi historicamente herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração. Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho, reduzir o valor da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem que revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto revolucionar o próprio modo de produção. (MARX, 2017b, p. 389).

O segundo exemplo de frente, mais prática, é a categoria da Ditadura do Proletariado ou República Democrática. Em Marx inexistiu exposição teórica ou organizada para a Ditadura do Proletariado ou República Democrática em uma bibliografia. As estruturas sociais, políticas e da própria consciência humana são formadas a partir das condições materiais de produção da vida. No sentido de que o Estado não é arbítrio das teorias políticas ou da vontade humana individual, mas sim, um artifício de poder das classes dominantes. O Estado burguês, por exemplo, nasceu da consequência das disputadas dos interesses de classes divergentes e da necessidade de controle que os economicamente dominantes reuniram e exerceram. Em o *Manifesto Comunista*: “Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 57) Portanto, foram desenvolvidos projetos que devem ocorrer tanto para a tomada de poder pela classe trabalhadora, como para a emancipação do mundo do trabalho e a posse compartilhada dos recursos materiais.

O estágio inferior da revolução radical deve ser interpretada como um meio ou etapa para a composição da República Democrática, uma fase que não pode ser compreendida sem a outra. Através do entendimento dominação do Estado burguês, sinalizou-se também a necessidade de que este modelo deveria ruir e dar lugar ao proletário. Escreveu Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*: “Cumprir esse ato que libertará o mundo, eis a missão histórica do proletariado moderno.” (ENGELS, 2010b, p. 94). Desse elemento é que surgiu a estratégia de mudança social através da ação revolucionária, como reação às contradições do capitalismo: “A produção tornou-se um ato social; a troca e, com ela, a apropriação transformam-se em atos individuais: o produto social é apropriado pelo capitalista individual.” (ENGELS, 2010b, p. 92). Defendeu Marx no texto *Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano*:

A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato *político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o *socialismo* se desfaz do seu invólucro *político*. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 52).

A seguir, na presente pesquisa, problematizou-se “como” e “por que”, nas concepções de Marx, as instituições do Estado são estabelecidas a partir das relações materiais da vida. Em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843) Marx desenvolveu a ideia de que não são os conceitos ou as abstrações que determinam os direitos defendidos pelo

Estado, mas sim os interesses econômicos. O Estado e suas instituições não podem ser compreendidos por si mesmos, pois carecem da análise dos poderes sociais e políticos que o determinam. Afirmou: “Hegel parte do Estado e faz do homem o Estado subjetivado; a democracia parte do homem e faz do Estado o homem objetivado. Do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo a constituição.”. (MARX, 2013, p. 56). Diferente de Hegel, Marx não discernia o Estado burguês como uma esfera neutra ou que seria responsável por efetivar a liberdade individual. Além de conceber o Estado como elemento da vida social, Marx também o compreendeu como oposto a sociedade civil<sup>26</sup>, que foi o termo empregado por Hegel para categorizar as relações sociais independentes da família e do Estado, o comércio, etc. Criticou Marx:

A essência das determinações do Estado não consiste em que possam ser consideradas como determinações do Estado, mas sim como determinações lógico-metafísicas em sua forma mais abstrata. O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica. (MARX, 2013, p. 44).

Em sua tese contra o pensamento idealista, Marx discordou da visão de que a filosofia da autoconsciência levava ao desenvolvimento histórico de uma autoconsciência. O idealismo de Hegel, na Alemanha do Século XIX, ocupou um lugar de destaque entre os intelectuais. Neste contexto pairou o juízo de que os elementos formulados pelo exercício da razão eram capazes de determinar a realidade. Em *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (1845) afirmou que: “Hegel faz do homem o homem da autoconsciência, em vez de fazer da autoconsciência a autoconsciência do homem, do homem real, e que, portanto, vive também em um mundo real, objetivo, e se acha condicionado por ele.”. (MARX & ENGELS, 2011, p. 215). Marx, em *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer, e Stirner*,

---

<sup>26</sup> Sociedade civil é uma termo muito importante para a Filosofia Política de Hegel que proporciona ao conceito a aspiração da completa conciliação entre os indivíduos e o Estado. Marx, por sua vez, denunciou que a relação da sociedade civil com o aparelho estatal impõem-se através da *luta de classes*, portanto, das desigualdades, das explorações, da concentração da propriedade privada, etc. Lemos em *Princípios da Filosofia do Direito* (1820), de Hegel: “Assim como na sociedade civil o direito em si se torna lei, assim a existência anteriormente imediata e abstrata do meu direito individual adquire, na existência da vontade e do saber universais, a significação de algo que é reconhecido como existência. É, pois, com a forma que lhes dá este género de existência que as aquisições e os atos de propriedade deverão ser empreendidos e efetuados. A propriedade funda-se, então, no contrato e nas formalidades suscetíveis de o autenticar e fazer juridicamente válido.”. (HEGEL, 1997, p. 193).

*e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1846) elaborou a concepção do materialismo histórico e do materialismo dialético. “Ao produzir os seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (MARX & ENGELS, 2007, p. 87). Isto é, os meios de vida dependem dos meios prévios existentes e os meios não são meramente reproduções físicas, mas “modos de vida”. “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (MARX & ENGELS, 2007, p. 87). Explicou George Lukács em *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista* (2003):

Essa mudança contínua das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais em sua ação recíproca, dialética e contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade *determinada* na qual ela funciona fazem com que a concepção dialética da totalidade seja única a compreender a *realidade como devir social*. (LUKÁCS, 2003, p. 85).

No texto *Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano*, Marx defendeu que: “Toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido, ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*, nesse sentido, ela é *política*.”. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 51). Neste contexto de meta de transformação da sociedade é preciso também considerar o entendimento do socialismo científico sobre o princípio capitalista da propriedade privada e a dependência de uma organização social que a determina. Atrelados ao âmbito burguês do direito, o combate entre os interesses de classes tornaram-se evidentes. De um lado, os proprietários das fábricas, latifúndios e empresas, e de outro, aqueles que possuem apenas a força de trabalho para vender. No Estado burguês, os militares, seu braço armado, defenderiam a vontade dos capitalistas e não os direitos dos trabalhadores ou a organização e a participação política destes. A justiça é a quididade dos valores dos mais ricos, fazendo valer, exclusivamente, seus costumes legais e expropriadores. Estes costumes na prática constroem o cerne burguês da igualdade perante a lei, pois a legalidade no sistema é oriunda do interesse dos poderosos. Em *O socialismo jurídico* (1887), obra elaborada pela parceria com Friedrich Engels e Karl Kautsky (1854 – 1938), afirmou-se que:

A classe trabalhadora – despojada da propriedade dos meios de produção no curso da transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade – não pode exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia. Só pode conhecer plenamente essa condição se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas. A concepção

materialista da história de Marx ajuda a classe trabalhadora a compreender essa condição de vida, demonstrando que todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas, etc. – derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos. Está posta com ela a concepção de mundo decorrente das condições de vida e luta do proletariado; à privação da propriedade só podia corresponder a ausência de ilusões na mente dos trabalhadores. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 21).

A partir de *Os despossuídos* (1842) Marx refletiu sobre o direito de uso da terra. Demonstrou que as legislações liberais estão condicionadas ao direito privado, embora não houvesse este direito vigente, tampouco o ofereciam na prática. O estamento burocrático baseado no interesse privado: “[...] sempre é covarde, porque seu coração, sua alma, é objeto exterior que sempre pode ser tirado dele e danificado.” (MARX, 2017d, p. 92). A ideologia jurídica do patrimônio material e sua defesa tem mais valor que o direito factual de possuí-lo. Para o pensador:

O interesse privado é esperto o suficiente para extrapolar essa consequência no sentido de fazer com que sua forma mais limitada e pobre se torne o limite da regra da ação do Estado, do que inversamente decorre, à parte a degradação completa do Estado, que os meios contraditórios à razão e ao direito são postos em movimentos contra o réu, pois o escrúpulo máximo para com o interesse da limitada propriedade privada descamba para a inescrupulosidade desmedida para com o interesse do réu. (MARX, 2017d, p. 98).

Se a lógica da cabeça da esfinge capitalista é o mais-valor, o direito privado correspondeu ao corpo legal que efetivou e deu sustentação aos valores da burguesia. O direito configurou-se como território de disputa política. O que significou, estrategicamente dizendo, a ação no direito em busca de transformação das consciências, órgãos mentais, emocionais e psíquicos. Uma nova sociedade contra o Estado capitalista surge, portanto, da transformação da vida. À vista disso, os elementos das relações burguesas deveriam perder a posição dominante e seus significados, costumes diante de si, da sociedade e do mundo, substituídos por um novo conjunto ideológico jurídico. A propriedade privada ficou compreendida como resultado do trabalho desposado, da vida desposada e, também, como o meio que permite a realização do desapossamento através do direito burguês. Assim: “A ordem social atual dá aos proprietários de terras e aos capitalistas o “direito” a uma parte – a maior – dos produtos gerados pelos trabalhadores.” (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 33). Tão pouco, a ordem e sua estrutura burocrática, não deveriam ser enfrentadas. Em *O socialismo jurídico*, Engels e Kautsky afirmaram:

Marx compreende a inevitabilidade histórica e, em consequência, a legitimidade dos antigos senhores de escravos, dos senhores feudais medievais etc. como alavancas

do desenvolvimento humano em um período histórico delimitado; do mesmo modo, reconhece também a legitimidade histórica temporária da exploração, apropriação do produto do trabalho por outros; mas demonstra igualmente não apenas que essa legitimidade histórica já desapareceu, mas também que a continuidade da exploração, sob qualquer forma, ao invés de promover o desenvolvimento social, dificulta-o cada vez mais e implica choques crescentemente violentos. (ENGELS & KAUTSKY, 2012, p. 34).

A Filosofia Política é marcada pelos interesses das classes que as constituíram. É recorrente o apontamento de que Karl Marx ou Friedrich Engels não pertenceram enquanto sujeitos individuais à classe operária, ou seja, que o socialismo seria uma criação da burguesia. No entanto, este movimento político já era uma força histórica presente de antemão, originada genuinamente, sendo estes pensadores dois contribuintes e interpretes dentre vários, que sustentaram as ideias dessa classe e assumiram sua luta. A própria exigência intelectual da linguagem e a situação das massas de trabalhadores europeus do século XIX apresentou um antagonismo social que privava o proletariado de produzir sua estratégia científica de próprio punho. Afinal, à classe trabalhadora não era lícito o direito à formação filosófica adequada. O proletariado, no sistema burguês, tem seus corpos e consciências capturados. Foram imersos em uma projeção dominante que promoveu valores como a educação, liberdade ou justiça, mas não possuía o interesse em resolver as contradições internas, uma vez que o domínio burguês existiu e operou em função delas.

No *Manifesto Comunista* (1848)<sup>27</sup>, considerando os países cujo Estado burguês foi consolidado, as táticas de conquista do poder pelos trabalhadores deveriam passar pela tomada dos meios de produção e o domínio do Estado via conquista política. Orientou-se:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo.
6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.

---

<sup>27</sup> De acordo com Lênin, em *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo e a tarefa do proletariado na revolução*, no *Manifesto Comunista*: “[...] faz-se o balanço geral da história, que obriga a ver no Estado o órgão de dominação de classe e conduz a conclusão necessária que o proletariado não pode derrubar a burguesia sem ter conquistado antes o poder político, sem ter alcançado a dominação política e sem ter transformado o Estado em “proletariado organizado como classe dominante, e de que esse Estado proletário começará a definir logo após sua vitória, porque, numa sociedade sem contradições de classe, o Estado é desnecessário e impossível.”. (LÊNIN, 2017, p. 51).

7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
9. Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.
10. Educação pública e gratuita a todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Associação da educação com a produção material etc. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 58).

Ao buscar a superação do capitalismo diante da tessitura de pensamento de sua época, a *weltanschauung*, em alemão, visão de mundo, de Marx, procurou com a abordagem materialista superar o pensamento puramente teórico-filosófico. A visão de que a história é governada por leis permitiu a ideia de que estas mesmas leis poderiam ser conhecidas e sobrepujadas. O *mais-valor* é um exemplo. Ele desmascara a cabeça da esfinge capitalista, revelando a subjetividade que se auto-objetiva como sujeito universal. Tornou-se possível, através da crítica à economia política, descrever o processo pelo qual os capitalistas assumiram o controle sistema de trabalho e, por isso, exerceram poder sobre a consciência da classe trabalhadora assalariada. Em *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital* (1867), Marx escreveu: “O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação.”. (MARX, 2017b, p. 78). A finalidade da publicação foi desvendar a lei econômica que fundamenta as sociedades modernas que, embora, os objetos da exposição estejam atados à ocasião econômica da Inglaterra, as críticas devem alcançar todos os tentáculos do capitalismo mundial. O fenômeno capitalista apresentou-se como uma imensa rede de relações que se instalou e funcionou contíguo à circulação das mercadorias<sup>28</sup>. (MARX, 2017b). O pensador exibiu a transformação do dinheiro em capital, que se consuma em harmonia com as leis econômicas de produção das mercadorias e o direito à propriedade delas derivado. Explicou Marx, no *Livro I*, de *O Capital*:

- 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador;
- 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui um mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último;

<sup>28</sup> Georg Lukács explicou em *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*, que: “Como se sabe, a troca de mercadorias e as relações mercantis subjetivas e objetivas correspondentes já existiam em etapas muito primitivas do desenvolvimento da sociedade. Mas o que importa *aqui* é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade.”. (LUKÁCS, 2003, p. 194-195).

3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador. (MARX, 2017b, p. 660).

O fenômeno econômico entendido como um processo histórico-natural: “[...] pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.”. (MARX, 2017b, p.80). Há uma lista com os tipos de produção que representam as épocas progressivas da formação das sociedades pelo capitalismo. Podemos observar nos *Grundrisse* (1939)<sup>29</sup>, de Karl Marx, a descrição dos seguintes modos: primitivo sem estado, asiáticos, antigo, feudal, burguês e socialista. Os estágios apresentam derivações e afetações entre si e adotam certa uniformidade no tocante em que atingem o mesmo patamar. A respeito da padronização da economia pelo capitalismo:

[...] é praticamente certo que, por exemplo, por mais que o padrão de trabalho necessário possa diferir nas várias épocas e em vários países, ou por mais que sua taxa possa mudar em consequência da alteração dos preços da matéria-prima, ou sua quantidade e taxa possam mudar em consequência da demanda e oferta de trabalho, a qualquer época dada o capital deve considerar e se conformar ao padrão como um padrão fixo. (MARX, 2011c, p. 692).

O demiurgo da sociedade capitalista ou aquilo que opera como princípio organizador é, portanto, a produção da mercadoria e como ela era produzida. As classes manifestam-se, por exemplo, em relação às esferas dos produtos da agricultura, pecuária, mineração, indústria, do comércio... O sujeito dito capitalista é somente aquele que detém os meios de produção e que contratam os trabalhadores assalariados para, a partir daí, alcançar o excedente econômico, “o mais-valor ou mais valia”. Explica-se: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo.”. (MARX, 2017b, p. 114). Toda mercadoria possui em comum ser um corpo que é fruto do trabalho social necessário, cujas atividades produtoras não são unívocas, mas, mormente diversificadas, hierarquizadas e antagônicas. “Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos.”. (MARX, 2017b, p. 146).

As diferentes mercadorias espelham os caracteres das relações sociais, não agregam apenas o valor do trabalho em si, mas o que em uma percepção irreal e infundada aparece em

---

<sup>29</sup> Este material bibliográfico esteve sob controle político da União Soviética.

corpos sobrenaturais e fantasmagóricos. “Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens [...]”. (MARX, 2017b, p. 148). A mercadoria torna-se uma espécie de “hieróglifo social”. Coube, no interior da estratégia teórica de guerra contra o capitalismo, desmitificar tais falsas projeções. Marx cunhou de “fetichismo” o fenômeno que elimina a objetividade dos produtos e os transformam em aparência.

Assim sendo, as categorias de valor de uso e o valor de troca assumem uma papel muito importante na reflexão de Marx, uma vez que nos impulsiona a compreender as propriedades reais das mercadorias produzidas pelo trabalho. O pensador estava interessado em explicar de que modo histórico a economia capitalista operava e para tanto detectou que a regulação das trocas das mercadorias reais possuíam também um valor subjetivo ou relativo que lhe é intrínseco. Em *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital* lemos: “As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor.”. (MARX, 2017b, p. 124). Nesse sentido, existe uma valor social construído com a mercadoria, que não expressa apenas do valor de uso que determinado objeto possui, mas também o valor abstrato criado pelas próprias condições históricas.

O ativista e pensador Roman Roldolsky (1898 – 1967) interpretou as descobertas de Marx sobre os estudos dos *Grundrisse* através da obra *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx* (1968). Neste trabalho, Roldolsky discutiu a trajetória teórica de Marx sobre o capitalismo, de 1844, até “O Capital”, e a influência de Marx em pensadores como Lênin e outros expoentes marxistas. O autor abordou, por exemplo, as três classes sociais fundamentais na ordem capitalista. “Para valorizar-se, o capital deve encontrar constantemente uma classe de pessoas que não possuem meios de produção e que, por isso, só ao preço de realizar um mais-trabalho conseguem obter uma participação do valor que criam.” (ROLDOLSKY, 2001, p. 43). Distinguiu Marx que assalariados, capitalistas e os proprietários fundiários, constituem as três classes da sociedade moderna, estabelecida pelo modo de produção do capitalismo. (MARX, 2017d). Estes três grupos são diversificados com base em seus próprios rendimentos. Os assalariados vivem dos salários, os capitalistas do lucro da renda e da valorização da força de *trabalho* enquanto os fundiários de seus capitais e

propriedades. Nos *Grundrisse* também foram descritos dois processos formais e qualitativos quando é considerada a troca entre capital e trabalho:

- 1) O trabalhador troca sua mercadoria, o trabalho, o valor de uso que, como mercadoria, também tem um *preço*, como todas outras mercadorias, por uma determinada soma de valores de troca, determinada soma de dinheiro que o capital lhe cede.
- 2) O capitalista recebe em troca o próprio trabalho, o trabalho como atividade que põe valor, como trabalho produtivo; *i.e.*, recebe a força produtiva que conserva e multiplica o capital e que, com isso, devém força produtiva e força reprodutiva do capital, uma força pertencente ao próprio capital. (MARX, 2011b, p. 213).

Ao expor alguns dos membros da esfinge capitalista, com o objetivo de compressão dos elementos teóricos e práticos da estratégia de Marx, é possível concluir como foi determinante para o socialismo científico a meta de findar o modelo social baseado na exploração dos trabalhadores. Os meios estratégicos localizados na obra marxiana possuem em comum a completa emancipação do caráter capitalista da sociedade. Tal emancipação pode ser interpretada como a grande meta da luta do socialismo científico.

Em *Sobre a questão judaica* (1844) destacou-se a que emancipação política representou um grande progresso, contudo: “[...] não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos aqui falando de emancipação real, de emancipação prática.” (MARX, 2010b, p. 41). De modo que não são apenas os direitos políticos que deveriam ser reconfigurados pelas forças revolucionárias, mas também a produção de associações na sociedade mais dignas à condição humana. Concluiu Marx em *Sobre a questão judaica*:

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*. (MARX, 2010b, p. 54)

A seguir, destacou-se, a centralidade do proletariado para a interpretação das estratégias de Karl Marx na presente dissertação.

#### 1.4 O proletariado enquanto classe revolucionária

É célebre o lema político: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. A frase aparece em reivindicações das organizações comunistas que tiveram como influências o socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels. Uma das medidas pautadas pelo comitê alemão e que fora impresso no exílio, por volta de 30 de março de 1848, expressou a quarta demanda presente no documento de *Reinvindicações do Partido Comunista da Alemanha*: “Armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe de apenas consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção”. (MARX & ENGELS, 2010b, p. 53). Esta ideia de exército não é somente o princípio de ataque ou de defesa da classe trabalhadora. Ela foi escrita frente ao contexto histórico de convulsões sociais que varreram a Europa e boa parte das colônias na América<sup>30</sup>. Referendou também a organização do trabalho, uma vez que esta legião de operários deveria participar da produção. A questão fundamental deste contexto de luta política foi desvendar porque no relacionamento entre o trabalhador assalariado e o burguês, os benefícios resultavam sempre desproporcionais e a favor daqueles que estão no poder do Estado. Para demolir o edifício capitalista e retirar o proletariado da domesticação seria necessária uma emancipação humana cujo uso da força material seria uma das opções. Salientou Marx em *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (1843):

O proletariado começa a se formar na Alemanha como resultado do emergente movimento *industrial*, pois o que constitui o proletariado não é a pobreza *naturalmente existente*, mas a pobreza *produzida artificialmente*, não a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da *dissolução aguda* da sociedade e, acima de tudo, da dissolução da classe média, embora seja evidente que a pobreza natural e a servidão cristão-germânica também engrossaram as fileiras do proletariado. (MARX, 2013, p. 162)

Na *Apresentação de As lutas de classes na França* redigido por Engels em 1895, o pensador coloca que o poderoso exército do proletariado não conseguiu atingir o alvo “[...] se ele, longe de conquistar a vitória de *um só golpe*, é obrigado a avançar lentamente de uma posição a outra mediante a luta dura e renhida, isso demonstra de uma vez por todas como era impossível conquistar em 1848 a reorganização social [...]”. (ENGELS. 2012a apud MARX,

<sup>30</sup> No Brasil, em 1848, ocorreu a “Revolução Praieira” na província de Pernambuco. Os conflitos violentamente reprimidos aconteceram entre conservadores e os praieiros.

2012a, p. 17)<sup>31</sup>. Estas posições não surgem apenas de plataformas teóricas ou prescritivas, mas com a autoridade das experiências factuais que constituíram o proletariado de práxis revolucionária. Em *A teoria da revolução no jovem Marx* (1970), Michael Löwy elucidou que:

A atitude dos trabalhadores durante as conjunturas revolucionárias traduz o caráter eminentemente prático da tomada de consciência: a experiência da ação popular armada, a exacerbação dos conflitos sociais, a desmistificação dos “grandes homens” das camadas dominantes, numa palavra, a *práxis revolucionária* traduz-se no nível da consciência da vanguarda e das massas pela radicalização das aspirações igualitárias e pela eclosão do projeto de autolibertação. (LÖWY, 2012, p. 46-47).

Um exemplo da desmistificação dos “grandes homens” ou de quebra do “mito do burguês salvador” pode ser ilustrado por meio dos escritos de *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1852). A obra criada entre 1851 e 1852 é uma análise do golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte, destacou o papel fundamental da *luta de classes* e do caráter contraditório da democracia liberal. Na França, a república triunfou sobre a monarquia por que “[...] teve o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequenos-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo.” (MARX, 2011d, p. 34-35). E, por outro lado, após sua própria Constituição: “O partido proletário figurou como apêndice do partido democrático pequeno-burguês, sendo traído por este e abandonado à própria sorte [...]”. (MARX, 2011d, p. 55). Em outras palavras, na etapa revolucionária, a classe trabalhadora possuiu o dever de integrar os pleitos de guerra, mas quando as novas instituições se consolidaram foi afastada a favor dos interesses de uma nova minoria de beneficiados pela reestruturação do sistema político. Neste paradigma, observa-se como a agência revolucionária sucumbiu diante de diferentes rebeliões burguesas “com” e depois “contra” o proletariado. Marx denunciou em seu tempo a destruição reacionária da imprensa, a vigilância da polícia em reuniões populares, o estado de sítio, a substituição dos júris por militares, a submissão da educação pública aos religiosos e a repressão dos movimentos da sociedade por meio do Estado contra os interesses da classe trabalhadora. (MARX, 2011d).

---

<sup>31</sup> No texto de Lênin intitulado *Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo)* (1914) destacado do livro *Marx pelos Marxistas*, organizado por André Albert, lemos: “Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Retornou a Paris e, de lá, depois da Revolução de Março, à Alemanha, especificamente a Colônia. Ali apareceu, de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849, a Nova Gazeta Renana, de que Marx foi redator-chefe. A nova teoria foi brilhantemente confirmada pelo curso dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849, bem como por todos os movimentos proletários e democráticos ao redor do mundo.” (LÊNIN, 2019b, p. 253-254).

Esta interpretação da estratégia comunista em Karl Marx implicou evidenciação dos significados e métodos desenvolvidos pelos marxistas. A conjuntura, por exemplo, discorre sobre os acontecimentos do ponto vista social, econômico, político e militar. Não pode ser identificada fora das crises e guerras que animaram os fenômenos históricos perscrutados pelos pensadores. É preciso compreender nos bojos de quais estruturas econômicas e sociais são estabelecidos os níveis das forças de produção e a situação do conjunto das classes, como as distinções das categorias profissionais ou dos grupos sociais. Outros elementos passam pela intelecção da superestrutura política e ideológica, na qual são descritas a situação dos movimentos operários de diferentes países, as organizações, grupos e partidos, as respectivas impensas dos espectros políticos, bem como os valores e costumes do coletivo, suas visões de mundo, de doutrinas econômicas e filosóficas.

Para Marx, o papel do proletariado é central e por isso não pode ser apartado de nenhum dos horizontes que dinamizam a realidade social. O período em que se situa o ponto de vista do autor foi agitado por movimentos de emancipação frente à ordem criada pela nobreza e o clero e que fora estremecida através de acontecimentos como a Revolução Inglesa (1642) e a Francesa (1789). Lemos: “A libertação do trabalho tem que ser obra da classe trabalhadora, diante da qual todas as outras classes formam uma só massa reacionária.”. (MARX, 2012b, p. 89). A citação acima compõe o primeiro item do texto final do *Programa do Gotha* que foi escrito em 1875, em Londres, e que consistiu em um projeto de unificação dos partidos socialistas alemães. As teses do programa nos permitem assimilar que em Marx, a classe trabalhadora deve, estrategicamente, aniquilar todas as classes, inclusive a classe trabalhadora enquanto classe. Outra reivindicação revela um dos métodos, como o item 2, tópico 3: “Preparação militar geral. Milícia popular no lugar do exército permanente.”. (MARX, 2012b, p. 90)<sup>32</sup>.

Na visão marxiana ainda não houve revolução. Isto é, ocorreram emancipações sociais que tiveram resultados apenas parciais e insatisfatórios. O proletariado organizado como classe operária teve gênese entre o desenvolvimento industrial e os conflitos político-econômicos. Ele deveria desse jeito atuar como vanguarda da emancipação universal: não

---

<sup>32</sup> Ao refletir a experiência dos anos 1848 até 1851, Lênin em *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo e a tarefa do proletariado na revolução*, afirmou que: “Os trabalhadores precisam do Estado apenas para reprimir a resistência dos espoliadores e dirigir sua repressão, trazê-la à vida; apenas o proletariado está em condições de fazer isso, como única classe revolucionária até ao fim, única classe capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia, por seu completo afastamento.”. (LÊNIN, 2017, p. 47).

apenas de si mesmo, mas de todas as classes. Artigos como *Os despossuídos* (1842) evidenciam a que o pensador edifica seu cerne de defesa dos pobres e miseráveis e que são perseguidos, no caso, pelos proprietários das florestas que os acusavam do furto de madeira. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels postularam que: “Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente.”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 69). Explicou Michael Löwy em *A teoria da revolução no jovem Marx*:

Na história do movimento operário e do socialismo moderno, o período de 1789 a 1830 é uma fase de transição entre o “messianismo burguês” e a ideia da autoemancipação operária, transição que se manifesta de duas formas características: o socialismo utópico e as sociedades secretas (sem falar, é claro, da adesão de camadas de trabalhadores ao jacobinismo e ao bonapartismo, prolongamento mais ou menos direto do mito burguês na classe operária). (LÖWY, 2012, p. 45).

Nesta composição, o proletariado figurou como detentor da força material capaz de dar cabo ao processo de mudanças revolucionárias. Deve, portanto, operar na qualidade de um verdadeiro agente histórico da transformação da humanidade, na qual o proletário, segundo *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (1843): “[...] anuncia a *dissolução da ordem mundial até então existente*, ele apenas revela o *mistério de sua própria existência*, uma vez que ele é a *dissolução fática* dessa ordem mundial.”. (MARX, 2013, p. 162). Marx não enxergava os indivíduos ou políticos como o princípio das mudanças, mas sim as classes sociais. Para ele: “[...] a filosofia encontra suas armas *materiais* no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas *espirituais*[...]”. (MARX, 2013, p. 162). Este é também um dos aspectos primordiais da concepção materialista da história. O ser humano está inserido em uma produção social repleta de imposições estruturais e superestruturais que são vistas como naturais ou universais. Elas correspondem apenas, a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais, e serão alteradas segundo a concepção do socialismo científico.

Marx problematizou em *Crítica do programa de Gotha* (1875) que: ““O trabalho é a fonte de toda riqueza e toda cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e por meio da sociedade, o fruto do trabalho [*Arbeitssertrag*] pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade.””. (MARX, 2012b, p. 23). Segundo a argumentação do autor, a fonte da riqueza é, na verdade, a matéria disponível na natureza, o trabalho existe, por que no mundo natural estão disponíveis os objetos e meios que possibilitam este exercício humano. A utilidade do trabalho pode surgir sem relação com a

sociedade, no entanto, a geração da riqueza não prescinde das relações sociais. Ele aponta a seguinte compreensão: ““O trabalho só se torna fonte de riqueza e da cultura como trabalho social.””. (MARX, 2012b, p. 25). No prefácio redigido por Marx para a *Contribuição à crítica da economia política* (1859) é possível identificar o fundamento de entendimento deste aspecto do materialismo e sua relação com as superestruturas:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 47).

É necessário também verificar elementos de análises correlatas com o suporte de outros tipos de documentos e cartas:

- I. A mensagem do “Comitê Central à Liga [dos Comunistas]”<sup>33</sup> possui um balanço sobre os dois anos de revolução (1848 e 1849). Marx e Engels iniciam o texto com o seguinte prognóstico a respeito da “Liga dos Comunistas”: “[...] os seus membros interviram energeticamente no movimento e porque compuseram a linha de frente da imprensa, nas barricadas e nos campos de batalha, integrando as fileiras da única classe decididamente revolucionária: o proletariado.” (MARX & ENGELS, 2010a, p. 57);
- II. Em *Contribuição à crítica da economia política*: “[...] um povo, por meio de uma revolução, divide a grande propriedade territorial e dá um caráter novo à produção através dessa nova distribuição.”. (MARX, 2008, p. 253);

---

<sup>33</sup> Divulgada como circular em 1850.

- III. Por meio de entrevista a R. Landor<sup>34</sup> identificamos: “[...] uma das formas mais comuns do movimento pela emancipação é a greve. Antes, quando havia uma greve em um país ela era derrotada pela importação de trabalhadores. A Internacional quase acabou com essa prática.” (MARX, 2011a, p. 217).

As três narrativas estratégicas acima são de cariz ligadas a momentos particulares. Localizaram-se, conjuntamente, táticas que caracterizam subsídios mais prático-políticos do que teórico-filosóficos.

Marx e Engels traçaram suas estratégias frente aos movimentos da história e às revoluções da burguesia como possibilidades da superação completa do sistema via revolução proletária. Nas fundações políticas do socialismo científico, os trabalhadores devem muito mais que aguardar o fim do capitalismo. Pelo contrário, à classe produtora organizada e ativa cabe a hegemonia do Estado transitório socialista, e, munida do seu aparelho repressivo, compete executar a meta de aprofundamento do caráter socialista da organização social que é a eliminação das classes e o reino da liberdade emancipatória. Isso significaria socializar os meios de produção e a propriedade privada, até que de forma radical e legítima seja sepultado o capitalismo enquanto modo de produção da sociedade. Esta luta na perspectiva revolucionária não se concebe das estratégias exclusivamente, técnicas ou militares, mas será produzida no campo epistemológico e filosófico também.

Conclui-se das análises das *lutas de classes* perpetradas por Marx: as fases históricas que foram constitutivas para a produção da respectiva categoria de entendimento da realidade social; as criações teórico-práticas do pensador; e, por fim, a centralidade do proletariado enquanto sujeito histórico revolucionário tornaram possível a presente interpretação sobre as estratégias e táticas para o comunismo. Neste sentido, algumas premissas são bastante preponderantes: 1 – O proletariado deve ser elevado à classe dominante; Para tal, tem que dismantelar o poder da burguesia, através da abolição da propriedade privada e do aparato jurídico conformado a favor da minoria. Portanto, trata-se de uma revolução contra o próprio Estado e que visa à completa tomada e exercício de poder das massas; 2 – Marx propôs a abolição da divisão social do trabalho que é correlata à forma de propriedade e ao desenvolvimento das forças produtivas; O poder político não pode ser separado da sociedade

---

<sup>34</sup> Esta entrevista foi publicada em 1871 no jornal *The World*.

civil; Consequentemente, a emancipação social ocorre com o banimento da velha forma da sociedade e a afirmação do interesse geral representado pela vontade dos trabalhadores; 3 – Não basta que as condições sociais atinjam a igualdade; As relações sociais devem ser alteradas; Com isso, a hierarquização, o antagonismo e as contradições societárias, superadas; 4 – O socialismo científico é uma estratégia em si; Seu movimento filosófico é tanto uma forma de conhecimento, quanto de enfrentamento político. Nesse sentido é teórico-prático e pertence aos oprimidos. Marx concluiu em *Miséria da filosofia*:

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre as classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam existir mais lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que possam engendrar-se no seio da sociedade antiga. (MARX, 2017a, p. 146-147).

No próximo capítulo demonstramos alguns desdobramentos históricos de estratégia produzidos com a influência do socialismo científico.

## 2 ESTRATÉGIA EM LÊNIN, ROSA LUXEMBURGO E NOS PRIMEIROS ESCRITOS DE GRAMSCI

O capitalismo em seu estágio avançado acirrou a disputa político-econômica de tipo imperialista e exigiu do movimento socialista a criação de novas teorias e práticas de combate. Este processo histórico pode ser compreendido como um solo fértil para a revitalização do campo estratégico que foi inaugurado pelo socialismo científico, de onde, fundou-se, a produção epistemológica reconhecida pela academia como marxista. De maneira genérica, permaneceu a demanda de destruição do Estado burguês, suas concepções filosóficas e de costumes, contudo, os métodos de luta careciam de atualização. As sociedades eram diferentemente impactadas pelo imperialismo e possuíam cada qual a própria reconfiguração econômica, fase de desenvolvimento e conjuntura cultural. O que exigiu demandas estratégicas que abrangessem as novas realidades nacionais e internacionais de contraposição ao capitalismo.

As ideias de Marx e Engels se propagaram pelo mundo junto da tomada de consciência da classe trabalhadora. Passavam também pelo crivo de uma série de interpretações e análises no bojo de diferentes tradições de pensamento. Em *O Manifesto comunista* (1848) foi afirmada a capacidade do capitalismo de se auto revolucionar, que ele mesmo seria forjado em agitações históricas revolucionárias. Nas bases do socialismo científico também foi indicado que a irracionalidade do sistema produtivo capitalista abriria uma crise geral e catastrófica. Podemos referenciar, por exemplo, que no prefácio de Engels para *As lutas de classes na França* (1850) que a fase expansiva do capital e suas convulsões intrínsecas fomentariam as ressurreições das classes trabalhadoras pelo mundo. Nesta lógica, o capital era acumulado e centralizado, de modo que sua tendência para o futuro seria a criação dos monopólios internacionais. Na outra ponta do processo das relações sociais, além dos aspectos de exploração de nações sobre outras, um exército industrial de reserva seria produzido com base no aumento da produtividade e do lucro das classes dominantes. (MARX & ENGELS, 2010), (MARX, 2012a), (MARX, 2017b).

Os interesses econômicos neocolonizadores da Europa pela exploração da África e da Ásia contribuíram para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). De modo que, o contexto da primeira metade do século XX o conflito militar e ideológico imperialista influía

em vários pensadores posturas ideológicas cujo tema estava associado aos conflitos de guerra. A refundação dos estratagemas comunistas originou-se imersa nestas disputas teóricas internas das organizações dos trabalhadores e na antítese dos padrões intelectuais e morais da burguesia. Predominava, portanto, a necessidade de tradução das novas realidades sociais condicionadas pelas atualizações do sistema. Prosseguiram as necessidades das batalhas que visassem a transformação do modo de produção e a criação de outras alternativas para a derrota das contradições sociais e a resolução das crises cíclicas geradas no capitalismo. A artilharia composta por Vladímir Ilitch Lênin (1870 – 1924), Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) e Antônio Gramsci (1891 – 1937) destacaram-se como parte do batalhão intelectual do movimento socialista internacional. São herdeiros da arte política proletária, e que se sagraram na história, enquanto base imprescindível para a reflexão da Filosofia Política.

“O que fazer?”, “Reforma social ou revolução?”, “O que é necessário para a revolução dos trabalhadores?” São questionamentos que integraram os modelos estratégicos, respectivamente, de Lênin, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci. Os três militantes tiveram em comum a ampliação do aparato teórico-prático que serviram de referência para as organizações proletárias durante o século XX até os dias de hoje. Com suas filosofias criadas dos fenômenos concretos e eminentes ponderaram a *luta de classes* e a revolução socialista em perspectivas particulares e inovadoras. Coube a eles, a tarefa de organização do proletariado, criação do Estado socialista, debater o reformismo das facções social-democratas, o positivismo marxista e o economicismo, bem como elaborarem a antítese do sistema de ideias burgueses, sustentando-se, mais marcadamente, pela crítica aos herdeiros do idealismo, liberalismo e demais culturas conservadoras e reacionárias.

## 2.1 Lênin no âmbito estratégico da luta dos trabalhadores

Ao refletir a temática da estratégia é necessário explorar o que a perspectiva marxista trouxe de inovação para a Filosofia Política. Instituiu-se na XI tese sobre Feuerbach, que: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.” (MARX, 2022, p. 2). A citação de Karl Marx explicitou que seu viés teórico-prático não se ocupou apenas das tradições ou dos sistemas filosóficos, mas se posicionou como crítica radical da própria realidade, solo fático da vida e relações humanas mais empíricas. Esta passagem foi escrita em 1845 nas *Teses sobre Feuerbach* e dispôs de um viés de percepção da realidade que entre vários elementos permite refletir a intencionalidade política do socialismo científico.

Através do desdobramento histórico das ideias marxianas, Vladimir Ilyich Ulianov (1870 – 1924)<sup>35</sup>, o Lênin, principal dirigente da Revolução Soviética (1917), por meio da obra *O que fazer?* (1902), projetou que: “Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.” (LÊNIN, 2020, p. 39). Nesta conjuntura atualizada para a *luta de classes* da Rússia, Lênin esquematizou o próprio senso de combate intransigente contra o capitalismo e utilizou como instrumento fundamental a mobilização do partido revolucionário de vanguarda. Lênin negou as tendências reformistas e a crença na espontaneidade de um proletariado socialista por essência. Seu esforço teórico buscou adequar o pensamento marxiano às possibilidade de concretização da revolução do proletariado. No capítulo *Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista* escrito pelo pesquisador Antonio Carlos Mazzeo<sup>36</sup> para o livro *Lenin: teoria e prática revolucionária* afirmou:

---

<sup>35</sup> Lênin nasceu em Simbirsk em uma composição familiar de pessoas cultas e ligadas à educação. Em 1886 seu pai faleceu e no ano seguinte seu irmão Alexander Ulyanov (1866 – 1867) foi acusado de conspirar contra o czar e foi executado. Em 1887, matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan, onde entrou em contato com as ideias revolucionárias e acabou expulso da universidade por envolvimento nos protestos estudantis. Em 1890, foi autorizado a matricular-se na faculdade de Direito de São Petersburgo, onde formou-se advogado, passando a atender trabalhadores e grupos de marxistas. Em São Petersburgo sua atividade política aprofunda-se e ele acompanhou de mais perto reuniões com operários, auxiliando-os através da produção de textos para o movimento. Em 1897, o envolvimento com as organizações revolucionárias o levou à prisão e ao exílio na Sibéria durante três anos. Lênin exerceu papel fundamental na concretização e na liderança da Revolução Russa.

<sup>36</sup> Este capítulo que integrou o livro *Lenin: teoria e prática revolucionária* foi organizado por Anderson Deo, Antonio Carlos Mazzeo e Marcos Del Roio.

Para Lênin, a assimilação da teoria possibilita ao trabalhador ir além da apreensão imediata da realidade, de sua *consciência econômica*. Ir para além da *imediatez* requer ainda que se transpasse a própria ação política e sua *inerente mediação pragmática*. A consciência *em-si* da classe necessita da absorção de uma nova visão de mundo, fundada numa ótica científica da sociabilidade, em que o trabalhador se aproprie do conjunto do conhecimento produzido pela humanidade. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 44).

*O que fazer?* foi fruto de polêmicas e debates internos no âmbito da social-democracia russa e que também sustentavam-se nas questões que ocorriam no movimento socialista internacional<sup>37</sup>. Como veremos, esta postura também pode ser detectada nos debates de Rosa Luxemburgo e Lênin. A maior parte dos aspectos estratégicos explícitos em *O que fazer?* são resultados das divergências com os economicistas<sup>38</sup>. Lênin desenvolveu seus argumentos, principalmente, ao denunciar os fatores doutrinários que segundo ele reforçariam o capitalismo no lugar de exterminá-lo. Suas críticas visavam afastar a influência burguesa do partido à medida que justificava suas formas de pensar e fazer política através das premissas de Marx e Engels. É possível afirmar que no centro da demanda estratégica de Lênin existia a noção de partido de vanguarda. Caberia a esta organização, o papel de educar, de denunciar e integrar o conjunto de guerras travadas pelos trabalhadores. Com isso, a atuação de vanguarda significava promover uma nova consciência política a ser massificada. O que exigiria a formação do partido revolucionário a coesão, a disciplina e a capacidade de politizar os trabalhadores para a *lutas de classes*.

No debate contra os economicistas podemos observar, por exemplo, como o significado de “liberdade crítica” foi empregado de modo controverso. Os chamados oportunistas utilizavam a abertura da liberdade para promover propostas reformistas do Estado burguês. Lênin explicou que: “Liberdade é uma palavra grandiosa, mas foi sob a bandeira da liberdade de indústria que se fizeram as piores guerras de pilhagem, sob a

---

<sup>37</sup> De acordo com Marco Del Roio no capítulo *Lênin e a Internacional* da obra *Lenin: teoria e prática revolucionária*: “O impacto moral e político que o desencadeamento da guerra generalizada e a capitulação praticamente sem resistência da Internacional Socialista -- em particular do SPD -- alcançou Lenin de maneira muito forte. Entre aqueles poucos socialistas marxistas que se opuseram à guerra desde o primeiro dia, Lenin foi quem rapidamente percebeu que a guerra trazia como implicação uma mudança estratégica e a atualidade da revolução socialista internacional.”. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 107-108). SPD é sigla do Partido Socialdemocrata da Alemanha.

<sup>38</sup> Existiram diversas variantes do economicismo. Para Lênin, os defensores desta postura classificada como “oportunista” assimilavam o capitalismo e suprimiam as agitações por demandas dos trabalhadores. Eles enfatizavam a prática política no campo restrito da legalidade burguesa. Esta posição seria uma forma de vulgarização do marxismo cujo alicerce teórico foi desenvolvido de ideias como de socialdemocratas alemães Eduard Bernstein (1850 – 1932) e de Karl Kautsky (1854 – 1938). Quando aplicado, o economicismo não poderia habilitar a criação de um organismo próprio e centralizado pela lógica revolucionária, o que era fundamental na estratégia de Lênin.

bandeira da liberdade de trabalho espoliaram-se os trabalhadores.”. (LÊNIN, 2020, p. 24). De modo que este valor deveras abstrato, na verdade, operaria como uma armadilha, pois negava a *luta de classes* e opunha-se a ideia de um Estado de criação do proletariado. Os oportunistas atuariam no socialismo em prol de ideários que seriam infiltrações da legalidade liberal ou aristocrata<sup>39</sup>.

Lênin entendia que a classe trabalhadora ainda não podia superar a consciência determinada pelo capital. Também apontava a capacidade da burguesia em cooptar as lideranças socialistas. O pensador revolucionário enumerou o que seria para ele as tarefas práticas indispensáveis para combater o oportunismo:

Primeiro, era preciso o cuidado de retornar ao trabalho teórico, que mal havia começado na época do marxismo legal e já recaía sobre os militantes ilegais; sem um trabalho desse tipo, não seria possível um crescimento eficaz do movimento. Segundo, era necessário avançar ativamente na luta contra a “crítica” legal, que corrompia profundamente os espíritos. Terceiro, era preciso avançar ativamente contra a dispersão e as vacilações do momento prático, denunciando e refutando qualquer tentativa de rebaixar, consciente ou inconscientemente, o nosso programa e a nossa tática. (LÊNIN, 2020, p. 35).

A atividade prática do partido deveria ser determinada a vista de uma teoria que substituísse o economicismo. Lênin distinguiu algumas razões essenciais: o partido estava em fundação, a escolha equivocada pelo economicismo o afetaria durante anos; por mais que o movimento social-democrata fosse internacional, era necessário pensar a estratégia segundo as necessidades nacionais; e “[...] *somente um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda*.”. (LÊNIN, 2020, p. 40). Lênin referiu às ideias de Engels para explicar que a luta do proletariado tem dimensões econômicas, políticas e também teóricas. Caso o proletariado perdesse a perspectiva estratégica para ação em alguma dessas camadas seria como abrir flancos de contaminação para a ideologia burguesa. Segundo o pesquisador Marcelo Braz no capítulo *Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “Que Fazer?”* da obra *Lenin: teoria e prática revolucionária*:

---

<sup>39</sup> Para Marcos Del Roio, no capítulo *Lênin e a Internacional* da obra *Lenin: teoria e prática revolucionária*: “A mudança estratégica estava dada: a revolução democrática na Rússia estaria agora acoplada à revolução socialista no Ocidente e a organização de uma nova Internacional seria um passo indispensável. Ocorre que Lenin era voz praticamente isolada, que tinha alguma repercussão apenas entre os próprios bolcheviques. A conclamação pela cisão não convencia os largos e incertos setores de “centro” da Internacional Socialista”. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 109).

Lenin estava preocupado em estruturar uma organização política que fosse capaz de provocar o movimento revolucionário, que conseguisse centralizar de forma disciplinada as ações políticas, como formas alternativas às tradições políticas até então vislumbradas na Europa e na Rússia, a saber: o populismo, as tendências socialistas reformistas e o terrorismo que, na Rússia, acabava por envolver diversos tipos de militantes revolucionários que lutavam contra as arbitrariedades do governo autocrático czarista. Nesse contexto, Lenin buscou ativamente uma organização política que se diferenciasse das tradições políticas acima citadas, particularmente das lutas obreiristas (meramente econômicas), dos limites da luta econômica. Por isso, diferenciava claramente as funções das organizações operárias daquelas referentes às organizações revolucionárias. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 73).

Outro ponto de rivalidade apregoado pelo leninismo gravitou em torno da dialética entre a espontaneidade das massas<sup>40</sup> e a consciência da social-democracia. Segundo o método estratégico de Lênin, a crença na espontaneidade não poderia impor um rebaixamento da ideologia socialista ou qualquer espécie de favorecimento da ideologia burguesa. Na prática, o culto à espontaneidade poderia gerar uma forma de resistência menor aos ditames do capitalismo. Quanto mais recente o movimento socialista em um país, maior a necessidade de intransigência revolucionária. Afirmou: “[...] a força do movimento contemporâneo consistia no despertar das massas (e, principalmente, do proletariado industrial), enquanto sua debilidade, na falta de consciência e de espírito de iniciativa dos dirigentes revolucionários.”. (LÊNIN, 2020, p. 45). A declaração de um caráter consciente para a revolução tem como argumento a interpretação de que os acontecimentos espontâneos como os motins, as rebeliões ou as greves da classe trabalhadora seriam “formas embrionárias” desta consciência como vislumbrava o militante russo. Na análise de Lênin: “[...] existiam, ao mesmo tempo, o despertar espontâneo das massas operárias, o despertar para a vida consciente e para a luta consciente e uma juventude revolucionária que, armada como a teoria social democrata, orientava-se com todas as suas forças para os operários.”. (LÊNIN, 2020, p. 47-48).

Era necessário: “[...] *travar uma luta encarniçada contra a espontaneidade [...]*”. (LÊNIN, 2020, p. 57). Este processo se daria também através da dominação ideológica burguesa a que se submetiam parte do proletariado sob influência dos sindicatos (ou *trade unions*, em inglês). Foi o panorama de uma sociedade segmentada pelas contradições entre as classes que tornou-se imperiosa a luta pela supremacia das ideias socialistas. Na avaliação de

---

<sup>40</sup> Em *O que fazer?* Lênin descreveu que existem diferentes expressões de espontaneidade. De maneira geral, as posições do espontaneísmo possuíam a crença de que os trabalhadores poderiam produzir a revolução social sem uma liderança consciente. Na Rússia, as doutrinas da social-democracia haveria surgido sem relação com as massas, mas a partir do próprio esforço intelectual do movimento. Nesse sentido era preciso diferenciar a consciência “tradeunionista” da consciência revolucionária. Isto é, o sindicalismo influenciado pela ideologia burguesa não era forte o suficiente para modificar a sociedade vigente, somente o partido e sua forma de mediação política seria capaz de realizar esta tarefa. Para Lênin, a revolução não poderia ser um arbítrio do destino, mas fruto de consciência produzida pela ação do partido.

Lênin, o *tradeunionismo* não modificava a relação entre capitalistas e trabalhadores, apenas remediava alguns de seus males. Marcelo Braz destacou que:

Havia uma clara distinção dos objetivos (e das formas de organização) entre partido e organizações operárias (equivalentes ao que conhecemos como sindicatos). Estas se vinculam a um nível mais imediato da luta de classes, envolvendo o conjunto de particularidades (e de interesses sociais) atuantes na luta, evidenciados nas lutas econômicas que os operários travam nas fábricas. Seu foco político de atuação limita-se à defesa de interesses particulares diversos, podendo, através de permanentes “denúncias políticas”, ser relacionados à luta política mais ampla. Essa última caberia ao partido (organizações revolucionárias) que deveria ter o papel simultâneo de promover as “denúncias políticas”, de realizar o processo constante de “educação para a atividade revolucionária” e, ainda, de provocar a agitação político-ideológica das massas em todos os aspectos da vida social, para além da “agitação política no terreno econômico. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 73-74).

Em *O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução* (1917) foi descrito que o imperialismo e os bancos: “[...] “elevaram” ambos os métodos de defender e praticar a onipotência da riqueza em quaisquer repúblicas democráticas a uma arte extraordinária.”. (LÊNIN, 2017, p. 36). Segundo Lênin, o modelo republicano democrático seria o melhor “invólucro” político para o capitalismo. O Estado alicerçado nas instituições burguesas, por mais que se reorganizasse em distintos governos, não poderia quebrar a onipotência da riqueza. O Estado foi designado por Lênin à maneira de Marx e Engels. Trata-se de um produto incapaz de reconciliar as classes, sendo ele mesmo, o resultado da existência das contradições sociais e o instrumento de domínio burguês. Por isso Lênin interpretou que o Estado deve “fenecer”, contudo somente após a revolução do proletariado: “[...] o “ato” de tomar posse dos meios de produção em nome da sociedade. É evidente por si *tal* substituição de um “poder específico” (burguês) por outro “poder específico” (proletariado) não pode de maneira nenhuma ter lugar sob a forma de “definhamento”.”. (LÊNIN, 2017, p. 40). Lênin identificou que:

[...] é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, *mas também sem o extermínio* daquele aparelho de poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada essa “alienação”. (LÊNIN, 2017, p. 31).

A estratégia de possibilidade emancipatória da classe trabalhadora de Lenin originou-se das controvérsias com os “reformismos”, “social-chauvinismos” ou as “correntes oportunistas”. Seriam estas as concepções dominantes no interior do movimento socialista internacional que até aquele momento foi influente na Rússia. Estas posições representariam uma “deturpação” da doutrina de Marx e Engels, porque estavam baseadas na crença de que o

Estado burguês atingiria a meta final do socialismo. Como tarefa estratégica fundamental Lênin propôs que os trabalhadores necessitavam de um Estado que fosse capaz de destruir a resistência dos espoliadores através de um poder próprio: “O proletariado necessita do poder de Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência tanto para reprimir a resistência dos espoliadores como para *dirigir* a imensa massa da população [...]”. (LÊNIN, 2017, p. 49). Lênin optou pela ditadura do proletariado. Este seria o modelo de Estado proletário que por definição: “Foi esquecida, justamente por ser completamente inconciliável com o reformismo, é uma bofetada na cara dos preconceitos oportunistas de sempre e das ilusões filistinas quanto ao “desenvolvimento pacífico da democracia””. (LÊNIN, 2017, p. 46). Por meio do texto *Sobre “democracia” e ditadura* (1918), que compõe a obra *Democracia e luta de classes: textos escolhidos* (2019), organizado por Antônio Carlos Mazzeo, é possível observar com clareza a pretensão de substituição da “democracia” pela ditadura:

Será a substituição da ditadura burguesa de fato (que hipocritamente assume a forma de república democrática burguesa) pela ditadura do proletariado. Será a substituição da democracia para os ricos pela democracia para os pobres. Será a substituição da liberdade de associação e de imprensa para a minoria, para os exploradores, pela liberdade de associação e de imprensa para a *maioria* da população, para os trabalhadores. Será uma gigantesca, universalmente histórica, *ampliação* da democracia, transformando-a de mentira em verdade, com a emancipação da humanidade dos grilhões do capital, que *distorce* e mutila qualquer democracia *burguesa*, mesmo a mais “democrática” e republicana. Será a substituição do Estado burguês pelo Estado *proletário*, mudança que é único caminho para o definimento e morte do Estado em geral. (LÊNIN, 2019a, p. 22).

No *Manifesto Comunista* foi descrito que: “o proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado [...]”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 57). Esta mobilização estratégica tomada como pleito de guerra impôs a conquista da máquina política e a destruição das instituições capitalistas. A vista disso orientou Lênin em *O Estado e a revolução*: “As classes espoliadas precisam do domínio político da completa em nome do interesse da completa extinção de toda espoliação, ou seja, do interesse da imensa maioria do povo contra a minoria insignificante dos escravistas contemporâneos [...]”. (LÊNIN, 2017, p. 47). Tal arranjo do conflito levou em consideração as condições tanto objetivas, quanto subjetivas de cada contexto repleto de particularidades e ensejos para as renovações estratégicas. O texto *Sobre a milícia proletária* (1917) evidenciou a diferença central entre socialistas e anarquistas sobre como deveria se dar a construção do poder revolucionário:

Nós precisamos de um *poder* revolucionário, precisamos (durante certo período de transição) de um *Estado*. É nisso que nos distinguimos dos anarquistas. A diferença entre marxistas revolucionários e os anarquistas consiste não só no fato de que os primeiros são pela grande produção comunista centralizada, enquanto os segundos pela pequena produção dispersa. Não, a diferença justamente na questão do poder, do Estado, consiste no fato de que somos *pela* utilização revolucionária das formas revolucionárias de Estado para lutar pelo socialismo, enquanto os anarquistas são *contra*. (LÊNIN, 2019a, p. 160).

Neste texto, Lênin exortou os “camaradas operários” a derrubarem o poder dos latifundiários e capitalistas que integravam o Governo Provisório criado após o fim do czarismo em março de 1917<sup>41</sup>. O militante motivou: “Vocês não poderão *vencer de maneira duradoura* nessa próxima revolução, “verdadeira”, se não realizarem *prodígios de organização proletária!*”. (LÊNIN, 2019a, p. 159). O objetivo de Lênin foi aniquilar a fantasia liberal de que os trabalhadores não poderiam ultrapassar as associações “legais”, como os partidos, os sindicatos ou as cooperativas. Além disso, de fato as organizações trabalhistas não eram essencialmente vinculadas à lógica socialista. Elas também poderiam operar como forças dirigidas pela classe dominante. Era necessário uma revolução proletária após a revolução democrática. Portanto, a criação de uma organização completamente distinta, e que fosse inspirada na Revolução de 1905<sup>42</sup> e na Comuna de Paris de 1871<sup>43</sup>. Defendeu: “Nós precisamos de um Estado. Mas precisamos *não deste* Estado que a burguesia criou em toda parte, a começar por monarquias constitucionais e terminar por repúblicas mais democráticas.”. (LÊNIN, 2019a, p. 160). Lênin não buscou este novo Estado em modelos

---

<sup>41</sup> Foram mais de 300 anos de dinastia Romanov (1613 – 1917) até o czar Nicolau II e o seu filho abdicarem em 15 de março de 1917. Assumiu a corrente dos mencheviques (minoridade, em russo) como 1º Ministro do Governo Provisório, o príncipe Georgy Lvov (1861 – 1925), que foi sucedido em julho por Alexander Kerensky (1881 – 1970). Kerensky perpetrou um plano de medidas contrarrevolucionárias que defendiam os interesses da burguesia pela criação da nova república. Em paralelo, os soviets alastravam-se pela Rússia. Lênin retornou após 10 anos do exílio e organizou a revolução de Petrogrado (atualmente São Petersburgo). Portanto em oposição ao Partido Menchevique e ao Governo Provisório existia Lênin com o Partido Bolchevique (maioria, em russo). As duas correntes foram uma cisão ocorrida em 1903, no Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

<sup>42</sup> Em 1905 os soviets organizaram um grande ato na sede do governo em Petrogrado com milhares de operários que reivindicavam pautas como assembleia constituinte, separação da igreja e do Estado, jornada de trabalho de 8 horas, salários mais justos, reforma agrária, etc. O czar Nicolau II ordenou a repressão da manifestação matando centenas de pessoas e ferindo outras milhares. A partir daí a população passou a cunhar o czar de O Sanguinário.

<sup>43</sup> No artigo de Lênin *Em memória da Comuna* publicado em 1911 lemos: “Como combatente de vanguarda pela revolução social, a Comuna conquistou a simpatia em todos os lugares em que o proletariado sofre e luta. O quadro de sua vida e morte, a imagem do governo operário que tomou e conservou em suas mãos durante mais de dois meses a capital do mundo, o espetáculo da luta heroica do proletariado e de seus sofrimentos depois da derrota – tudo isso elevou o espírito de milhões de operários, despertou suas esperanças e suscitou sua simpatia pelo socialismo. O troar dos canhões de Paris despertou do sono profundo as camadas mais atrasadas do proletariado e deu em todos os lugares impulso à amplificação da propaganda revolucionária socialista.”. (LÊNIN, 2019a, p. 191).

teóricos ou filosóficos, mas nos acontecimentos históricos protagonizados pela classe trabalhadora em seu país.

Os primeiros soviets tiveram origem em uma organização composta por operários das fábricas de Petrogrado. Em 1905 eles foram vencidos pela violência czarista, contudo este massacre também desencadeou a indignação geral da população e causou durante os dois meses que se seguiram revoltas e movimentos grevistas pelo país. 12 anos depois este organismo fortalecido tomou o poder junto ao Partido Bolchevique que realizaram em outubro a chamada Revolução Vermelha. A proposição estratégica de Lênin direcionou o alargamento das experiências dos soviets como a inclusão de todos os profissionais e camadas da população proletária: soldados, massas camponesas, operários agrícolas, operários assalariados, etc. Todos os pobres e explorados, homens e mulheres adultos e armados deveriam integrar esta “milícia popular”, nesse sentido cumprir a função de exército, polícia e administração estatal, o que conduziria a uma nova ordem pública de origem soviética. Lênin condicionou ao proletariado:

[...] se quiser defender as conquistas da presente revolução e avançar, conquistar a paz, o pão e a liberdade, tem de “**demolir**”, para usar as palavras de Marx, esta máquina estatal “pronta” e substituí-la por uma nova, *fundindo* a polícia, o exército e a burocracia com *todo o povo armado*. (LÊNIN, 2019a, p. 161).

Lênin buscou a ruptura total com todos os tentáculos do capital sem abrir meios de concessão econômica ou a concepção estatal das classes dominantes. Isto levava a necessidade de alteração de todas as relações sociais legitimadas pelo Estado, exigindo um aparato novo, com outras instituições que democratizassem o poder das massas de fato. Implicaria nisso “demolir” as atividades com os quais os interesses econômicos estruturavam os aparelhos políticos a favor do capital. A resposta de Lênin para esse desafio foi a ampliação da consciência da classe trabalhadora por meio do partido de vanguarda, somando a isso a completa integração dos pobres na constituição da ditadura do proletariado. Na avaliação de Lênin: “quando os operários e todos os povos se lançarem como verdadeira massa ao trabalho de modo prático, eles vão elaborá-la e organizá-la cem vezes melhor que quaisquer teóricos.”. (LÊNIN, 2019a, p. 163). Por esse viés estratégico a teoria funcionaria como guia da ação: “[...] devemos *saber adaptar* nossa tática e nossas tarefas imediatas às *particularidades* de cada situação.”. (LÊNIN, 2019a, p. 166). Por meio de *As teses de Abril* (1917) de Lênin, destaca-se:

A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na transição da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, para a sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato. Esta transição caracteriza-se, por um lado, pelo máximo de legalidade (a Rússia é agora o país mais livre do mundo entre todos os países beligerantes); por outro lado, pela ausência de violência contra as massas e, finalmente, pelas relações de confiança inconsciente destas com o governo dos capitalistas, os piores inimigos da paz e do socialismo. Esta peculiaridade exige de nós habilidade para nos adaptarmos às condições especiais do trabalho do partido entre as amplas massas do proletariado numa amplitude sem precedentes que acabam de despertar para a vida política. (LÊNIN, 2022, p.2).

O esforço pela tomada de consciência da classe trabalhadora envolveu o reconhecimento de que os soviets seriam o único governo revolucionário e popular possível. Os soviets em si já representavam na história uma fase da busca por emancipação da classe trabalhadora. Fora desta organização preservava-se apenas a ideologia burguesa como artífice do Estado e das relações como um todo. A crítica e o esclarecimento sobre as tendências ao oportunismo deveria ultrapassar os debates teóricos e atingir a sociedade modificando seus padrões.

Em *As teses de Abril* Lênin recomendou a prioridade do trabalho educativo: “[...] defendendo ao mesmo tempo a necessidade de que todo o poder de Estado passe para os Soviets de deputados operários, a fim de que, sobre a base da experiência, as massas se libertem dos seus erros.”. (LÊNIN, 2022, p. 2). Sobre a questão da consciência cabe ressaltar o efeito desejado com a propaganda e as agitações das massas. Esta camada tática era percebida como importante na práxis revolucionária de Lênin. O partido de vanguarda tinha como missão conscientizar os trabalhadores da necessidade de elevação das condições de vida e de completa tomada do poder.

Retroceder dos soviets para a república parlamentar exprimiria o atraso para o proletariado, portanto, a manutenção da exploração, hierarquia, concentração das benesses sociais ou da produção nas mãos de poucos. A nova burocracia enquanto dividia o poder, também promoveria a divisão de tudo aquilo que acumulou a burguesia e a aristocracia. Segundo Lênin, o Governo Provisório era composto por latifundiários e capitalistas. No contraponto de Lênin era necessário dissolver este poder através de outra configuração econômica que alterasse a acumulação do capital nas mãos de poucos. Tomamos como exemplo a questão agrária em *As teses de Abril*:

No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os Sovietes de deputados assalariados agrícolas. Confiscação de todas as terras dos latifundiários. Nacionalização de todas as terras do país, dispondo da terra os Sovietes locais de deputados assalariados agrícolas e camponeses. Criação de Sovietes de deputados dos camponeses pobres. Fazer de cada grande herdade (com uma dimensão de umas 100 a 300 deiatinas, segundo as condições locais e outras e segundo a determinação das instituições locais) uma exploração-modelo sob o controlo dos deputados assalariados agrícolas e por conta da coletividade. (LÊNIN, 2022, p. 2).

Na prática, os sovietes foram um organismo adequado ao Estado socialista, ao passo, que, como na experiência da Comuna de Paris, romperam com as velhas máquinas que sustentavam o poder. Os revolucionários da Rússia necessitavam de um corpo estatal próprio e independente que fosse, na realidade, a materialização da vontade popular. Sublinhamos de *Lenin: teoria e prática revolucionária*, do texto de Osvaldo Caggiola *As Divergências de Lênin e Trotsky e Seu Contexto Histórico*: “Os sovietes eram organismos eleitos pelos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Os delegados aos sovietes eram em todo momento revogáveis pelos seus eleitores.”. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 182). Vejamos o *Informe sobre as tarefas do poder dos sovietes: Breve informação jornalística* (1917) sobre o caráter integrativo entre os trabalhadores do campo e da cidade:

O Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado exorta todos os operários e todo o campesinato apoiarem abnegadamente com a maior energia a revolução operária e camponesa. O Soviete expressa a convicção de que os operários urbanos, em aliança com os camponeses pobres, darão prova de inflexível disciplina fraternal e criarão a mais severa ordem revolucionária, indispensável para o triunfo do socialismo. (LÊNIN, 2022, p. 1).

Em *A história da Revolução Russa* (1930) redigida por Leon Trotsky detectamos que os sovietes organizaram-se por meio da municipalidade, minando o poder governamental outrora em vigência. Competia na dimensão da ação a administração de serviços como o abastecimento de água, energia elétrica, alimentação e produção de combustíveis como carvão e óleo. Percebemos que a meta dos sovietes era muito maior que a tomada de poder político, mas também motivar a devolução da terra ao campesinato, findar a guerra e desmontar o controle dos padrões das indústrias em prol da liderança de operários em cooperação. Direcionou Trotsky: “Um soviete não representa apenas uma organização especial, tal como um comitê agrário, mas sim uma organização universal da Revolução.”. (TROTSKY, 2017, p. 47). Esta organização unificava as demandas da revolução, pois estava respaldada pelas massas e era imperativo criar a nova ordem socialista. Trotsky defendeu que:

[...] o poder dos soviets não era uma quimera, uma construção arbitrária, a invenção dos teóricos do partido. Subia, irresistivelmente, de baixo, da desordem econômica, da impotência dos possuidores, das necessidades das massas; os soviets, transformavam-se, na verdade, no poder – para os operários, os soldados, os camponeses, não existia outro caminho. A respeito do poder dos soviets, não era mais tempo de procurar raciocínios e objeções: era necessário realizá-lo. (TROTSKY, 2017, p. 98).

Em antagonismo com o Governo Provisório, Lênin orientou: “[...] explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramento, em vez da “exigência” inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas, deixe de ser imperialista.” (LÊNIN, 2022, p. 2)<sup>44</sup>. A Guerra Imperialista vista da Rússia no final de 1917 foi interpretada como transformação do capitalismo industrial em capitalismo monopolista de Estado. Descreveu Lênin em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público* (1917): “O enorme crescimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo.”. (LÊNIN, 2021, p. 35). Os monopólios estariam submetidos também ao capital monetário e aos bancos proprietários das cadeias produtivas e que concentravam a renda derivada delas. Para Lênin, os monopólios foram gerados por meio de cartéis, sindicatos e os trustes que angariaram poder a ponto de esmagarem suas concorrências. Concluiu que: “A produção se torna social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção permanecem propriedade privada de um número reduzido de pessoas.”. (LÊNIN, 2021, p. 44).

As associações monopolistas utilizaram o mecanismo de privação que lhes favoreceram na ampliação dos negócios: matéria prima, mão de obra, meios de transporte, centralização de compra e venda, controle dos preços, possibilidade de crédito e capacidade de boicote, etc. A potencialidade de concentrar o poder econômico seria equivalente a de manter o poder político e vice-versa. Explicou Lênin no capítulo *O lugar histórico do imperialismo*:

---

<sup>44</sup> Marcos Del Roio alertou no capítulo *Lênin e a Internacional* da obra *Lenin: teoria e prática revolucionária*: “O debate sobre a questão da guerra e do imperialismo ganhou impulso depois de 1907, no congresso de Estocolmo, mas a Internacional Socialista jamais conseguiu resolver a complexa equação, que envolvia a questão nacional, da guerra, do imperialismo, da revolução. Havia divergências fundas dentro dos partidos nacionais e, em ocasiões diferentes, entre os partidos. O SPD – Partido Socialdemocrata da Alemanha acentuou o preconceito antirusso e acelerou a sua crescente submissão à ideologia nacionalista, que se desdobrava no apoio ao imperialismo. Assim, a postura da socialdemocracia alemã frente uma eventual guerra já estava virtualmente dada.”. (DEO, MAZZEO & ROIO, 2015, p. 106).

[...] o monopólio surgiu dos bancos. Estes se converteram, de modestas empresas intermediárias, em monopolistas do capital financeiro. Uns três ou cinco grandes bancos de qualquer uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário e concentraram em suas mãos bilhões e bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos monetários de todo país. A oligarquia financeira, que tece uma grande rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção, é a manifestação em relevo desse monopólio. (LÊNIN, 2021, p. 149-150).

Concluimos que a Revolução Russa (1917) de outubro ocorreu intrinsecamente arquitetada à luz da reflexão das categorias e teorias marxianas, contudo adotou-se uma forma inovadora. Ao trazer algumas das convicções e enfiamento filosófico foi possível discorrer acerca da experimentação das estratégias em seu impacto histórico mais paradigmático. Em 1918, o governo bolchevique liderado por Lênin instalou o Comunismo de Guerra<sup>45</sup> que vigorou até 1921. A instauração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocorre em 1922 e serviu de inspiração para outras revoluções e para a constituição de regimes políticos de diversos países. Afirmou Lênin em seu texto *Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo)*<sup>46</sup>: “Marx, no decurso de sua vida, em paralelo aos trabalhos teóricos, prestou atenção contínua às questões da tática da luta de classe do proletariado.”. (LÊNIN, 2019b, p. 279). Ele analisou o conjunto de relações sociais dinâmicas que condicionam os aspectos econômicos de cada classe paulatinamente. Esclareceu: “Em cada estágio de desenvolvimento, em cada momento, a tática do proletariado deve ter em conta objetivamente essa dialética inevitável da história da humanidade [...]”. (LÊNIN, 2019b, p. 279). História essa que ocorre na interpretação marxiana em constante processo e dialética. Para Lênin: “[...] Marx apresenta a inevitável transformação da sociedade capitalista em socialista única e exclusivamente a partir da lei econômica dos movimentos da sociedade moderna.”. (LÊNIN, 2019b, p. 275). Tal visão progressista da história levou necessariamente à meta da “expropriação dos expropriadores” que foi descrita da seguinte forma:

O motor intelectual e moral, o agente físico dessa transformação, é o proletariado que vai sendo formado pelo próprio capitalismo. Sua luta contra a burguesia,

---

<sup>45</sup> Este desdobramento estratégico ocorreu com a necessidade de armar a população na ocasião muito debilitada pelo longo período de guerras. A economia foi praticamente arrasada, a classe operária sofreu uma grande redução, pois ela que pereceu nos campos de batalha. Aprofundou-se a fome, frio, pobreza e todo tipo de problemas sociais herdados do czarismo e que foram potencializados com as guerras. O Comunismo de Guerra foi criado por Lênin e os bolcheviques como meio de reabilitação econômica baseado, sobretudo, no controle do abastecimento básico. Tudo passou para a administração do Estado segundo a lógica da necessidade militar e das massas. Por isso a imposição do monopólio estatal na indústria, na produção agrícola, na produção de combustíveis, etc. Este era uma alternativa de Estado construído para as necessidades emergenciais das massas.

<sup>46</sup> Vladímir Ilich Lênin escreveu o texto durante seu exílio na Polônia e na Suíça, teve trechos censurados e foi assinado por pseudônimo.

revestindo-se de formas diversas e de conteúdo cada vez mais rico, torna-se inevitavelmente uma luta política orientada para a conquista do poder político pelo proletariado (“ditadura do proletariado”). A socialização da produção não pode conduzir senão à transição dos meios de produção em propriedade social, à “expropriação dos expropriadores”. (LÊNIN, 2019b, p. 275-276).

São as representações mais superficiais do capitalismo que moldam as consciências. Os sujeitos percebem as aparências sem vislumbrar o que está por de trás e na essência destas mistificações. As conjunturas e as condições objetivas da classe trabalhadora deverão pautar as estratégias de enfrentamento do sistema capitalista. Destacou-se de o *Manifesto Comunista*: “[...] o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou.”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 45). Tais “poderes infernais” não podem existir sem se revolucionarem, conseqüentemente, sem modificarem os instrumentos de produção, as relações para a produção e as relações sociais em si. Em *O que fazer?* Lênin defendeu:

Dissemos que deve inspirar o nosso movimento, muito mais vasto e profundo do que o do movimento da década de 1870, a mesma decisão abnegada e a mesma energia que daquela época. Com efeito, parece que até agora ninguém ainda havia duvidado de que a força do movimento contemporâneo consistia no despertar das massas (e, principalmente, do proletariado industrial), enquanto a sua debilidade, na falta de consciência e de espírito de iniciativa dos dirigentes revolucionários. (LÊNIN, 2020, p.45).

É indispensável observar o poder em suas várias instâncias, mapeando os processos e movimentos da totalidade social. Por exemplo: o aspecto histórico, como o poder tem se instituído e abalado, como os movimentos políticos e de classes se relacionam, e quais as características e as condições reais dos trabalhadores em face à situação econômica, jurídica e de condições materiais da existência. O arsenal revolucionário deve ser abastecido da dialética entre as armas teóricas e práticas. Esta variedade estratégica atuaria à medida que conseguisse identificar e reagir aos poderes em prol da autoridade e domínio dos trabalhadores. Lênin nomeou o tópico como *Programa e tática da luta econômica do movimento sindical*. Ainda apontou que nas correspondências com Engels existem numerosos exemplos dos exames estratégicos de Marx. Lênin morreu em 1924 aos 54 anos de idade. Seu falecimento pode ser considerado prematuro quando avaliamos o quanto ele ainda contribuiria para a reflexão no campo da estratégia e da Filosofia Política.

## **2.2 Rosa Luxemburgo: polêmicas, debates e revitalização do campo estratégico marxista via Greve de Massas**

Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) é de origem judaica e nasceu na Polônia anexada pelo Império Russo. Em Varsóvia, estudou em uma escola para moças, época em que se aproximou do movimento operário polonês, tornando-se a partir dos 15 anos militante socialista. A biografia desta doutorada em economia em Zurique foi caracterizada por intensas polêmicas que são de suma importância para a reflexão do campo estratégico filosófico-político. Sua potência intelectual foi revisitada durante o século XX e reinterpretada de acordo com as condições das lutas impostas pelas crises cíclicas do capitalismo nos diferentes contextos econômicos. Esta pensadora posicionou-se contrária as guerras imperialistas e protestou contra a barbárie do militarismo. Ela considerou que o conflito bélico era um artil ineficaz no que se refere a conquista revolucionária. Isso porque em sua percepção deveriam ocorrer as transformações sociais em um processo revolucionário liderado pela autonomia popular.

Partindo da tese *Educação e política nos escritos de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci* (2018), o pesquisador Darlan Faccin Weide identificou um importante debate entre Luxemburgo e Lênin sobre a função estratégica do partido de vanguarda: “Luxemburgo já tinha consigo a tese de que a auto-organização das massas era mais forte que a direção centralizadora de um partido.”. (WEIDE, 2018, p. 205). Weide chegou ao tema quando analisa o texto *Questões de organização da social-democracia russa* (1904), de onde destacamos a importância da organização e de uma direção consciente para o campo o estratégico: “[...] a organização não é um produto artificial da propaganda, mas um produto histórico da luta de classes, no qual a social-democracia simplesmente introduz a consciência política.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 153). Por esse viés, o centralismo da social-democracia era uma tendência posta contra o centralismo do Estado burguês. Rosa apontou que correria o risco de provocar: “[...] a submissão absoluta e cega das células do partido às autoridades centrais e a extensão do poder decisivo destas últimas até a mais extrema periferia da organização partidária.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 156). Weide explicou esta discussão nos seguintes termos:

Luxemburgo, ao divergir de Lênin, para não conceber um partido centralizador, em que um comitê de vanguarda interpreta a conjuntura e traça os próprios princípios e estratégias de ação para a massa, está debatendo também com a social-democracia alemã. O centralismo e a tática parlamentar que levam ao consenso e a estabilidade, com as ações no campo da legalidade burguesa, iluminados pelos acontecimentos de

1905 na Rússia, pautaram as discussões dos congressos do SPD daquele aluno. (WEIDE, 2018, p. 205).

Para Rosa Luxemburgo era necessário romper as relações de poder que gerassem mudanças estruturais profundas. Aquelas alterações sociais que de fato reconfigurassem as relações econômicas necessárias para a constituição da meta final do socialismo. Daí a importância do trabalho de conscientização das massas. Em *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*, Lukács afirmou que: “[...] Rosa Luxemburgo não abandona a tradição de Marx. Seu método de composição significa, antes, um retorno ao marxismo original e autêntico: ao procedimento de exposição do próprio Marx.”. (LUKÁCS, 2003, p. 115). Na obra de Rosa Luxemburgo foi perene a unidade entre pensamento e ação. Seus posicionamentos filosóficos são oriundos de uma experiência combativa e profundamente integrada aos desafios da realidade política que vivenciava em diferentes países em que militou. O pesquisador Marcos Del Roio em *Gramsci e a emancipação do subalterno* (2018) explicou que:

Rosa lutou na Rússia e na Polônia, mas o principal da sua atividade se desenrolou na Alemanha, o berço da teoria comunista (quando a Alemanha era a periferia da revolução burguesa), mas também o polo decisivo no desenvolvimento da teoria reformista que impregnou o movimento operário. (ROIO, 2018, p. 17-18).

Enquanto continuadora das ideias de Marx, Luxemburgo nos legou uma matéria teórico-prática repleta de alternativas estratégicas, em parte, porque também divergiu e rompeu com a ideologia dominante no “Partido Social-Democrata Alemão” (SPD) que, inclusive, ajudou a fundar. Fato intrinsecamente conectado com sua morte, pois Rosa Luxemburgo foi assassinada por facções prónazistas com a leniência dos próprios correligionários do SPD, onde havia ocupado o cargo de única mulher enquanto professora entre 1907 e 1914<sup>47</sup>. Weide trouxe que: “A morte prematura de Luxemburgo é também fator que cerceou a possibilidade de que revisões posteriores pudessem ser feitas.”. (WEIDE, 2018,

---

<sup>47</sup> Em 1914 com a integração do “Partido Social-Democrata Alemão” (SPD) ao apoio ao Império Alemão à guerra mundial, Rosa Luxemburgo e sua ala à esquerda do partido criaram o Grupo Internacional que mais tarde foi batizado como Liga Spartakus. Entre vários elementos, a liga defendeu a abolição dos Estados particulares por uma República Socialista Alemã Unitária.

p. 236). No livro *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* (2006) organizado pelo historiador alemão Jörn Schütrumpf (1956) ele relatou:

Rosa Luxemburgo tinha havia muito virado um ícone com que o movimento, que se afastava dia a dia das ideias de sua fundadora, se enfeitava. A primeira onda da guerra civil, em janeiro de 1919, havia lhe custado a vida: quando explodiram as lutas de rua no centro de Berlim, os trabalhadores, para os quais o recém-fundado Partido Comunista Alemão não era suficientemente radical, ela – perante a alternativa de posicionar-se a favor ou contra uma ação desesperada – se decidiu pelo apoio. Sua influência permaneceu marginal; contudo, ainda hoje se fala de insurreição spartakista. Rosa Luxemburgo se comportou como Karl Marx em 1871, durante a Comuna de Paris. Com uma diferença: Marx estava em um refúgio seguro, vivia em Londres, ao passo que Rosa Luxemburgo caiu nas mãos de seus assassinos no bairro de Wilmersdorf. Gustav Noske (SPD), recém-nomeado comandante-chefe das Forças Armadas, havia dado sua bênção ao assassinato, como se pôde comprovar há alguns anos. (LUXEMBURGO, 2015, p. 65 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 65).

Contra a direção teórica de Eduard Bernstein (1850 – 1932)<sup>48</sup>, por exemplo, Rosa Luxemburgo buscou empurrar a socialdemocracia da Alemanha contra o revisionismo e o reformismo. E com isso antagonizou não só com as facções conservadoras e patriarcais que operavam no interior do SPD, mas também com o marxismo em suas expressões mais ortodoxas e dogmáticas. Esta pensadora contrapôs-se às tendências do imobilismo burocrático das organizações sindicais e partidárias. Em seu ponto de vista, deveria ser valorizada a espontaneidade das massas, tendo provável derrocada inevitável do modelo econômico capitalista, como previsto nas premissas teóricas de Marx e Engels. Weide corroborou em sua tese que: “[...] Luxemburgo buscava combater o revisionismo e o reformismo pela práxis revolucionária, isto é, defendia que no percurso revolucionários as teses revisionistas e as ações reformistas iriam sendo desmascaradas pela política revolucionária [...]”. (WEIDE, 2018, p. 347). Considerou Del Roio sobre a relação de Luxemburgo com o “Partido Social-Democrata Alemão” (SPD):

Apesar do prestígio com que contava no Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o grupo dos seguidores de Marx não era grande e se cindiu após a morte de Engels,

<sup>48</sup> Eduard Bernstein foi descrito em *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* como: “[...] partidário de Marx, emigrou na época da lei contra os socialistas [...], primeiro para Zurique, depois para Londres; publicou a revista *Sozialdemokrat*; a partir de meados dos anos 1890, passou a defender a transição pacífica para o socialismo através do caminho parlamentar, tornando-se assim o fundador do “revisionismo” das ideias de Marx [...], o qual considerava inevitável a superação do modo de produção capitalista; Rosa Luxemburgo tornou-se a mais importante crítica de Eduard Bernstein.” (LUXEMBURGO, 2015, p. 202).

beneficiando-se da ambiguidade e insuficiência das sugestões do mestre, buscou desenvolver uma concepção teórica sofisticada que desse cabo da crise estratégica do movimento operário. O ponto de partida era considerar a expansão capitalista como duradora e assim também o processo de democratização do Estado. Nessas circunstâncias, as instituições sociais da classe operária deveriam se inserir no Estado a fim de acentuar a sua democratização e descaracterizar a sua natureza de classe. Por meio de lutas parciais dos sindicatos e do partido, o controle da produção e uma melhor distribuição da riqueza social seriam alcançados, satisfazendo as demandas de cidadania e justiça. Nesse raciocínio, a própria noção de revolução socialista perde sentido, pois não passaria de uma abstração. Assim nasciam o revisionismo e o reformismo. (ROIO, 2018, p. 19-20).

No artigo *Reforma social ou revolução?* (1899), Rosa Luxemburgo argumentou que eram necessários os dois subsídios na pergunta do título para que fosse alavancada a emancipação do proletariado. As reformas condicionadas pela ordem social existente devem ser entendidas como um meio, nunca um fim, como estabelecia a proposta metodológica de Bernstein. Segundo Luxemburgo, para Bernstein o capitalismo possuiria uma capacidade maior de adaptação, portanto a socialdemocracia deveria ser contrária à revolução. Restringindo-se, somente, a buscar a elevação gradual das condições de vida da classe trabalhadora na via da legalidade. Era preciso que se evitassem as crises políticas e sociais, pois eram elas os obstáculos para a instauração do socialismo. A filósofa explicou que: “É basicamente errado e inteiramente anistórico imaginar o trabalho legal de reforma apenas como a revolução estendida e a revolução como uma reforma condensada.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 69). Ela observava reformas eram necessárias, mas não o suficiente para atingir as metas sociais buscadas com a revolução. Sobre a tática reformista criticada no texto de Luxemburgo, Del Roio indicou que: “[...] o movimento socialista deveria lutar pela educação das massas por meio de objetivos parciais vinculados ao objetivo final do socialismo e para isso a democracia era um elemento indispensável.”. (ROIO, 2018, p. 20).

Defendeu Lukács sobre o oportunismo:

Seria contra o marxismo e a dialética querer saber se essa recaída teórica na metodologia dos economistas vulgares foi a causa ou o efeito do oportunismo pragmático. Pela maneira como o materialismo histórico considera as coisas, ambas as tendências estão relacionadas: formam o meio social da socialdemocracia antes da guerra. Os conflitos em torno de *Acumulação do capital*, de Rosa Luxemburgo, só podem ser compreendidos a partir desse meio. (LUKÁCS, 2003, p. 110).

Enquanto Berstein enxergou a revolução como supérflua, apostando na necessidade de ampliação da democracia burguesa, Rosa Luxemburgo optou pela tomada do poder pelo proletariado que deveria alterar o campo político e econômico em sua essência: “Uma revolução social e uma reforma legal não são fatores diferentes por *sua duração*, mas pela *essência*.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 69). No prefácio de *Reforma social ou revolução?* ficou evidente o caráter de rompimento com a ordem capitalista, opondo-se à sua manutenção:

[...] o objetivo final socialista é o único fator decisivo a distinguir o movimento social-democrata da democracia burguesa e do radicalismo burguês, elemento esse que transmutou o movimento operário de um ocioso trabalho de remendo pela salvação da ordem capitalista em uma luta de classes *contra* essa ordem. (LUXEMBURGO, 2018, p. 2).

A militante avaliou que os debates teóricos que integravam os círculos do partido não poderiam atuar de forma independente dos movimentos da massa proletária. Os sindicatos, por exemplo, podiam defender as pautas do trabalho e não as opções dentro da legalidade definida pela negociação com a burguesia. No socialismo científico as teorias são imanentes à prática. O campo acadêmico e intelectual deve ser apreendido e empregado como armas táticas de direcionamento da luta, elaborando seu sentido mais vivo e atualizado. Isto não significa aplicar fielmente as teorias marxistas, mas compreender que a própria *luta de classes* impôs condições novas de enfrentamento. Ao tratar das reformas na proposta de Bernstein, ela entendeu que: “[...] não visam a realização da ordem *socialista*, mas apenas da ordem *capitalista*, não a superação do sistema salarial, mas a maior ou menor exploração, em suma, a eliminação dos abusos capitalistas, e não do capitalismo propriamente dito.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 69).

Segundo Lukács: “O desenvolvimento econômico da época imperialista tornou cada vez mais difícil acreditar nos simulacros de ataque contra o sistema capitalista e a análise “científica” dos seus fenômenos considerados isoladamente, no interesse da “ciência exata e objetiva”.”. (LUKÁCS, 2003, p. 110). Observamos que na percepção de Luxemburgo, as ideias pertinentes ao método oportunista de Bernstein já existiam antes mesmo das elaborações de Marx. A própria concepção burguesa também argumentava que o capitalismo evoluiria lentamente rumo às melhorias das condições sociais. Em *Reforma social ou revolução?* a pensadora problematizou que:

[...] *depois* que o desenvolvimento da *própria* luta de classes e de suas condições sociais levou ao abandono dessas teorias e à formulação dos princípios do socialismo científico, não mais pôde – pelo menos na Alemanha – haver socialismo exceto o de Marx, nem a luta de classes socialista fora da social-democracia. A partir desse ponto, o socialismo e o marxismo, a luta proletária emancipatória e a social-democracia são idênticos. O retorno a teorias pré-marxistas do socialismo não significa hoje, portanto, nem mesmo uma volta àqueles enormes sapatos de criança do proletariado, não, ele é uma volta aos chinelos minúsculos e gastos da burguesia. (LUXEMBURGO, 2018, p. 84-85).

Luxemburgo demonstrou que o domínio burguês é condicionado pelas relações econômicas que posteriormente desenvolveram o sistema jurídico. Ela apontou para a necessidade de empreender *luta de classes* para a conquista do poder enxergando no fator revolucionário o ponto de chegada e partida de todas as novas fases históricas. Assim, as reformas legais seriam apenas um “quadro” de uma última transformação social. O reformismo não poderia atuar como força motriz de uma ordem totalmente nova e socialista, pois em si tratar-se-ia de um “produto” da revolução capitalista anterior. O proletariado não foi em primeiro lugar explorado pela legislação, mas transversalmente à vida econômica: “[...] a exploração no interior das relações salariais também não está assentada em leis, pois o nível do salário não é determinado pelo caminho legal, mas pelos fatores econômicos.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 71). Por essa razão, a dominação burguesa não começou a existir através da legalidade e persistiria independentemente dela.

Dado que todo o desenvolvimento capitalista apenas se movimenta em termos de contradição, então, para que seja possível extrair o núcleo da sociedade socialista a partir do invólucro capitalista que o contradiz, é necessário recorrer à conquista do poder político por parte do proletariado e à superação total do sistema jurídico. (LUXEMBURGO, 2018, p. 72).

Luxemburgo enfatizou que a democracia era necessária para: “[...] criar formas políticas (auto-organização, direito ao voto e similares) que servirão como ponto de partida e de apoio ao proletariado durante sua remodelagem da sociedade burguesa.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 71). Seria intermédio do exercício democrático que o proletariado adquiriria consciência e cogitaria quais tarefas eram necessárias para a revolução socialista. A democracia disponibilizaria os fatores que possibilitariam o alcance do poder político por parte dos trabalhadores. Ela compreendeu que o processo revolucionário não ocorreria em um

só golpe, uma vez que a passagem da sociedade capitalista para a sociedade socialista exigiria uma transformação complexa e gigantesca. Weide apontou para os fundamentos que levaram Bernstein às proposições reformistas contrariadas por Rosa:

Bernstein, com base nas observações do processo de crescimento empresarial e na observância do pleno sucesso que o capitalismo assumia, principalmente na Inglaterra e na Alemanha, constata que muitas teses ditas como científicas revelaram-se falsas. A começar pela hipótese de que o socialismo viria em decorrência da catástrofe do sistema capitalista. Bernstein se coloca contra a noção de que se deve esperar, para breve, um colapso da economia burguesa, e de que a democracia socialista devia encaminhar-se desde já, antes as perspectivas de uma tão grande e eminente catástrofe social, para a adaptação de tática, contrárias a teoria do colapso. (WEIDE, 2018, p. 65).

Rosa Luxemburgo concluiu que Bernstein renunciou o ponto de vista do proletariado, e buscou conciliação com o liberalismo burguês. Evidenciou: “O que Bernstein considera como a sua democracia, moral e ciência comuns a toda a humanidade é apenas a ciência dominante, isto é, burguesa, a democracia burguesa, a moral burguesa.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 80). O resultado para a militante é que a própria concepção socialista desapareceria, pois o movimento seria destruído pela raiz, que é a existência do objetivo revolucionário. Bernstein delegaria ao socialismo o lugar de uma das frações do liberalismo, a ponto da palavra burguesa significar uma expressão que nomearia a todos: “[...] para ele, o ser humano em geral tornou-se idêntico ao burguês, a humanidade tornou-se idêntica à burguesa.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 82). Weide igualmente listou os seguintes aspectos combatidos do pensamento do socialdemocrata, Bernstein: [...] rejeitava a teoria marxista, entre eles, o socialismo científico, a teoria do valor-trabalho e a ideia de ditadura do proletariado (revolução). (WEIDE, 2018, p. 67).

Em *Greves de massas, partido e sindicatos* (1906)<sup>49</sup>, Rosa Luxemburgo desenvolveu uma genealogia da estratégia marxiana, relacionando esta temática às greves de massas ocorridas na Rússia em 1905. Weide retratou que: “Para Luxemburgo, não é pela especulação abstrata ou por subjetividades e preconceções, de como foram no passado a greve de massas, que se deve pautar as discussões, mas pela investigação dos fatores e das condições sociais concretas, vista a partir da necessidade histórica.”. (WEIDE, 2012, p. 153). No relato de Rosa, ela apontou como algumas fileiras dos sociais democratas interpretavam as ideias de Marx e Engels de forma anacrônica e antiquada. O posicionamento deles a respeito da greve de

---

<sup>49</sup> Luxemburgo embarcou em dezembro para Polónia e foi presa em Março de 1906. Fora da prisão publicou esta reflexão sobre a Revolução Russa.

massas, por exemplo, possuiria como fonte uma mera reprodução da oposição de Marx e Engels sobre a rota estratégica traçada por Mikhail Bakunin (1814 – 1876). Para Luxemburgo tal argumentação: “é feita sob medida contra a teoria anarquista da greve geral, isto é, contra a teoria da greve geral como meio de introduzir a revolução social em contraposição à luta política diária da classe trabalhadora [...]”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 264). As greves de 1905 na Rússia, nesse sentido correspondiam a uma nova etapa de desenvolvimento do movimento operário, e, portanto, o prolongamento dos mesmos métodos de Marx e Engels. Em seu ponto de vista não ocorria uma espécie de reabilitação do anarquismo pela via da greve de massas e sim um estágio superior na organização dos trabalhadores. Explicou: “[...] o anarquismo não se tornou a teoria do proletariado em luta, mas o rótulo ideológico do lumpenproletariado contrarrevolucionário, que se agita atrás do navio de guerra da revolução como um bando de tubarões.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 267). De acordo com Weide:

Luxemburgo sinaliza para uma concepção de partido socialista, diferente do SPD, que se distanciava das massas, deseja um partido massa que se constrói a partir da própria revolução, que não só educa o proletariado, mas que seja humilde o suficiente para aceitar ser educado pelas massas e, assim, aprender a se fazer partido, no decurso de um processo dialético, de antagonismo com as forças do capital. (WEIDE, 2018, p. 216).

Rosa Luxemburgo optou pelo sindicalismo revolucionário contra o sindicalismo reformista do SPD. Em seu posicionamento ficou claro o antagonismo permanente contra a ordem do capital ao utilizar a greve massiva como forma de luta internacional. A exemplo das diferenças encontradas na Rússia, Europa Ocidental e na própria Alemanha. Para ela: “[...] a greve de massas levará à expansão do horizonte intelectual do proletariado, ao aguçamento de sua consciência de classe, ao aprofundamento de seu modo de pensar e ao fortalecimento de sua força de ação.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 272). Weide elaborou que: “Para Luxemburgo não há necessidade de dissolver as estruturas e de fundir o sindicato no partido, mas de estabelecer uma relação natural entre suas lideranças, de modo que os congressos das entidades sejam a expressão das necessidades do movimento operário.”. (WEIDE, 2018, p. 226). Deveria haver unidade entre sindicatos e partido contrabalançados pela autoatividade das massas: “Partido e sindicatos despontavam como instituições de representação proletária, embora muitas vezes tenham se distanciado da classe operária e disputado espaço entre si”. (WEIDE, 2018, p. 226). Em outras palavras, era necessário lutar a favor das conquistas do ponto de vista do direito do trabalhador e fazer avançar o poder político socialista. Na

essência, os partidos e sindicatos revolucionários deveriam alimentar-se dos mesmos interesses. Weide traçou a seguinte observação sobre a centralidade da autoatividade das massas para o enfrentamento da ordem:

No congresso de Fundação da KPD, Luxemburgo apresentou uma concepção de revolução socialista que tem direta relação com o antagonismo de enfrentamento com as forças hegemônicas do poder do capital e a autoatividade das massas operárias, numa fusão de luta econômica e política tinha consciência de que havia um “caminho ainda longo de educação das massas” observa que a “rua em toda a parte dominar e triunfar”, como forma de contraposição as forças da ordem. (WEIDE, 2018, p. 337).

A estratégia da pensadora não surgiu de análises circunscritas por fases do desenvolvimento do capitalismo, mas as crises cíclicas da economia mundial e o acirramento das contradições sociais. Sobre a realidade alemã, ela descreveu: “Todos os elementos da greve de massas, bem como seu caráter, não apenas são diferentes cidades e regiões do império, mas, sobretudo, o seu caráter geral se modificou repetidas vezes no decorrer na revolução.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 274). Assim, a greve poderia defender algum objetivo democrático pontual, acumular experiência e força ou mesmo abater o inimigo de forma definitiva. Elucidou Del Roio sobre este período de lutas que poderia significar o esforço de anos ou de décadas:

Se a greve de massa esgarça o domínio do capital, abre também espaço para uma organização crescente autônoma e antagônica da parte do proletariado, um espaço de emancipação que cria suas próprias instituições. A greve de massa se orienta para a criação de um poder dual: forma-se um antipoder proletário, que assedia e cerca o poder do capital. (ROIO, 2018, p. 25).

Rosa Luxemburgo iniciou seu texto *A tática da revolução* (1906) refletindo sobre a necessidade de que as estratégias socialistas acompanhassem as peculiaridades entre os tempos de paz e os tempos revolucionários. Independente do tipo de combate adotado, a “natureza” e o “conteúdo” com os quais o proletariado precisaria agir permaneceria com uma finalidade constante. Afirmou: “A tática, quer dizer, a forma de luta cotidiana da social-democracia, é, de acordo com sua natureza, sempre revolucionária, na medida em que cobra conscientemente a realização do programa e contanto que o próprio programa da social-democracia seja revolucionário.”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 138). Neste contexto ela

polemizou com as ideias dos socialdemocratas favoráveis a guerra e explicou as reações proletárias ao direito burguês como tática predominante nos tempos de paz:

[...] a classe operária na Alemanha precisa respeitar em sua agitação e em sua luta política as normas do direito eleitoral existente, o direito de reunião e de imprensa; na sua luta econômica, o direito de associação, ou seja, de formar organizações etc. Todas essas leis, normas e restrições impõem à luta operária desde o início determinadas formas. As amarras e barreiras são obra dos parlamentos burgueses, são resultado da legislação na qual a burguesia tem mais peso. Todas essas leis, todos esses direitos, estão adaptados à dominação política da burguesia. Dessa maneira, a social-democracia na Alemanha não se serve somente dos direitos políticos já existentes; ela luta incansavelmente pela ampliação do direito eleitoral e do direito de associação, entre outros, em benefício do proletariado. Contudo, em tempos pacíficos, ela trava essa luta contra a dominação política da burguesia sempre com base e no âmbito do Direito já existente. (LUXEMBURGO, 2015, p. 139).

Luxemburgo descreveu a legalidade burguesa como a “jaula de aço” que continha o alcance das demandas desejadas pelo movimento socialista. Ela exemplificou que apesar do grande número do proletariado alemão, ele permanecia restrito às normas das formas de associações dos trabalhadores, enquanto a burguesia é que detinha o completo controle do parlamento. Ela fez a seguinte alusão sobre repressão aos primeiros soviets na Rússia de 1905: “No Império Tsarista, a jaula “legal” da luta proletária nos tempos antes da revolução era a dominação irrestrita do “direito” do tsar, ou seja, do chicote.”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 139). Quando a “jaula de aço” é quebrada a classe trabalhadora poderia retirar a *luta de classes* de dentro deste território e impetrar as estratégias necessárias nos tempos de guerra. A militante entendeu que mesmo com o desaparecimento do Estado burguês ainda continuaria existindo os meios de produção econômicos que orientam a vida social. Por isso: “Apenas o próprio povo revolucionário pode operar, por meio da vitória definitiva e por meio da eliminação dos restos do cadáver do governo [...]”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 141). Na Rússia, a ditadura do proletariado em processo ininterrupto que realizaria a modificação das composições sociais determinadas pela economia burguesa. A primeira fase da luta já estava posta pela situação social e entendida por ela como uma “necessidade histórica”. Em *Greves de massas, partido e sindicatos* lemos:

Não é pela especulação abstrata, ou seja, pela possibilidade ou impossibilidade, pela utilidade ou nocividade de greve de massas, mas sim pela investigação dos fatores e das condições sociais de que surge a greve de massas na fase atual da luta de classes que o problema pode ser abordado e discutido; em outras palavras, não é pelo *julgamento subjetivo* da greve de massas do ponto de vista do que é desejável, mas apenas pelo *exame objetivo* das fontes da greve de massas, do ponto de vista da

necessidade histórica, é que o problema pode ser abordado e discutido. (LUXEMBURGO, 2018, p. 271).

Em *A teoria e a prática* (1909) Rosa Luxemburgo polemizou com Karl Kautsky<sup>50</sup>. Neste artigo a militante defendeu a greve de massas como palavra de ordem do partido para a reivindicação da proclamação da república durante o Império Alemão<sup>51</sup>. Na visão de Kautsky esta seria uma “agitação completamente nova”, que coube a Rússia, mas não cabia a Alemanha por vários fatores. Para ele: “Na Europa ocidental e, em especial, na Alemanha, até uma greve de protesto do tipo russo seria extremamente difícil, quase impossível [...]”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 363). Rosa argumentou que as rebeliões da Rússia não se iniciaram em 1905, mas originaram-se em 1860 com os levantes de camponeses pela abolição da servidão. A novidade de 1905 foi a atração do proletariado urbano e a integração da questão de tomada do poder político a luta. A pensadora comparou: “[...] esse grande período de greves na Rússia teve, nos poucos anos da revolução, relativamente mais sucessos econômicos e político-sociais do que o movimento sindical alemão nas quatro décadas de sua existência.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 366). Kautsky considerava o governo alemão forte, por outro lado, na perspectiva estratégica de Rosa Luxemburgo tratava-se de:

[...] um governo que é reacionário até os ossos, porém sem plano, sem qualquer fio condutor da política, com lacaios e burocratas em vez de homens de Estado, com um curso esquisito em zigue-zague, no interior joguete de um bando de *junkers* ordinários e de um jogo de intrigas impertinente da gentilha cortesã, na política externa joguete de um regime pessoal mentalmente incapaz, há poucos anos engraxate desprezível do “mais fraco governo do mundo”, do tsarismo russo, apoiado num exército constituído em enorme parte por social-democratas, com a ordem mais estúpida, os maus-tratos mais infames aos soldados em todo mundo – esse é o “governo mais forte do presente”!.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 367).<sup>52</sup>

<sup>50</sup> Karl Kautsky era então editor da revista teórica *Die Neue Zeit* (O tempo novo, em alemão) que obteve um papel destacado na Segunda Internacional. O livro *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* descreveu que Kautsky: “[...] formou o “marxismo” a fim de tornar compreensíveis para os trabalhadores as ideias de Marx e de Engels; criou assim um “recipiente” que até hoje é enchido por pessoas de esquerda, de várias tendências, com suas próprias ideias, sendo apresentado como a visão de mundo de Marx e Engels; até 1910, o aliado mais próximo de Rosa Luxemburgo.”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 206).

<sup>51</sup> No livro *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* organizado pelo historiador alemão Jörn Schütrumpf traz os seguintes dados biográficos sobre o kaiser de 1909: “Guilherme II (1859-1940) – imperador alemão (a partir de 1888). Implementou a corrida armamentista marítima e terrestre, além de praticar uma política colonial agressiva, mergulhando a Alemanha em 1914 na ruptura civilizacional representada pela I Guerra Mundial; esquivou-se às suas responsabilidades fugindo para Doorn (Holanda).” ((LUXEMBURGO, 2015, p. 205 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 205).

<sup>52</sup> *Junkers* é a denominação dada a aristocracia alemã. Foi também utilizada pelos nazistas.

No capítulo *Entre social-democratas e bolcheviques*, de autoria de Jörn Schütrumpf que integrou a seleção *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* destacou algumas diferenças entre as estratégias de Lênin e Rosa Luxemburgo. Na interpretação de Schütrumpf a estratégia de Lênin era mecânica e baseada nas etapas de conquista do poder político através do partido, seguida das transformações econômicas de cima para baixo. Para ele, o “socialismo realmente existente”: “[...] atravessou três fases: a fase revolucionária, até 1927-1928; a totalitária, até 1953; e a de uma ditadura burocrática em lenta decomposição, até 1989-1991.”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 61 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 61). Já Rosa Luxemburgo buscou ampliar o nível da consciência da classe trabalhadora. Ela esteve muito mais focada nas transformações lentas e democráticas que fossem definitivas, portanto fundamentada no “amadurecimento” das massas. Não na frágil “ruptura” com o Estado estabelecido e um imediato novo modelo produtivo. Schütrumpf indicou que para Rosa Luxemburgo a transição para o socialismo: “[...] seria realizada por uma *Realpolitik revolucionária* que empregaria todos os meios, inclusive as reformas, e, ainda que não considerasse a revolução como totalmente desejável, pelo menos a considerava como muito provável. (LUXEMBURGO, 2015, p. 62 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 62). O socialismo democrático de Rosa Luxemburgo é uma construção livre e da experiência das massas.

Rosa Luxemburgo afirmou em *Greves de massas, partido e sindicatos* que as greves tinham o papel de criar as condições favoráveis para as transformações desejadas pelo socialismo. Ao adotar a Rússia como exemplo: “[...] não é a greve de massas que produz a revolução, mas a revolução é que produz a greve de massas.”. (LUXEMBURGO, 2018, p. 305-306). Isto é, a estratégia que a disciplina do partido deveria adotar são consequência da combatividade do próprio proletariado. Nos períodos caracterizados como de condição revolucionária requeria do partido organização, liderança e a ampliação da consciência das massas para a *luta de classes*. Seria preciso que o trabalhador identificasse as relações capitalistas que o colocaram na realidade desfavorável do antagonismo social, para a partir daí ultrapassar suas necessidades básicas mais eminentes como aquelas que são restritas ao mundo do trabalho. Ela é massiva não só pelo número de indivíduos que excita. É massiva no tocante de que pode ultrapassar as fábricas, campo cidades e países, para atingir os espaços

políticos e econômicos que até então as classes dominantes não permitiam a existência do proletariado.

A reflexão de *A acumulação do capital* (1913) de Rosa Luxemburgo aprofundou suas críticas sobre as interpretações economicistas do segundo volume de *O Capital*, de Marx. Ela objetivou com seu livro reconstruir a teoria da acumulação do capital que foi interrompida com a morte de Marx. Segundo Jörn Schütrumpf, a filósofa: “antecipa e supera em muito a análise keynesiana do crescimento capitalista.”. (LUXEMBURGO, 2015, p. 85 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 85)<sup>53</sup>. A autora abordou as leis do desenvolvimento que desencadeariam as crises do capitalismo através das exploração das sociedades não-capitalistas. A destruição das formas econômicas dos territórios colonizados é que explicariam como se deu a acumulação acelerada que operaria na busca da capitalização total. Neste processo, o braço político criado pelos interesses econômicos expansionistas foi o imperialismo. A vista dos esquemas de Marx, a acumulação do capital se realizou com as seguintes condições históricas:

1. A mais-valia que será capitalizada aparece, de antemão, na forma natural do capital (em meios de produção suplementares e meios de subsistência suplementares para os operários).
2. A ampliação realiza-se, exclusivamente, com meios de produção e de subsistência próprios (produzidos de forma capitalista).
3. As dimensões da ampliação da produção (acumulação) são previamente dadas pela quantia da mais-valia (que deve ser capitalizada) em cada caso; não pode ser maior, pois está ligada ao volume de meios de produção e subsistência que representa o sobreproduto. Tampouco, porém, pode ser menor, pois em tal caso não seria aproveitada, sem sua forma natural, uma parte do sobreproduto. Essas oscilações podem ser causa de flutuações periódicas e crises que não abordaremos aqui. A médio prazo, o sobreproduto destinado à capitalização deve corresponder à acumulação efetiva.

---

<sup>53</sup> O liberalista britânico John Maynard Keynes (1883 – 1946) elaborou suas ideias como respostas às Crises de 1929 historicamente conhecida como a Grande Depressão. De maneira geral, a teoria keynesiana propôs que caso a economia embarcasse em processos recessivos, para manter os empregos, o Estado deveria gerar déficits em seu orçamento. A crise nesse sentido seria oriunda da baixa de investimentos das iniciativas privadas. Podemos dizer, as análises de Keynes romperam com as concepções de eficiência do mercado e outorgaram ao Estado a função de equilibrador das necessidades econômicas. Um dos aspectos que interligou as concepções de Keynes a de Luxemburgo está na expansão do capital como a pensadora a compreendeu. O processo econômico imperialista deu-se também através dos recursos externos, emissão de ações, etc. Como o crédito ampliou-se, o financiamento destes investimentos tornaram-se cada vez mais escassos, impedindo o reinvestimentos dos lucros. Quando a capacidade de produção é completamente atendida acontece também a estagnação do consumo. O capitalismo precisa criar novos consumidores para continuar seu processo expansivo.

4. Como a produção capitalista é a única que adquire seu próprio sobreproduto, não pode haver limites para a acumulação do capital. (LUBEMBURGO, 1970, p. 282).

Na interpretação luxemburguiana cada sociedade desenvolveu o próprio meio produtivo e organizativo do poder. O imperialismo avançou sobre outros territórios como força expropriadora que substituiu as culturas naturais por meio de outras que foram impostas pela burguesia. A lógica que determinou o processo expansivo em sua essência buscava ininterruptamente o lucro. Seu mecanismo prático de controle operou através das determinações que são oferecidas no mercado: produtos, moeda, trabalho, consumo, etc. Através dessas novas relações sociais, que são intrínsecas ao modo de produção, que o capitalismo efetivou-se como poderio econômico que de antemão também era um poder político apto em colonizar e assimilar novas regiões e comunidades tradicionais do planeta. Ficou evidente que este processo histórico não ocorreu de forma idílica, pois a substituição de um modo de produção também pressupõe a existência dos conflitos. Também não poderia se desenvolver de forma infinita como aspirava, pois as fontes de exploração são limitadas. De acordo com Jörn Schütrumpf:

Nesse processo de transformação, o Estado desempenha um papel central, tal como no processo da assim chamada acumulação primitiva na Europa. Que o processo de expropriação, de destruição violenta de formas camponesas de economia, formas de propriedade pré-capitalistas e *não-capitalistas*, faz parte da história do capitalismo desde o início até hoje; que as nações capitalistas desenvolvidas se enriquecem continuamente à custa dos países e regiões da Terra onde a forma de produção capitalista ainda não domina, ou domina apenas parcialmente; que todo o mercado mundial capitalista, inclusive o de países e regiões que, como colônias ou semicolônias, fazem parte dos “impérios” dos principais países capitalistas, constitui uma relação de exploração – são ideias que devemos a Rosa Luxemburgo. (LUXEMBURGO, 2015, p. 84 apud SCHÜTRUMPF, 2015, p. 84).

Identificamos em *A acumulação do capital* que no processo de origem do capitalismo as formas do “comunismo primitivo”, “regime feudal”, “camponês” ou “artesanal”, toda essas formas de produção: “[...] não apenas coexistem ou coexistiram com o capitalismo, em convivência pacífica no espaço, mas, também, desde o início da era capitalista estabeleceram-se entre elas e o capitalismo europeu um intenso processo de troca com características próprias.”. (LUXEMBURGO, 1970, p. 429). O capitalismo nasceu da decomposição dos modos de produção desde o seu berço. Luxemburgo afirmou que na Europa o primeiro gesto revolucionário de derrubada de poder pelo capitalismo ocorreu com a destruição da economia

natural do feudalismo. Nas economias tradicionais dos outros continentes o aniquilamento começou a ocorrer quando converteu seus habitantes em consumidores, suscitando no decorrer do processo de concorrência do capital a: “[...] cruzada de expansão, pelo cenário mundial, em toda uma cadeia de catástrofes econômicas e políticas, crises mundiais, guerras e revoluções.”. (LUXEMBURGO, 1970, 430). Luxemburgo deduziu dois caminhos para decadência do capitalismo. As sociedades não-capitalistas desapareceriam e, por outro lado, seria gerado um proletário internacional que: “[...] acabará necessariamente com o regime capitalista.”. (LUXEMBURGO, 1970, p. 430).

No apêndice “*Críticas das críticas ou o que os epígonos fizeram da teoria marxista*”, a militante produziu argumentos como respostas para os que discordaram de sua exposição em *A acumulação do capital*. Rosa Luxemburgo reafirmou que pretendia tratar dos aspectos mais concretos do imperialismo, não, por exemplo, das fórmulas matemáticas presentes no esquemas de Marx. Destacou também que seu modelo de estratégia possuiu como objeto construir uma nova teoria a fim de gerar outra mais prática, adequada:

Seguramente a tática e o comportamento prático na luta não dependem imediatamente de que se considere o segundo volume de *O Capital* marxista como obra terminada, ou como mero fragmento; de que se acredite, ou não, na possibilidade da acumulação em uma sociedade capitalista “isolada”; de que se interpretem de um ou de outro modo os esquemas marxistas da reprodução. Milhares de proletários são bravos e firmes lutadores em prol do socialismo, sem nada saber de seus problemas teóricos, apenas com a base do conhecimento fundamental da luta de classes, e sobre a base de um incorruptível sentimento de classe, assim como as tradições revolucionárias do movimento. Mas, na maneira de compreender e tratar os problemas teóricos e a prática dos partidos políticos, existe sempre a mais estreita ligação. (LUXEMBURGO, 1970, p. 511).

Para Rosa Luxemburgo ocorreu o alinhamento teórico-prático entre o imperialismo e a própria social-democracia alemã. A justificava economicista utilizaria como argumento um erro na teoria de Marx que “[...] fundamenta em sua análise, o domínio definitivo e absoluto do capital no mundo, exclui justamente, de antemão, o processo do imperialismo.”. (LUXEMBURGO, 1970, p. 512). A acumulação só poderia existir enquanto rapina outros modos de produção não havendo possibilidade da capitalização absoluta. Por isso, a necessidade de outra adoção estratégica. Uma tática que não considerasse o imperialismo

mera necessidade histórica prevista por Marx ou tática fossilizada, mas a realidade concreta a ser combatida pelo proletariado nos diferentes contextos em que o capitalismo alcançou.

### **2.3 O marxismo nos primeiros escritos de Antonio Gramsci: formação política e intelectual**

Menos de 10 anos separam o nascimento do italiano Antônio Gramsci<sup>54</sup>, em 1891, da morte de Karl Marx, que ocorreu em 1883. A afinidade entre os dois pensadores possuiu em comum a defesa dos interesses do proletariado internacional, sendo este o melhor fator que se pode destacar para a compreensão de suas biografias. Gramsci foi deputado federal, fundador e dirigente do “Partido Comunista da Itália” (PCd’I). Sua vivência profundamente política introduziu uma das mais importantes expressões do marxismo e nos ofereceu recursos teórico-práticos de renovação das estratégias comunistas para o capitalismo avançado. Gramsci trouxe como essência em suas obras a problematização dos mais variados temas da cultura, conjecturando, na sua produção filosófica crítica, ideias tanto de outros marxistas, como dos adversários intelectuais. Sua estratégia – em suma – foi contraposta ao centralismo autoritário e à visão da revolução espontânea.

Partindo do artigo *Três princípios, três ordens*<sup>55</sup>, pôde-se detectar algumas influências do pensamento de Marx nos posicionamentos de Gramsci de seus primeiros escritos. Gramsci afirmou que as manifestações concretas que a “ordem” capitalista assumiu na Itália manipulavam as massas por meio da mobilização das “profecias utópicas”. Em sua percepção, estas fantasias é que geravam na população o medo das rupturas políticas violentas. Explicou: “Pretendia-se, com a utopia, prospectar uma configuração no futuro que fosse bem coordenada, bem suave, e eliminasse a impressão do salto no escuro.” (GRAMSCI, 2020, p. 22). Assim, o temor penetrado no “senso comum” do povo impedia que uma “nova ordem”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Antonio Gramsci nasceu em Ales (Oristano) no interior da Sardenha, em 22 de janeiro. A família mudou-se para Sorgono, vilarejo onde viveu até a adolescência.

<sup>55</sup> Texto publicado em *La Città Futura*, em 11 de fevereiro de 1917, esta publicação teve apenas um número e era vinculada à “Federação Juvenil Socialista Piemontesa”.

<sup>56</sup> A expressão “ordem nova”, que se tornou recorrente nos artigos de 1917. Em 1º de maio de 1919 foi fundado o periódico semanal “*L’Ordine Nuovo*” por quatro jovens socialistas e ex-estudantes da Universidade de Turin: os italianos Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti (1893 – 1964) e Angelo Tasca (1892 – 1960), e o francês Henri Barbusse (1873 – 1935). O *L’Ordine Nuovo*” possuiu como meta a difusão da cultura socialista aos

fosse atingida, uma vez que preexistiam estas fantasias de rompimento apenas caótico com o Estado. Para ele: ““Ordem” e “desordem” são duas palavras frequentes nas polêmicas de caráter político. Partidos da ordem, homens da ordem, ordem pública...”. (GRAMSCI, 2020, p. 21). Tal designação pode ser identificada em vários tópicos da história da Filosofia Política.

Em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx analisou o golpe de Estado perpetrado por Luís Bonaparte (1808 – 1873). Para ele, as lideranças reunidas no “Partido da Ordem” desempenharam um papel ideológico conservador que alinharam os interesses das distintas facções dos monarquistas. O “Partido da Ordem” seria uma das mais importantes forças políticas responsáveis, em grande medida, por atrair a população do campo e impulsionar, através do voto, a legitimação de Luís Bonaparte no papel de Imperador. Para Marx, ocorreu que a burguesia buscava assegurar suas condições materiais de existência, então fazia valer suas metas, determinando, inclusive, o modo de governo que o Estado deveria possuir ao retroceder da recém fundada república à arcaica monarquia. Frisou Marx:

Sob os Bourbons haviam governado a *grande propriedade fundiária* com os seus padrecos e lacaios, sob os Orléans as altas finanças, a grande indústria, o grande comércio, isto é, *o capital* com seu séquito de advogados, professores e grandiloquos. O reinado legítimo foi apenas a expressão política do domínio tradicional dos senhores de terras, assim como a Monarquia de Julho havia sido apenas a expressão política do domínio usurpado dos *parvenus* [novos-ricos] burgueses. Portanto, o que mantinha essas facções separadas não foram os seus assim chamados princípios, mas suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária. (MARX, 2011d, p. 60).

Gramsci defendeu também no artigo *Três princípios, três ordens* que os princípios liberais (Estado inglês) e nacionalistas (Estado alemão) foram a origem dos modelos jurídicos de composição da ordem italiana. Para ele, o ordenamento burguês: “[...] é mais uma aspiração política que uma realidade política, existe apenas como modelo utópico, mas é

---

trabalhadores das mais variadas áreas. Entre os temas tratados estão o direito à cultura e ao ensino, trabalho feminino e infantil, jornada de trabalho, etc. É possível afirmar que esta fase biográfica do autor é preponderante para compreender seu campo estratégico desenvolvido mais tarde. A luta pela hegemonia impõe a educação mútua entre intelectuais e os trabalhadores e a desarticulação do Estado burguês. A ideia de “ordem nova” teve como origem *O Príncipe*” (1532), de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527). Na teoria vindoura de Gramsci, o partido revolucionário foi relacionado ao moderno príncipe, o qual deve cumprir a função fundamental de originar um novo Estado.

justamente a sua existência como miragem que o robustece e faz dele uma forma de conservação.”. (GRAMSCI, 2020, p. 24). Ele apontou que apesar da natureza e origens peculiares dos princípios liberais e nacionalistas, eles acabavam reproduzindo os mesmos resultados na vida social. Neste ponto, resgatou-se a natureza e a finalidade do Estado de acordo com *Princípios da Filosofia do Direito* (1820), de autoria do pensador alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). Para Hegel, enquanto pensador do “Estado alemão”: “O Estado é a realidade em ato da Idéia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe.”. (HEGEL, 1997, p. 216); e “[...] É ideia universal como gênero e potência absoluta sobre os Estados individuais, o espírito que a si mesmo dá a sua realidade no progresso da história universal.”. (HEGEL, 1997, p. 225). Portanto, tratou-se de um conceito de Estado identificado à especulação filosófica, sustentando-se, para além da realidade social, que tanto Marx, como Gramsci priorizaram.

Para Marx: “[...]sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda classe os cria e molda a partir de seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes.”. (MARX, 2011d, p. 60). E para Gramsci: “Não existe vontade que não seja concreta, ou seja, possua um escopo. Não se concebe vontade coletiva que não possua um escopo universal concreto.”. (GRAMSCI, 2020, p. 22). Gramsci, portanto, demonstrou um ponto de vista associado ao materialismo histórico. De seu próprio contexto, ele denunciou a aliança liberal-nacionalista, que ocupava o eixo de poder da ordem capitalista e que operava de forma antagônica aos princípios de Estado socialista. Em outras palavras, para os liberais e conservadores, o proletariado, a outra ordem, deveria ser sacrificada, abster-se de seus interesses, sua identidade ou da própria disposição para a luta política.

Na interpretação de Marx em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), a concepção hegeliana era meramente uma “imagem mental”: “A abstração e a presunção de seu pensamento andaram sempre no mesmo passo da unilateralidade e da atrofia de sua realidade.”. (MARX, 2013, p. 157). A reflexão de Marx apontou para uma concepção radical de democracia direta em oposição à democracia burguesa. Construiu assim sua estratégia

combativa e de revolta contra o capitalismo. Já no juízo de Gramsci nesta etapa vinculada aos acontecimentos da Revolução Russa e as condições reais políticas da Itália a alternativa visualizada apontava para outro caminho: “Os socialistas não devem substituir uma ordem por outra. Devem instaurar a ordem em si. A máxima jurídica que devem realizar é: *possibilidade de realização integral da própria personalidade humana concedida a todos os cidadãos.*” (GRAMSCI, 2020, p. 29). Na produção filosófica vindoura de Gramsci documentada nos *Cadernos do Cárcere* tal estratagema foi transformado. A posição para com o Estado liberal assumirão outras formas, todavia neste momento histórico, para Gramsci:

As afirmações do liberalismo são ideias-limite que, reconhecidas como racionalmente necessárias, se transformaram em ideias-forças, foram realizadas no Estado burguês, serviram para suscitar deste Estado uma antítese no proletariado e se desgastaram. Universais para a burguesia, insuficiente para o proletariado. Para a burguesia eram ideias-limites, para o proletariado são ideias-mínimas. E, de fato, o programa liberal integral tornou-se o programa mínimo do partido socialista. (GRAMSCI, 2020, p. 23-24).

Para o pensador sardo neste momento da sua formação intelectual havia na Itália uma indisposição para a *luta de classes* e a improbabilidade de uma revolução das massas contra a ordem instituída. Permaneceu, como em Marx, a meta estratégica de defesa de um programa emancipatório que combatesse os privilégios econômicos e políticos, ampliasse a liberdade, extinguisse a escravidão e educasse independente da origem social. Contudo, os meios táticos sinalizados por Gramsci não faziam oposição às “ideias-forças” do Estado ou ao conjunto de metas materializadas pelo direito burguês. (GRAMSCI, 2020).

No texto *A revolução contra o capital*, publicado por Gramsci no jornal *Avanti!*<sup>57</sup>, ele criticou as visões positivistas e mecanicistas e afirmou que os Bolcheviques: “Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas.”. (GRAMSCI, 2011, p. 62)<sup>58</sup>. O aspecto alvo de críticas por Gramsci tratou da

---

<sup>57</sup> O “*Avanti!*” foi um veículo oficial do “Partido Socialista Italiano”, editado em Milão e que possuía uma parte dedicada a Turim. Esta página era conhecida como “Edição do Piemonte” e “Crônicas de Turim”. A publicação de “A revolução contra o capital” ocorreu em 24 de setembro de 1917.

<sup>58</sup> *A revolução contra o capital* é uma das referências contidas na obra *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*, o organizador da coletânea foi Carlos Nelson Coutinho.

hipótese da previsibilidade da história. Portanto, da antecipação dos fenômenos que rejeitam as fatalidades ou os acontecimentos que estão fora daquilo que é inevitável. Nesta interpretação, a história em processo de Marx possuiria, como núcleo, as relações entre as classes que devem cumprir de forma mecânica as necessidades impostas por leis econômicas. Antes de haver uma revolução proletária, por exemplo, a burguesia radicada e estabelecida é que deveria ser a constitutiva do modo de produção. Por regra, da crise econômica e social é que se manifestariam as crises revolucionárias que seriam inevitáveis. De *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital* (1867), destacou-se a seguinte citação de Marx:

[...] a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem encontram-se na mais diametral contradição com tais fermentos revolucionários e sua meta: a superação da antiga divisão do trabalho. O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção constitui, todavia, o único caminho histórico de sua dissolução e reconfiguração. (MARX, 2017b, p. 558).

Os socialistas afetados por tais “incrustações positivistas” cogitavam a impossibilidade de construção do socialismo na Rússia, uma vez que a economia do país era demasiada atrasada para ser reconfigurada. É nesse sentido que a revolução dos bolcheviques, em certa medida bastante dogmática ou determinista, foi interpelada como: “a revolução contra O “capital” de Karl Marx”. Segundo Gramsci: “Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico.”. (GRAMSCI, 2011, p. 62). Na época, havia o intenso debate interno no “Partido Socialista Italiano” sobre os diagnósticos da Revolução Russa. Como Gramsci era parte da renovação do movimento socialista, conjecturava se o desenvolvimento das condições objetivas do capitalismo eram fortes o bastante para principiar a conflagração socialista. Comentou Gramsci ao se posicionar a favor da revolução dos bolcheviques:

[...] esse pensamento põe sempre como o máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para a onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser. (GRAMSCI, 2011, p. 62-63).

Gianni Fresu (1972) esclareceu em *Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual*: que ocorreram sucessivas aproximações de Gramsci com o pensamento de Lênin que: “[...] enquadrava-se, antes de tudo, num clima cultural novo, numa fase de mudança histórica para o movimento dos trabalhadores, que tem sobre o jovem intelectual sardo o efeito de criar uma rejeição à cultura determinista que penetrava profundamente no socialismo italiano.”. (FRESU, 2020, p. 32). Marcos Del Roio, no capítulo *Gramsci contra o Ocidente*, que está presente no livro *Gramsci: a vitalidade de um pensamento* (1998), organizado por Alberto Aggio, defendeu que Gramsci absorveu de Georges Sorel (1847 – 1922) e Max Weber (1864 – 1920) a questão da vontade e da subjetividade para o campo da ação política. Esses elementos seriam utilizados como instrumentos contra a lógica do reformismo positivista que naquela ocasião angariava apoiadores no movimento socialista. Del Roio também elucidou que as filosofias de Giovanni Gentile (1875 – 1944) e de Benedetto Croce (1866 – 1952) foram inspirações para Gramsci e que causaram no pensador certo alinhamento com a visão liberal-democrática. No decorrer do desenvolvimento de suas ideias esta posição é completamente abandonada. O Gramsci da maturidade nos *Cadernos do Cárcere* buscou a reabilitação do marxismo. Del Roio comentou:

[...] sempre dialeticamente é também do idealismo filosófico de Gentile e Croce, de cuja visão liberal-democrática chegou a compartilhar na juventude, que Gramsci se utiliza para a crítica do positivismo que de modo renitente se acopla à teoria socialista crítica. (Poder-se-ia mesmo dizer que Croce está para Hegel como Gramsci está para Marx.)

Mas o universal contemporâneo que Gramsci captou com lucidez extraordinária estava presente na obra de Lenin (e também na obra de Rosa Luxemburg) e no desenrolar da revolução socialista internacional desencadeada na Rússia. Percebeu que a revolução socialista demarca uma *cisão* na história da humanidade, com o início do processo de extinção do Estado político e das classes, assim como da construção de uma nova cultura e de um humanismo integral. Essa cisão, no entanto, pressupunha a ruptura com o reformismo e o que representava de subalternidade em confronto com a alta cultura do Ocidente e de reconhecimento da hegemonia liberal burguesa. (ROIO, 1998, p. 108).

Domenico Losurdo, em *Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”* (1997) informou que mesmo antes da “Revolução Bolchevique”. Hegel já representava para Gramsci um grande salto filosófico moderno conquistado através do conceito da dialética. O idealismo não lhe serviu para sustentar sua concepção de Estado, mas era preponderante para a realização de suas críticas ao positivismo. Em linhas gerais, dialética é movimento,

transformação de uma coisa em outra. É inerente às ideias da dialética a existência dos opostos e sua transcendência. Assim, a dialética abarca processos em que se manifestam tanto as criações, quanto as destruições. Ao transportar o componente da dialética para a vida social seria ilógico que as visões deterministas pudessem premeditar o destino da história. Afirmou Losurdo: “Ao evolucionismo positivista Gramsci contrapõe, implicitamente, um Hegel que, naqueles anos, estava no centro de um debate também político.” (LOSURDO, 2020, p. 66).

É preciso ressaltar que o pensamento de Gramsci, desde suas primeiras expressões, foi evidenciado pela complexidade e a multiplicidade dos debates ideológicos. Nos primeiros escritos as reflexões gramscianas não se restringiram a nenhuma tradição específica, mas priorizou a potência das premissas de diversos ideários, como estas formulações poderiam ser aproveitadas a favor da concepção socialista prática. Ressaltou Losurdo:

O Hegel do qual Gramsci se vale é o Hegel combatido pelo conservadorismo enquanto liberal e moderno, enquanto expressão da consciência histórica, da possibilidade de mudança e da possível iniciativa transformadora do sujeito humano. (LOSURDO, 2020, p. 16).

No artigo jornalístico intitulado *O nosso Marx*, publicado em 4 de maio de 1918, no jornal turinense “*Il grido del popolo*”<sup>59</sup>, Gramsci aos 27 anos defendeu na ocasião do centenário de Marx, que ele: “É um vasto e sereno cérebro humano, é um momento individual da trabalhosa busca secular que a humanidade empreende para adquirir consciência do seu ser e do seu devir, para apreender o ritmo misterioso da história e dissipar o mistério, para ser mais forte em seu pensamento e em sua ação.” (GRAMSCI, 2011, p. 69). Neste texto, Gramsci destacou a importância de Marx com relação a sua originalidade enquanto historiador, ator político e promotor da ampliação das consciências. Também disse que a expressão “marxista” havia sido desgastada ao nível da inutilidade. Fresu interpretou que: “A adesão ao partido da classe operária italiana não significou uma adesão completa e orgânica de seu horizonte ideológico e cultural, justamente porque Gramsci não chegou ao socialismo sem passar antes por debates intelectuais [...]”. (FRESU, 2020, p. 31).

---

<sup>59</sup> Gramsci foi colaborador e também último redator-chefe do “*Il grido del popolo*” entre agosto de 1917 e setembro de 1918, antes de seu fechamento.

É possível perceber que para Gramsci, Marx não propôs estratégia dogmática. Para ele, o pensamento marxiano impõem este: “Único imperativo categórico, única norma: “Proletários de todos os países, unam-se.”” (GRAMSCI, 2011, p. 65). Nessa acepção, cujo lastro foi a lealdade aos trabalhadores, Marx não indicou doutrina, não desenvolveu categorias fechadas ou absolutas, e que seriam capazes de descrever a realidade fora de seu respectivo processo histórico. Cada conjuntura exigiria novas análises para traduzi-la e, *a posteriori*, inovar a compreensão de seus elementos qualitativos e constitutivos. Esta formulação deveria surgir da luta real, portanto da reflexão sobre os fatos das experiências concretas e fora do embargo de teorias ou metodologias *a priori*. Gramsci afirmou sobre Marx: “[...] nele o fragmentário, o incompleto e o imaturo se tornaram maturidade, sistema e tomada de consciência. Sua tomada de consciência pessoal pode se tornar de todos, já se tornou de muitos [...]”. (GRAMSCI, 2011, p. 66).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels explicaram de que forma compreendiam a consciência ao categorizá-la como um produto dos sujeitos históricos e reais. A consciência no capitalismo é: “[...] o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações [...]”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 30). As necessidades vitais da sociedade que condicionariam o modo de produção e fragmentariam as diferentes classes sociais. Explicaram: “[...] nessa concepção das coisas tal como realmente e tal como se deram, todo profundo problema filosófico é simplesmente dissolvido num fato empírico [...]”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 31). Portanto, seria conhecendo os fatos, o lugar dos sujeitos no processo de produção, o caráter das relações sociais entre as classes e renunciando à falsa autoconsciência, que se tornaria possível o trabalhador despertar para a verdadeira consciência de si.

Marx vinculou a sua noção de consciência, o pensamento filosófico econômico-político às práticas sociais. A consciência socialista seria a autoconsciência que é fruto da *luta de classes*. Ela emergiria de forma contraditória à consciência burguesa, como outrora a burguesia, como classe revolucionária, também nasceu das contradições existentes com a

aristocracia. Como Marx, Gramsci também defendeu que outras práticas sociais eram possíveis, e, que, portanto, a consciência burguesa não era universal, absoluta ou mesmo racional. Ela seria falsa-consciência, por que é determinada pelas condições materiais de existência, seu modo de produção e ideias dominantes que são derivadas das relações sociais. Para ser real, a consciência precisaria ser determinadora de si<sup>60</sup> e composta da própria consciência de classe original. Assim, o verdadeiro ser ou dever ser de classe é implicado pelo devir histórico de superação da ordem burguesa e suas formas de consciência. Defendeu: “Marx significa ingresso da inteligência na história da humanidade, advento da consciência.”. (GRAMSCI, 2011, p. 66).

No artigo *O conselho de fábrica*<sup>61</sup>, de Gramsci, ele tratou do processo histórico que seria necessário para a existência da revolução proletária. Argumentou que a revolução só será possível em uma fase histórica em que as forças produtivas já: “[...] não podem mais se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana.”. (GRAMSCI, 2011, p. 74). Cabe, portanto, aos trabalhadores destruírem esses quadros oficiais e aniquilar todo aparelho econômico e político, suprimindo os adversários políticos. A transformação do Estado se daria com as mudanças das relações sociais.

As organizações que defendiam sucessivamente a libertação da classe trabalhadora exerceriam um papel importante, mas não são elas que: “[...] encarnam este processo, não superam o Estado burguês, não englobam e não podem englobar toda a multifacética efervescência de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia em sua implacável marcha de máquina de exploração e opressão.”. (GRAMSCI, 2011, p. 74). Organizações revolucionárias são: partidos políticos, sindicatos profissionais, confederações do trabalho, comitês de bairro, etc. Todos os coletivos humanos que já existiam na vida social dos

---

<sup>60</sup> A terceira Tese sobre Feuerbach traz os seguintes dizeres sobre a consciência: “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como praxes revolucionante.”. (MARX, 2022, p. 1)

<sup>61</sup> Publicado originalmente sem assinatura no “*L’Ordine Nuovo*”, ano II, nº 4, de 5 de junho de 1920.

trabalhadores e que com o seu desenvolvimento, potencialização e reelaboração operariam como importantes forças de administração do Estado socialista.

Para Gramsci, o local de origem da revolução precisava ser mais “subterrâneo”, não seria apenas obra da liberdade política concedida aos socialistas, sob a vigilância da democracia burguesa, mas deveria ocorrer nas fábricas e na consciência da massa trabalhadora. Elucidou: “O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida ou morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário.”. (GRAMSCI, 2011, p. 75). A revolução então seria obra da consciência da classe trabalhadora, essa consciência é que deve ser estimulada ao combate contra os domínios da burguesia, o que elevaria a *luta de classes* ao campo da subjetividade e da vontade humana. Não poderia haver uma revolução sem a existência efetiva da consciência da classe trabalhadora revolucionária. Uma vez que a consciência burguesa imposta aos trabalhadores é que processava e estabelecia o obstáculo que persistia contra a emancipação humana e coletiva.

Entre 1919 e 1920, Gramsci participou de uma experiência de insurgência dos trabalhadores que ocorreu na Itália. O chamado *biennio rosso*, biênio vermelho, em italiano, ocupou a mesma esteira histórica da Revolução Russa, que com seus Conselhos Operários, ou Sovietes, tornaram-se modelos para os movimentos socialistas do mundo. A pesquisadora Anita Helena Schlesener em *Revolução e cultura: Gramsci* (2002), ponderou que:

Cabia ao Partido Socialista empenhar-se em um trabalho de organização dos operários e camponeses espontaneamente mobilizados pelos sofrimentos de guerra e por toda violência produzidas pelo próprio modo de produção capitalista. Para tanto, o próprio partido e as instituições tradicionais do movimento operário, nascidos no contexto da livre concorrência e das necessidades geradas pela produção e pela política capitalistas, precisavam transformar-se em sua forma e em suas táticas para absorver esta grande força emergente. Na verdade, o impulso e o entusiasmo revolucionários estendiam-se por toda Europa ocidental e os partidos políticos e sindicatos profissionais, ligados às propostas políticas da social-democracia, não conseguiam dar conta desta tarefa urgente: existia uma “consciência lúcida e exata da finalidade, não acompanhada pela consciência igualmente lúcida e exata dos meios idôneos” para alcançar aquele fim. (SCHLESENER, 2002, p. 85)<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> As citação de Gramsci no final do comentário de Anita Helena Schlesener está no artigo *A conquista do Estado*, publicado no *L'ordine Nuovo*.

Em 1919 ocorreu a Internacional Comunista ou Terceira Internacional, em que um dos elementos principais foi a proposta de criação da União Internacional de Repúblicas Socialistas Soviéticas. A democracia operária em estado embrionário deveria desenvolver os próprios dispositivos de controle e de gestão. No texto, *Sobre “democracia” e ditadura* (1919), de Lênin, é possível observar que a função da ditadura do proletariado seria a de destruir o caráter burguês do Estado, na percepção dele, também designada como outra forma de ditadura. Este processo político seria responsável por realizar a transição entre a sociedade do presente e a do futuro. Explicou Lênin:

Apenas a ditadura do proletariado será capaz de libertar a humanidade da opressão do capital, da mentira, da falsificação, da hipocrisia da democracia burguesa, dessa democracia *para os ricos*; será capaz de estabelecer a democracia *para os pobres*; ou seja, tornar os bens da democracia acessíveis *de fato* para os trabalhadores e camponeses pobres, uma vez que hoje (e até mesmo na república – *burguesa* – mais democrática) esses bens da democracia são *de fato* inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores. (LÊNIN, 2019a, p. 21).

Gramsci, no artigo *Democracia Operária*<sup>63</sup> provocou a reflexão de como deveria ocorrer a revolução diante da necessidade eminente de geração do Estado socialista. Para ele, o novo Estado preexistia nas instituições revolucionárias, e elas, em parte, é que deveriam efetivar a substituição do aparelho burguês e dominar todas as funções essenciais de gestão e controle dos recursos públicos. Seria necessário, assim: “Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia [...]”. (GRAMSCI, 2011, p. 70). Cabia a estas instituições a tarefa de educar, absorver, organizar e direcionar a classe proletária. Este processo revolucionário não seria imediato, mas deveria ocorrer de forma gradativa e global. À vista disso, tratar-se-ia de uma longínqua batalha histórica, que ocorreria imanente ao capitalismo, contudo, ativamente, contraposta a ele e a favor da libertação do proletariado. Orientou Gramsci em *O Conselho de Fábrica* (1920):

Ao construir este aparelho representativo, a classe operária efetua na realidade a expropriação da primeira máquina, do mais importante instrumento da produção: a própria classe operária, que se reencontrou, que adquiriu consciência de sua unidade orgânica e se contrapõe agora, unitariamente, ao capitalismo. Desse modo, a classe operária afirma que o poder industrial, que a fonte de poder industrial deve retornar

<sup>63</sup> Publicado originalmente sem assinatura no *L'ordine Nuovo*, ano 1, nº 7, em 21 de junho de 1919.

à fábrica; coloca novamente a fábrica, do ponto de vista operário, como forma na qual a classe operária se constitui como corpo orgânico determinado, como forma de um novo Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo, o sistema dos conselhos. O Estado operário, por nascer com base numa configuração produtiva, cria com isso as condições do seu desenvolvimento, da sua dissolução como Estado, da sua incorporação orgânica a um sistema mundial ou seja, a Internacional comunista. (GRAMSCI, 2011, p. 77).

O artigo *Democracia Operária* também desdobrou como seria esse novo sistema representativo. Ele se construiria através de eleições livres e não impostas a delegados nas assembleias onde deveriam ser escolhidos os melhores e mais conscientes trabalhadores. Junto dos comitês eleitos nas fábricas somar-se-iam os comitês eleitos nos bairros com a participação de outros seguimentos de trabalhadores. Todos seriam orientados pelo Partido Socialista e pela federação que representa cada uma das distintas profissões reunidas. Descreveu: “O comitê de bairro deveria ser a emanção de *toda classe trabalhadora* que habita o bairro, emanção legítima e dotada de autoridade, capaz de fazer respeitar uma disciplina, investida do poder espontaneamente delegado [...]”. (GRAMSCI, 2011, p. 72). Para Gramsci, o partido também deveria existir de forma independente do Estado: “O Partido deve continuar a ser o órgão da educação comunista, o cadinho da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz ao objetivo as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa.” (GRAMSCI, 2011, p. 71). Podemos concluir que na juventude de Gramsci já haviam estabelecidas as necessidades programáticas e estratégicas que deveriam orientar o movimento socialista.

### 3 ESTRATÉGIA NOS *CADERNOS DO CÁRCERE* DE ANTONIO GRAMSCI

Os primeiros escritos de Antonio Gramsci possibilitam destacar seu entendimento de partido como o fundamento estratégico para a criação da democracia socialista. Além disso, detectamos no aspecto de constituição do Estado uma espécie de prolongamento das instituições que no contexto histórico integravam as classes trabalhadoras. Os conselhos de fábrica, por exemplo, seriam o germe da nova ordem a ser instituída, operando como um instrumento de funcionamento similar aos soviets da Rússia. Na Itália do *Biennio Rosso*<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Os conflitos do *Biennio Rosso* (1919 – 1920) ocorreram durante os dois anos que se seguiram após a Primeira Guerra Mundial. Gramsci influenciou esta experiência de auto-organização dos trabalhadores através do *L'Ordine Nuovo* e participou dos conselhos de fábrica da cidade de Turim. Para o debate intelectual do contexto era muito importante decifrar o papel dos conselhos para a revolução. Segundo Gramsci era preciso destacar as

essas associações atuaram para além dos interesses e práticas dos sindicatos e possuíram a missão de compor novas relações que fossem capazes de substituir a subordinação dos trabalhadores aos capitalistas. Todos os campos da sociedade se transformariam com base nas experiências e tomada de decisões dos conselhos de fábrica<sup>65</sup>. Explicou o intelectual Carlos Nelson Coutinho (1943 – 2012), em *Introdução* para a seleção de textos de *O leitor de Gramsci*:

A proposta do *L'Ordine Nuovo* foi acolhida por boa parte do movimento operário de Turim, cidade industrial situada no norte da Itália e na qual Gramsci residia desde que deixara a sua Sardenha natal. Em setembro de 1920, os conselhos ocupam e dirigem muitas fábricas turinenses, em particular a Fiat. Depois da derrota do movimento – motivada em parte pela atitude hostil que assumiram diante dele as direções do PSI e dos sindicatos –, Gramsci reavalia suas posições, abandonando, na prática sua crença de que é preciso estudar “a fábrica capitalista como forma necessária da classe operária, como organismo político, como ‘território nacional’ do autogoverno operário” [...].” (GRAMSCI, 2011, p. 17).

Em paralelo à luta na vida política revolucionária italiana também existiam as questões filosóficas suscitadas pela inteligência do movimento socialista organizado nacional e internacionalmente. A correta adoção estratégica para a tomada de poder foi elaborada segundo as teses teóricas que buscavam compreender elementos como: a fase em que se encontrava o capitalismo; as contradições inerentes da conjuntura; como se davam as correlações de forças, etc. Além disso, ocorria o debate em torno de temas como o economicismo, o positivismo de Marx, que para o Gramsci do futuro dará lugar à filosofia da práxis<sup>66</sup>. O período de maturação do pensador tomou rumos estratégicos reelaborado pelas questões nacionais. O partido ou as organizações proletárias não perderam seus importantes

---

possibilidades concretas de que esta nova forma de associação diferente dos sindicatos, representava uma fase embrionária do Estado socialista. Tratou-se, portanto, de uma oportunidade para a educação das massas e de rompimento com a forma de organização burguesa.

<sup>65</sup> O *L'Ordine Nuovo* ocorreu em diálogo com o leninismo. Na carta de Lênin intitulada *Sobre a milícia proletária* redigida em 1917, ele ofereceu a seguinte constatação sobre a organização própria do proletariado: “Com seu instinto de classe, os operários compreenderam que, em tempo de revolução, precisam de uma organização completamente diferente, *não apenas* da organização habitual; tomaram corretamente o caminho apontado pela experiência da nossa Revolução de 1905 e da Comuna de Paris de 1871, criaram o *Soviete de Deputados Operários*, começaram a desenvolvê-lo, alargá-lo e reforçá-lo, atraindo deputados dos *soldados* e, sem dúvida, deputados dos operários agrícolas *assalariados* e, depois (de uma forma ou outra), de todos os camponeses pobres.”. (LÊNIN, 2019a, p. 159).

<sup>66</sup> A partir do *Caderno 11 (1932-1933)*, no § 27 lemos: “No plano teórico, a filosofia da práxis não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é original apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas sobretudo enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conhecer a própria filosofia.”. (GRAMSCI, 1999, p. 154).

prepostos, mas receberam atribuições próprias da matéria tática de Gramsci que permaneceu vinculada à dialética, à vontade e à importância da subjetividade no processo de luta política.

O cientista político Leandro Galastri em *Gramsci, Marxismo e Revisionismo* (2015) interpretou o *Biennio Rosso* como a “origem” de Gramsci. Em sua concepção este evento histórico ocorreu: “[...] no intuito de romper com a dominação das velhas castas sociais italianas e levar as massas à participação na vida política, a construir um Estado popular.”. (GALASTRI, 2015, p. 51). Galastri apontou que as consequências da Primeira Guerra Mundial para as massas populares italianas foram mais destrutivas que a de outros países envolvidos no conflito que foi provocado pela rivalidade econômica e as demandas nacionalistas da época. Afirmou: “Não foi a perspectiva de uma vitória militar, mas a da Revolução Russa que ofereceu uma esperança de salvação ao proletariado faminto do campo e aos operários das cidades, oprimidos no limite do suportável pela disciplina de trabalho nas fábricas militarizadas.”. (GALASTRI, 2015, p. 51). A Itália figurava no cenário internacional como um país industrialmente desenvolvido e que ainda possuía um sistema financeiro precário e o meio de produção econômico do campo bastante atrasado quanto a técnica.

O Gramsci da maturidade retomou a estratégia de Karl Marx e reconfigurou a lógica de uso das categorias estrutura e superestrutura. A dominação burguesa, como já apontado pela obra marxiana, não se daria apenas de modo econômico, ela se espalharia por múltiplas instâncias de difusão pela sociedade através das práticas culturais. Não bastaria substituir ou derrubar o sistema econômico calcado na propriedade privada e na exploração do trabalho. Seria necessário o consentimento das massas para a conquista inaudita de hegemonia<sup>67</sup> e a massificação do ideário socialista como nova visão de mundo e de ser humano. Este processo de longa duração histórica não se daria pela imposição abrupta de um novo modelo de produção econômico. A vista disso, a esfera da construção da nova subjetividade, que seria a sociedade civil, tornou-se determinante para a definição dos horizontes estratégicos de Gramsci. Para alcançar a meta final do socialismo a ponte estaria em uma reforma moral e

---

<sup>67</sup> Em Karl Marx, o aspecto material (estrutura) em última instância, condiciona o ideológico (superestrutura). Gramsci recorreu ao conceito de hegemonia e o inseriu neste contexto para ilustrar o consenso e a coerção da classe dominante, sobre a classe dominada.

intelectual capaz de criar outras consciências, e com elas, um novo modo de vida. No *Caderno 11 (1932-1933)*, no §12, Gramsci orientou:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96).

O *Prefácio de 1859* para a *Contribuição à crítica da economia política* é importante para a compreensão da estratégia de Gramsci por conter os métodos e a visão de mundo inspirada por Marx<sup>68</sup>. Para esse fundador do socialismo científico, o desenvolvimento da formação econômica da sociedade entendido como processo: “[...] pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.”. (MARX, 2017b, p. 80). Ao levar em consideração esse fator, os indivíduos permanecem submetidos por estruturas e superestruturas muito maiores que o constituem. Isto é, a “criatura” seria produção econômica, ideológica, do direito, dos mitos, da religião, das tradições, da moral, etc. Foi segundo esta acepção marxiana da consciência que superestrutura transformou-se na filosofia da práxis de Gramsci na arena prioritária de luta política. Destacou-se do *Caderno 11 (1932-1933)*, § 12:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (GRAMSCI, 1999, p. 103).

No *Caderno 7 (1930-1931)*, § 12, Gramsci tratou sobre o “homem-indivíduo” e o “homem-massa” com relação ao conformismo social. Neste artigo ele buscou destacar o senso

---

<sup>68</sup> Lênin e Rosa Luxemburgo também tiveram como referência o *Prefácio de 1859*.

de integração social, como: “Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, mais ampla e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 260). Ele exemplificou algumas organizações que coordenariam o pensamento coletivo: exércitos, comícios, assembleias sindicais, representações políticas, etc. No diagnóstico de Gramsci ocorria uma crise de hegemonia em que a coletividade, pautada pelo aparelho produtivo de disposições utilitaristas buscava pelo máximo de rendimento. A crise seria o resultado da incapacidade das classes dominantes em satisfazer as demandas econômicas mais imediatas e vinculadas ao mundo do trabalho ou o bem-estar social. Como se a classe dominante perdesse seu alinhamento com a realidade social, restando-lhe somente as formas de controle do Estado, não o consentimento público que é o coração do exercício de hegemonia. O *Caderno 7 (1930-1931)*, § 12 caracterizou a crise da seguinte maneira:

Os velhos dirigentes intelectuais e morais da sociedade sentem faltar terreno sob seus pés, percebem que suas “pregações” tornaram-se de fato “pregações”, isto é, coisas estranhas à realidade, pura forma sem conteúdo, mera aparência sem espírito; daí seu desespero e suas tendências reacionárias e conservadoras: como forma particular de civilização, de cultura, de moralidade que eles representaram se decompõe, eles sentenciam a morte de toda civilização, de toda cultura, de toda moralidade, exigem medidas repressivas do Estado ou se tornam um grupo de resistência separado do processo histórico real, aumentando dessa forma a duração da crise, porque o acaso de um modo de viver e de pensar não pode ocorrer sem crise. (GRAMSCI, 2007a, p. 260-261).

É comum observar nos textos de Marx que ele pode partir da crítica de livros teóricos, análises de indivíduos, situações históricas ou categorias particulares, todavia seu objetivo é sempre vincular estes subsídios a eventos socialmente amplificados como: classes, movimentos políticos, revoluções, países, religião, processos históricos, etc. No *Prefácio de 1859*, a “força da abstração”, *Abstraktionskraft*, em alemão, foi indicada por Marx como o meio de investigação científica. Ela que tem o papel de descobrir através dos dados coletados do microcosmo as noções de pensamento macrocósmicas. A teoria do mais-valor, por exemplo, não chega apenas a uma consequência numérica do modo de produção capitalista, as leis que lhe condicionam também revelam o caráter da relação entre capital e trabalho, o centro dinâmico de geração das contradições sociais. No *Prefácio de Contribuição à crítica da economia política*, Marx expôs a seguinte tese sobre o circuito existente entre o modo de produção e a consciência:

É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2008, p. 48).

O materialismo que Gramsci absorveu de Marx, ao seu próprio modo, também pode ser mapeado na obra *Miséria da filosofia*. A transformação social radical da sociedade não pode ser distinguida da estratégia de Marx. Da mesma forma, a percepção de que a *luta de classes* mediante o modo de produção capitalista dá-se, simultaneamente, nas dimensões estruturais e superestruturais. Durante a elaboração das estratégias marxianas observamos que seria preciso reagir para as questões impostas pela política concreta, somado ao combate, os elementos teóricos ou filosóficos correspondentes. No capítulo intitulado *A metafísica da economia política*, de *Miséria da filosofia*, Marx direcionou suas críticas ao método filosófico de Pierre-Joseph Proudhon (1809 -1865). Na primeira observação<sup>69</sup> ele demonstrou que as relações de produção burguesas não eram a-históricas:

Os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. O sr. Proudhon, tomando essas relações como princípios, categorias, pensamentos abstratos, tem apenas de *ordenar* tais pensamentos, que se encontram ordenados alfabeticamente no final de qualquer tratado de economia política. O material dos economistas é a vida ativa e atuante dos homens; o material sr. Proudhon são os dogmas dos economistas. Mas, a partir do momento em que não se persegue o movimento histórico das relações de produção, das quais as categorias são apenas a expressão teórica, a partir do momento em que se quer ver nessas categorias somente ideias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem desses pensamentos. (MARX, 2017, p. 98).

---

<sup>69</sup> Karl Marx realizou outras observações sobre o assunto em *Metafísica da economia política*: As categorias econômicas são produtos das relações sociais e transformam-se com a alteração do modo de produção; As categorias econômicas coexistem, não “sucedem” umas às outras; Ao situar a escravidão como categoria econômica “eterna”, ela possuiria, simultaneamente, um “lado bom” e um “lado mal”, Proudhon haveria utilizado a linguagem de Hegel sem compreender que no movimento dialético não pode existir identidade lógica entre bem e mal; No própria elaboração do pensamento de Proudhon aponta-se que ela seria uma “ilusão”, já que não poderia haver um “andaime” para metafísica das categorias econômicas e, ao mesmo tempo, o movimento dialético.

Para que Gramsci pudesse criar os estratagemas nos *Cadernos do cárcere*, ele elaborou argumentos epistemológicos, tendo como foco de investigação a análise de movimentos históricos como o jacobinismo, o renascimento, o *risorgimento*, etc. Sua compreensão sobre o modo de produção econômico ou de estrutura econômico-corporativa foi colateral à meditação sobre o impacto moral e intelectual desses movimentos históricos. A estratégia de Gramsci apontou para a necessidade de engendramento de uma nova civilização, que é destinada a minar o projeto inacabado da burguesia que havia falhado em criar para si uma nação italiana<sup>70</sup>. Reinventou, assim, a partir do Manifesto Político *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), um plano de constituição para uma nova civilização. O partido de massas elevado a um príncipe moderno que organizaria, educaria e lideraria a vontade popular. Prescindiria para isso da concentração de hegemonia que fosse poderosa e totalizante o bastante para dar cabo da unificação da nação italiana fundada mediante a nova concepção de mundo e a disciplina do partido. Sua adoção estratégica foi a guerra de posição que ocuparia no capitalismo avançado, progressivamente, o Estado, à medida que desenvolvesse outros valores, uma nova civilização, que substituiria a democracia liberal pelo socialismo.

### 3.1 Passagem da guerra de manobra para a guerra de posição em Gramsci

No *Caderno 6 (1930-1932) § 138*, Gramsci, selecionou o que seria para ele a questão mais importante sobre o período após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Tratou-se sobre os rumos estratégicos de tomada do poder por parte do movimento socialista. Gramsci foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini (1883 – 1945) em 8 de novembro de 1926. Redigiu seus pensamentos mais maduros confinado na ilha de Ustica, nas proximidades de Palermo. Neste ponto de sua biografia havia liderado o movimento operário nos conselhos de

---

<sup>70</sup> A derrota da revolução socialista internacional a partir da Rússia exigiu do movimento novas posições estratégicas que levassem em consideração o caráter nacional da luta contra o capitalismo. Nas *Resoluções do 3º Congresso Internacional Comunista*, de julho de 1921, podemos destacar de *A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas*: “Não pode haver uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas. As condições da luta proletária se transformam constantemente e, conforme essas transformações, as organizações da vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas. As particularidades históricas de cada país determinam também formas especiais de organização para os diferentes países.”. (CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA, 2022).

fábricas em Turim durante *Biennio Rosso* de 1920<sup>71</sup>. Esta foi uma das lutas revolucionárias mais importantes da classe trabalhadora que ocorreu fora da Rússia. Gramsci foi também secretário-geral do partido, era deputado e fundador do órgão jornalístico *L'Unità*<sup>72</sup>. Sua experiência política foi traduzida por meio de um pensamento filosófico único, multifacetado e estratégico por excelência. Interpretá-lo exige compreender as múltiplas referências que ele aprecia a fim de criar seus próprios significados teóricos e ações políticas. Impõe também observar algumas peculiaridades históricas da Itália naquele tempo. O historiador Eric Hobsbawm em *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, (1840 – 2011)* (2011) descreveu:

A Itália era, por assim dizer, um microcosmo do capitalismo mundial, na medida que continha, num só país, metrópoles e colônias, regiões avançadas e atrasadas. A Sardenha, terra de Gramsci, era exemplo do lado atrasado, para não dizer arcaico e semicolonial da Itália; Turim, com suas fábricas da Fiat, onde ele se tornou um líder da classe operária, exemplificava na época, tal como hoje, o estágio mais avançado do capitalismo industrial e a transformação em massa de camponeses imigrantes em operários. Em outras palavras, um marxismo italiano inteligente achava-se numa situação excelente para apreender não só a natureza do mundo capitalista desenvolvido como também a do “Terceiro Mundo”, assim como as interações entre eles, ao contrário de marxistas de países pertencentes a apenas um ou outro desses dois mundos. Por esse motivo, é errado considerar Gramsci simplesmente um teórico do “comunismo ocidental”. Seu pensamento não foi desenhado somente para países industrialmente avançados nem é aplicável exclusivamente a eles. (HOBSBAWN, 2011, p. 287-288).

Ao refletir sobre guerra de manobra Gramsci utilizou a estratégia de Lev Davidovich Bronstein (1879 – 1940), ou o Leon Trotsky, que é descrito por ele no *Caderno 6 (1930-1932)*, no § 138, como o: “[...] teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas a causa de derrotas.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 255). No verbete “Trotski”, do *Dicionário gramsciano* destacou-se que: “Revolução permanente e guerra de movimento constituem o reflexo da situação russa, pobre em “sociedade civil”, de modo que Trotski, ao propô-las universalmente, não capta a especificidade do Ocidente por meio de uma séria investigação nacional [...]”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 787). Por sociedade civil, em Gramsci, entende-se as composições e atores sociais heterogêneos que possuem interesses políticos, econômicos e éticos diferentes entre si e que disputam a dominação econômica e a

<sup>71</sup> Anita Helena Schelesener em *Revolução e cultura: Gramsci* avaliou que: “A exemplo da Revolução Russa e da experiência austríaca e alemã dos conselhos, fazia-se necessário criar novas instituições operárias e ampliar as já existentes. Da organização dos conselhos de operários, camponeses e soldados dependia não só o ímpeto do processo revolucionário, mas a própria transformação do Partido Socialista. A noção gramsciana de revolução se elabora e se explicita na participação e junto aos Conselhos de Fábrica.”. (SCHELESENER, 2002, p. 85).

<sup>72</sup> Este jornal existiu entre fevereiro de 1924 e julho de 1944.

direção do Estado. Indicar que a sociedade civil da Rússia era pobre significa dizer que o povo Russo possuía qualitativos sociais mais homogêneos ou menos industrializados. Portanto, eram potencialmente menos atravessados por interesses e funções diversificadas e divergentes entre si, tal qual era a sociedade nos países com o capitalismo desenvolvido do ocidente<sup>73</sup>. Trotsky em *A Revolução Permanente* (1930) descreveu que sua teoria:

[...] implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo. (TROTSKY, 1985, p. 24).

Para Gramsci, a guerra manobrada ou a revolução permanente estava mais associada à reflexão da ciência política, que aos fatos ocorridos no campo militar da guerra mundial ou da Revolução de Outubro (1917). No *Caderno 7 (1930-1931)*, § 16, o pensador expôs mais detalhadamente sua oposição a estratégia de Trotsky, onde diferenciou os tipos de sociedades oriental e ocidental. A pesquisadora Ana Maria Said descreveu em *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*, que Gramsci: “Distingue oriente e ocidente, fazendo porém, uma distinção *morfológica* e não geopolítica [...]”. (SAID, 2009, p. 92). O *Caderno 6 (1930-1932)*, no § 88 faz alusão sobre a relação entre sociedade civil e o Estado e propõe a seguinte fórmula: “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 244)<sup>74</sup>. Nesse sentido, a classe dominante exerceria o poder à medida que pudesse controlar os aparelhos privados de hegemonia. A sociedade civil é relativamente autônoma em relação à sociedade política e ao Estado. Trata-se do conjunto de instituições que promovem as ideias com as quais a sociedade se representa e possuem a potencialidade de geração de outro Estado. Segundo Gramsci, Trotsky não aprofundou a sua estratégia a ponto de compreender que o objetivo da estratégia

<sup>73</sup> No *Caderno 6 (1930-1932)*, § 24, Gramsci descreveu o seguinte conceito de sociedade civil: “É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido que é muitas vezes é usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja. (GRAMSCI, 2007a, p. 225).

<sup>74</sup> No intertítulo *Concepção de Estado em Gramsci* é retomada a discussão sobre a relação entre sociedade civil e Estado.

deveria basear-se na análise da sociedade civil de cada país e considerá-la desde as características *sui generis*<sup>75</sup>. Ele discorreu da seguinte maneira sobre o oriente e o ocidente:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2007a, p. 262).

Gramsci também relacionou a guerra manobrada ou a revolução passiva com o pensamento de Trotsky e a greve geral de Rosa Luxemburgo. Ele divergiu das teorias da espontaneidade que postularam que a revolução seria gerada pelas crises econômicas. Como visto, a estratégia para a revolução de Luxemburgo surgiu a partir de 1906 e possuiu como ponto central a forma progressiva de extinção do poder do capital via greve de massas. No verbete “guerra de movimento”, do *Dicionário Gramsciano*, foi frisado que Gramsci não pretendia ignorar a ideia de movimento para a luta política: “Seu raciocínio se concentra sobre os *fundamentos* e *objetivos* de tal movimento, que não pode continuar prisioneiro do “imediatismo”, ou seja, daquilo que há de arbitrário, de aventureiro, de artificial e de historicamente não necessário em todo movimento.”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 356). A espontaneidade deveria ser educada, disciplinada, homogeneizada e sua direção tornada consciente. No *Caderno 3 (1930)*, no § 48, Gramsci afirmou: “Esta unidade de “espontaneidade” e “direção consciente”, ou seja, de “disciplina”, é exatamente a ação política real das classes subalternas como política de massas e não simples aventura de grupos que invocam as massas.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 196).

Marcos Del Roio em *Gramsci e a emancipação do subalterno* explicou que:

O “espontaneísmo” que muitos identificam na maior parte da obra de Rosa Luxemburg é ao mesmo tempo uma postura antijacobina. Jacobinismo então

---

<sup>75</sup> Hegel em *Princípios da filosofia do direito* pontuou o seguinte sobre reunião dos indivíduos da sociedade civil em distintas corporações: “A natureza (de acordo com a sua particularidade) do trabalho na sociedade civil divide-se em vários ramos. O que há em si de uniforme nesta particularidade alcança a existência na confraria, como algo de comum, e então o fim, no particular interessado e para o particular orientado, é concebido também como universal. O membro da sociedade civil torna-se, segundo as suas particulares aptidões, membro da corporação cujo fim universal é, desde logo, concreto e não sai dos limites que são próprios aos negócios e interesses privados da indústria.”. (HEGEL, 1997, p. 212).

entendido não como o grupo jacobino revolucionário de 1793, como vanguarda das massas, como mediação política orgânica aos desígnios populares, mas como grupo político intelectual que substitui as próprias massas e em seu nome atua. A posição de Gramsci é a mesma, ainda que seja provável mais a influência de Sorel de que a Rosa ou das esquerdas germânicas. A leitura de Gramsci faz da Revolução Russa de 1917, desde os seus momentos iniciais, indica o valor dado à ação do proletariado como ato de cultura, de antagonismo radical. (ROIO, 2018 p. 47).

No *Caderno 6 (1930-1932)*, § 138, ao discorrer sobre a guerra de posição, Gramsci registrou que ela: “[...] exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isso, é necessária uma concentração inaudita de hegemonia [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 255). Ana Maria Said esclareceu que: “Diferentemente da Revolução de Outubro, no ocidente, a política configura-se luta de hegemonias entre a classe dominante e a classe trabalhadora.”. (SAID, 2009, p. 93). Era preciso travar a batalha primeiro no território cultural. De modo que a teorização sobre a guerra de posição pode ser localizada na categoria de revolução passiva<sup>76</sup>, principalmente ao ser classificada a diminuta adesão ideológica dos grupos sociais subalternos na Itália. Preexistia, na realidade, a necessidade de que, para alterar o sistema de crenças, táticas adequadas deveriam ser adotadas, com a finalidade de transformação da estrutura econômico-corporativa existente. Somente assim, a superestrutura política produziria outro Estado, modo de governo, organizações oficiais, etc. Anita Helena Schelesener em *Hegemonia e cultura: Gramsci* especificou que:

A questão cultural traz implícita a econômica e social, ou seja, o que se manifesta neste processo é a incapacidade da burguesia italiana de superar a fase econômico-corporativa e conquistar a hegemonia política; após exercer uma função desagregadora da unidade feudal, não soube ou não pôde fazer florescer sua unidade feudal, não soube ou não pôde fazer florescer sua unidade territorial e política; abre-se espaço, então, para a reorganização da Igreja, que culminará na Contra-reforma. (SCHLESENER, 2007, p. 66).

No *Caderno 15 (1933)*, § 11, o *Risorgimento* italiano foi categorizado como revolução passiva, porque seu processo histórico ocorreu sem qualquer benefício das classes subalternas. As transformações sociais que impulsionaram o *Risorgimento* foram somente moderadas entre aristocracia e burguesia, e se seguiram de modernizações em equilíbrio com a

---

<sup>76</sup> Gramsci utilizou a noção de revolução passiva alterando seu polo ideológico de protagonismo burguês para o das massas populares. O pensador incorporou este modelo de movimento político das classes dominantes e pretendia a conquista gradual da sociedade civil. Optou pela revolução passiva à medida que não encontrava nos movimentos de ataque frontal o melhor meio estratégico para revolucionar a ordem capitalista então estabelecida na Itália.

restauração das antigas relações de força. Preservou, portanto, a hegemonia dos grupos dominantes. Gramsci afirmou:

Pode-se aplicar o conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRAMSCI, 2002, p. 317).

Nessa conjuntura, as classes reacionárias italianas concentravam poder a ponto de esmagarem todas as iniciativas que de certa forma lhes ameaçassem. Segundo Fresu: “Durante o *Risorgimento*, os intelectuais do Partido da Ação adotaram uma atitude paternalista em relação às massas populares, às quais não queriam se ligar, e, portanto, foram absorvidos e incorporados “molecularmente” pelos moderados”. (FRESU, 2020, p. 258). Ainda que fosse um movimento de massas, era demagógico, com líderes improvisados e partidos antigos no comando, como havia sido *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

O cientista político Leandro Galastri, no livro *Gramsci, marxismo e revisionismo* (2015) referenciou revolução passiva como um termo apropriado das ideias do escritor italiano Vincenzo Cuoco (1770 – 1823), que é considerado um dos precursores do liberalismo na Itália. Este conceito descreveu as formas de preservação das relações arcaicas através do paradoxo de uma revolução de tipo conservador, restaurador, e deste modo, voltada para o bloco ideológico representativo das velhas classes. Por outro lado, revolução passiva também é uma resposta para a filosofia da história de Benedetto Croce a respeito da dialética dos distintos. Galastri apontou que esta variação da dialética traduziria o fenômeno do transformismo, em que, – há uma corrente entre as superestruturas feudal, burguesa e proletária que ocorre no mesmo momento histórico –, e a interpretação de que o jacobinismo seria um processo histórico de oposição às forças reacionárias. Para Galastri: “Não aniquilando por inteiro a estrutura de produção anterior à sua própria, a estrutura burguesa preserva-se de seu próprio aniquilamento, evitando o choque direto com o que seria sua antítese.”. (GALASTRI, 2015, p. 228). Desta forma, a hegemonia dos grupos dominantes atuaria concentrada e as forças progressivas da sociedade ficariam desestimuladas. Cabia ao

movimento socialista adotar a guerra de posição como contra-ataque de produção de uma hegemonia peculiar, baseada na elevação da classe trabalhadora à classe dirigente.

Em *Americanismo e fordismo*<sup>77</sup>, descrito no *Caderno 22 (1934)*, § 11, Gramsci analisou como se deu a construção da hegemonia nos Estados Unidos. De acordo com o pensador ao refletir sobre os métodos industriais: “[...] a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho.”. (GRAMSCI, 2007b, p. 266). Tal ação estaria para além do mero “puritanismo”, visava criar um tipo específico de trabalhador e de sociedade. Para Gramsci, o objetivo da sociedade americana foi apreendido por Taylor<sup>78</sup>, que tinha como objetivo:

[...] desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob a forma mais brutais, mas que será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior. Correrá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. (GRAMSCI, 2007b, p. 266).

Este novo tipo psicofísico produzido em massa pelo industrialismo americano não agregaria apenas à vida do trabalho um meio de racionalização, seu próprio tipo “espiritual”

---

<sup>77</sup> Através do verbete “americanismo e fordismo”, no *Dicionário gramsciano* compreendemos que esses termos: “[...] dizem respeito a temas de diversas naturezas, da composição demográfica à questão sexual, à questão meridional, à taylorização do trabalho nas indústrias fordista, a temas financeiros e de teoria do Estado, à relação Europa-América etc.”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 41).

<sup>78</sup> Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915), em *Princípios de administração científica* (1911) dedicou uma trecho sobre a *Procura de homens eficientes*: “[...] no caminho da eficiência nacional, quando compreendermos completamente que nossa obrigação, como nosso interesse, está em cooperar sistematicamente no treinamento e formação dessas pessoas, em vez de tirar de outros os homens que eles preparam.”. (TAYLOR, 1990, p. 22). Ficou evidente nesta passagem que a demanda de Taylor é mais que econômica, ela possuiu função política e visou formar as pessoas para a eficiência no trabalho industrial. Taylor, na introdução do livro, partiu de palavras do presidente estadunidense Theodore Roosevelt (1858 – 1919) sobre a necessidade de ampliação da eficiência nacional.

ou “humano” foi coagido pelo novo modelo de produção. E, enquanto instrumentos e peças do mundo da produção, os trabalhadores deveriam manter sua eficiência psicofísica e evitar qualquer perda ou instabilidade. Nesse sentido, as fábricas não produziram apenas mercadorias, mas indivíduos com qualidades peculiares, comportamentos determinados e valores específicos. Gramsci citou que a vigilância moral dos capitalistas sobre o alcoolismo ou a depravação sexual poderiam tornar-se, inclusive, ideologia<sup>79</sup> estatal. Aqueles detém o poder econômico seriam capazes de influenciar a política a ponto de deliberar, segundo a própria régua do interesse econômico ou moral, qual conduta é legal ou ilegal. Então, o puritanismo tradicional e o culto aos pioneiros americanos caíram como luvas quanto ao quesito de controle da subjetividade das massas. A monogamia, por exemplo, impedia uma noite mal dormida na orgia; quem trabalha não dispõe de tempo de gastar energia nos prostíbulos; os horários fixos de trabalho impedia alguma transgressão das leis. (GRAMSCI, 2007b).

A concentração de hegemonia ocorreu com a mecanização do trabalho. Este processo que engajou o modo de produção à ideologia do Estado requer um nível aprofundado de compreensão das estruturas que o sustenta. Tal qual as máquinas, os trabalhadores devem ser peças sem consciência. Para explicar este processo, Gramsci valeu-se da metáfora dos copistas que no período medieval reproduziam livros sem a apreensão do seu conteúdo intelectual. A valorização do trabalho ocorria de acordo com a qualidade da mecanização. O mesmo pode ser identificado com a profissão do tipógrafo que ao compor a impressão não prescindia da compreensão do que estava escrito em sua peça de trabalho. Bastava que a reunião dos caracteres fosse rápida e eficiente. Nesse sentido, as massas de trabalhadores das indústrias deveriam operar adaptadas ao exercício de suas funções cerebrais do mesmo modo: cada vez mais automático. Contudo, também desenvolveu-se uma potencial liberdade para que o trabalhador pensasse o que quisesse. (GRAMSCI, 2007b). Explicou Gramsci sobre as formas de controle social por meio do trabalho:

---

<sup>79</sup> Gramsci no *Caderno 3 (1930)*, § 49 tratou sobre como se organiza a estrutura ideológica da classe dominante: “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Delas fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e os nomes das ruas.”. (GRAMSCI, 2001, p. 78).

Os industriais norte-americanos compreendem muito bem está dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que o “gorila amestrado” é uma fase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. Qual tal preocupação existia entre os industriais é algo que de reduz a toda série de cautelas e iniciativas “educacionais”, que podem ser encontradas nos livros de Ford e na obra de Philip<sup>80</sup>. (GRAMSCI, 2007b, p. 272).

Ana Maria Said apontou que a burguesia estava conseguindo produzir um novo modo de viver e que o Estado de Bem-Estar, introduzido por Ford, fortaleceu a hegemonia burguesa. Relatou: “A partir de 1920, Gramsci não concordava com o *Comintern* que acreditava que o capitalismo mundial iria ao encontro de uma iminente crise e, conseqüentemente, a classe operária estaria em uma fase decisiva de tomada de poder [...]”. (SAID, 2009, p. 94)<sup>81</sup>. A nova estratégia de guerra de posição foi indicada por Gramsci neste contexto de combate estratégico que impunha a tomada gradual do poder. Tratou-se no *Caderno 6 (1930-1934)*, § 138, de: “[...] uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc. [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 255). Esta estratégia poderia ser utilizada em todas as sociedades de capitalismo avançado e aplicada mesmo nos tempos de paz, onde era necessário reforçar as posições socialistas. Por meio do *Caderno 1 (1929-1930)*, § 134 detectou-se que a resistência passiva de Mohandas Karamchand Gandhi (1869 – 1948), na Índia foi considerada uma guerra de posição, que em determinados momentos tornou-se guerra de movimento e também guerra subterrânea: “o boicote é guerra de posição, as greves são guerra de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra

---

<sup>80</sup> Henry Ford (1873 – 1947) em *Princípios da prosperidade* também abordou a questão da educação para seu projeto: “Para nossa escola não se selecionam os rapazes porque sejam hábeis ou promissores. Escolhem-se os necessitados de dinheiro e oportunidades [...] Outorgamos bolsas a fim de que possam prover ao sustento de suas mães enquanto cursam a escola [...]” (FORD, 1967, p. 314). Ele se referiu a Escola Industrial Henry Ford.

<sup>81</sup> Através das *Resoluções do 3º Congresso Internacional Comunista*, de junho de 1921, destacou-se de *Teses sobre as Táticas do Partido Comunista da Rússia*: “A democracia pequeno-burguesa dos países capitalistas, representada em sua parte avançada pelas Internacionais dois e dois e meio: é atualmente o sustentáculo principal do capitalismo, na medida em que sua influência se estende ainda sobre a maioria ou sobre uma parte considerável dos operários e empregados da indústria e do comércio, que acreditam, no caso de uma revolução, que perderão seu bem-estar relativo, resultante dos privilégios do imperialismo. Mas a crise econômica crescente piora em todos os lugares a situação das massas, e esta circunstância, acrescida à fatalidade cada vez mais evidente de novas guerras imperialistas, se o capitalismo subsistir, torna este pilar cada vez mais vacilante.”. (CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA, 2022).

subterrânea.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 124). Hobsbawm definiu o que para ele seria um fator histórico de máxima importância:

A Itália era um país no qual, depois de 1917, várias das condições objetivas e até subjetivas da revolução social pareciam existir – mais no que na Grã-Bretanha e na França, e até mesmo, digo eu, do que na Alemanha. Entretanto, essa revolução não aconteceu. Ao contrário, foi o fascismo que ascendeu ao poder. Era mais do que natural que os marxistas italianos abrissem caminho na análise do motivo pelo qual a Revolução Russa de outubro tinha deixado de se espalhar para os países ocidentais e de qual deveria ser a estratégia e as táticas alternativas de transição para o socialismo nesses países. Foi isso, naturalmente, o que Gramsci se dispôs a fazer. (HOBSBAWM, 2011, p. 289).

O intelectual italiano Giuseppe Vacca (1939)<sup>82</sup>, em *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: (1926-1937)* ressaltou que a guerra de posição precisaria substituir a guerra de manobra, pois as interações entre economia e política realizadas na sociedade civil é que estabeleceriam a hegemonia. Tal estrategema poderia ser utilizado após as tentativas fracassadas de revolução proletária, introduzindo as propostas criadas por um equilíbrio entre as táticas de lógica internacionalista e nacionalista. Vacca destacou a necessidade de avaliação criteriosa dos aparelhos privados da sociedade civil, já que a parte derrotada só seria subordinada se fosse incapaz de conquista-los: “[...] mas não pode ser desorganizada além de certa medida, não pode ser empurrada estavelmente para a pulverização e a atomização característica de uma época histórica já superada [...]”. (VACCA, 2012, p. 215). Para Gramsci, as derrotas do movimento socialista seriam reversíveis através deste meio de combate calcado na ampliação do poder popular. No *Caderno 7 (1930-1931)*, § 16 estabelece que: “[...] a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 262). Para Vacca, Gramsci reverberava as transformações impostas pelo fascismo:

Não surpreende que esta “ocupação” do povo-nação tenha sido realizada por uma minoria que conseguiu impor sua política de massas nem se pode considerar isso um traço de fragilidade e inorganicidade: um “povo” por si só sempre disposto à ação, não manipulável nem condicionável por uma força usurpadora, é um puro “fantasma do passado”, isto é, de uma “situação democrática” precedente que foi destruída.

---

<sup>82</sup> Vacca possui uma vasta obra política sobre a Itália, foi deputado e desde 1988 dirige o Fundação Instituto Gramsci, de Roma.

Nas malhas do Estado totalitário, a “ocupação” do povo-nação prossegue e se reforça, a não ser que as forças antagônicas sejam capazes de contrapor a isso uma política igualmente eficaz. Mesmo na época das massas, a história é teatro de minorias ativas; o que muda é o critério do sucesso, agora depende de sua capacidade de desenvolver uma política para as “multidões”. (VACCA, 2012, p. 209).

A guerra de posição estaria adequada a países beligerantes de grande potência industrial, que possuíam a capacidade de conversão das enormes massas do proletariado em soldados do Estado. Como aspira a hegemonia, precisaria potencializar a habilidade de condicionar o modo de produção econômico à agenda política. Nesse sentido, a vitória sobre a burguesia não impunha a necessidade de posse de uma força ou aparato militar técnico superior. Significaria ocupar estas “trincheiras” e as “fortalezas” da sociedade civil e saber impor a ideologia política oficial. Para isso, era imperativo que outras relações sociais fossem estabelecidas em todos os âmbitos da vida, e que elas fossem geradas da aversão aos projetos burgueses e seu controle nas esferas das relações sociais. No *Caderno 1 (1929-1930)*, § 133, Gramsci debateu a formação política através do uso de uma metáfora com a tática militar do *arditismo*<sup>83</sup>, factualmente este meio de combate foi empregado no campo de batalha na Primeira Guerra Mundial:

Na luta política, além da guerra de movimento e da guerra de assédio ou de posição, existem outras formas. O verdadeiro *arditismo*, ou seja, o *arditismo* moderno, é próprio da guerra de posição, como se viu em 1914-1918. Também a guerra de movimento e a guerra de assédio dos períodos anteriores tinham, em certo sentido, seus grupos de assalto: cavalaria ligeira e pesada, os *bersaglieri*, etc., as armas velozes em geral desempenhavam em parte uma função do *arditi*; assim, na arte de organizar as patrulhas, estava contido o germe do *arditismo* moderno. Este germe estava contido mais na guerra de assédio do que na guerra de movimento: serviço de patrulhas mais extensas e, especialmente, arte de organizar ataques inesperados e inesperados assaltos com elementos selecionados. (GRAMSCI, 2007a, p. 122-123).

A disputa da dimensão política, mais que a militar, ocorria de forma pública e evidente. Gramsci detectou que a burguesia em um contexto de organização estatal debilitado e com o exército enfraquecido tenderia a recorrer de forma ilegal aos *arditi* privados. Esta é

---

<sup>83</sup> *Arditi* eram soldados italianos que integravam unidades diferentes dos soldados comuns. No campo de batalha estas tropas tinham a função de assalto. Eles rompiam as linhas inimigas para a entrada da infantaria. Gramsci conceituou no *Caderno 1 (1929-1930)*, § 133: “[...] como função de arma especial, o *arditismo* ocorreu em todos os exércitos na guerra mundial; como função político-militar, ocorreu nos países politicamente não-homogêneos e enfraquecidos, que tinham portanto como expressão um exército nacional pouco combativo e um Estado-Maior burocratizado e fossilizado na carreira.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 124).

uma comparação para que se compreenda o ataque político em sua manifestação de poder em relação à disputa do Estado. O caráter antagônico das classes levava o combate a uma distinção essencial: “[...] uma classe que deve trabalhar diariamente com horário fixo, não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, diferentemente de uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 123). Estas organizações eram profissionalizadas e sob contrato desferiam golpes, atacavam de surpresa e a qualquer momento. Assim: “[...] faz-se necessária, porque apropriada, a guerra de movimento e de manobra, que, no caso da luta política, pode-se combinar com um útil e talvez indispensável uso da tática dos *arditi* [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 123). Contudo, para Gramsci, o modelo militar estaria em segundo plano, uma vez que só a política abrigaria as possibilidades para a guerra de manobra ou guerra de movimento.

Hobsbawm concluiu três elementos da estratégia de Gramsci: 1 – Sua adoção levou em consideração a situação concreta. Ele não tem predileção por guerra de posição ou guerra de movimento. As formas táticas são intrínsecas às circunstâncias históricas, a opção de um modelo de guerra por outro é consequência de um processo epistemológico. Em seu diagnóstico, o fracasso da revolução no ocidente abria uma nova fase de estratégias baseadas no enfraquecimento a longo prazo da hegemonia burguesa; 2 – A luta pela hegemonia deveria ser travada antes, durante e depois da chegada ao poder. Era crucial obter o domínio dos aparelhos privados, a adesão das massas, bem como a elevação da qualidade da liderança; 3 – O partido necessitaria de uma relação orgânica com as classes subalternas, com a massa tal como ela é, não como era descrita em teorias meramente filosóficas. Explicou Hobsbawm:

Ele nunca esqueceu que as sociedades são mais que as estruturas de dominação econômica e poder político, que elas têm uma certa coesão, mesmo quando dilaceradas por lutas de classe (um ponto demonstrado muito antes por Engels), e que a libertação da exploração proporciona a possibilidade de constituí-las como verdadeiras comunidades de homens livres. Ele nunca esqueceu que assumir responsabilidade por uma sociedade – real ou potencial – é mais do que cuidar de interesses imediatos de classe, de área ou mesmo do Estado; que, por exemplo, essa responsabilidade pressupõe continuidade “com o passado, com a tradição ou o futuro”. Daí Gramsci insistir na revolução não simplesmente como a expropriação dos expropriadores, mas também, na Itália, como a criação de um povo, a realização de uma nação – como negação e como o comprimento do passado. (HOBBSAWM, 2011, p. 299).

### 3.2 Relações de força econômica e política e a necessidade da reforma intelectual e moral

O conceito de relações de força integrou a reflexão sobre a luta pela hegemonia em Gramsci. As relações de força ocorrem nas disputas dos aparelhos privados na sociedade civil, no domínio do Estado, no modo de produção e da consciência, etc. Tais relações possuem como uma de suas muitas combinações os choques ideológicos produzidos pelas relações de força que durante as reformas morais e intelectuais ocorrem de forma aberta. Existiriam diferentes graus de intelectuais, mas todos são intelectuais em diferentes medidas, possuindo esta função ou não na prática profissional. Afirmou Schlesener em *Hegemonia e cultura: Gramsci*:

Considerando-se a hegemonia como correlação de forças e lutas por novas relações hegemônicas, a atuação dos intelectuais torna-se imprescindível: para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída; para as classes dominadas, pela necessidade histórica de superar as divisões sociais, unir as forças populares emergentes e lutar por uma nova ordem social. (SCHLESENER, 2007, p. 37).

Gramsci, no *Caderno 12 (1932)*, § 1, analisou o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais, onde enumerou duas premissas importantes. Primeiro que todos os grupos sociais criam para si intelectuais que são correspondentes às funções exercidas no modo de produção. Eles são responsáveis por homogeneizar e conferir consciência aos indivíduos, trabalhando como um preposto de coesão social. Segundo que todos os intelectuais são expressões das estruturas econômicas. E como tal, atuam como continuidade das categorias de intelectuais preexistentes. A primeira premissa foi exemplificada assim: “[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...]”. (GRAMSCI, 2001, p. 15). E a segunda: “A categoria dos escolásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária [...]”. (GRAMSCI, 2001, p. 16). Assim, os intelectuais atuam diretamente na camada superestrutural, uma vez que são resultado das segmentações dos grupos sociais e participantes ativos das relações de forças.

No *Caderno 13 (1932-1934)*, § 17 a partir da reflexão sobre o *Prefácio de 1859* redigido para *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, Gramsci reafirmou que uma sociedade só pode propor tarefas que possuem condições reais o suficiente para serem resolvidas. A sociedade se transformaria à medida que desenvolvesse todas as formas de vida material presentes em suas relações. A reforma coletiva, na perspectiva socialista, surgiu da necessidade de alteração total das estruturas concretas e subjetivas do capitalismo. Fora deste processo composto por movimentos e fatos seria impossível haver as novas civilizações<sup>84</sup>. No viés de Marx era prioritária a alteração do modo de produção da vida material, pois ao modificar estas estruturas, conseqüentemente, seriam transformadas as superestruturas:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

No *Caderno 4 (1930-1932)*, § 75, Gramsci analisou que reformas como o Renascimento, a filosofia francesa do século XVIII ou a filosofia alemã do século XIX haviam atingido apenas as classes altas da Itália. Na concepção dele: “O materialismo histórico, por isso, terá ou poderá ter essa função não só totalitária como concepção de mundo, mas totalitária na medida que atingirá toda sociedade a partir de suas raízes mais profundas.”. (GRAMSCI, 1999, p. 233). Totalitário neste recorte tem o significado de amplitude de reprodução dos fenômenos nos grupos sociais, não de autoritarismo político. No *Caderno 13 (1932-1934)*, § 7, foi descrito, por exemplo, que o domínio da sociedade civil é “indiferente” ao direito, pois: “[...] atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.”. (GRAMSCI,

---

<sup>84</sup> Ana Maria Said destacou sobre esta proposta de atualização do pensamento de Marx por Gramsci: “Em Gramsci, há um ponto de diferenciação, o fato de que, em Marx, o sistema de crenças se insere em um modo de produção determinado, refletindo-o. Marx analisa, primeiramente, o modo de produção como gerador de uma prática social correspondente, e, depois, as crenças virem a se tornar funções da estabilidade da prática social que se institucionaliza e, assim, tornar possível a ciência dessa prática. A crítica da ciência abre caminho a novas práticas sociais e vice-versa.”. (SAID, 2009, p. 105).

2007, p. 23-24). Quando os aparelhos privados onde a sociedade civil é organizada fossem efetivamente influenciados, eles passariam a promover a adequação dos interesses políticos de acordo com a nova hegemonia em ascensão. A sociedade civil produziria racionalidades com formas de controles próprios, distintos dos aparelhos de coerção do Estado. De modo que, Gramsci aprofundou a estratégia marxiana ao apontar a vontade humana orientada por esse processo que é epistemológico e que deve conectar a realidade estrutural à superestrutural. Buscou desta forma atingir a totalidade da sociedade, alcançando a hegemonia em suas várias dimensões: econômica, política, artística, moral, filosófica, etc. O cientista político Álvaro Bianchi em *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política* (2008) afirmou sobre *Caderno 4*:

A relação da política com a arte, a moral e a filosofia seria uma relação indeterminada de mera implicação, a “dialética dos distintos”? Gramsci rejeitava claramente essa indeterminação e afirmava que a arte, a moral e a filosofia “serviam” à política, podendo reduzir-se a um momento desta, mas afirmar o contrário seria um equívoco. Desse modo, postulava a “prioridade do fato político-econômico, isto é, a ‘estrutura’ como ponto de referência e de ‘causação’ dialética, não mecânica das superestruturas” [...]. (BIANCHI, 2018, p. 132).

Sobre a análise das situações de relações de força exposta no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 36, é possível identificar a necessidade de compreensão dessas estruturas, que: “[...] devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais).” (GRAMSCI, 2007a, 36). A conjuntura depende dos movimentos orgânicos que ocorrem com as relações de força geradas entre os blocos sociais ideologicamente contrapostos. Os partidos revolucionários, por exemplo, precisariam tomar suas decisões a partir de esforços teóricos que compreendam a realidade objetiva, elaborando as melhores alternativas para a resolução das crises. As distinções entre os movimentos políticos serviriam para que esta análise epistemológica fizesse sentido e assim proporcionasse respostas adequadas no movimento histórico. Explicou Del Roio sobre as alterações sociais ocorridas no contexto de passagem do período medieval para o moderno:

Para pensar reforma intelectual e moral com esse contorno, Gramsci se utilizava como metáfora das noções de Renascimento e de Reforma, eventos históricos-concretos dos albores do mundo burguês. O Renascimento foi um evento de grande padrão cultural e artístico, mas não foi capaz de criar uma cultura popular ou mesmo

de respaldar a criação de um Estado unitário italiano. Isso por terem-se mantidos os intelectuais atados à nobreza e à instituição eclesial. Ou seja, o Renascimento não foi capaz de ultrapassar o mundo feudal. Por outro lado, a Reforma luterana e calvinista criou uma cultura popular que contribuiu para a formação de Estados nacionais e do próprio capitalismo, ainda que tenha demorado muito para criar uma alta cultura, tal como foi enfim a filosofia clássica alemão de Kant e Hegel. (ROIO, 2018, p. 145).

O *Caderno 13 (1932-1934)*, § 17, contém uma análise sobre os períodos históricos que são distinguidos entre fenômenos orgânicos e de conjuntura. As crises estruturais ocorrem entre as forças políticas que promovem a autopreservação ou a superação da forma social e seus padrões culturais. Estas relações entre as forças históricas podem perdurar por décadas, uma vez que: “[...] as forças antagonistas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 37). O caráter concreto da reflexão superestrutural pode ser avaliado à medida que deslocou as forças sociais e preexistiriam condições necessárias para a resolução das crises. Os movimentos orgânicos e conjunturais também seriam segmentados em processos progressivos, regressivos ou de estagnação das forças produtivas. A habilidade cognitiva de decifrar estas situações históricas e seus processos econômicos é imprescindível, sem ela, as estratégias seriam por essência limitadas ao irracional ou à passividade na luta. Bianchi afirmou que: “Os distintos níveis da análise da relação de forças expressam níveis de abstração analítica diferentes. Para além de uma lógica da exposição há aqui uma lógica do próprio movimento histórico.”. (BIANCHI, 2018, p. 152). Ponderou Gramsci sobre a interação de pesquisa historiográfica e a análise política:

O nexos dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como “meio” consciente para estimular à ação, mas como auto-engano. O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiticeiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia. (GRAMSCI, 2007a, p. 38).

Um exemplo pode ser destacado do *Caderno 19 (1934-1935)*, onde Gramsci pesquisou o *Risorgimento*. Nestas notas observamos alguns diagnósticos fundamentais: a unificação da Itália em um só Estado representou a criação de um novo modelo administrativo; o poder das estruturas políticas da Igreja Católica sofreu um enfraquecimento; ocorreu a expulsão dos

estrangeiros da península; os acontecimentos internacionais, como os da Revolução Francesa influenciaram o *Risorgimento* como movimento contra a tradição, contudo ele foi um movimento de natureza nacional e de desligamento das reformas intelectual e moral internacionais; e observadas a pouca coesão ideológica com o povo, Gramsci recorreu aos modelos desenvolvidos na Rússia para a criação do próprio movimento progressista de nacionalização das massas populares, enxergadas, por ele, em processo civilizatório. (GRAMSCI, 2002)<sup>85</sup>. Hobsbawm descreveu três peculiaridades pertinentes à reflexão acerca da unificação do Estado-nação da Itália:

(a) Que a Itália abriu caminho para a civilização moderna e para o capitalismo vários séculos antes de outros países, mas não conseguiu manter suas realizações e descambou para uma espécie de letargia entre o Renascimento e o Risorgimento; (b) que, à diferença do que ocorreu na França e na Alemanha, a burguesia italiana não criou sua sociedade mediante uma revolução triunfante nem aceitou uma solução de compromisso oferecida de cima para baixo por uma velha classe dominante. A Itália fez uma revolução parcial: sua unificação foi obtida em parte de cima para baixo, por Cavour, e em parte de baixo para cima, por Garibaldi; (c) assim, em certo sentido a burguesia italiana não conseguiu – ou não conseguiu em parte – realizar sua missão histórica de criar uma nação italiana. Sua revolução foi incompleta e, por isso, socialistas italianos como Gramsci tinham clara consciência do possível papel de seu movimento como líder potencial da nação, portador da história nacional. (HOBSBAWM, 2011, p. 288-289).

O verbete “reforma intelectual e moral”, do *Dicionário gramsciano* explicitou o porquê das reformas serem imprescindíveis em ambientes de precária coesão da cultura nacional. Como descrito na análise histórica de Gramsci, na Itália havia movimentos reformadores que não atingiram a sociedade como um todo. Eles geraram impactos objetivos e subjetivos de revolução passiva que não constituíram seus derivados na cultura popular. Nesse sentido, cabia à luta socialista identificar e superar as dualidades existentes entre os elementos da cultura tradicional ou erudita e a cultura popular, fazendo da totalidade da população protagonista das relações de força. No sentido de que perante a necessidade de conquista do Estado, os grupos subalternos precisariam alçar uma posição autônoma, ativa e de dominante. Eles devem sobrepujar toda vitalidade da ideologia burguesa, seu domínio cultural, valores, etc. A reforma intelectual e moral: “[...] coincide, portanto, como uma

---

<sup>85</sup> Ana Maria Said destacou: “Sob a orientação ideológico-cultural do proletariado, essa transformação societária corresponderia ao desenvolvimento de uma nova ordem civilizatória que conduziria as massas de trabalhadores a padrões de valores e a formas de agir construídos pelo processo revolucionário, a partir de uma nova concepção mundo *unitária e coerente* capaz de consolidar e tornar possível essa nova forma de civilização, tanto em nível de instituições e estruturas, quanto sob uma nova forma de subjetividade. (SAID, 2009, p. 109).

profunda reviravolta da “realidade das relações humanas de conhecimento como elemento” da construção de uma “ hegemonia’ política’ [...]”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 680). Na percepção de Del Roio:

Gramsci parte de alguns pressupostos essenciais para a realização da reforma moral e intelectual que concretize o homem emancipado: a espécie humana é fundamentalmente uma e, portanto, todos são a um só tempo trabalhador e intelectual. A divisão social do trabalho e a divisão entre dirigentes e dirigidos é um fenômeno histórico (e assim a própria política enquanto prática de dominação), que pode e deve ser superado. O problema, no entanto, do ponto de vista histórico e político, é de grandíssima dimensão, pois se trata de enfrentar e superar a alta cultura burguesa e, paralelamente, promover um imenso progresso intelectual das massas. (ROIO, 2018, p. 147).

Durante o *Risorgimento*, como relatado no *Caderno 19 (1934-1935)*, § 24, os intelectuais orgânicos eram: “[...] organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresas, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc. [...]”. (GRAMSCI, 2002, p. 64). Isto posto, não seria possível haver classe sem que ela fizesse existir seus respectivos intelectuais. Eles exercem um grande poder de atração na sociedade civil e política e acabam por: “[...] criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com laços de ordem psicológicas ( vaidade, etc) e, muitas vezes, de casta (técnico-jurídicos, corporativos, etc.)”. (GRAMSCI, 2002, p. 64).

No *Caderno 13 (1932-1934)*, § 17, Gramsci explicou as relações de força retornando à necessidade de pesquisa da Revolução Francesa e seus desdobramentos em 1830, 1848, 1870 e 1914. Para ele: “É exatamente o estudo dessas “ondas” de diferente oscilação que permite reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura por um lado, e, por outro, entre o curso de movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 40). Gramsci apontou os momentos e graus fundamentais para a distinção das relações de força. No tocante à estrutura caberia identificar o nível das forças materiais de produção, se preexistem condições necessárias e suficientes para a transformação da sociedade. Sobre as forças políticas seria preciso avaliar as potencialidades dos grupos sociais, seus graus de homogeneidade, autoconsciência e organização. A partir destes procedimentos é necessário compreender a consciência política coletiva, como essa

consciência atua movida por interesses e como as esferas econômico-corporativas influenciam as esferas políticas através das ideologias<sup>86</sup>. Gramsci explicou da seguinte maneira:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se erradicar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2007a, p. 41).

O Estado para Gramsci é um organismo que cria condições favoráveis para a ampliação dos grupos que o domina<sup>87</sup>. Sua força motriz é social, e objetiva uma expansão universal que seja capaz de atingir todas as energias nacionais. Competiria ao grupo dominante coordenar concretamente os interesses gerais dos grupos subordinados, pautar o equilíbrio entre o que é legal ou ilegal e determinar as combinações produzidas entre as relações de poder econômico-político nacional e internacional. Para Gramsci: “Uma ideologia, nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 42). O filósofo citou a influência da religião, da maçonaria, do *Rotary Club*, dos judeus, da diplomacia e dos intelectuais. Ao julgar a realidade interior da cada Estado, as combinações entre as relações de poder econômico e político tornar-se-iam cada vez mais complexas. Exemplificou: “[...] (assim, a Vendéia era aliada das forças reacionárias internacionais e as representava no seio

---

<sup>86</sup> Marx no *Prefácio a Crítica da economia política* propôs agir no modo de produção material para atingir a superestrutura. Gramsci, por sua vez, através das ideias como as relações de força e a reforma intelectual e moral vai além, propõe uma estratégia que busca atingir o caráter superestrutural. Em *Contribuição à crítica da economia política* (1859): “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura.”. (MARX, 2008, p. 47).

<sup>87</sup> O intertítulo *Concepção de Estado em Gramsci* discorreu sobre o Estado e o parlamentarismo como uma das formas de dominação.

da unidade territorial francesa; assim, na Revolução Francesa, Lyon representava uma conexão particular de relações, etc.).” (GRAMSCI, 2007a, p. 42-43).<sup>88</sup>

Outro momento histórico descrito por Gramsci são as relações técnico-militares e político-militar e seus respectivos graus. Para ilustrar estas relações, ele utilizou a guerra de independência como exemplo. Ele explicou que em uma primeira fase a nação oprimida coloca-se apenas politicamente contra a nação hegemônica. Diante de sua insuficiência bélica precisa então combater primeiro sua passividade e desagregação social, para adiante poder organizar um exército próprio. Destacou o *Caderno 13 (1932-1934)*, § 17: “[...] (pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar).” (GRAMSCI, 2007a, p. 43). Para Bianchi a terminologia militar foi empregada apenas para a construção de uma analogia com a política: “A relação de forças militares não é senão uma relação de forças estratégicas que se verifica no próprio momento de confronto aberto ou da preparação deste entre as classes sociais fundamentais.” (BIANCHI, 2018, p. 151). A política é que estimula e lidera as relações de força militares que só entram em ação após os choques ideológicos ou para manter a ideologia dominante<sup>89</sup>. Não obstante, o *Caderno 19 (1934-1935)*, § 24, quando: “[...] o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a “coerção” pode substituir a “espontaneidade” sob formas cada vez mais disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado.” (GRAMSCI, 2002, p. 64).

As crises orgânicas<sup>90</sup> surgem como crises de hegemonia geradas pelo agravamento das contradições entre as relações de forças econômicas e políticas. A política entendida como

---

<sup>88</sup> Ana Maria Said concluiu que: “[...] a atualidade do potencial epistemológico de Gramsci consiste no fato de que ele é um revolucionário de visão internacionalista, debruçando-se, porém, sobre a realidade de seu país, apreendendo-a em sua historicidade própria, o que não permite desconectá-la do processo mais global em que está inserida.” (SAID, 2009, p. 110).

<sup>89</sup> Antes das revoluções burguesas ocorrerem como fenômeno militar ou concreto já existiam as concepções filosóficas, jurídicas, científicas e ideológicas que eram o embrião intelectual e moral do Estado burguês, assim como seu modo de produção econômico em fase expansiva.

<sup>90</sup> De acordo com o Schelesener em *Hegemonia e cultura: Gramsci*: “A crise econômica passa a ser um aspecto de um processo mais amplo de relações e assume novas características no contexto da crise de hegemonia, ou seja, é no campo político e cultural da luta hegemônica que a questão econômica precisa ser enfrentada. As

guerra hegemônica seria responsável por posicionar os intelectuais na *luta de classes* em sua dimensão superestrutural. Os intelectuais precisariam vencer os integrantes da outra fase histórica ou modo de produção. Do contrário seriam absorvidos ou suprimidos pelo bloco rival. Na visão de Ana Maria Said:

Gramsci analisava que era necessário mover-se na crise, compreendê-la e governá-la, constituindo uma nova subjetividade democrática, encaminhando a revolução proletária que não poderia se dar segundo o modelo bolchevique. Nesse sentido, a *sociedade civil* seria a subjetividade capaz de ação na história. E ela é sempre resultado, nunca princípio, analisava ele. Quando um grupo ou uma classe social se alça a uma condição de iniciativa, isto se dá primeiramente no campo econômico-corporativo, depois nos campos cultural e político, até a consolidação intelectual e moral de uma hegemonia. (SAID, 2009, p. 77).

Nas crises orgânicas pequenas mudanças no Estado podem aplacar até certo ponto as questões conjunturais. Para Gramsci, a Revolução Francesa ocorreu quando a Coroa liderava um Estado em profunda crise financeira e com as classes em miséria endêmica. Contudo, este era um aspecto parcial das relações de força, pois a necessidade de “prestígio” social e a necessidade de satisfação de interesses econômicos teria levado à reação ilegal e militar contra o absolutismo. Concluiu no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 17: “[...] todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno verifica-se a transformação dessas relações em relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva.” (GRAMSCI, 2007a, p. 45). No *Caderno 19 (1934-1935)*, § 24, ao versar sobre o problema da direção política na formação e no desenvolvimento do Estado moderno italiano verifica-se o seguinte elemento de revolução passiva:

[...] tornou-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma disposição eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se

---

classes dominadas precisam conquistar a hegemonia para transformar a estrutura social. Nos Estados democráticos modernos, a estratégia deve ser a “guerra de posição”; trata-se de conquistar a direção política e o consenso na sociedade civil, o que é possível pelas próprias características das instituições que a compõem: “privadas”, relativamente autônomas, permeadas pela contradição dada na correlação de forças sociais, como uma relação ativa, de extrema mobilidade.” (SCHELESER, 2007, p. 36). Esta estratégia não poderia ser identificada como liberal, uma vez que visa transformar a ordem e a sociedade no sentido de uma nova civilidade que supere a capitalista.

realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva” [...]. (GRAMSCI, 2002, p. 63).

Na perspectiva de Gramsci, o intelectual orgânico é o partido. Ele que deveria socializar os conhecimentos; defender suas próprias características de bloco histórico; e desenvolver a autoconsciência da classe e liderar a batalha na guerra hegemônica. Intelectuais não são uma classe em si, mas emissários dos grupos sociais a que pertencem. Enquanto combatente próprio da camada superestrutural, deve criar, transformar e difundir os valores revolucionários. O intelectual na prática emancipatória deveria intervir no modelo econômico, ele obstina criar novas racionalizações e moldes econômico-corporativos. Necessitaria então expandir-se em relação orgânica com todos os aparelhos privados da sociedade civil. No nível individual todos os sujeitos podem produzir para si o devir intelectual, o que quer dizer existir de modo partidário, participe da consciência e ideologia revolucionária ou da reforma intelectual e moral que cria e defende. Hobsbawm afirmou sobre esta categoria de Gramsci:

[...] o aparelho de domínio, tanto em sua forma hegemônica quanto, em certo grau, em sua forma autoritária, consiste essencialmente em “intelectuais”. Ele os define não como uma elite especial ou como uma categoria ou categorias da sociedade, e sim como um tipo de especialização funcional da sociedade para estes fins. Em outras palavras, para Gramsci todas as pessoas são intelectuais, mas nem todas exercem as funções sociais de intelectuais. Ora, isso é importante porque sublinha o papel autônomo da superestrutura no processo social ou até o simples fato de um político de origem operária não ser exatamente a mesma pessoa que trabalhava em sua máquina. (HOBSBAWM, 2011, p. 295).

O intelectual orgânico da classe trabalhadora tem, no mínimo, três frentes de batalha. Precisa primeiro abater o sistema de crenças dos grupos dominantes, elaborar uma nova realidade econômica e daí garantir a sobrevivência ideológica da nova fase histórica. Na prática seria necessário atualizar os paradigmas e as novas relações sociais e que elas fossem pautadas pela capacidade de criação de modos de vida em harmonia com a ordem socialista. O verbete “intelectuais” do *Dicionário gramsciano* destacou que eles são mediados e mediadores entre a sociedade civil e o Estado:

[...] trata-se de saber observar as funções “organizativas” e “conectivas” dos intelectuais, ou seja, as funções que eles desenvolvem, segundo as formas a cada vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de produção da hegemonia. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 426).

### 3.3 O papel do partido como um príncipe moderno

A reflexão de Gramsci a propósito do partido foi bastante diversificada e fartamente distribuída em sua obra. Considerando o desenvolvimento das instituições da modernidade política, o partido tornou-se uma das principais ferramentas práticas da administração pública. Através dos partidos, o Estado burguês buscou institucionalizar a pluralidade societária capitalista que é resultado dos antagonismos orgânicos que oferecem sustentação à democracia representativa. Por meio da criação dos parlamentos foram possíveis algumas transformações moleculares do modo de governo e uma ampliação da participação dos grupos sociais até então vetados do exercício do poder. Por regra os governos ficariam restrito às classes dominantes. Para os socialistas, o partido tomaria a forma estratégica estabelecida pelas condições históricas de oposição ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o partido revolucionário não está restrito a interpretação burguesa, seus padrões de análise, aparelhamento ou conteúdo doutrinário. Na medida em que se criticam as concepções conservadoras e/ou liberais, e mesmo as marxistas, também são engendrados os novos contrapontos da organização estatal comunista.

Para tratar de partido através do estratagema de Gramsci, adotou-se, principalmente, suas concepções mais maduras que foram disponibilizadas ao longo da obra carcerária. Através da metáfora entre *O Príncipe* (1532), de Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) e o partido moderno, Gramsci refletiu distintas perspectivas sobre a cultura política do Renascimento. Neste contexto político avaliado comumente como conflituoso, a Itália foi descrita como não-unificada e fragmentada por guerras entre principados e repúblicas instáveis. Maquiavel escreveu este livro cujo cerne estava em aconselhar a figura do Príncipe:

Um príncipe não deve ter nenhum outro objetivo ou pensamento, nem estudar nada além da guerra e das suas regras e disciplinas, pois esta é a única arte que compete a quem governa, e ela é tão forte que não apenas mantém aqueles que nascem príncipes, mas muitas vezes permite a homens de condição comum subir àquele posto. E, ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensaram mais em descansar do que nas armas, perderam seu estado. E a primeira causa que faz você perder o governo é negligenciar essa arte, e o que lhe permite conquistar o estado é o ser mestre dessa arte. (MAQUIAVEL, 2015, p. 115).

Gramsci, por sua vez, aproveitando-se do realismo político de Maquiavel relacionou o Príncipe ao partido revolucionário para descrever suas qualidades e função de criação de um novo Estado. Portanto, a proposição de uma nova ordem de mundo. Gramsci no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 1, afirmou que: “O caráter fundamental do *Príncipe* é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro “vivo”, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do “mito”.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 13). A análise literária do príncipe *Condottiero*<sup>91</sup> de Maquiavel foi explorada de forma a reconhecer e inspirar nele uma espécie de manifesto político em potencial. Hobsbawm apontou que é uma inovação o juízo de que a hegemonia não era uma conquista automática, mas fruto da ação e da organização política: “A burguesia urbana do Renascimento italiano só pôde tornar-se hegemônica nacionalmente, como propôs Maquiavel, por meio dessa ação – na verdade, por meio de um tipo de jacobinismo.”. (HOBSBAWM, 2011, p. 294). O partido, nesse sentido, pleitearia como desígnio máximo de suas ações a alteração do modo de produção ou da organização econômica-corporativa. A pesquisadora Anita Helena Schlesener explicou em *Revolução e cultura: Gramsci*, que o partido na perspectiva revolucionária de Gramsci:

[...] precisa atuar no Parlamento no sentido de radicalizar o confronto de classes, de subtrair a “base democrática do consenso dos governantes” tornando impossível um governo burguês estável e levando a burguesia a assumir sua absoluta incapacidade de direção da sociedade. Sua função primordial, porém é educar e orientar as massas na compreensão da crise econômica e política como crise da sociedade capitalista, “ajudar a classe operária a adquirir consciência de sua posição histórica, a dar expressão concreta e orgânica aos sentimentos e paixões que nascem das necessidades urgentes colocadas pelas novas condições materiais e existência dos homens”. (SCHLESENER, 2002, p. 114)<sup>92</sup>.

Como primeira fase de exposição do moderno príncipe, Gramsci buscou definir o caráter racional e doutrinário que o mito enquanto ideologia fora capaz de gerar, inclusive na formação da consciência popular. Entendeu, assim, o Príncipe de Maquiavel, como um representante ativo e imediato da vontade coletiva, um portador das finalidades políticas concretas. No *Caderno 13 (1932-1934)*, § 1: “[...] Maquiavel trata de como deve ser o Príncipe para conduzir um povo à fundação do novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico: na conclusão, o próprio Maquiavel se faz povo, confunde-se com o povo [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 14). A cientista política Luciana

<sup>91</sup> *Condottiero* era o chefe de milícias do período medieval.

<sup>92</sup> As citações em aspas de Gramsci utilizadas pela autora estão no texto *O partido e a revolução*.

Aliaga, em *Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução* (2017), explicou que estudar Maquiavel no século XX não possuía o significado reduzido de mera investigação de um período histórico, mas sim tomar uma posição diante das questões políticas do momento:

[...] as batalhas culturais e políticas daqueles anos traziam em seu bojo uma carga passional frequentemente ligada a êxitos propagandísticos envoltos em disputas políticas, fazendo do secretário florentino a justificação das mais contrastantes teorias. Maquiavel havia se tornado referência (ainda que também de um ponto de vista crítico) tanto para os defensores de teorias políticas reacionárias e/ou totalitárias comumente ligadas à concepção de Estado-força – dentre os quais destacavam-se os arautos de Mussolini – como para as correntes idealistas e liberais [...]. (ALIAGA, 2017, p. 40).

O príncipe da modernidade seria mormente um organismo realizado pela consolidação da aspiração geral. Segundo o *Caderno 13 (1932-1934)*, § 1: “Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam os germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 16). Na prática política, a existência do partido já possibilitaria ações imediatas e eminentes, afinal, a vontade e a consciência proletarizada já existiam e almejavam a própria expansão do poder.

Havia tarefas para o partido, como: restauração, organização, fundação de novos Estados e estruturas políticas e sociais, estabelecimento atualizado das relações de poder e a efetivação das novas racionalidades. Hobsbawm frisou que: “[...] o problema básico da revolução consiste em tornar capaz de hegemonia uma classe até então subalterna, levando-a a acreditar em si mesma como uma possível classe dominante e ser vista assim pelas demais classes.”. (HOBSBAWM, 2011, p. 294). Destarte, o partido revolucionário teria de atuar em todos os espaços que se pretende concentrar a hegemonia do proletariado, seja frente ao Estado ou na sociedade civil. A pesquisadora Ana Maria Said apontou o seguinte significado sobre o partido:

O partido, pensa Gramsci, significa a direção da história, anuncia também seu próprio desaparecimento, que coincide temporalmente com o do Estado. E isso está em relação ao totalizar-se da sociedade civil. O desaparecimento do partido, porém, tem um sentido oposto ao fim do Estado, por ser uma construção advinda da

sociedade integral; significa também, a unificação das classes sociais e, nisso, a realização de si mesmo. O Estado, entretanto, desaparece como o movimento do totalizar-se da sociedade civil e o conseqüentemente desaparecer das classes sociais, porque se molda a nova sociedade que Gramsci chama de *sociedade regulada* que significa a vitória final da guerra de posição e da revolução proletária. (SAID, 2009, p. 124).

Gramsci exemplificou as tarefas pragmáticas gerais do partido remetendo-se aos impactos gerados pelo jacobinismo. Em seu método, a história é ao mesmo tempo ciência política e promotora do senso estratégico. No processo de expansão da vontade coletiva, o jacobinismo tornou-se vontade política, e concentrou poder a ponto de alterar a ordem social até então determinada pela aristocracia. Ele entendia que já operavam os dispositivos econômicos materiais internacionais que desencadeariam a dimensão ideológica. Para Gramsci, o jacobinismo não foi completo na Itália, porque, enquanto sede da Igreja Católica, permanecia uma situação econômico-corporativa bastante feudal e que travava o avanço completo de uma reforma intelectual e moral radical, como no jacobinismo da Revolução Francesa<sup>93</sup>. Ele entendeu que as formas sociais organizadas pelo modelo agrário-feudal não foram completamente substituídas pelas relações de poder urbano-burguesas. Nesse sentido, preservou-se a própria burguesia, pois ela evitou sua contradição, as massas operárias. Hobsbawm afirma que para a perspectiva revolucionária de Gramsci é: “através do partido, que a classe operária desenvolve sua consciência e transcende a fase “econômico-corporativa” ou sindicalista espontânea.”. (HOBSBAWM, 2011, p. 294). Del Roio avaliou que a demanda filosófica prática de Gramsci:

[...] é pensar a atualidade do jacobinismo e a atualidade do príncipe, por certo então usado como metáfora. Passada a época das revoluções burguesas de caráter democrático jacobino, tendo restado apenas as revoluções burguesas ao modo das revoluções passivas, a utilidade do termo jacobino na práxis política demandaria uma alteração/ampliação do seu significado. O jacobinismo agora deveria estar acoplado a uma ação política revolucionária de cariz democrático socialista. (ROIO, 2018, p. 110-111).

---

<sup>93</sup> Para Gramsci: “[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve para aumentar o seu poder ou para opor-se a ele.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 19).

No *Caderno 13 (1932-1934)*, Gramsci distinguiu “grande política/alta política” e “pequena política/política do dia-a-dia”. Para ele, Maquiavel examinou a alta política, que pensava, sobretudo, a criação do Estado. A pequena política designaria a atuação nos parlamentos, nas divergências cotidianas entre os grupos sociais que atingiram os postos de dominância oficiais. No âmbito das relações de poder internacional, a grande política trataria das crises entre os Estados, e a pequena, da realidade interna dos países. Podemos perceber que Maquiavel aconselhou certas medidas para manter os territórios anexados pelo Príncipe *Condottiero*: extinção da família do antigo senhor de terras; não alterar as leis e os impostos, para que o poder antigo e o novo sejam melhor assimilados; o conquistador deve morar nos territórios com costumes e línguas diferentes ou manter colônias estratégicas na região. (MAQUIAVEL, 2015). A alta política está em relação dialética com a pequena política, pois suas relações de poder desencadeariam combinações orgânicas novas. A necessidade de conquista ou conservação da hegemonia envolveria uma gama de táticas oriundas das condições estruturais e superestruturais, orgânicas e conjunturais, da alta política e da pequena política, etc.

Bianchi destacou que em *O Príncipe*, a fundamentação para a existência do organismo estatal são as “boas leis e as boas armas”, que: “unificava a condição do exercício de poder político (a coerção, “as armas) e a condição de legitimidade (a “religião”, “as leis”), criando um nexos indissociável entre ambas. No viés exposto no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 14, o partido maquiavélico deve proceder desta forma dupla:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia. (GRAMSCI, 2007a, p. 33).

Se o partido como moderno príncipe tem como objetivo geral a concentração inaudita de hegemonia da classe trabalhadora, precisa também formar os grupos subalternos no sentido intelectual e moral, ou seja, deve direcionar a ideologia, as mentalidades e crenças do novo bloco econômico-corporativo a ser totalizado. Além do trabalho propositivo com os grupos

subalternos, precisaria agir também para a adesão de grupos dominantes, condicionando as próprias reivindicações na luta no parlamento para atingir as múltiplas dimensões do Estado burguês. Este movimento político garantiria, por exemplo, a liderança de um exército militar nacional. O partido necessitaria estimular o surgimento de novos grupos sociais a fim de produzir e manter o consenso entre as classes. Visto que os partidos revolucionários, os sindicatos, as federações de trabalhadores, as associações de bairros e outras organizações da classe trabalhadora seriam espontaneamente produtoras de novos aparatos econômico-corporativos. Estas instituições é que proveriam os órgãos da fase embrionária do Estado socialista. Em todos os níveis de luta de construção da hegemonia, o partido estimularia a autonomia da classe trabalhadora e dirigiria o prélio intelectual coletivo. O *Caderno 13 (1932-1934)*, § 7, esclareceu a tarefa educativa e formativa do Estado:

[...] é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2007a, p. 23).

### 3.4 Concepção de Estado em Gramsci

O repertório estratégico de Gramsci partiu em boa medida do fator histórico ocasionado pela falência da burguesia na unificação da Itália. Na perspectiva deste expoente do marxismo, as classes como o campesinato e o proletariado industrial estariam aptas para produzir uma aliança e organizar um novo Estado que fosse calcado na cultura nacional e popular, assim que as ideias de *O príncipe*, de Maquiavel foram selecionadas como um dos paradigmas modernos que inspiram a composição de um partido que visa totalizar-se, e por isso, integrou diretamente a reflexão sobre criação do Estado. O desenvolvimento histórico e os artificios políticos deixavam de possuir como base apenas a ideologia marcadamente sobrenatural ou religiosa da idade média. E assim, na ausência de uma divindade que pairava sobre as crises temporais, inseriu-se a vontade humana como parte do pensar e realizar política. Para além dos ideários da velha aristocracia e da burguesia, Gramsci buscou armar uma nova ordem de mundo em conformidade com suas posições de vida revolucionária.

No *Caderno 6 (1930-1932)*, § 52, Gramsci ilustrou Maquiavel como uma “[...] figura de transição entre o Estado corporativo republicano e Estado monárquico absoluto. Não sabe se desvencilhar da república, mas compreende que só um monarca absoluto pode resolver os problemas de sua época.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 228). Maquiavel quando tratou sobre a criação de principados descreveu que eles foram conquistados com as armas e as virtudes inerentes do Príncipe. Por exemplo, sobre a questão da “força” e da “prece” dos profetas afirmou: “[...] quando dependem de si mesmos e usam a força, então raramente estão em perigo. E é por isso, portanto, que todos os profetas armados venceram e os desarmados foram destruídos.”. (MAQUIAVEL, 2015, p. 52). A virtude, nessa acepção, se opõe a qualquer forma de passividade espiritual ou fatalismo. Ou seja, o Príncipe precisaria de um arsenal adequado para o efetivo abatimento dos inimigos. Esta é a condição para que seja possível a legitimação da nova ordem a ser instituída. De acordo com Gramsci no *Caderno 4 (1930-1932)*, § 127:

Maquiavel escreveu livros de “ação política imediata”, não escreveu uma utopia em que se aspirasse a um Estado já constituído, com todas as suas funções e elementos constitutivos. Em sua elaboração, em sua crítica do presente, expressou conceitos gerais que se apresentam sob forma aforística e assistemática, e expressou uma concepção do mundo original, que também poderia ser chamada de “filosofia da práxis” ou “neo-humanismo”, na medida em que não reconhece elementos transcendentais ou imanentistas (sem sentido metafísico), mas baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade. (GRAMSCI, 2007a, p. 218).

No vocabulário gramsciano, a filosofia da práxis pode ser compreendida como uma revitalização para o socialismo científico ou o materialismo histórico-dialético. O filósofo no *Caderno 13 (1932-1934)* posicionou-se sobre a filosofia da práxis<sup>94</sup> dizendo que sua principal inovação foi a de negar os conceitos transcendentais sobre a natureza humana e afirmar que ela, na realidade, é fruto das relações sociais. Não havia, portanto, uma finalidade abstrata, fixa ou imutável para a humanidade. O mesmo juízo seria aplicado ao Estado quando compreendido como um organismo coletivo e integrado pela vontade e pelas ações humanas na história. Quando Gramsci tratou sobre a concepção de direito ressaltou a função do Estado em educar para um novo tipo de civilização. Visto que os aparelhos jurídicos atuavam também sobre as forças estruturais e superestruturais, desenvolvendo as novas racionalizações

---

<sup>94</sup> Said descreveu que: “A filosofia da práxis pretende conduzir as massas a uma concepção superior de vida porque o homem ativo da massa age praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desse agir, que é também um conhecer o mundo enquanto o transforma. (SAID, 2009, p. 83).

e afirmando as características do novo bloco histórico. Afirmou no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 11: “O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado.” (GRAMSCI, 2007a, p. 28). O Estado deveria então ser força de coerção, tanto quanto precisaria ser força de coesão social. Afinal partiria da ideia de que uma nova produção civilizacional não ocorreria sem a vitória nas relações de força entre capitalistas e a classe trabalhadora.

Em *O Príncipe* já estavam expressos os problemas orgânicos apontados por Gramsci sobre o Estado italiano. Maquiavel viu no contexto de sua época uma oportunidade para a introdução de uma nova ordem das coisas, isto é a Monarquia Absoluta. No *Caderno 11 (1932-1933)*, § 12, Gramsci apontou que: “Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente).” (GRAMSCI, 1999, p. 101). Isso, porque, preexistem condições históricas para que seja atingida a efetivação da ação política de organização do Estado. Maquiavel declarou sobre aqueles que se tornaram Príncipes:

[...] ao examinar as suas ações e vidas, nós não conseguimos ver que eles deviam algo à sorte além da oportunidade, que lhes deu o material necessário para moldar as coisas da forma que melhor lhes serviria. Sem essa oportunidade, o poder das suas mentes teria acabado e, sem este poder, a oportunidade teria sido vã. (MAQUIAVEL, 2015, p. 50).

De forma implícita pode-se compreender que tanto as forças concretas, quanto as culturais são pré-condições para o engendramento do Estado socialista. O Estado, por si, já partiria de uma vontade coletiva real dos sujeitos. De acordo com o *Caderno 13 (1932-1934)*, § 11:

A concepção de direito deverá ser libertada de todo resíduo de transcendência e de absoluto, praticamente de todo fanatismo moralista, embora me pareça que não possa partir do ponto de vista de que o Estado não “pune” (se este termo é reduzido a significado humano), mas apenas luta contra a “periculosidade” social. (GRAMSCI, 2007a, p. 28).

O Estado em essência não deveria ser punitivo, seria preciso exercer sempre uma função pedagógica, ou de racionalização, a fim de criar e manter o outro nível de produção econômica. Ao passo que a política e a educação convergissem no mesmo propósito civilizacional. Na leitura do *Caderno 6 (1930-1932)*, § 98 ficou evidente que Gramsci opõe-se à ideia de que são os costumes que deveriam sempre produzir as leis. O sistema jurídico não exprimiria a totalidade da sociedade, mas somente os grupos sociais que atingiram o posto de direção do Estado. Por esse motivo: “Certas classes subalternas devem atravessar um longo período de intervenção jurídica rigorosa e depois atenuada [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 249). Explicou Bianchi: “A incorporação do indivíduo singular no homem coletivo, a afirmação de uma forma civilizatória que encontre seu resumo no Estado, exige a aquiescência ativa ou passiva desses indivíduos.”. (BIANCHI, 2018, p. 170). A expansão do Estado socialista imporia, logo, um período de repressão até que a sociedade civil estivesse adaptada às novas relações sociais. Ana Maria Said frisou que:

[...] o partido não deve ser democrático, mas centralizador, já que deve ser coordenado nacional e internacionalmente. Para que viva e esteja em contato com a massa, é preciso que cada membro do partido seja um elemento político ativo, um dirigente. E por isso fortemente centralizado, fazendo-se necessária uma vasta obra de propaganda e agitação nas suas fileiras. É preciso que o partido de modo organizado, eduque seus membros e lhes eleve o nível ideológico. Toda a massa deve ser preparada na luta, é uma condição à vitória. Tal preparação só pode se dar, segundo Gramsci, por meio da assimilação do marxismo, contra a democracia burguesa existente, com o centralismo democrático. (SAID, 2009, p. 80).

No *Caderno 6 (1930-1932)*, § 12, foram distinguidas as noções de Estado-classe e sociedade regulada. Explicou: “Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada, a não ser por metáfora, isto é, apenas no sentido de que também o Estado-classe é também uma sociedade regulada.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 223). A função regulatória do Estado existiria em qualquer uma de suas variações. Isto é, enquanto o direito representar os interesses de uma classe, não atuaria como expressão da regulação do coletivo dos grupos sociais, visto que impõe um tipo particular de leis. Neste fragmento foi descrito que a confusão entre Estado-classe e sociedade regulada é própria das classes médias e de pequenos intelectuais: [...] que se sentiram felizes com uma regulação qualquer um que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é concepção tipicamente reacionária e retrógrada.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 224). Estes grupos sociais partiriam da ilusão de que são imediatamente porta-vozes

do povo, que seus valores e costumes são superiores e que possuem legitimidade histórica, etc.

Retomando a fórmula “Estado = sociedade política + sociedade civil”, que integrou o *Caderno 6 (1930-1932)*, § 88 foi descrita a concepção de Estado *gendarme*, guarda-noturno, no idioma italiano. A forma corporativa-econômica é efeito das relações entre sociedade política e a sociedade civil. Existiria, por consequência, uma identificação utópica entre o Estado e governo, de modo que o tema da sociedade regulada torna-se fundamental. O elemento Estado-coerção esgota-se com a transformação da sociedade regulada em Estado-ético ou sociedade civil. Gramsci propõe o: “Estado – guarda noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas.” (GRAMSCI, 2007a, p. 245). Na nota foi descrito ainda que este não seria um tipo novo de liberalismo, embora sugeriria o recomeço de uma nova era de liberdades orgânicas. Explicou Bianchi sobre esta fase:

Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente, também chamados nos *Quaderni* de “Estado Político” ou “Estado-governo”. Gramsci não perde em momento nenhum, ou seja, não perde de vista a dimensão coercitiva da política, muito embora não reduza a política a ela. (BIANCHI, 2018, p. 157).

No *Caderno 8 (1931-1932)*, § 179 Gramsci descreveu o Estado como ético porquanto: “[...] uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes.” (GRAMSCI, 2007a, p. 284). Também defendeu a atuação educativa em todos os âmbitos do Estado, destacando como exemplo as escolas e os tribunais, bem como as outras iniciativas privadas que formam os aparelhos hegemônicos. Neste âmbito, a filosofia da práxis surgiu como conteúdo do processo educativo que seria capaz de afetar todas as dimensões da sociedade. No *Caderno 15 (1933)*, § 61 ficou evidente que a filosofia da práxis não estaria reservada aos “grandes intelectuais” ou às elites: “[...] mas tenda a se tornar popular, de massa, com caráter concretamente mundial, modificando (ainda que através de combinações híbridas) o

pensamento popular, a mumificada cultura popular.”. (GRAMSCI, 1999, p. 264). No livro *O nacional-popular em Antonio Gramsci: um projeto de nação das classes trabalhadoras* (2020), Claudio Reis, descreveu que:

Para uma efetiva hegemonia das classes subalternas, que não pode se concretizar somente a partir do espaço econômico e não deve também se limitar à esfera da política, é preciso alcançar e compreender toda a complexidade da dimensão cultural – momento fundamental da vida do “popular”. Gramsci dedicou seus “maiores esforços à formação de ‘novos sujeitos políticos’, de ‘novos dirigentes’ provenientes do próprio seio das organizações populares, numa passagem que vai do econômico-corporativo ao ético-político” [...]. (REIS, 2020, p. 258).

Gramsci, no *Caderno 6 (1930-1932)*, § 136 ao refletir como se produzem as sociedades nacionais, explicou que em sentido amplo, ou seja, para além do caráter oficial, todo indivíduo comporia organizações partidárias que aspiravam a totalização. Afirmou: “Ocorre sempre que os indivíduos pertencem a mais de uma sociedade particular e muitas vezes a sociedades que estão essencialmente (objetivamente) em contraste entre si.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 254). A realização da política totalitária é nesse sentido a anulação das influências de organizações concorrentes em prol de um único partido centralizador que anule ou incorpore todos elementos culturais divergentes. Gramsci explicou que este processo ocorre:

1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que uma outra força, portadora de uma nova cultura, torne-se “totalitária”; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura. (GRAMSCI, 2007a, p. 254).

O *Caderno 25 (1934)*, § 5 trata sobre a história dos grupos sociais subalternos: “As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado” [...]”. (GRAMSCI, 2002, p. 139). O pensador italiano relacionou a história do Estado à unidade das classes dirigentes manifestadas por meio das relações orgânicas amalgamadas entre a sociedade política e a sociedade civil. Nesse sentido é necessário compreender a formação dos grupos sociais subalternos; a adesão às formações políticas dominantes, se são parciais ou integrais; a criação de partidos das classes dirigentes,

as formas de controle dos grupos subalternos, bem como suas reivindicações, etc. Orientou Gramsci que se deveria: “[...] investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram autonomia em relação aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que as ajudaram ativa e passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para se unificarem em Estado.”. (GRAMSCI, 2002, p. 141). Claudio Reis delineou que:

O partido deve se colocar como um organismo capaz de retirar dos setores a ele ligados organicamente tanto a luta política estreita e imediata, a qual muitas vezes está relacionada aos interesses econômicos, quanto a consciência espacialmente provinciana. Assim, o partido político acaba sendo uma instituição da “sociedade civil” fundamental pela qual é possível alcançar não apenas o espaço nacional como também o internacional. Ele, além de formar parte dos intelectuais orgânicos do seu grupo social específico, também contribui para a formação cultural intelectual de uma percepção e de um sentimento de maior alcance – tanto nacional quanto internacional. (REIS, 2020, p. 141).

Sobre a crítica ao Estado burguês, no *Caderno 14 (1932-1935)*, § 49, Gramsci redigiu algumas de suas posições sobre o parlamentarismo. Ele divergiu tanto deste modo representativo, que do modo burocrático, que em vez de eleição, baseia-se, exclusivamente, nas ações de governo descritas como “técnicas”. A respeito do regime representativo e dos partidos concluiu que: “[...] em vez de ser um mecanismo adequado para escolher funcionários eleitos que completem e equilibrem os burocratas nomeados, para impedir sua petrificação, transformou-se num estorvo e num mecanismo contraproducente [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 310). Para este pensador, o parlamentarismo não era apto a abolir o individualismo, já que reforçava o interesse econômico dos grupos privilegiados em detrimento de outros sem a mesma capacidade de representação nas câmaras. Fazia-se necessário ampliar a participação na democracia a fim de criar participação e um consenso mais amplo entre os setores da sociedade civil.

Através do verbete “parlamento”, do *Dicionário gramsciano* foi possível identificar como este filósofo analisou a democracia segundo sua natureza “pós-liberal”, ou seja: “[...] quando as grandes organizações de massa são impelidas, mesmo sem ter consciência disso, a avançar sobre um sistema político caracterizado pela substituição das formas da liberdade por técnica de dominação, não de autêntico domínio.”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 603). Nas seções sobre Maquiavel também foi assinalada a contradição entre o parlamentarismo e o sindicalismo: “[...] é evidente a busca por um paradigma de participação política diferente do

labirinto do velho parlamentarismo exclusivamente baseado nas câmaras.”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 603-604). Era preciso dinamitar o parlamento para a ampliação do poder popular.

No *Caderno 14 (1932-1935)*, § 13, ao questionar quem é o legislador, Gramsci afirmou que o poder legislativo máximo pertencia aos funcionários eleitos e de carreira e que possuem: “[...] à disposição as forças coercivas legais do Estado. Mas não se pode dizer que os dirigentes de organismos e organizações “privadas” também não dispunham de sanções coercivas, até a pena de morte.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 302). A análise do Estado não envolveria somente as relações das esferas políticas oficiais. Estas relações são atravessadas por forças econômicas que possuem o poder de sustentar o próprio esquema hegemônico que preservava seus interesses por meio de múltiplas organizações, como a imprensa perpetraria com a opinião pública. Explica-se no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 37:

O exercício “normal” de hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram do modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007a, p. 95).

A alternativa de organização do Estado de Gramsci pode ser compreendida por meio da análise empregada sobre o centralismo, que entre vários atributos, foi interpretado como uma forma de organização estatal mais adequada que o parlamentarismo. O *Caderno 13 (1932-1934)*, § 36 contém a seguinte anotação que relatou a natureza do centralismo em sua variação democrática:

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se prostra a muitas encadernações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). (GRAMSCI, 2007a, p. 92).

A partir do termo “centralismo”, descrito no *Dicionário gramsciano*, detecta-se que este aspecto fez parte de um debate estratégico primordial na vida interna dos partidos comunistas, e, por isso, desenvolveu distintos aspectos teóricos e práticos ao longo da história do movimento socialista<sup>95</sup>. As diversificações terminológicas de centralismo em Gramsci podem ser compreendidas da seguinte maneira: “[...] “centralismo democrático” = “centralismo orgânico” vs “centralismo burocrático”.”. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 107). Explica-se a partir do *Caderno 13 (1932-1934)*, § 36: “O predomínio do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 91). Na prática, o centralismo burocrático somente preservaria a estabilidade da hegemonia, operando como um exercício de solapamento dos opositores em contradição, concorrentes ou minoritários. De modo que: “Nos partidos que representam grupos socialmente subalternos, o elemento de estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupo privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente progressistas em relação a outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes.”. (GRAMSCI, 2007a, p. 91). Portanto, a questão não é a assunção ou predileção de Gramsci por um centralismo ou outro, mas como se encontra o exercício da hegemonia dos trabalhadores e estão localizadas as relações entre os grupos sociais na dominação do Estado. Seria preciso identificar qual o meio mais adequado para a resolução da crise orgânica.

Mais precisamente, a organização social oficial deveria ser a do partido revolucionário que atuaria como motor intelectual de um núcleo central. Desta forma precisaria consolidar

---

<sup>95</sup> Em maio de 1906 Lênin fez o seguinte balanço sobre o debate do centralismo no 4<sup>a</sup> Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia: “Desentendimentos sobre a organização foram quase totalmente eliminados. Resta uma tarefa importante, séria e de extrema responsabilidade: realmente aplicar os princípios do centralismo democrático na organização do Partido, trabalhar incansavelmente para transformar as organizações locais nas principais unidades organizacionais do Partido, de fato, e não apenas no nome, e para mostrar-lhes que todos os corpos mais elevados são eleitos, responsabilizáveis e sujeito à revogação. Temos de trabalhar arduamente para construir uma organização que inclua todos os trabalhadores social-democratas com consciência de classe e viva a sua própria vida política independente. A autonomia de todas as organizações do Partido, que até então tem sido basicamente uma letra morta, deve se tornar uma realidade. A luta pelos postos [dos Comitês], o medo da outra ‘fração’, deve ser eliminada. Vamos ter organizações partidárias verdadeiramente unidas, nas quais haverá apenas uma luta puramente ideológica entre diferentes tendências do pensamento social-democrata. Não será fácil conseguir isso; nem vamos alcançá-lo de uma só vez. Mas a estrada foi mapeada, os princípios foram proclamados, e agora devemos trabalhar para a efetivação completa e consistente desse ideal organizacional. (LÊNIN, 2022, p. 1).

taticamente sua influência nos aparelhos privados, que é a própria base responsável por lhe vitalizar. Afirmou Gramsci no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 36:

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanece ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (GRAMSCI, 2007a, p. 91).

O Estado origina-se para Gramsci desta pretensão de que o partido revolucionário seria capaz de conceber organizações oficiais genuínas. O modo de administração da burguesia exemplificado pelo parlamentarismo representava para ele a expressão política reduzida do que poderia vir a ser uma participação popular mais ampla e ativa. Em virtude disso adotou a guerra de posição como meio estratégico, tendo em seu panorama que a classe se torna dirigente tanto quanto é capaz de controlar os aparelhos privados de hegemonia integrados na sociedade civil. Bianchi afirmou que: “Sua teoria do Estado era, portanto, não só uma teoria para explicar sua longevidade, mas também uma teoria para explicar sua crise e as condições para a superação da forma estatal presente.”. (BIANCHI, 2018, p. 175). A capacidade de análise histórica cotidiana é que orientava a tomada de decisões práticas na confecção de um outro Estado adequado à versão socialista. No *Caderno 13 (1932-1934)*, § 38, Gramsci identificou a expressão de centralismo orgânico a ser superada pelo centralismo democrático:

O chamado “centralismo orgânico” baseia-se no princípio de que um grupo político é selecionado por “cooptação” em torno de um “portador infalível da verdade”, de um “iluminado pela razão”, que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos “pareçam” não lhes dar razão. A aplicação das leis da mecânica e da matemática aos fatos sociais – o que deveria ter apenas um valor metafórico – transforma-se no único e alucinante motor intelectual (a vácuo). (GRAMSCI, 2007a, p. 108).

As operações no centralismo democrático visariam disciplinar as práticas políticas e econômicas, tornando as múltiplas relações de força submetidas a uma espécie de núcleo agente internacional, mas de atuação nacional. Esta forma organizativa é que deveria regular as necessidades a partir de uma prática progressiva e de ampliação da democracia. Enquanto fator gerado pela organicidade não deveria submeter a burocracia a um tipo de casta privilegiada que conceberia o Estado artificialmente ou definitivamente. Este aspecto de centralismo foi baseado em “movimento”, portanto na lógica das condições impostas pela realidade histórica em transformação. Por um lado tenderia a produzir unidade, por outro, esta mesma unidade não poderia ser rígida, estagnada ou mecânica. Não apartaria como parte do seu nexo e coesão entre dirigentes e dirigidos. Nesse sentido é que elevar-se-ia a necessidade permanente de educação das massas em prol de seu exercício hegemônico nas múltiplas esferas da realidade social que estariam em perpétuo desenvolvimento. Gramsci concluiu sobre o centralismo democrático no *Caderno 13 (1932-1934)*, § 36:

Este esforço contínuo para distinguir o elemento “internacional” e “unitário” na realidade nacional e local é, na verdade, a ação política concreta, a única atividade que produz o progresso histórico. Ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados. Deste ponto de vista, as fórmulas de unidade e federação perdem grande parte de seu significado, ao passo que conservam seu veneno na concepção burocrática, na qual termina por não existir unidade mas pântano, superficialmente calmo e “mudo”, e não federação mas “saco de batatas”, isso é, justaposição mecânica de “unidade” singulares sem conexão entre si. (GRAMSCI, 2007a, p. 92).

#### **4. AS ESTRATÉGIAS MAXISTAS NA CONTEMPORÂNEIDADE**

A questão estratégica do socialismo encontra-se desde o final do século XX em um labirinto que, para ser desvendado, precisa lidar com os enigmas da sua experiência no processo histórico. A análise e o cálculo político são faculdades intelectuais do proletariado e culminaram na fundação do socialismo científico. As reflexões em foco na presente pesquisa perpassaram as obras de Lênin e a Revolução Russa; Gramsci, que escreveu encarcerado pelo fascismo na Itália; e Rosa Luxemburgo, militante assassinada pouco antes da ascensão do nazismo na Alemanha. Os três pensadores têm em comum, interpretações próprias do marxismo, e tornaram-se, na Filosofia Política, referências teóricas fundamentais caracterizadas pela oposição ideológica ao capitalismo. Ressalta-se que os Estados

estruturados durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) tornaram-se influências para movimentos radicais e autoritários pelo globo e também deflagraram a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Esta é apenas uma diminuta circunscrição de um problema internacional que requer averiguações mais abrangentes, dada a complexidade do tema e seu efeito na história contemporânea.

A primeira metade do século XX foi, de várias formas, pavimentado por catástrofes sociais geridas por líderes de massas e seus aparelhos estatais totalitários<sup>96</sup>. Tratou-se de uma época em que milhões de pessoas foram encarceradas em campos de concentração, torturadas e forçadas a trabalhar até a morte. Tempo em que os nazistas industrializaram o extermínio segundo os critérios pseudocientíficos raciais que legitimaram o Holocausto. Nas raízes da explosão de violência estavam os ódios nacionais e étnicos como precondição política dos países mergulhados em invasões, levantes e golpes. O historiador Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (1994) relatou como fator decisivo o avanço do nazifascismo: “A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho.”. (HOBSBAWM, 1995, p. 17). Para o historiador, diferentemente das forças socialistas, os nazifascistas foram incapazes de realizar uma matéria filosófica muito elaborada, e sustentavam-se, sobretudo, nos ressentimentos nacionais, na ilusão de superioridade racial e nas crises econômicas geradas pelas guerras imperialistas e civis<sup>97</sup>.

Hannah Arendt (1906 – 1975), cientista política alemã de origem judaica, no seu *Origens do totalitarismo* (1951) descreveu: “O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento).”. (ARENDR, 1989, p. 526). A pensadora identificou diversas características em comum entre os regimes totalitários: a tentativa de conquista

---

<sup>96</sup> O bolchevista Joseph Stalin (1878 – 1953) da Rússia e o nazista Adolf Hitler (1889 – 1945) da Alemanha são os representantes máximos do governo totalitário.

<sup>97</sup> A Segunda Guerra Mundial se organizou em duas alianças, o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão; e as Forças Aliadas, que integrou Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética. A Segunda Guerra Mundial é compreendida como um desdobramento da Primeira Guerra Mundial. O Eixo visava neutralizar a União Soviética e derrubar a ordem internacional a fim de criarem novos impérios com base na conquista militar.

global e domínio total; serem movimentos de massas antidemocráticos e pró-ditatoriais; eles se utilizavam de métodos sangrentos; despovoamento dos seus próprios países; constituíam-se em maioria de pessoas neutras e sem filiação política; hostilizavam igualmente todos os movimentos concorrentes; conquistavam e depois desprezavam o governo parlamentar; e abusavam das liberdades democráticas com o objetivo de aniquilá-las. Hannah Arendt descreveu o fanatismo nos regimes totalitários:

É compreensível que as convicções de um nazista ou de um bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o fato espantoso é que ele vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que seu status como membro do movimento permaneça intacto. Seria ingênuo pensar que esta obstinada convicção, que sobrevive a todas as experiências reais e anula todo interesse pessoal, seja mera expressão de idealismo ardente. O idealismo, tolo ou heróico, nasce da decisão e da convicção individuais, mas forja-se na experiência. O fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das demais formas do idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos, matando neles qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento. Mas, dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte. (ARENDR, 1989, p. 357).

O fim do *Terceiro Reich*<sup>98</sup> e a divisão do mundo em blocos político-econômicos distintos também significou o preâmbulo de um novo tipo de conflito. Os Aliados venceram a Segunda Guerra Mundial, desmantelaram o poder nazifascista e repartiram os espólios territoriais entre si. Por outro lado iniciou-se a Guerra Fria (1947 – 1991) gerada pela oposição aguda entre as ideologias da União Soviética e dos Estados Unidos. O leninismo produzido com base nas interpretações das teorias e práticas criadas por Marx e Engels foi substituído pelo stalinismo, que determinava os rumos da União Soviética desde 1927. Hobsbawm em *Era dos Extremos* afirmou:

---

<sup>98</sup> *Terceiro Reich* é como o regime nazista se automeava e partir do princípio da história do Estado Alemão: O Sacro Império Romano-Germânico (800/962-1806), Império Alemão (1871-1918) e Alemanha Nazista (1933-1945). *Reich* significa império ou reino em português.

Para os que viveram um pedaço qualquer do Breve Século xx, é natural que capitalismo e socialismo pareçam enormes, e assim o são neste livro, escrito por um escritor do século xx, para leitores de fins do século xx. As revoluções sociais, a Guerra Fria, a natureza, limitações e falhas, fatais do “socialismo realmente existente” e seu colapso são discutidas à exaustão. Mesmo assim, convém lembrar que o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização de países agrários atrasados. (HOBSBAWM, 1995, p. 18).

De maneira geral podemos afirmar que o constante confronto das potências mundiais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial seria uma espécie de Terceira Guerra Mundial. A humanidade encontrava-se mergulhada no medo de uma batalha nuclear generalizada capaz de destruir tudo<sup>99</sup>. Hobsbawm expôs como foi o arranjo da distribuição global de forças:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

As principais causas apontadas para o fim da Guerra Fria fazem relação com a falência econômica dos países socialistas na década de 80, somada a ausência de democracia. Neste contexto Mikhail Gorbatchov (1931), o então oitavo e último líder da União Soviética desenvolveu um plano para aprimorar o “socialismo realmente existente”. Hobsbawm explicou que: “Gorbachev lançou sua campanha para transformar o socialismo soviético com os *slogans perestroika*, ou reestruturação (da estrutura econômica e política), e *glasnost*, ou liberdade de informação.”. (HOBSBAWM, 1995, p. 465). O capitalismo não colapsou e a alternativa socialista passou a adotar práticas liberalizantes. É evidente que a experiência de organização estatal socialista também alterou a economia mundial e a formação dos Estados democráticos. Hobsbawm concluiu que:

---

<sup>99</sup> Em 1945, os Estados Unidos utilizaram pela primeira vez na história, armas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasak.

(...) não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante, economia capitalista mundial. Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o “mundo livre” e o “totalitarismo”, como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte. (HOBSBAWM, 1995, p. 247).

Se tomamos as contribuições de Marx e Engels para a Filosofia Política como início de uma fase estratégica peculiar do movimento socialista, é possível compreender o século XX como a inauguração de uma experiência de poder ímpar na história. Após o apogeu do marxismo, no diagnóstico de Hobsbawm em *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*, ocorreu um período de grave recessão de seus elementos teóricos e práticos. Ele argumentou que somente as versões radicais do socialismo debateram se a meta final do movimento seria atingida por um ato de vontade ou uma necessidade histórica. Na análise do historiador o fim da maioria dos regimes comunistas e a alteração de seus métodos e metas e: “[...] sem as crises simultâneas da social-democracia baseada no proletariado, é provável que os vinte anos de marginalização quase total do marxismo no discurso intelectual não tivessem ocorrido.” (HOBSBAWM, 2011, p. 356). Por outro lado, abriu-se também um novo ciclo estratégico pautado na autocrítica das experiências reais de poder do proletariado e na reinterpretação do marxismo.

#### **4. 1 A expansão do capital na interlocução de István Mészáros, Noam Chomsky e Slavoj Žižek**

O filósofo húngaro István Mészáros (1930 – 2017), em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (1995), investigou a possibilidade de outro destino frente a atual fase do sistema sóciometabólico do capital. A organização societal vigente estaria validada como se não houvesse outros modos de vida capazes de superar como operaria a tríade capital, trabalho e Estado. Seria inviável qualquer combate às contradições sociais ou mesmo o abrandamento das crises cada vez mais profundas. Comentou: “Se é verdade, como dizem eles, que “*não há alternativa*” para as determinações do sistema do capital no “*mundo real*”,

então a própria ideia de *intervenções causais* – não importa se grandes ou pequenas – deve ser condenada como absurda.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 39)<sup>100</sup>. A ideologia liberal-conservadora defende que suas doutrinas são as únicas políticas possíveis como se elas fossem porta-vozes do real.

Para Mézáros, o atual momento: “[...] exige uma grande reavaliação do quadro estratégico do socialismo e das condições de sua realização, diante dos fatos e decepções do século XX.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 41). Uma nova teoria da transição, para além do capital, fez-se necessária para combater as práticas socioeconômicas desumanizadoras e a ilusão de que o triunfo capitalista no final da Guerra Fria havia estabilizado a história em uma só ordem de mundo. Mézáros também criticou as experiências pós-revolucionárias, e, para isso, argumentou distinguindo o conceito de capital e capitalismo. Segundo ele, o “socialismo real” da União Soviética e na Europa Oriental não havia de fato superado o domínio do capital, mesmo, considerando, as grandes transformações políticas ocorridas na conjuntura. Explicou em *O poder da ideologia* (2004): “[...] durante muitas décadas, a adoção de uma atitude completamente acrítica com relação ao “modelo soviético” foi imposta aos partidos da Terceira Internacional, trazendo confusão teórica e desorientação estratégica.”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 25). Cabe, portanto, aos atuais socialistas a capacidade de compreender a ordem vigente e a razão dos fracassos estratégicos oriundos das experiências do século XX.

Em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, o autor elucidou que o conceito de capital representa: “[...] não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também – na qualidade de *personificação* dos imperativos materiais do capital, inclusive o imperativo-tempo discutido anteriormente –, a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 917). Tanto nas sociedades pré-capitalistas, quanto nas pós-capitalistas teriam permanecido as estruturas constitutivas do capital. O que foi compreendido como capitalismo seria somente uma fase bastante peculiar no processo do capital, na qual:

---

<sup>100</sup> O mote “*There Is No Alternative*”, em português, “Não Há Alternativa” foi popularizado por figuras políticas como a de Margareth Thatcher (1925 – 2013), Primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. O inglês Herbert Spenser (1820 – 1903), categorizado como liberal clássico, foi seu autor original, e utilizava a expressão como resposta às críticas de suas ideias fortemente impactadas pelo *laissez-faire* e o positivismo.

1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é *dominante*;
2. a *força de trabalho* em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*;
3. a motivação do *lucro* é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de extração *da mais-valia*, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma *forma inerentemente econômica*;
5. a mais-valia economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 1029).

O único item que diferenciaria as sociedades capitalistas das sociedades pós-capitalistas seria o de número 4, em que: “[...] a extração de trabalho excedente é regulada política e não economicamente [...]”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 1029). Para Mézáros, a expansão do capital ocorreu junto à ideologia de “modernização” econômica das nações neocolonizadas. Em sua percepção, os próprios imperativos estruturais do capitalismo impediriam que os benefícios sociais dos países imperialistas fossem atingidos pelos explorados<sup>101</sup>. Na ocorrência de uma generalização, haveria o colapso, pois as articulações do sistema estariam calcadas na produção contínua da pobreza das massas submetidas a pouquíssimos ricos. Com esse viés, o sistema sóciometabólico do capital se manifestaria como incontrollável, expansionista e destrutivo por essência. Sua lógica de funcionamento macroeconômico é a seguinte:

[...] reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países “capitalistas avançados”, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção contínua do “Terceiro Mundo” na situação de dependência estrutural podem ser “universalmente difundidos” de modo a produzir os felizes resultados que se operam da “modernização” e do “livre-mercado”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 39-40).<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Mézáros citou como exemplo os países membros do G7: Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos.

<sup>102</sup> Em *Crítica da razão negra*, o filósofo Achille Mbembe demonstrou a contradição da expansão do capital segundo a lógica racial: “A crítica anticolonial é feita a partir de uma posição que privilegia a classe operária - instituição de unificação da humanidade futura. É levada avante em nome da capacidade do colonialismo de universalizar os conflitos de classe. Propaga-se numa época na qual as lutas operárias começam a impor uma certa limitação às formas de hiperexploração nos países do capitalismo central. Um assalariado mais ou menos integrado nos circuitos da acumulação alargada aparece. Para conseguir manter este frágil equilíbrio, os métodos mais brutais de sobreexploração são transferidos para as colônias. Para dar resposta às crises de acumulação, o capital não poderá de maneira nenhuma dispensar os subsídios raciais.”. (MBEMBE, 2014, p. 136).

Em *A atualidade do manifesto comunista* (2021), o filósofo esloveno, nascido na antiga Iugoslávia, Slavoj Žižek (1949), expressou que a ideologia predominante hoje não é: “[...] uma visão positiva de certo futuro utópico, mas uma resignação cínica, uma aceitação de como “o mundo realmente é”, acompanhado por um alerta que se nós queremos mudá-lo (muito), apenas um horror totalitarista pode empreendê-lo.” (ŽIŽEK, 2021, p. 28). Mais do que quebrar qualquer forma de resistência, esta visão de mundo teria como cerne a destruição da esperança em uma mudança radical. O que ocorre atualmente é: “[...] a imposição brutal de um mercado mundial unificado que ameaça todas as tradições étnicas locais, inclusive a própria forma do Estado-nação.” (ŽIŽEK, 2021, p. 22). Para dar cabo, a sua visão de mundo globalizado precisaria eliminar todos os padrões sociais antagônicos ou assimilá-los, para que eles atuem no sistema capitalista como explorados.

O capitalismo teria a habilidade de fortalecer-se nas crises ao inovar os formatos de controle social global, que cooptam e mercantilizam os fenômenos que em um primeiro momento têm a aparência de ameaça-lo. Žižek afirmou: “[...] o capitalismo tardio de hoje, com sua ideologia “espontânea”, tenta obliterar a sua própria divisão de classes através da vida de nos proclamar como “empreendedor” [...]”. (ŽIŽEK, 2021, p. 44). As idiossincrasias sociais seriam apenas quantitativas e compostas entre os grandes e os pequenos capitalistas. Mesmo o trabalho precário estaria fantasiado como forma de “liberdade”, na qual o funcionário de uma empresa sofisticada, em suposição, também seria um empreendedor em potencial que administraria sua ocupação, elencaria as próprias alternativas ou engajaria sua capacidade criativa onde melhor entendesse. De acordo com Žižek:

Enquanto o capitalismo legitima a si mesmo como sistema econômico que implica e leva à frente as liberdades pessoais (como uma condição de troca de mercado), sua própria dinâmica trouxe um renascimento da escravidão. Conquanto a escravidão tinha sido quase extinta no final da Idade Média, ela explodiu de novo nas colônias europeias da “Primeira Era Moderna”, situação que perdurou até a Guerra Civil Americana. E alguém poderia se arriscar a hipótese que hoje, com a nova época do capitalismo global, uma nova era de escravidão também está se levantando. (ŽIŽEK, 2021, p. 54).

Em *O poder da ideologia*, Mézáros ofereceu a seguinte tese: “[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas

*sociedades de classe.*” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). O discurso ideológico liberal-conservador determinaria o conjunto de valores a ponto de definir o que é racional, erudito, objetivo e científico. Este fenômeno controlaria todo sistema sóciometabólico do capital, sendo assim: “[...] a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 59). Os discursos ideológicos, como uma consciência prática, interacionam-se, sendo a ideologia dominante capaz de impactar os níveis sociais com muito mais energia e abrangência.

No livro *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (1995), Mézáros explicou que os apólogos da ideologia liberal-conservadora separavam os efeitos das causas e confeririam status de regra às suas exceções. Atestou: “Somente num mundo inteiramente fictício, em que os efeitos podem ser separados de suas causas, ou mesmo posto em oposição diametral a elas, é que essa interpretação pode ser considerada viável e correta.” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 40)<sup>103</sup>. Žižek em *A atualidade do manifesto comunista* (2021) exemplificou como operaria, por exemplo, a liberdade segundo os padrões definidos pela ideologia dominante<sup>104</sup>:

[...] a escolha livre é elevada como um valor supremo, o controle social e a dominação não podem parecer como infratores do direito à liberdade do indivíduo – ela deve parecer (e ser sustentada pela) própria experiência dos indivíduos livres. Há uma amplitude de formas desta aparente não liberdade à guisa do seu oposto: quando nós somos privados do cuidado médico universal, contam-nos que nos é ofertado uma nova liberdade de escolha (optar por nosso fornecedor de cuidado médico); quando não podemos mais confiar em um emprego de longo termo e somos compelidos a procurar uma nova posição precária [...]. (ŽIŽEK, 2021, p. 42-43).

---

<sup>103</sup> A crítica de Mézáros trataram sobre premissas neoliberais contidas na obra *Os erros fatais do Socialismo: Por que a teoria não funciona prática* (1988), de Friedrich August von Hayek (1899 – 1992).

<sup>104</sup> No Brasil, o atual debate político sobre a liberdade está vinculado à informalidade do trabalho, à privatização das empresas públicas, toda espécie de precarização dos serviços públicos, retirada dos direitos sociais e a expansão especulativa do capital financeiro. Esta expressão de ideologia antissocialista é pautada pelo lógica do “Estado mínimo” e propõe este paradigma de liberdade individualista ou negativa, como fórmula de resolução universal para todas as crises econômicas ou conflitos que envolvem as intervenções estatais.

O pensador estadunidense Avram Noam Chomsky (1928), nos capítulos de *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global* (1999) analisa o mercado livre através das medidas políticas restritivas como as *reaganista*<sup>105</sup>. Ele afirmou que: “A radical “guinada para o protecionismo” foi só uma parte do “assalto continuado” aos princípios do mercado livre, acelerado sob o “inflexível individualismo *reaganista*.”. (CHOMSKY, 2021, p. 77). O autor estabeleceu que esta “exportação dos valores americanos”: “[...] trata da vasta transferência de fundos públicos ao poder privado, geralmente sob a tradicional máscara de “segurança”. (CHOMSKY, 2021, p. 77). As origens da ideologia neoliberal baseiam-se em liberalismos clássicos, como o de Adam Smith (1723 – 1790), e nas medidas do Consenso de Washington definidas a partir de 1989 pelo governo dos Estados Unidos. A receita neoliberal foi projetada por instituições financeiras como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, grandes empresários e economistas. A influência do neoliberalismo enquanto ideologia oficial do império teria como missão promover a eliminação do nacionalismo econômico em suas distintas versões nos “países em desenvolvimento”<sup>106</sup>.

Com relação ao papel da América Latina, Chomsky denunciou a interferência política e econômica de Washington. Documentos do Departamento de Estado do país advertiam que os latino-americanos tinha preferência por: “[...] “políticas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza e elevar o nível de vida da massa” e estão “convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país.””. (CHOMSKY, 2021, p. 25). As nações alvo do avanço neoliberal deveriam submeter-se aos interesses dos investidores e abrir mão do bem-estar das massas. Mesmo a industrialização desses países representariam entraves para a prosperidade do sistema capitalista mundial. Ilustrou: “Os regimes nacionalistas que ameaçam a “estabilidade” são chamados de “maçãs podres” que ameaçam “estragar a caixa inteira” e de “vírus” que podem “infectar” outros países.”. (CHOMSKY, 2021, p. 24). Chomsky relatou o que chamou de “americanização do Brasil”:

---

<sup>105</sup> *Reaganismo* faz referência às políticas econômicas adotadas, durante a década de 1980, pelo Presidente dos Estados Unidos Ronald Wilson Reagan (1911 – 2004). O chamado “*reaganomics*” dialogou com as ideias do economista neoliberal Milton Friedman (1912 – 2006).

<sup>106</sup> Optou-se por exemplificar, mormente os Estados Unidos, tendo em vista, o fato de que a expansão do capital no Brasil tem ligações históricas com as políticas externas desta nação hegemônica. Isto não impede que outros imperialismos não assediem economicamente o Brasil e a América Latina. Pelo contrário, sob a insígnia da “globalização” existe uma competição ou associação pela exploração dos territórios.

[...] Gerald Haines diz que os Estados Unidos vêm usando o Brasil desde 1945 como “área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado em capitalismo intensivo. Essa experiência foi levada a cabo “com a melhor das intenções”. Os investidores estrangeiros se beneficiaram, mas os planejadores “acreditavam sinceramente” que o povo brasileiro também se beneficiaria. Não é necessário explicar como foi que se beneficiaram ao tornar o Brasil “a menina dos olhos da comunidade internacional na América Latina” sob o governo militar – nas palavras dos jornais de negócios –, enquanto o Banco Mundial relatava que dois terços da população não se alimentavam o bastante para suportar uma atividade física normal. (CHOMSKY, 2021, p. 30).

Mészáros em *A crise estrutural do capital* (2009) descreveu que: “[...] o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a *manifestação* do que as causas de crises econômicas de raízes profundas, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 37). As crises cíclicas coexistiriam na crise estrutural do capital e sua expansão também suscitaria a expansão do capital financeiro. Já que, com a industrialização não poderia haver a acumulação do capital produtivo, o que elevaria a tendência rumo aos colapsos sociais. Mészáros entendeu que: “Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 25). Empréstimos do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial provocaram, por efeito, o endividamento público. Trata-se da expansão do capital financeiro em sobreposição à capacidade produtiva real dos países devedores. Apontou: “Há uma enorme discussão a respeito do grave, e hoje obviamente inadmissível, endividamento dos países latino-americanos, bem como em relação às perigosas implicações de tal dívida para o sistema financeiro mundial como um todo. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 36)<sup>107</sup>. O pensador afirmou em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* que:

A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da “produção de riqueza”, já que em sua estrutura “riqueza” se iguala a *mais-valia*, e não produção de *valor de uso* pela aplicação criativa do *tempo disponível*. Ao mesmo tempo, o potencial libertador da *produtividade crescente* é dissipado e nulificado pelo crescimento cancerígeno dos “falsos custos” de controle a serviço da dimensão exploradora. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 618).

<sup>107</sup> Em *O lucro ou as pessoas?* Chomsky explicou: “[...] a abertura para a economia internacional acarretou um custo significativo para a América Latina, que se soma à incapacidade de controlar o capital e os ricos, e não apenas o trabalho e os pobres. É claro que alguns setores da população saem lucrando, como no período colonial. O fato de eles serem tão devotos da doutrina da “religião” quanto os investidores estrangeiros não deveria causar surpresa.”. (CHOMSKY, 2021, p. 38).

O sistema sóciometabólico do capital tem como natureza as inter-relações entre o capital, trabalho e Estado. Desta maneira, os fenômenos que ocorrem em suas diferentes estruturas afetam e são afetados pelas múltiplas combinações que integram a totalidade do sistema. O resultado das combinações não pode existir de forma idêntica a si mesmo, porque a realidade sóciometabólica é derivada dos imperativos econômicos que fraturam a sociedade em uma grande escala global de dominadores e subordinados. A partir de *A crise estrutural do capital*, Mészáros relatou que em nossa época: “[...] atingimos o ponto em que devemos ser submetidos ao impacto destrutivo de uma *simbiose* entre a estrutura legislativa do Estado da nossa sociedade e o material produtivo, bem como da dimensão financeira da ordem reprodutiva societária estabelecida.” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 25). Nesta lógica, a ideologia liberal-conservadora tem como motor reforçar via Estado o ordenamento econômico da qual é simultaneamente produtora e substrato. Segundo o autor, a simbiose entre as práticas econômicas e políticas: “[...] são legalmente bastante permissíveis, graças ao mais dúbio e, muitas vezes mesmo evidente, antidemocrático papel facilitador da *selva legislativa impenetrável* proporcionada pelo Estado também no domínio financeiro.” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 25). Mészáros detectou no Estado capitalista a tendência por institucionalizar as grandes fraudes que são motivadas pelos interesses econômicos que mobilizam a expansão do capital. A fraude ocorreria nesta contradição fundamental causada pela interferência dos países dominantes nos dominados.

Slavoj Žižek em *Vivendo no fim dos tempos* (2010) considerou que: “[...] a ideologia não se constitui de proposições abstratas em si mesmas, porque ela é antes essa própria textura de vida no mundo que “esquematiza” as informações, tornando-as “visíveis”. (ŽIŽEK, 2012, p. 19). O capitalismo só operaria em função das precondições particulares sobre a condução econômica, que em doutrina, através da competição individualista ou do livre mercado se garantiria o bem-estar geral. Dessa forma, o capitalismo possui outra camada não calcada nas condições “reais” dos mecanismos do mercado global. Sua finalidade só poderia ser utópica, quando levado em consideração os meios em que se constituiu. Para Žižek: “Quando tratamos de um problema indubitavelmente real, a percepção-designação ideológica introduz sua mistificação invisível.” (ŽIŽEK, 2012, p. 20). A tese de que o capitalismo seria uma realidade unívoca de todas as civilizações acaba por esvaziá-lo de significado, tornando-

o uma necessidade definida apenas pela afirmação de um *status quo*. Ao atingir este patamar angariou o poder de agir de forma radical, porque se impõe em nome do real. Em *Vivendo no fim dos tempos*, Žižek orientou que:

É fundamental fazermos uma distinção clara entre duas impossibilidades: o real-impossível do antagonismo social e a impossibilidade na qual se concentra o campo ideológico predominante. Aqui a impossibilidade é redobrada, serve de máscara de si mesma, isto é, a função ideológica da segunda impossibilidade é encobrir o real da primeira. Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, de uma democracia não limitada ao jogo parlamentar etc., para tornar o invisível o impossível/real do antagonismo que atravessa as sociedades capitalistas. (ŽIŽEK, 2012, p. 306).

Na leitura de Mézáros existiria grande abrangência das forças destrutivas oriundas da expansão do capital. Por meio da ideologia, o capital atingiria todas as esferas da vida, de modo que as crises que ele provoca afetariam de forma ampla os campos conectados no sistema sóciometabólico. A crise na perspectiva ideológica perturbaria, sobretudo, os domínios culturais, onde os conteúdos intelectuais recebem seus sentidos e significados próprios. Por isso, a dominação ideológica não ocorreria como um ato limitado ao Estado ou a esfera política, ela consistiria em uma forma material de controle da consciência concreta. Na descrição do pensador: “Num mundo constituído por uma multiplicidade de sistemas sociais conflitantes e em mútua interação em contraste com o mundo fantasioso das escaladas e desescaladas dos tabuleiros de xadrez, o precário *status quo* global caminha *por certo* para a ruptura.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 48). Os horizontes da expansão do capital seriam apocalípticos, não havendo, portanto, como sustentar este modelo socioeconômico retroalimentador das desigualdades.

Noam Chomsky em *Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia* (2006) afirma que: “É necessário dismantelar as estruturas de falsificação erguidas pelos sistemas doutrinários, cujos muito ardis fluem de maneira absolutamente natural dos circuitos onde se concentra o poder.”. (CHOMSKY, 2009, p. 120). Um dos discursos políticos avaliado por Chomsky diz respeito ao uso da “autofedesa antecipada” para justificar as intervenções militares. O autor verificou, como exemplo, as guerras que Washington utilizou a pretexto do terrorismo. Como se eles não perpetrassem terror em todos os países que invadiram em busca de satisfação dos interesses econômicos. As contradições do capitalismo ocorrem até quando

se julga o mesmo comportamento ou fato de diferentes países com avaliações distintas. O filtro ideológico hegemônico faz com que atos de violência do Estado sejam julgados por naturezas díspares e de acordo com o privilégio dos impérios em relação às colônias.

Na percepção de Chomsky, os Estados Unidos possuiria características de “Estado fracassado” similares às que utilizou para legitimar as numerosas investidas violentas sobre os outros povos. Trata-se de uma ameaça armamentista, a maior do globo; não garante a participação popular na democracia de fato; fracassa na garantia de segurança e dos outros direitos da população; grandes patamares de dívida econômicas; completo esvaziamento democrático das instituições de Estado, etc. A doutrina dominante foi descrita através do seguinte padrão social: “[...] aquele que para Adam Smith era a “máxima vil dos donos do mundo: tudo para nós, nada para os outros”.”. (CHOMSKY, 2009, p. 11).

A forma com que os interesses econômicos movem a expansão do capital e acomodam os interesses políticos é chamada por Mészáros de “fraudulência institucionalizada”. A simbiose que configura o Estado Capitalista possuiria como fundamental a busca pelo lucro total, que se materializa, independente dos meios brutais necessários para sua concretização. A crise estrutural não é impensada ou não planejada, mas sim o imperativo político de que o resto do mundo financie as dívidas das potências econômicas. Para que o mercado financeiro global prevaleça, impõe-se o controle social metabólico cada vez mais autodestrutivo. Mészáros comentou em *A crise estrutural do capital*:

A verdade dessa matéria perturbante é que pode não haver caminho de volta para essas contradições essencialmente suicidas – contradições que são inseparáveis do *imperativo da infundável expansão do capital a todo custo*, confundido de forma arbitrária e mistificadora do *crescimento como tal* – sem a mudança radical do nosso modo de reprodução sóciometabólica. Transformação que deve ser feita por meio da adoção de práticas responsáveis e racionais necessárias para a única economia viável, orientada pela necessidade humana, ao invés do alienante, desumanizante e degradante lucro. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 27).

Slavoj Žižek em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (2009) identificou as seguintes expressões destrutivas do capitalismo: “[...] as crises ocorrem hoje nos dois extremos da vida econômica, e não mais no núcleo processo produtivo: ecologia

(exterioridade natural) e pura especulação financeira.”. (ŽIŽEK, 2011, p.7). Para Noam Chomsky, na obra *Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*: “O mundo não renunciou à guerra. Muito pelo contrário. Hoje, a potência mundial hegemônica se dá o direito de fazer a guerra ao seu arbítrio, segundo uma doutrina de “autodefesa antecipada” sem limites conhecidos.”. (CHOMSKY, 2009, p. 9). István Mészáros, em *A crise estrutura do capital*, frisou as manifestações da crise no setor econômico: “da inflação ao desemprego e da bancarrota de empresas industriais e comerciais locais à guerra comercial em geral e ao colapso potencial do sistema financeiro internacional.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 25). Žižek em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* esclareceu que:

A democracia liberal “representa” uma visão muito precisa da vida social, em que a política se organiza em partidos que concorrem em eleições para exercer o controle dos aparelhos legislativo e executivo do Estado e assim por diante. É preciso ter sempre em mente que essa “estrutura transcendental” nunca é neutra; ela privilegia determinados valores e práticas. Essa não neutralidade se torna palpável em momentos de crise e indiferença, quando vivenciamos a incapacidade do sistema democrático de registrar o que o povo realmente quer ou pensa [...]. (ŽIŽEK, 2011, p. 116).

A conclusão é que a expansão do capital constituiu-se de forças destrutivas que levam à impossibilidade lógica da universalização ou a continuidade do seu sistema global. No percurso do pensamento estratégico dos socialistas no início do século XX as crises foram compreendidas como o momento revolucionário. Atualmente este problema ultrapassa a questão do tempo ideal para a tomada das organizações políticas. As crises estruturais ameaçam a vida com um poder incontrolável e atingem todos os campos possíveis na forma da violência aniquiladora. Diante desses diagnósticos é necessário, mais do que nunca, refletir novas teorias e práticas de superação do capital, oferecendo à sociedade um atual modelo de transição sustentável. De acordo com Mészáros, pela primeira vez na história: “[...] o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser “adiados” por muito mais tempo nem, tampouco, transferidos para o para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 66). Nesse sentido, o capitalismo colocou a humanidade em um impasse final e mantém ativa a necessidade de que os socialistas contemporâneos produzam outra alternativa de sobrevivência e domínio dos trabalhadores.

## 4.2 Os fracassos das estratégias da classe trabalhadora no século XX e os imperativos da nova ofensiva socialista de Mészáros

Percebemos com a interpretação das estratégias na perspectiva do socialismo que a crítica ao poder é também a autocrítica do movimento e de seus resultados históricos concretos. É impossível introduzir uma nova ordem de superação do capitalismo sem antes compreender e aperfeiçoar os fatores limitantes ou as derrotas perpetradas pela cultura política e econômica do proletariado. Na percepção de Mészáros em *Para além do capital*: “Não é exagero afirmar que 1989 encerra uma longa fase histórica – aquela iniciada pela Revolução de Outubro de 1917.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 349). Competiria hoje ao movimento dos trabalhadores realizar um balanço da situação mundial que reavaliasse a condução das táticas adotadas. Neste ponto surgem várias questões a serem refletidas por meio do campo intelectual: O que deu certo ou errado nas experiências revolucionárias? Quais as origens e as causas das derrotas e das vitórias do proletariado? Quais fatores internacionais e internos que favoreceram o colapso dos regimes comunistas? Como tornar o socialismo uma opção atrativa e possível? Qual a expectativa de resistência frente ao avanço do capitalismo atual? Eric Hobsbawm descreveu em *Como mudar o mundo* o impacto gerado pelo fim do “socialismo real”:

[...] a derrocada da União Soviética e de seus satélites europeus varreu o “marxismo-leninismo” que havia se tornado a religião oficial desses Estados, religião cujos dogmas eram proclamados por uma autoridade política que reivindicava autoridade sobre teorias e fatos. Por si só precisaria ter afetado o pensamento marxista além da região que chamava a si mesma de “socialismo real”, pois longe estava o tempo que o *Breve curso*, de Stálin, era visto em geral como um compêndio padrão do “materialismo dialético e histórico”, senão da história do partido bolchevique. Em todo caso, a dogmática ortodoxia soviética impedia qualquer análise marxista real do que tinha acontecido e estava acontecendo na União Soviética. (HOBSBAWM, 2011, p. 347).<sup>108</sup>

<sup>108</sup> Na *Introdução de História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS* lemos: “O P.C. (bolchevique) da U.R.S.S. tornou-se grande e forte numa luta de princípios contra os partidos pequeno-burgueses do movimento operário, contra os social-revolucionários (e, antes destes aparecerem, contra seus predecessores, os populistas), os mencheviques, os anarquistas, os nacionalistas burgueses de todos os matizes, e, dentro do próprio Partido, contra as tendências mencheviques e oportunistas, contra os trotskistas, os bukharinistas, os porta-vozes de desvios nacionalistas e demais grupos antileninistas.”. (COMISSÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PC(B) DA URSS, 2022, p. 1). Esta citação é importante para compreender como o processo revolucionário do partido bolchevique ocorreu do intenso combate não só das formas de organizações burguesas, mas das próprias dissidências internas entre as matizes anticapitalistas.

Žižek na obra *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (2009) considerou no prefácio a seguinte frase atribuída a Gramsci: “O velho mundo está morrendo, e o novo mundo luta para nascer: agora é o tempo dos monstros.”. (ŽIŽEK, 2011, p. 13). O fascismo e o stalinismo não seriam gêmeos do século XX, mas monstros que tiveram em comum a necessidade de sobrevivência e a vontade de mudar o mundo. Hoje o comunismo não representaria uma solução através da ditadura do proletariado. É na verdade um problema que carece de resolução filosófica. Incentivou Žižek: “[...] não sabemos o que fazer, mas temos de agir, porque as consequências de não agir podem ser catastróficas.”. (ŽIŽEK, 2011, p.14).

Podemos frisar que o pesquisador e político Fernando Haddad (1963) na *Introdução* redigida para o livro *O sistema soviético: relato de uma polêmica* (1992) explicou que as análises do sistema soviético exigem uma postura pragmática, não teleológica. Ou seja, é prioritário que as investigações sobre os fracassos do comunismo sejam orientadas por sentidos reais e práticos, buscando captar as verdadeiras experiências, não aquilo que se desejava com as doutrinas, ideologias ou a propaganda da finalidade do socialismo.

Mészáros em *A crise estrutural do capital*, no tópico *O momento histórico da política radical* orientou que: “A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas.”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 90). Seria necessário ir além da política parlamentar institucional, tratando as crises como uma oportunidade da reestruturação econômica promovidas pelas práticas socialistas. Žižek motivou em *Primeiro como tragédia, depois como farsa*: “Vamos ter de nos arriscar no abismo do novo em situações totalmente inadequadas; vamos ter de reinventar aspectos do novo só para manter o que era bom no velho (educação, assistência médica...)”. (ŽIŽEK, 2011, p.14). O trabalho estratégico precisa travar tanto as batalhas nos frentes de oposição as forças dominantes do capital, como reelaborar as novas influências para a reorganização dos socialistas, com o objetivo de superar tudo aquilo que se tornou infértil ou impraticável. Eric Hobsbawm, no ensaio *Adeus a tudo aquilo*, a partir de *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do comunismo*, obra organizada pelo historiador socialista britânico Robin Blackburn (1940), afirmou que:

É muito mais fácil ver 1989 como uma conclusão do que como começo. Significou o fim de uma era em que a história mundial girava em torno da Revolução de Outubro. Por mais de setenta anos os governos e as classes dirigentes ocidentais foram atemorizados pelo fantasma da revolução social e do comunismo, eventualmente transmutados no medo do poderio militar da União Soviética e suas potenciais repercussões internacionais. (BLACKBURN, 1992, p. 93 apud HOBSBAWM, 1992 p. 93).

Observamos mais detalhadamente como a opção estratégica de Mészáros decorreu da análise histórica sobre os processos revolucionários socialistas. Ele explicou que mesmo nos primeiros momentos da recuperação econômica a política foi forçada a submeter-se aos velhos mecanismos e premissas do metabolismo socioeconômico dominante. A Rússia herdou uma série de elementos do aparelho de Estado czarista e estava apta a continuar sobre a influência de seus dispositivos burocráticos. Haddad apontou que Lênin buscava desenvolver primeiro uma sociedade capitalista, pois tinha em vista o contexto de organizações econômicas e políticas atrasadas da Rússia: “Se se almejava a uma sociedade racionalmente planejada, estes órgãos não podiam nem deviam ser destruídos. Era preciso arrancá-los da submissão aos capitalistas, cortar os laços que os subordinavam aos interesses capitalistas e submetê-los ao poder comunal.”. (HADDAD, 1992, p. 61-62). O panorama de subdesenvolvimento impunha, portanto, um obstáculo maior à efetividade do socialismo, inviabilizando a real integração das massas ao poder<sup>109</sup>.

Na orientação estratégica de Mészáros é crucial que o socialismo contemporâneo:

[...] para ter êxito em seu objetivo, a política radical precisa transmitir, no auge da crise, suas aspirações – na forma de efetivo *poderes de tomada de decisão* – ao próprio corpo social, do qual as demandas materiais e políticas subsequentes podem emanar e, assim, sustentar sua própria linha estratégica, em lugar de militar contra ela.

Tal transferência de poder político, justamente com sua íntima ligação com a própria estrutura socioeconômica, só é possível em tempos de grandes crises estruturais: quando, eis o ponto, as premissas tradicionais do metabolismo socioeconômico

---

<sup>109</sup> Na perspectiva do filósofo alemão Jürgen Habermas (1929) presente no texto *A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa o socialismo hoje?* que integra a seleção *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro* (1991) do historiador britânico Robin Blackburn é fato que: “Em uníssono com diversas correntes teóricas do marxismo ocidental, partem do pressuposto que a inclinação leninista da revolução bolchevista, a partir de seus primórdios, foi em si uma falsificação do socialismo. Isso na medida que exigiu uma estatização – em lugar de uma socialização democrática – dos meios de produção, assim preparando o caminho, para um processo de absolutização burocrática do sistema de poder totalitário.”. (BLACKBURN, 1992, p. 49 apud HABERMAS, 1992, p. 49).

dominante não só podem, mas precisam ser questionadas. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 90).

As sociedades pós-revolucionárias continuaram sobre a égide do capital, visto que ele mesmo era o principal fator condicionante da realidade social. Isto é, embora o poder político tenha sofrido uma transformação radical não significou que tudo fosse alterado. No pós-capitalismo ainda preservaram-se as estruturas materiais, a hierarquia do trabalho, como ocorre a produção, os conhecimentos científicos e as relações com o sistema global capitalista. Mantiveram-se, portanto, a multiplicidade, o dinamismo e a interdependência das contradições que perfazem a totalidade social ordenada pelo capital. No exame de Domenico Losurdo em *A luta de classes: uma história política e filosófica*:

Historicamente aconteceu que, com o embaçamento no passar do tempo do entusiasmo revolucionário e do ardor patriótico, volvem, em formas cada vez mais graves, os problemas que emergiram nos dias seguintes à Revolução de Outubro. Perdura também a anarquia nos locais de trabalho, tranquilamente desertados por seus dependentes, os quais, mesmo quando estão fisicamente presentes, parecem todavia empenhados em uma espécie de greve branca, que, aliás, é tolerada; essa é a impressão, entre desorientação e admiração, das delegações operárias e sindicais em visita à URSS dos últimos anos. (LOSURDO, 2015, p. 267).

De acordo com Mézáros em *Para além do capital*: “Sociedades pós-revolucionárias são sociedades pós-capitalistas, no sentido que suas estruturas objetivas efetivamente impedem a restauração do capitalismo.” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 1030). O enfraquecimento da lógica do mercado teria imposto ao movimento socialista um estado de “imobilidade” decorrente das condições do período pós-capitalista. Como se por meio da ausência de oposição gerada pelo controle político recém conquistado tivesse gerado o arrefecimento da atitude crítica frente as realizações factuais do processo pós-revolucionário.

Losurdo, por exemplo, em *A luta de classes* destacou que Lênin durante os anos seguintes após Revolução de Outubro considerava legítima as greves. Elas deveriam possuir atitude marcadamente conciliadora entre a administração bolchevique e os trabalhadores. Os sindicatos realizariam mediação entre as demandas dos trabalhadores e do trabalho e a organização soviética. Para o pensador: “Em contraposição, uma agitação e uma mobilização que punham em discussão as conquistas da revolução devem ser consideradas como luta de

classes (contrarrevolucionária).” (LOSURDO, 2015, p. 270). A meta de Lênin era que não ocorresse a oposição pela *luta de classes*, mas somente a luta econômica aprovada nos regulamentos internos da recém gerada ditadura do proletariado.

Nos desdobramentos da revolução ficou evidente a necessidade da reelaboração do plano estratégico onde o pico das crises estruturais, implicaria ao socialismo, lugar de sintoma ou alternativa derradeira de sobrevivência ao capitalismo. O problema estratégico contemporâneo não se resumiria em como tomar o poder, mas o que fazer para sua continuidade. A realização de uma sociedade emancipada partiria do princípio de que o processo histórico do capital oferece como herança maldita o antagonismo, a contradição, a expropriação, a exploração do trabalho, etc. Por isso a necessidade de levar em consideração o domínio do capital que se materializou nas práticas perversas do imperialismo, e, que por essência, enredou-se no caráter escravista e destrutivo do meio ambiente. Este padrão econômico não desmoronaria com a transformação do poder político, porque com a alteração das bases estatais, o sistema permaneceria animado pelas múltiplas esferas de agência do capital. O Estado passaria, então, a ser compreendido a partir da sujeição do dinamismo do capital, sendo a política apenas uma das muitas expressões ou camadas de interesses e desinteresses econômicos que orientariam o poder. De acordo com Haddad:

Na URSS, dado que os meios de produção pertencem ao Estado, a linha que separa a economia da política, se esvanece e, conseqüentemente, oblitera-se a pureza econômica desta separação. O controle direto do capitalista sobre os meios de produção é substituído pelo controle do burocrata sobre o Estado que é proprietário dos meios de produção. Noutras palavras, a relação entre a burocracia e os meios de produção aparece mediada por uma entidade abstrata, o Estado, e a separação entre os produtores e os meios de produção aparece como manifestação política. (HADDAD, 1992, p. 124).

Em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* Žižek ponderou revolucionar o capitalismo, sendo ele mesmo interpretado como um fenômeno que se autorrevoluciona por natureza. A tarefa estratégica fundamental consistiria em romper com este círculo vicioso do aparente colapso, seguido pelo retorno à normalidade do sistema de exploração. No entendimento de Žižek: “[...] o inimigo não é mais o Estado a ser solapado a partir de seu ponto de torção sintomal, mas o fluxo de autorrevolução permanente.” (ŽIŽEK, 2011, p. 111). A transformação precisa ser profundamente estrutural e ultrapassar com efetividade o

momento de resolução das crises. Comentou: “O sucesso de uma revolução não pode ser medido pelo terror sublime de seus momentos de êxtase, mas sim pelas mudanças que o grande Evento deixa no nível do cotidiano, do dia seguinte à insurreição.”. (ŽIŽEK, 2011, p. 128). O novo agente revolucionário identificado por Žižek deve considerar o caráter global da luta. Somente a livre decisão do proletariado, seu “voluntarismo puro” poderia vir a impedir o apocalipse que é a verdadeira necessidade histórica do capitalismo, não o socialismo espontâneo.

A própria emergência do capital e seu processo histórico revelam suas alterações em vários formatos (monetário, mercantil, industrial...). A produção e a circulação das mercadorias existiram muito antes do paradigma capitalista. Na linguagem filosófica de Mészáros é possível identificar, por exemplo, que existiram tanto as sociedades pré-capitalistas, como as pós-capitalistas, sendo o capital o ordenador das atividades vitais entre as diferentes fases metabólicas. A respeito de *O significado de Para além do capital*, em *A crise estrutural do capital*: “[...] os problemas reais da transformação socialista não podem ser apreendidos sem o completo conhecimento de que o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo [...]”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 77). Žižek por sua vez problematizou sobre as relações entre política e Estado na União Soviética:

(1) o fracasso da política do partido-Estado comunista é, primeiramente e acima de tudo, o fracasso da política antiestatal, da tentativa de romper com as restrições do Estado, de substituir as formas estatais de organização pelas formas não representativas “diretas” de auto-organização (“conselhos”); (2) quem não tem uma ideia clara do que substituiria o Estado não tem o direito de subtrair-se/retirar-se do Estado. A verdadeira tarefa não é afastar-se do Estado, mas fazê-lo funcionar de modo não estatal. A alternativa entre “lutar pelo poder do Estado (que nos torna iguais ao inimigo que combatemos) ou resistir, retirando-se para uma posição de distância ao Estado” é falsa, ambos os termos partem da mesma premissa de que a forma Estado, da maneira como conhecemos hoje, veio para ficar, de modo que ou tomamos o Estado ou nos afastamos dele. (ŽIŽEK, 2011, p. 111-112).

Hobsbawm assinalou que o colapso da maioria dos regimes comunistas levou também à marginalização do discurso intelectual marxista. Uma das condições para a reabilitação do socialismo passaria pela resistência nos espaços filosóficos, acadêmicos e culturais em geral. Através da retórica anticomunista da Guerra Fria: “[...] Marx era sempre mostrado como o

inspirador do terror e do gulag; e os comunistas, essencialmente como defensores do terror e da *KGB*, se não partícipes deles. (HOBSBAWM, 2011, p. 357). Como se existisse completa identidade entre as sociedades pós-revolucionárias, os programas e previsões políticas de Marx. Por esse motivo em *Como mudar o mundo*, Hobsbawm direcionou que: “[...] qualquer revivescência futura do interesse por Marx terá de basear-se, sem dúvida, em substanciais recalibrações das leituras tradicionais de seus pensamentos.”. (HOBSBAWM, 2011, p. 356). As táticas aplicadas foram vitoriosas até certo ponto, o trabalho agora exige a atualização dos clássicos a fim de criar novos objetivos, teorias, práticas, métodos, etc.

No viés de Losurdo os regimes constituídos pelos partidos comunistas não eliminaram a *luta de classes*, apenas tentaram mantê-la sob controle. O autor defendeu que a geração da consciência revolucionária implicaria duas frentes: “[...] é necessário por um lado rejeitar a cooptação no bloco dominante; por outro, deve-se evitar o entrincheiramento corporativo.”. (LOSURDO, 2015, p. 249). Isto significa que a *luta de classes* não deve ser controlada, mas aprofundada, operando de forma oposta a assimilação dos mecanismos econômicos do poder dominante. Denota também potencializar a capacidade de mediação entre todas as classes, sem produzir outra classe de burocratas, e, contudo, construir uma direção política e econômica real da classe trabalhadora. Losurdo referenciou que na Rússia ainda durante os anos do “comunismo de guerra”: “A tolerância concedida aos novos ricos, apesar da persistente miséria proletária, provoca na Rússia soviética a sensação de um difuso e intenso sentimento de “traição” [...]”. (LOSURDO, 2015, p. 244). Lênin haveria recorrido aos capitalistas dispostos a contribuir com a administração soviética e condenado a “oposição operária” como um desvio “tradeunionista”<sup>110</sup>. Na hipótese de Losurdo:

O sucesso de uma revolução implica necessariamente a consolidação da unidade entre os que constituem as vítimas mais diretas da exploração e da opressão, e, além disso, uma política de alianças que permita isolar o poder a ser derrubado. Tudo isso

---

<sup>110</sup> Na argumentação de Domenico Losurdo ele empregou como iniciativa estratégica as noções gramscianas de “espírito de cisão”, “autonomia integral”, “catarse” e “passagem do momento econômico (ou egoísmo-passional) ao momento ético-político”. Na etapa de “catarse” o trabalhador adquire consciência e desperta como membro de uma classe capaz de construir o socialismo. O proletariado necessita realizar, com o “espírito de cisão”, o abandono do passado para conquistar, conservar e consolidar o poder revolucionário. Neste ponto, nasce a “autonomia integral” e a classe trabalhadora pode e deve converter-se em “classe dirigente”. A partir daí passa a existir a possibilidade de superação do momento econômico centrado na própria classe e o desenvolvimento de um novo momento ético-político que estabilizaria a nova ordem de mundo emancipatória.

é possível desde que sejam banidas ou contidas as pequenas mesquinhas individuais, assim como a inveja, o rancor, o ressentimento, em relação às camadas sociais contíguas ou imediatamente superiores, que igualmente constituem o alvo natural desses humores. (LOSURDO, 2015, p. 248).

Vimos que a privação da burguesia estava limitada somente ao poder político na União Soviética. Enquanto suas funções econômicas prolongaram suas atividades como um meio emergencial para conter as misérias e demais penúrias que afligiam as massas populares. À vista de Losurdo, na classe trabalhadora o processo da consciência: “[...] é obstaculizado e pode ser interrompido ou rechaçado tanto pela concorrência, que objetivamente existe entre os operários singulares, como em consequência da iniciativa política e ideológica da classe dominante.”. (LOSURDO, 2015, p. 250). Foi desta forma que a sobrevivência do capital perdurou na União Soviética. Losurdo considerou o papel de resistência desenvolvida pela Rússia e pelos partidos comunistas contra o nazifascismo. Em sua percepção: “[...] o marxismo e comunismo desdobraram uma capacidade de atração que ia além das classes populares.”. (LOSURDO, 2015, p. 252). Em contrapartida, o fim da Guerra Fria levou ao movimento a pecha de pertencimento ao “lugar errado da história”. Na opinião de Losurdo, ao narrar o amortecimento da *luta de classes*:

[...] nos anos que precedem o outubro bolchevique Lenin adverte a necessidade de realçar a inanidade de ir à busca da luta de classes e da revolução no estado puro, depois da vitória das revoluções de inspiração marxista o movimento comunista deve esclarecer a si próprio que ir à busca de um poder proletário (ou popular) ao estado puro é igualmente inane. (LOSURDO, 2015, p. 253).

Na publicação *Violência: seis reflexões laterais* (2007), de Žižek foi descrito que: “A própria violência infligida pelo poder comunista aos seus próprios membros é prova da radical contradição interna do regime.”. (ŽIŽEK, 2014, p. 164). Em teoria, os expurgos ocorridos deveriam salvaguardar a revolução de qualquer desvio do marxismo como interpretado pela doutrina oficial dos bolcheviques. Na prática também exterminaram minorias étnicas e eliminaram a oposição interna do partido. Explicou: “Os expurgos stalinistas dos escalões superiores do partido assentavam nesta traição fundamental: os acusados eram efetivamente culpados na medida em que, enquanto membros da nova *nomenklatura*, tinham traído a

revolução.”. (ŽIŽEK, 2014, p. 164)<sup>111</sup>. A intensa perseguição aos “traidores da revolução” acabava por assassinar a crítica sem que isso fosse nenhuma força de expressão.

O projeto de poder soviético de Lênin foi fundado na força do partido revolucionário, portanto, a gestão do poder partiria do alto escalão do Estado rumo à imposição do novo modelo para as bases populares. Nesta estratégia, o paradigma econômico seria completamente transformado com a força excepcional empregada pelo poder político recém criado. Visualizamos na descrição de Žižek o caráter da violência do poder político exercido durante a União Soviética:

O terror stalinista não é simplesmente a traição da revolução, ou seja, uma tentativa de apagar as marcas do passado revolucionário autêntico. É também testemunho da ação de uma espécie de “gênio perverso” que obriga a nova ordem pós-revolucionária a (re)inscrever a sua traição da revolução interior de si própria, a “refleti-la” ou a “remarcá-la” sob a forma de prisões e execuções arbitrárias que ameaçam todos os membros da *nomenklatura*. (ŽIŽEK, 2014, p. 164).

No livro *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro*, organizado por Robin Blackburn, o filósofo italiano Norberto Bobbio (1909 – 2004), apontou no ensaio *O reverso da utopia* sobre o comunismo que: “A maior prova do fracasso é o fato de que todos quantos se rebelaram ao longo desses anos, e de modo especialmente energético nos últimos dias, pediam exatamente o reconhecimento dos direitos à liberdade, que constituem o pré-requisito da democracia [...]”. (BLACKBURN, 1992, p. 18 apud BOBBIO, 1992, p. 18). Bobbio deixou claro que se referiu sobre a liberdade individual, liberdade de imprensa e de opinião, liberdade de reunião e de associação, etc. Ele descreveu a capacidade de ação humana sem coação e que são reconhecidas pelo ideário do Estado liberal, mas trouxe também os desdobramentos das lutas históricas pela ampliação da participação política. Em seu ponto de vista, as conquistas liberais não eram frutos meramente burgueses, mas contou com o proletariado organizado criando política. Afirmou: “Os movimentos populares que abalaram os regimes comunistas no

---

<sup>111</sup> Uma das vítimas julgadas e condenadas à morte pelo governo da União Soviética foi Leon Trotsky. Na *Introdução de História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS* podemos identificar como o militante foi categorizado pelo regime stalinista: “O principal inspirador e organizador de todos esses bandos assassinos e espiões era o judeu Trotsky. Serviam-lhe de auxiliares e eram executores de suas ordens contra-revolucionárias, Zinoviev, Kamenev e seus satélites trotskistas. Preparavam a derrota da U.R.S.S. no caso em que ela fosse atacada pelos imperialistas, tinham tomado o caminho do derrotismo em relação ao Estado operário e camponês e se tinham convertido em servidores e agentes desprezíveis dos fascistas alemães e japoneses.”. (COMISSÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PC(B) DA URSS, p. 1, 2022).

mundo parecem tirar sua força explosiva, e aparentemente irreprimível, do fato de essas grandes liberdades estarem agora sendo exigidas todas de uma vez.” (BLACKBURN, 1992, p. 19 apud BOBBIO, 1992, p. 19). Na avaliação de Bobbio as democracias ricas, tal qual os regimes comunistas, falharam em solucionar as necessidades da liberdade, como não foram capazes de resolver a pobreza ou as injustiças. Já que os problemas do capitalismo exaustivamente denunciados pelos socialistas permanecem renitentes em meio à oferta da liberdade que é na verdade uma mera formalidade do Estado liberal.

O sociólogo britânico Ralph Miliband (1924 – 1994) no ensaio *Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas*, que integra o livro organizado por Robin Blackburn apontou que os regimes comunistas apesar das peculiaridades da localidade ou das condições em que se desenvolveram possuem duas características predominantes:

[...] uma economia em que os meios da atividade econômica estavam predominantemente sob a propriedade e controle estatal; e um sistema político em que o Partido Comunista (sob vários nomes nos diferentes países), ou melhor, seus líderes, gozavam de um virtual monopólio do poder, diligentemente defendido contra qualquer forma de dissidência pela repressão sistemática – frequentemente brutal. O sistema acarretava uma inflação extrema do poder estatal e, correspondentemente, uma repressão a todas as forças sociais não controladas pelo Partido/Estado ou subservientes à sua liderança. (BLACKBURN, 1992, p. 22 apud MILIBAND, 1992, p. 22).

Miliband detalhou diversas características que afetaram os desenlaces positivos dos regimes comunistas: a tomada do poder ocorreu de forma interna ou sob a influência de outros regimes, gerando forte oposição nacionalista, como ocorreu na Europa oriental com a interposição da União Soviética; o escasso desenvolvimento econômico das nações revolucionárias operou como impeditivo para aplacar crises sociais e inviabilizava uma resposta positiva do modelo político proletário; inserção das nações em conflitos externos de guerra ou mesmo de guerra civil; e as intervenções estrangeiras que impunham diferentes meios de destruição dos regimes comunistas. Segundo o sociólogo foram impostas: “[...] condições difíceis, à hostilidade capitalista, e às restrições da guerra fria.” (BLACKBURN, 1992, p. 25 apud MILIBAND, 1992, p. 25). Todavia, nenhuma destas condições implicariam incapacidade de uma direção democrática do comunismo. Miliband interpretou que o regime de “governo monopolístico e de partido único” não seriam invenções

de Marx e Engels. Pelo contrário, as bases do socialismo científico não implicaria dominação do Estado, mas a elevação de um governo popular sem mediação. Em sua síntese:

O verdadeiro arquiteto do modelo de governo que veio a imperar em todos os regimes comunistas foi de fato Stalin, que primeiro o estabeleceu na União Soviética e depois fez com que fosse copiado por outros líderes comunistas formados em sua escola, ou impôs nos países que passaram ao seu controle após a Segunda Guerra Mundial. (BLACKBURN, 1992, p. 25 apud MILIBAND, 1992, p. 25).

Esta arquitetura autoritária de poder prolongou-se após a morte de Stalin. Miliband demonstrou que a outra causa da falência dos regimes comunistas é a produção /de uma classe estatal privilegiada (a *nomenklatura*) em detrimento das massas populares. Esta seria uma forma de perversão do socialismo que possui como premissa básica as relações de igualdade e fraternidade, portanto a democracia. O socialismo é contraposto aos modos de governos oligárquicos em que resultaram as experiências reais. Se os socialistas desejam revitalizarem suas estratégias a democracia deve ser reapropriada e as tendências opressivas e violentas de poder abandonadas<sup>112</sup>. De fato, as experiências comunistas permitiram maior participação nas esferas do poder público, contudo a adesão estava restrita à coerção do partido-Estado que inviabilizava a autonomia popular. Miliband afirmou que: “[...] o “comunismo por conselhos” não floresceu em nenhum lugar do mundo comunista, o que não é surpreendente dado que contradiz tão fortemente a ditadura do Partido que tem sido a essência do governo comunista.”. (BLACKBURN, 1992, p. 29 apud MILIBAND, 1992, p. 29). Na orientação do sociólogo a estratégia deve abarcar as esferas parlamentares e extraparlamentares:

[...] não são apenas os arranjos políticos que devem ser alvos de críticas sérias e convincentes, mas também o exercício do poder arbitrário em todos os aspectos da vida – nas fábricas, escritórios, escolas e onde quer que o poder afete a existência das pessoas. A noção de que a batalha pela democracia já foi vencida nos sistemas capitalistas democráticos, com exceção de algumas reformas eleitorais e constitucionais às margens, simplesmente em virtude de se terem alcançado o sufrágio universal, a competição política aberta e eleições regulares é uma noção profundamente limitante e debilitante que tem servido extremamente bem às forças conservadoras e que precisa ser exposta e contestada. (BLACKBURN, 1992, p. 30 apud MILIBAND, 1992, p. 30-31).

---

<sup>112</sup> Neste ponto devemos destacar que a violência não é um determinante para as estratégias socialistas e muito menos a democracia liberal na prática é livre de violência.

Fernando Haddad em *O sistema soviético: relato de uma polêmica* apontou que na origem do partido Bolchevique o modelo do centralismo democrático tinha sido o ideal de funcionamento organizativo. Através da percepção de Stalin de que este modelo fracionava o partido em diversas facções optou-se pelo centralismo burocrático. No juízo de Haddad: “A vanguarda revolucionária do proletariado, quando não foi absorvida pelos novos serviços de Estado, foi, literalmente, eliminada e esmagada. Assim teve início o processo que acabou por transformar os burocratas, de servidores da classe trabalhadora, em seus mandatários.”. (HADDAD, 1992, p. 87). A degeneração do socialismo ocorreu pelos seguintes fatores: “[...] as formas socialistas foram forjadas antes que o conteúdo (isto é, a base econômica e cultural que lhes dá substância) estivesse pronto.”. (HADDAD, 1992, p. 88); “[...] devido à má organização do trabalho resultante da administração burocrática, a produtividade média do trabalho é ainda sensivelmente inferior àquela experimentada pelos países ocidentais.”. (HADDAD, 1992, p. 89); e o Estado permitiu o: “ressurgimento da empresa camponesa individual e fechou os olhos às transações de arrendamento de terras que, embora proibidas por lei, são praticadas em larga escala e, muitas vezes, pagas com trabalho. O resultado disso tudo é a crescente diferenciação de rendas [...]”. (HADDAD, 1992, p. 89).

#### **4.3 A estratégia marxista contemporânea e sua relação com o fenecimento do Estado**

Percebemos que o fracasso dos regimes pós-revolucionários foram associados à ineficácia do movimento socialista em produzir uma organização política transicional capaz de romper as barreiras do ordenamento econômico do capital. Esta premissa prossegue colocando à prova a aptidão criativa de reestruturação política e econômica que deve concretizar os valores socialistas, e abandonar as teorias e práticas que se tornaram insipientes com as ditaduras do proletariado. Os objetivos de emancipação prosseguem os mesmos. São novas estratégias que carecem de engendramento e cultivo, tendo como norte a possibilidade de fenecimento do Estado. Através desta perspectiva, os trabalhadores em luta no século XXI não possuíam o benefício histórico de atração que as novas ideias comportam como visão de mundo que suplantasse a atual. Enfrentam também as incoerências entre suas expectativas tradicionais e os fenômenos que de fato produziram na vida real. Se no início do século XX observamos que o debate estratégico deu-se, em boa parte, por meio das polêmicas entre os

socialdemocratas, a discussão atual somou-se a autocrítica do legado histórico próprio das experiências autoritárias dos países pós-revolucionários.

O problema do fenecimento do Estado não é uma inovação filosófica recente no campo intelectual marxista. Este elemento pode ser mapeado ao longo da fundação do socialismo científico, como podemos identificar desde o *Manifesto Comunista* quando tratou sobre as proposições para a sociedade do futuro: “supressão do contraste entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção [...]”. (MARX & ENGELS, 2010a, p. 67). A luta a ser travada de fato envolveria a dimensão estatal, no entanto a vitória não consistiria em administrá-la, mas, sim, desfazer-se do invólucro político, tanto quanto superar as contradições sociais. A consolidação da emancipação humana apenas se daria com a eliminação do meio estatal em que se sustentava o poderio capitalista. Em *Sobre a questão judaica* observamos como para Marx transcorreu a revolução burguesa e a origem do idealismo do Estado moderno:

[...] a revolução política *superou o caráter político da sociedade burguesa*. Ela decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos *indivíduos*, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais e espirituais* que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos. Ela desencadeou o espírito político que estava como que fragmentado, decomposto, dispersos nos diversos becos sem saída da sociedade feudal; ela o congregou a partir dessa dispersão, depurou-o da sua mistura com a vida burguesa e o constituiu como a esfera do sistema comunitário, da questão *universal* do povo com independência ideal em relação àqueles elementos *particulares* da vida burguesa. A atividade vital específica e a situação vital específica foram reduzidas a uma importância apenas individual. Elas não mais constituíam a relação universal do indivíduo e a função política se tornou uma função universal. (MARX, 2010b, p. 52).

Incorreríamos em um erro anacrônico ou negação da análise materialista da história ao afirmar que atualmente existe completa identidade entre o Estado conceituado por Marx e os modelos contemporâneos. Em contrapartida, a organização estatal ainda é determinada pelo sistema capitalista e é correspondente dos seus processos. Devemos avaliar que a luta socialista também proporcionou diversas conquistas e transformações sociais no Estado liberal, utilizando a via da participação popular nos países democráticos. Para István Mészáros em *Para além do leviatã: crítica do Estado* ao tratar sobre a teoria política de Marx,

afirma que o Estado: “[...] deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas [...]”. (MÉSZÁROS, 2021, p. 413). A revolução segundo Marx deve ser uma nova criação social que supere o ciclo de exploração da minoria sobre a imensa maioria. Na linguagem de Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845): “A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na modernidade da sociedade burguesa.”. (ENGELS, 2010a, p. 117). O agente histórico da revolução seria a classe trabalhadora forçada a reagir diante dos extremos antagônicos para com as classes dominantes. Engels descreveu a função do Estado como mantenedor do monopólio da burguesia:

O proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis por que o proletariado, de direito e fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um “equivalente” – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor do seu próprio destino. (ENGELS, 2010a, p. 118).

No ensaio *O socialismo após o colapso*, Robin Blackburn entendeu que o modelo de ditadura recebeu críticas dos sociais democratas desde o seu estabelecimento. O autor verificou que os apontamentos em geral enquadravam-se nas concepções advindas de Marx: “Essa crítica e essa rejeição ligavam-se de várias formas à estratégia básica de conduta quanto a crimes e erros específicos perpetrados.”. (BLACKBURN, 1992, p. 115). Ao considerar as ideias de Rosa Luxemburgo supôs: “Se Rosa Luxemburgo não tivesse morrido, certamente desenvolveria as observações extraordinárias e prescientes de suas últimas obras sobre a Revolução Russa.”. (BLACKBURN, 1992, p. 115). No livreto *A Revolução Russa* (1922), de Rosa Luxemburgo, publicado após a sua morte, a pensadora defendeu um programa agrário pulverizado em pequenas propriedades camponesas, opondo-se à concentração das terras em grandes monopólios. A autora discorreu sobre o risco da ditadura do proletariado em não cumprir a missão democrática do socialismo:

[...] seria loucura imaginar que o primeiro experimento histórico mundial de ditadura da classe operária, realizado nas mais difíceis condições – em plena conflagração mundial e em pleno caos provocado pelo genocídio imperialista, preso na armadilha de ferro da potência militar mais reacionária da Europa, em face da completa omissão do proletariado internacional –, que num experimento de ditadura operária em condições tão anormais, tudo o que se fez ou deixou de fazer na Rússia alcançasse o cúmulo da perfeição. Ao contrário, os conceitos elementares da política socialista e a compreensão dos pressupostos históricos necessários à realização dessa política obrigam a reconhecer que, em condições tão fatais, nem o mais gigantesco idealismo, nem a mais inabalável energia revolucionária seriam capazes de realizar a democracia e o socialismo, mas apenas rudimentos frágeis e caricaturais de ambos. (LUXEMBURGO, 2015, p. 153).

A estratégia de fenecimento do Estado deve ter como essência a redistribuição do poder político e econômico em escala global, o que implicaria uma pluralidade de modos de produção e de formas de existência. Segundo Mészáros, Marx: “[...] está preocupado com a *transcendência* do Estado e a política como tal, identificando a paradoxal universalidade do proletariado (uma universalidade ainda-não-dada, ainda-para-ser-realizada) como uma *parcialidade* que necessariamente se *autoextingue*.”. (MÉSZÁROS, 2021, p. 415). No parecer de Blackburn a ampliação das determinações coletivas favoreceriam as aquisições individuais. As próprias condições são produzidas socialmente, tanto em sua modalidade material, quanto subjetiva. Deste modo é que seria possível produzir os “processos de autodeterminação democráticos”. Blackburn qualificou da seguinte forma esta meta:

O socialismo prega a necessidade de desenvolver formas de vida social que permitam ao homem controlar conscientemente os processos econômicos, com o fito de erradicar a pobreza, de propiciar a todos os indivíduos os meios materiais de auto-realização, de evitar a divisão em classes e garantir um relacionamento sustentável com o meio ambiente natural. (BLACKBURN, 1992, p. 156).

Apenas o proletariado operaria a força material capaz de realizar o fenecimento do Estado, levando em consideração as situações cada vez mais complexas com que se pode categorizar os grupos sociais submetidos às contradições do capital. Nesse sentido, a estratégia não é restrita às categorias empregadas na origem do marxismo, mas deve abranger todos os coletivos humanos que são brutalmente atingidos pelo sistema capitalista global. Os indivíduos em *luta de classes* sofrem dominação de diversas formas e em síntese são colocados na contradição do capital e do trabalho. Mészáros indicou que esta não é uma mera questão conceitual a ser refletida, mas é o efeito real da própria expansão capitalista. Afirmou: “A caracterização que Marx faz do proletariado, portanto, reflete e articula a mais elevada

intensidade de confrontos hegemônicos com a impossibilidade histórica de soluções parciais em estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais.”. (MÉSZÁROS, 2021, p. 417). A revolução social transportaria o caráter universal da emancipação de todos, e, por isso, não poderia abrir mão da construção emancipatória e suas soluções parciais que compõem a totalidade. Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* já descrevia a competição no capitalismo como guerra:

Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por *tudo* e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. (ENGELS, 2010a, p. 117).

Domenico Losurdo em *A luta de classes: uma história política e filosófica* explicou que a *luta de classes* e suas formas de resistência transformaram-se radicalmente: “[...] os bárbaros e os “selvagens” deixaram de ser tais porque se reconheceram reciprocamente como membros de uma classe explorada e oprimida, convocada a alcançar a emancipação pela luta.”. (LOSURDO, 2015, p. 117)<sup>113</sup>. É evidente que imperialismo transformou o proletariado e também colocou os povos colonizados em uma posição política com alguma propensão à reflexão e à ação anticapitalista ou anti-imperialista. Outra tarefa para a nova ofensiva socialista consistiria em impedir a “guerra de todos contra todos”, evitando a fragmentação dos grupos subalternizados. Ressaltou Losurdo: “Vários são os sujeitos da luta de classes e múltiplas são as lutas pelo reconhecimento e pela emancipação. Não existe uma preestabelecida harmonia entre eles: por razões objetivas e subjetivas, podem intervir incompreensões e lacerações.”. (LOSURDO, 2015, p. 312). Para o pensador, sob as premissas do *Manifesto Comunista* os momentos revolucionários mais efetivos da história são aqueles em que os trabalhadores conseguiram superar suas dissidências internas e agiram em unidade. Importa, portanto, a necessidade de encontrar agora pautas em convergência capazes de aglutinar os grupos sociais. O filósofo Achille Mbembe em *Crítica da razão negra* explicou sob quais lógicas ocorreu o imperialismo sob o nexo do racismo:

<sup>113</sup> Em *Quem manda no mundo?* (2017) Noam Chomsky explicou como o termo “pessoa” no processo de fundação dos Estados Unidos não se referia a todos: mulheres, indígenas ou negros. Por exemplo: “Os escravos, é claro, não eram pessoas. De acordo com a Constituição, eram apenas em três quintos – isto é, cada escravo valia “três quintos de um homem branco”, de modo a outorgar aos seus proprietários maior poder de voto. A preservação da escravidão era algo que preocupava muito pouco os fundadores: foi um dos fatores que levaram à guerra de independência dos EUA.”. (CHOMSKY, 2017, p. 118).

Esta brutal investida fora da Europa ficará conhecida pelo termo «colonização» ou «imperialismo». Sendo uma das maneiras de a pretensão europeia ao domínio universal se manifestar, a colonização é uma forma de poder constituinte, na qual a relação com a terra, as populações e o território associa, de modo inédito na história da Humanidade, as três lógicas da raça, da burocracia e do negócio (*commercium*). Na ordem colonial, a raça opera enquanto princípio do corpo político. A raça permite classificar os seres humanos em categorias distintas supostamente dotadas de características físicas e mentais específicas. A burocracia emerge como um dispositivo de dominação; já a rede que liga a morte e o negócio opera como matriz fulcral do poder. A força passa a ser lei, e a lei tem por conteúdo a própria força. (MBEMBE, 2014, p. 105).

A partir da apreensão da realidade segundo os marxistas compreendemos que proletariado não é um conceito puro e fixo no tempo. Este não pode ser determinado pelos mesmos padrões, estruturas, modelos, condições objetivas e subjetivas ou determinações eternas. É, na realidade, fruto das transformações das atividades vitais e das dinâmicas históricas que criam os indivíduos concretos e suas respectivas consciências que são características da multiplicidade de processos que projetam suas existências em meio à *luta de classes*. Os atuais modos de ser e de existir possuem como elo o fenômeno da expansão do capital, onde são capturados pela ideologia dominante e inseridos no sistema capitalista<sup>114</sup>.

Mészáros em seu livro *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método* (2009) explicou que: “Os meios de produção alienados e suas “personificações” por meio das quais o capital adquire “vontade férrea” e consciência rígida, estritamente demandada a impor sobre todos a conformidade com relação às existências objetivas desumanizantes da ordem [...]”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 193). A soberania dos países imperialistas atinge a formação dos sujeitos integrantes daqueles modos de produção que pretendem usurpar e explorar de todas as formas os recursos humanos e da natureza disponíveis. Denunciou Losurdo através de *A luta de classes: uma história política e filosófica*:

---

<sup>114</sup> O filósofo Achille Mbembe em *Crítica da razão negra* permite observar os efeitos da ideologia burguesa através do sistema jurídico: “O direito é, portanto, neste caso, uma maneira de fundar juridicamente uma certa ideia da Humanidade enquanto estiver dividida entre uma raça de conquistadores e uma raça de servos. Só a raça de conquistadores é legítima para ter qualidade humana. A qualidade do ser humano não pode ser dada como conjunto a todos e, ainda que o fosse, não aboliria as diferenças. Deste modo, a diferenciação entre a terra da Europa e a terra colonial é a consequência lógica de outra distinção entre pessoas europeias e selvagens.”. (MBEMBE, 2014, p. 111).

Os “indígenas” são expropriados de suas terras e condenados à miséria e à marginalização. Eles sofrem, ao mesmo tempo, com um duplo desconhecimento não são considerados dignos de constituir-se como Estado nacional independente nem de se tornar cidadão do Estado que, ao anexar seu território, impede que eles se constituam como Estado nacional independente. (LOSURDO, 2015, p. 312).

A possibilidade de fenecimento do Estado só pode ser estabelecida por meio de outras reproduções sociais que superem aquelas proporcionadas pelo atual sistema sóciometabólico do capital. No capítulo *Métodos em uma época histórica de transição*, do livro *Estrutura social e formas de consciência* observamos que a família nuclear é compreendida como o “microcosmo” da sociedade capitalista: “[...] além de seu papel na reprodução da espécie, participa em todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, incluindo a mediação necessária das leis do Estado para todos os indivíduos, e assim, diretamente necessária também para a reprodução do Estado.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 193). A reprodução não ocorre de modo isolado, assim, um fator reprodutivo estimula e acomoda os outros. Persistem a influência do mercado mundial e a imposição de padrões culturais; o trabalho submetido a nenhuma possibilidade de controle ou mesmo compreensão do processo; consumo de mercadorias pelo seu valor fictício; formações de Estado cada vez mais violentas e coercivas, etc. Como Mézáros chegou ao senso de que o fenecimento do Estado não poderia ocorrer com o controle político da mais-valia; seria preciso superar a proibição de outras relações ou a inércia das formas materiais e subjetivas.

Em *Violência*, Slavoj Žižek afirmou sobre a política do medo e sua relação com o Estado liberal:

Hoje a variedade predominante da política é a *biopolítica pós-política* – impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. (ŽIŽEK, 2014, p. 45).

O medo, segundo Žižek, é um dos fundamentos da subjetividade contemporânea e é o meio que mantém os grupos sociais politicamente mobilizados. Sem que o sujeito tenha

consciência do combate ideológico ele se torna mais propenso a ler o processo de reprodução social dominante como um fenômeno natural e inalterável. Ele não reconheceria a: “[...] diferença entre a política baseada num conjunto de axiomas universais e a política que renuncia à própria dimensão constitutiva do político, uma vez que releva do medo enquanto seu supremo princípio [...].”; (ŽIŽEK, 2014, p. 45-46). A pós-política despolariza os sujeitos com a crença de que a ideologia falhou ou falharia em administrar as existências. Nesse sentido, o modelo reproduzido não seria para ele uma das produções ideológicas em si, não é política, mas a própria realidade sem nenhuma espécie de suspeita ou crítica. Como o processo de reprodução capitalista é por si mesmo contraditório, produz-se de algozes e vítimas, então realiza a integração da biopolítica à pós-política. O filósofo exemplificou os medos que orientam as demandas políticas atuais:

[...] medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio. A correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. Uma (pós-)política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *ochlos* ou de uma multidão paranoica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas. (ŽIŽEK, 2014, p. 46).

De acordo com Žižek: “Atualmente, a tolerância liberal perante os outros, o respeito pela alteridade e a abertura a ela é contrabalançada por um medo obsessivo de assédios.”. (ŽIŽEK, 2014, p. 46). O que está na fonte da reprodução é o direito à intolerância como o direito de não ser assediado pelas diferenças de todos que rompem com aquilo que é dominante. Nesse sentido é estabelecida uma realidade social que fraciona a humanidade em diferentes tipos de existências e direitos. Uma maioria supostamente frágil e vulnerável e outra “minoría” perigosa, porque é capaz de assediar de diversas formas. Tal dispositivo das relações sociais culminaria em ideologia de Estado que justificaria os prisioneiros de Guantánamo<sup>115</sup> ou as vítimas do Holocausto. Uma vez dissipado o respeito às alteridades passam a ser legitimadas, toda espécie de violências contra os grupos humanos tornados rivais da reprodução liberal contrabalançada pelo medo. O pensador entendeu que: “[...] as nossas respostas ético-emocionais continuam a ser condicionadas por antigas reações instintivas de simpatia perante o sofrimento e a dor de que sejamos testemunhas diretas.”. (ŽIŽEK, 2014, p. 47). Ocorre que a premissa da intolerância não é a proximidade, nem o ato do testemunho,

<sup>115</sup> Trata-se de uma prisão militar estadunidense, em Cuba.

mas o afastamento e a segregação. Deste modo, a empatia pelo outro ser humano entendido como inimigo é impossível.

A partir de princípios retirados da interpretação dos *Grundrisse*, Mészáros enumerou o que seria o sistema comunal pensado por Marx. O que se buscaria é uma nova mediação capaz de gerar outra atividade produtiva autodominada e por meio dos seguintes critérios:

- a determinação da atividade vital dos sujeitos trabalhadores como um vínculo necessário e individualmente significativo na *produção diretamente geral* e sua correspondente *participação direta* no mundo dos produtos disponíveis;
- a determinação do próprio produto como inerentemente comunal e geral desde o início, em relação às *necessidades e propósitos comunais*, baseando-se na cota especial que os indivíduos particulares adquirem na produção comunal em andamento;
- a participação plena dos membros da sociedade também como *consumo comunal propriamente dito*: uma circunstância que acaba por tornar-se deveras importante, em vista da inter-relação dialética entre produção e consumo, sobre cuja base esta é caracterizada de modo adequado sob o sistema comunal como definitivo “consumo *produtivo*”;
- a *organização* planificada do trabalho (ao invés de sua divisão alienante, determinada pelos imperativos autoafirmativos do valor de troca na sociedade mercantilizada) de tal modo que a atividade produtiva dos sujeitos particulares do trabalho seja mediada de uma forma não reificada-objetificada, por meio da troca de mercadorias, mas por meio das *condições intrinsecamente sociais do próprio modo de produção dado*, no interior do qual os indivíduos são ativos. (MÉSZÁROS, 2009, p. 198).

A fórmula estratégica de Mészáros consolida-se através da ideia de um “sistema comunal de produção” que substitua a concentração e a expansão do capital. O pensador constatou que: “[...] não pode haver “ponto intermediário”, como evidenciado claramente pelo total fracasso de todas as tentativas reformistas que no passado foram concebidas do ponto de vista e no espírito de uma “sociedade civil” historicamente insustentável.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 201). As trocas econômicas precisam ser desmistificadas e apreendidas de forma inseparável da vida real. Os intercâmbios são parte do processo histórico, mas as relações sociais que as moldam estão produzidas através de artifícios tirânicos e falsos. O que ele busca é a: “[...] satisfação genuína dos indivíduos livremente associados, e não em sintonia com as determinações alienantes das relações de trocas capitalistas [...]”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 202). Tal processo histórico só pode ser atingido através das relações conscientemente acolhidas pelos: “[...] indivíduos que intercambiam livremente suas atividades entre eles mesmos, baseados não na *divisão hierárquica*, mas na *organização*

*substantivamente equitativa do trabalho*, em concordância com um *plano abrangente* estabelecido pelos e para os próprios indivíduos.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 204).

No capítulo *Barganha: o retorno da crítica à economia política*, no livro *Vivendo no fim dos tempos*, Žižek citou três possibilidades que levaram as revoluções aos fracassos: ter o movimento vencido pelas forças inimigas em seu início; não conseguir construir outra realidade social, apesar da conquista do poder estatal; e utilizar do “terror destrutivo” como forma de prolongamento da ordem socialista. Ele destacou também que a edificação do socialismo não pode ser submetida a nenhuma circunstância e que a consciência da classe trabalhadora não é produzida de modo empírico em si. O proletariado não é um agente político do socialismo por essência, porque é antes de tudo uma subjetivação capitalista e não pode ser compreendido como abstração. É preciso apreender de fato como se realiza a formação das classes e como elas atuam segundo condições históricas concretas.

E como se apresenta atualmente volta-se contra a própria emancipação, uma vez que surge fragmentada. Afirmou: “[...] para o verdadeiro marxista, as “classes” *não* são categorias da realidade social positiva, ou partes do organismo social, mas categorias do real de uma luta política que atravessa todo organismo social, impedindo sua “totalização”.” (ŽIŽEK, 2012, p. 159). Deste modo, a mediação necessária para a emancipação (ou “ousar vencer”) não pode lançar mão do terror autodestrutivo como meio de criação da sociedade que ultrapassaria os liames do capital.

A necessária mediação é tampouco fruto de uma verdade histórica infalível e universal, mas ocorreria somente a partir de locais e em situações específicas da realidade. Existem sim as faculdades de ações radicais que são antagônicas ao capitalismo e que são capazes de oferecer alternativas viáveis ou parciais caracterizadas pelo caráter do socialismo. O pensador propõe: “[...] permanecemos nos Estado, mas fazemos o Estado funcionar de maneira não estatal [...]”. (ŽIŽEK, 2012, p. 161). Nesse sentido, não se pode incorrer no erro stalinista de que uma intervenção “massiva e violenta” determinaria as dimensões objetivas e subjetivas da totalidade social. No ponto de vista do pensador a:

[...] luta de classes não pode ser reduzida a um conflito entre agentes específicos dentro da realidade social: ela não é uma diferença entre agentes (que pode ser descrita por meio de uma análise social detalhada), mas um antagonismo (“luta”) que constitui esses agentes. O “objetivismo” marxista, portanto, deveria ser rompido duas vezes: em relação ao *a priori* objetivo-subjetivo da forma mercadoria e em relação ao antagonismo transobjetivo da luta de classes. A verdadeira tarefa é pensar duas dimensões juntas: a lógica transcendental da mercadoria como modo de funcionamento da totalidade social e a luta de classes como antagonismo que atravessa a realidade social, como seu ponto de subjetivação. (ŽIŽEK, 2012, p. 161)<sup>116</sup>.

Em *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, Méészáros afirmou que: “A adoção da consciente e a manutenção bem-sucedida do princípio orientador da *autocrítica* é uma exigência fundamental da alternativa hegemônica historicamente sustentável à ordem sóciometabólica do capital como sistema orgânico.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 230). A fase transicional que objetiva o fenecimento do Estado deveria percorrer caminhos específicos que atingiriam a vida para além do capital. Em primeiro lugar, as novas alternativas adotadas não podem presumir formatos cristalizados e completamente antagonísticos à reprodução atual. Seu ponto de partida deve ser, portanto, manifestações parciais e locais, em que, através dos princípios orientadores pelo sistema comunal impediriam o retorno às velhas formas de organização do trabalho. É preciso causar uma “nova forma histórica”, tendo a autocrítica e a autodeterminação consciente, que está em dialética com o sistema dominante e destrutivo posto. Nesse sentido haverá por condição um conflito potencial formado pelas invenções que privilegiem o ponto de vista do proletariado: “[...] em vista de seu substantivo caráter democrático e baseado na suplantação da divisão vertical/hierárquica do trabalho.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 230). O sistema comunal deveria ser criado pela própria tomada de decisões dos indivíduos associados e não mediado por uma esfera controladora e fora dos seus circuitos e redes constitutivas do poder socializado. Para o pensador:

[...] apenas o sistema organizado comunalmente é capaz de prover a estrutura geral de desenvolvimento contínuo das partes constitutivas multifacetadas e substantivamente igualitárias do modo socialista de integração de todas as forças criativas individuais e coletivas em um *todo coerente* enquanto um *sistema orgânico de reprodução sóciometabólica* historicamente viável. E o sucesso desse

---

<sup>116</sup> Nesta etapa da produção filosófica de Žižek, ele utilizou, principalmente, de ideias de Alain Badiou (1937), Mao Tsé-Tung (1893 – 1976) e Georg Lukács (1885 – 1971), para produzir seu ponto de vista.

empreendimento é viável apenas se a integração vislumbrada no novo tipo de sistema orgânico for alcançada de tal modo que as partes que se sustentem e aprimorem de maneira recíproca numa base positiva e ilimitada, provendo assim, aos produtores livremente associados, o escopo necessário para sua própria realização enquanto “indivíduos sociais ricos” (nas palavras de Marx) por meio de uma forma plenamente sustentável de interação metabólica entre si e com a natureza. (MÉSZÁROS, 2009, p. 231).

A criação do sistema comunal encontrará diversos obstáculos: desalinhamento particular dos interesses com os princípios que privilegiem a coletividade; a tendência em insistir nas formas conservadoras e arcaicas de existência, mesmo pelos pensadores<sup>117</sup>, como meio de resolução das crises ou como impossibilidade do socialismo em resolvê-las; há momentos históricos em que o capitalismo entra em decadência, todavia ele dota os sujeitos com memórias coletivas que operam de modo ufanista; há também a capacidade do capitalismo em abrir mão de algumas de suas frações para manter o todo do sistema integrado pela dominação; há a crise na autoconfiança dos socialistas herdadas de seus predecessores; o inconsciente é elaboração do capital e lidar com essa componente da consciência expõe o caráter paradoxal em relação à pluralidade de modelos que podem vir a existir com autonomia em relação ao capitalismo. Mézáros descreveu que:

O poder do capital estabeleceu-se de forma bem-sucedida em todos os domínios. Nem mesmo a até então problemática dimensão política pôde exercer alguma resistência significativa a seu avanço. Pelo contrário, o Estado mesmo tornou-se progressivamente parte integrante das determinações gerais do sistema do capital, sob a primazia do processo de reprodução material. Desse modo, tudo tinha de ser subsumido e consolidado sob o domínio do capital na qualidade do *sistema orgânico expansivo* mais poderoso, não obstante seus antagonismos inerentes porem reconhecidos. E dada a sua incontestada dominância sistêmica na realidade, parecia óbvio a todos aqueles que conceituaram o mundo a partir da perspectiva privilegiada do capital que seu sistêmico orgânico constituía o primeiro e único *sistema natural*. (MÉSZÁROS, 2009, p. 235).

Como resposta de criação do sistema comunal, Mézáros também sugeriu alguns princípios orientadores básicos: a potencialidade de produzir outros modos de vida fora dos ditames dominantes; inversão da lógica que mantém a produção e suas benesses sociais nas mãos de poucos, mas o engajamento e a apropriação por muitos indivíduos; adoção de teorias e práticas sempre conscientes e que respeitem as pluralidades individuais e coletivas; solidariedade entre os distintos campos da produção econômica, principalmente, em prol do

---

<sup>117</sup> Em *Quem manda no mundo?* Noam Chomsky comentou que: “O padrão de enaltecimento e punição é conhecido e familiar ao longo da história: os que engajam e se alinham a serviço do Estado são geralmente exaltados pela comunidade intelectual geral, ao passo que os que se recusam a se mobilizar a serviço do Estado são punidos.” (CHOMSKY, 2017, p. 16).

enriquecimento das experiências comuns; aprimoramento das formas cooperativas; integração entre aqueles que orientam e controlam os processos das atividades vitais; busca ininterrupta da “igualdade substantiva” como regra para as interações sociais; “Solidariedade real” investida em favor dos diferentes povos; aprendizado contínuo com as experiências históricas do processo revolucionário; e a desmistificação da relação trabalho e capital. A meta está fixada em: “Um tipo de planejamento que possa reunir, e integrar de modo duradouro em um todo coerente, as questões particulares e as decisões tomadas de forma consciente pelos indivíduos livremente associados.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 243).

Em *A visão em paralaxe* (2006), de autoria de Žižek, entre outros temas, se referiu à economia como um fenômeno que se realiza através da profusão dos mais variados “Eventos”. Todas as formas e estruturas econômicas estão aptas à alteração por meio de uma multiplicidade de modelos constitutivos e fatores que desencadeiam as transformações sociais. Como exemplo, ele cita ocasiões como o jacobinismo e a Revolução Cultural maoísta<sup>118</sup>. A economia torna-se um fato de grande importância, considerando que os “Eventos” políticos podem não concretizar os ideários que os colocaram em atividade. Por isso, assinalou que: “[...] o “extremismo” político igualitário ou “radicalismo excessivo” deveria ser lido sempre como um fenômeno de *deslocamento* político ideológico: como indicador de seu oposto, de uma limitação, de uma recusa de ir realmente “até o fim”.”. (ŽIŽEK, 2008, p. 428). Žižek não problematiza a passividade, mas as atividades que resultam no oposto econômico do que se pretendia atingir com a política radical. Em seu diagnóstico: “A expectativa angustiada de que nada acontecerá, de que o capitalismo continuará indefinitivamente, a exigência desesperada de fazer alguma coisa, de revolucionar o capitalismo, é falsa.”. (ŽIŽEK, 2008, p. 437). Ele compreende as revoluções como parte de uma necessidade moral e que elas serão alcançadas por meio das lutas “subversivas”: “[...] (ecológica, feministas, antirracistas, anti-globalistas...) [...]”. (ŽIŽEK, 2008, p. 437). O autor apontou para o elemento estratégico extra-estadista como fundamental:

[...] a única via que resta é a de uma organização política “pura” que funciona fora dos confins do Estado e, basicamente, limitar-se a declarações mobilizadoras... A

<sup>118</sup> O historiador Perry Anderson (1938) no livro *Duas Revoluções: China e Rússia* (2019) elaborado com a pesquisadora Wang Chao-hua destacou que: “Na China, a revolução veio na esteira da guerra civil, e seus efeitos imediatos foram sentidos como uma redenção daquele transe. Por mais de um século, a China não tivera um governo central capaz de se contrapor à agressão estrangeira e assegurar a manutenção da ordem do país.”. (ANDERSON & CHAOHUA, 2018, p. 30).

única maneira de sair desse impasse é *devolver ao domínio “econômico” a dignidade de Verdade*, o potencial para Eventos. (ŽIŽEK, 2008, p. 431).

Retornando à discussão de *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, Mézáros utilizou a expressão do latim *post festum*, traduzida por “depois da festa”. Para utilizar esta referência o autor levou em consideração os acontecimentos que são realizados por: “[...] uma mistura eclética de projeções políticas, *táticas* voluntaristas (mal concebidas enquanto medidas estratégicas apropriadas) [...]”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 240). Em sua concepção estratégica somente a efetivação do sistema orgânico comunal seria capaz de levar a cabo a conquista da reprodução socialista de maneira abrangente. O pensador enumerou os grandes desafios que são imperativos da questão *post festum* que são globais. Ele compreende que o sistema atua por meio da produção de mercadorias e sua difusão ocorre mediante processos ilegítimos e discriminatórios. O mercado seria incapaz de corrigir os desequilíbrios econômicos e políticos, porque eles são intrínsecos aos mecanismos com que atua. Para Mézáros: “Um fator ainda mais importante é o antagonismo estrutural fundamental entre capital e trabalho, não eliminável do sistema do capital, independente de quantos ou quão variados possam ser os remédios tentados.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 242). Nesse sentido, o autor rechaça qualquer dispositivo técnico, tecnológico, organizacional, legislações contra os trabalhadores ou as ações repressivas do Estado capitalista. Assim, dada a inexistência de um princípio orientador e autocrítico do capital: “[...] mais cedo ou mais tarde, a ausência de tal princípio vital nas sociedades que dão os primeiros passos em sua revolução política anticapitalista rumo a uma transformação socialista impõe seu descarrilamento.”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 243).

Podemos identificar que Žižek em *A visão em paralaxe* propõe que: “[...] a luta de classes é o princípio estruturador que nos permite explicar a própria pluralidade “inconsistente” dos modos como os outros antagonismos podem se articular em “encadeamentos de equivalência”.”. (ŽIŽEK, 2008, p. 471). Ocorre que sob a égide do Estado liberal é impossível que as contradições sejam sintetizadas em algum tipo de sociedade multicultural, igualitária ou, redundantemente, libertária. A situação socioeconômica objetiva comprova o completo oposto que se desvela nos incompatíveis elementos mais sublimes da propaganda da superioridade capitalista. Como a pluralidade inconsistente existe porque está dada por situações concretas, ela parte das experiências coletivas dos sujeitos reais e que

reafirmam que o Estado liberal é na realidade uma das arenas dos conflitos. É antes também um dos motores que subverte a *luta de classes* entre raça, orientação sexual, gênero, etc. Comentou sobre este aspecto político da *luta de classes* em relação ao Estado contemporâneo: “[...] ao relacionar-se com sua alteridade (outros antagonismos), ela se relaciona consigo mesma, ou seja, (sobre) determina a maneira como se relaciona com outras lutas.” (ŽIŽEK, 2008, p. 471). Nesse sentido, a convivência pacífica entre a pluralidade das demandas culturais em *luta de classes* é impossível de ocorrer. Segundo Žižek a tendência é que ela seja agravada e exemplifica com os seguintes argumentos:

A luta feminista, por exemplo, pode ser articulada com a luta progressista pela emancipação ou pode servir (e de fato serve) de ferramenta ideológica usada pela classe média alta para afirmar sua superioridade sobre as classes inferiores “patriarcais e intolerantes”. E a questão aqui não é apenas que a luta feminista possa ser articulada de várias formas com o antagonismo de classes, mas que o antagonismo de classe por assim dizer, inscreve-se duplamente aqui: é a constelação específica da própria luta de classes que explica por que a luta feminista foi apropriada pelas classes superiores. (ŽIŽEK, 2008, p. 471);

[...] embora seja lógico dizer que o antirracismo quer que todas as raças possam afirmar e promover livremente suas aspirações culturais, políticas e econômicas, é óbvio que não faz sentido dizer que a meta da luta da classe proletária seja permitir que a burguesia afirme por completo sua identidade e suas aspirações... (ŽIŽEK, 2008, p. 472).<sup>119</sup>

Na proposta de Mézáros é crucial que se identifiquem as verdadeiras linhas de divisão entre o que concebemos hoje como a objetividade da *luta de classes*. O processo de planejamento genuíno do sistema comunal precisa articular de modo coerente todas as questões de dominação particulares. É indispensável reconhecê-las e compreendê-las para enfim aplacá-las em suas especificidades. Lemos em *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método* que: “No caso de um modo radicalmente diverso de ordenar a vida das pessoas a partir delas próprias, apropriado para o sistema comunal, a diferença é incomensurável com tudo que fora conquistado no passado.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 245). Mézáros pressupõe grandes obstáculos para a integração das demandas políticas fortemente cindidas e complexas da *luta de classes* na atualidade. A

<sup>119</sup> Frisamos que existem múltiplas lutas feministas. A intelectual brasileira Lélia Gonzalez em *Por um feminismo-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (2020) explicou, por exemplo, no ensaio *Mulher negra* que muitas feministas brancas adotam posturas “elitistas e discriminatórias” com relação as mulheres negras. Para Gonzalez: “Por essas e outras é que se entende por que os grupos de mulheres negras se organizaram a partir do movimento negro e não do movimento de mulheres. Aliás, as pouquíssimas negras que militam apenas no movimento de mulheres têm muita dificuldade no sentido de se aprofundar no que diz respeito à questão racial. (GONZALEZ, 2020, p. 106).

integração dos povos subalternizados não será simples ou rápida, pelo contrário, a transição prescinde de comportamentos individuais ossificados por um longo processo histórico. Observamos como para Žižek as forças políticas dominantes cooptam grupos sociais subalternizados e mobilizam a *luta de classes* a favor do capital:

[...] embora sejam solidários com os pobres, os liberais combinam a guerra de cultura com uma mensagem de oposição de classes: com muita frequência, a luta pela tolerância multicultural e pelos direitos da mulher marca a contraposição à intolerância, ao fundamentalismo e ao sexismo patriarcal supostamente das “classes inferiores”. A forma de deslindar essa confusão é concentrar-se nos termos mediadores cuja função é encobrir as verdadeiras linhas de divisão. (ŽIŽEK, 2008, p. 470).

Mészáros propõe um plano emancipatório geral que seja capaz de agregar as singularidades da composição da classe trabalhadora e das camadas populares que vivem na informalidade do capitalismo. A tomada de decisões, que guiaria os processos revolucionários, possuiria uma direção global, todavia remetendo à multiplicidade de determinações regionais. Essa compreensão não abarcaria apenas o ponto de vista geográfico, porque nas diferentes nações também existiriam outros padrões culturais e a variedade de formas com que a *luta de classes* se manifesta na vida concreta. A nova ofensiva socialista deve captar detalhadamente a complexidade da sociedade e analisar suas experiências efetivas e que superam o modelo de orientação do capital. Apenas assim seria possível definir com quais padrões táticos específicos seriam produzidas a orientação estratégica geral. Os estratagemas filosóficos fundamentais desta nova ofensiva seriam a autocrítica e a ação consciente com a finalidade de criação do sistema comunal sustentável. O pensador sintetizou a respeito dos princípios da produção do sistema comunal em *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*:

(1) a clara definição de seu ponto de partida em relação às determinações *objetivas* do arcabouço estrutural *efetivamente dado* da sociedade, com suas contradições realmente existentes e antagonismo inextirpáveis (o que implica, de maneira evidente, a crítica de suas conceituações tendenciosas e, especialmente na fase descendente do desenvolvimento do sistema, a distorção cada vez mais apologética do estado de coisas historicamente dado a partir da perspectiva privilegiada, serviente a si mesma, do capital); (2) a indicação dos traços gerais da *alternativa hegemônica do trabalho sustentável* a longo prazo à ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2009, p. 261).

Concluimos que a nova estratégia tem como meta o fenecimento do Estado, portanto não deve produzir uma organização política que seja calcada na burocratização, na opressão das massas por meio dos instrumentos oficiais de repressão e nos cultos às personalidades tirânicas. É preciso agir de forma objetiva e concreta no modo de produção econômico e político, buscando alternativas para as relações sociais mais igualitárias e autossuficientes que rompam com o ciclo vicioso do modelo capitalista. De acordo com Mészáros, em *Para além do capital*: “A transição para o socialismo em escala global, visualizada por Marx, adquiriu uma atualidade histórica nova e mais urgente, em vista da intensidade e severidade da crise.”. (MÉSZÁROS, 2011b, p. 1063). Há, portanto, a necessidade de que a ofensiva socialista no século XXI supere os meios estratégicos clássicos e que foram associados à ditadura do proletariado ou ao Estado totalitário. É urgente uma reestruturação profunda da sociedade que faça avançarmos para a forma histórica além do capital. Este esforço não poderia ocorrer espontaneamente, porque requer um período longo de construção da nova consciência social e ambiental. É imperioso estimular a autogestão das funções vitais engendradas em oposição ao sistema dominante. A transformação do modelo produtivo não pode ocorrer de forma parcial ou imediata e sua pré-condição advém do potencial criativo da classe trabalhadora, no sentido da constituição do sistema comunal.

### **Considerações finais**

Para finalizar a dissertação compreendemos que Marx e Engels produziram fundamentos estratégicos não dogmáticos e que de acordo com esta concepção é preciso enfrentar o capitalismo segundo suas condições históricas específicas. A produção das estratégias ocorreram por meio da crítica ao capitalismo e da autocrítica das experiências socialistas que orientam as teorias e práticas emancipatórias. Foi característica essencial do socialismo científico a reunião de ideários divergentes com a finalidade de criação de formas de conhecimento atualizadas e revolucionárias. Podemos identificar, como exemplos clássicos, as críticas sobre a economia liberal, o idealismo e o socialismo utópico. Também frisamos que o método de Marx e Engels pensa a história partindo dos fatos concretos. Esta característica é de suma importância para a reflexão do campo estratégico, uma vez que, a priori, inexistem táticas universais ou eternas que sustentam os projetos de tomada do poder pela classe trabalhadora.

Através dos dados bibliográficos coletados podemos apontar a vitalidade das estratégias marxistas, posto que esta cosmovisão persista e apresenta-se capacitada a refletir a realidade contemporânea. Tomemos como referência a temática do imperialismo e seus respectivos efeitos políticos e econômicos nos diferentes países, as desigualdades do mundo do trabalho, da economia ou da política e a busca desenfreada do capital organizado pelo lucro. O capitalismo permanece obstinado, apesar do seu caráter autodestrutivo e insustentável para a humanidade e o meio ambiente. Entendemos que a expansão do modelo capitalista implica, em seu âmago, a destruição de outros modelos produtivos, sendo impossível globalizar-se de forma equilibrada ou sem o uso da violência.

Ao perceber as nuances das premissas estratégicas ficam evidente as várias dimensões com que a *luta de classes* se expressa. Em outras palavras, para que o movimento socialista seja exitoso ele precisa mobilizar forças que atuem em diferentes frentes táticas. É necessário ultrapassar as condições do poder concreto, como a posse do Estado e suas instituições, e atingir diretamente a consciência ou a subjetividade. Para isso, não basta que a economia seja determinada pela política. O modo de produção que é consequência das relações sociais precisa ser transformado em prol de modelos e práticas culturais mais justas e igualitárias. A conquista do Estado pode e deve ser compreendida como o meio potente de libertação, todavia não é um fim em si mesmo. É somente alterando as estruturas e as superestruturas do modo produtivo que a classe trabalhadora seria capaz de desfazer-se da organização arquitetada pelos capitalistas. Esta perspectiva de luta é sem dúvida um processo de construção histórica de longuíssima duração e requer da classe trabalhadora o uso de todo seu potencial criativo para a resolução das crises geradas pelas contradições do sistema capitalista e a invenção de um novo sistema comunal sustentável.

A análise sobre as estratégias marxistas apontam que o capitalismo deve ser interpretado como um fenômeno que apesar do seu caráter internacional, não pode ser suplantado sem a lógica de que a ordem posta atinge as sociedades do mundo de formas particulares. Pois persistem contradições políticas e econômicas que são internas e externas. Desta maneira, também é exigida a criação de ferramentas e mecanismos de luta locais e

peculiares, que serão produzidas a partir de necessidades eminentes de cada classe trabalhadora. Como exemplo abordamos como a *luta de classes* na América Latina não está condicionada pelos mesmos fatores dos países hegemônicos, como no Estados Unidos, por exemplo. Os interesses imperialistas utilizam toda sua poderosa influência para acentuar as contradições existentes entre países colonizadores e colonizados. As estratégias constituídas no âmbito nacional não podem perder a perspectiva internacional, justamente, porque, o capital organizado vale-se de ações que vão desde a propaganda massiva até a interferência política em prol da acentuação das desigualdades entre as nações.

Um dos efeitos da *luta de classes* que ocorre na atualidade foi descrito como uma dilaceração da classe trabalhadora. Assim dizendo, existem organizações de combate ao sistema dominante que expressam uma tomada de consciência denotada por suas parcialidades, como a do gênero, da raça, da orientação sexual, etc. Se por um lado estes coletivos conformam-se através da oposição dos elementos conservadores, esta disposição também corre o risco de reforçar a lógica do capital que é perpetrada da competição de todos contra todos. Entendemos que as demandas individualistas que norteiam os grupos subalternos não podem perder a noção de libertação da totalidade da sociedade. O Estado burguês e seu aparato parlamentarista retroalimentam-se, por natureza, da partidarização, de forma que este paradigma de organização política é eficaz em cooptar frações da sociedade e fazê-las operarem segundo os mesmos princípios da dominação do capital. Aos estrategistas marxistas cabe reforçar as pautas em comum conflagradas pela guerra política e econômica, integrar as diversas expressões da *luta de classes* e atuar pela unidade dos dominados a favor de uma mudança radical e comunal contra o sistema hegemônico.

É inerente à visão marxista a percepção de que a atual ordem permanece estabelecida hierarquicamente. Como metáfora descrevemos o formato piramidal cuja verticalidade reserva ao cume diminuto, em número de pessoas, todas as benesses produzidas em detrimento da maioria. Isto significa que a possibilidade de uma sociedade mais horizontalizada passa por redistribuir os bens materiais e culturais, descentralizar o poder político e pacificar as relações. O topo dispõe de todos os recursos disponíveis para assediar qualquer uma das forças contrárias que porventura organiza-se contra os interesses dele. Tomamos como referência a ideologia. Para os capitalistas, a agência ideológica dominante é

natural, não o resultado de um processo histórico superável. Argumentam que seria inviável instalar outro sistema, porque ele é impossível, irracional, etc. Alguns socialistas, por sua vez, julgaram que o poder político das ditaduras do proletariado ou o reformismo do Estado liberal seriam capazes de alterar todo sistema, enquanto outros compreenderam que a necessidade de inovação do modelo produtivo, fosse capaz de gerar consigo um novo tipo de consciência. Portanto, a subjetividade originada em um devir histórico insurgente ao capitalismo que pavimentaria o caminho para a meta final do socialismo.

Retomando a formulação de Antonio Gramsci, em que: “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção [...]”. (GRAMSCI, 2007a, p. 244), identificamos que o pensador enxergou a estratégia da guerra de posição como criação das condições de hegemonia da classe trabalhadora nos países de capitalismo avançado. Nesta concepção, ele definiu como requisito prévio a existência de Estados mais complexos, que possuíssem sociedade civil e indústria desenvolvidas. A sociedade civil deveria ser compreendida como o entrincheiramento do poder político moderno, sendo o espaço onde deve ocorrer as defesas e os ataques, as reivindicações socialistas. Nesse sentido é na sociedade civil que ocorreria a produção e a difusão das ideologias, sendo ela composta materialmente pelos aparelhos privados de hegemonia: escolas, igreja, partidos, sindicatos, imprensa, ONGs, etc. A sociedade política integra o monopólio legal, a burocracia, os aparelhos coercivos e repressivos então dirigidos pela classe dominante. A guerra de posição seria travada através da luta política e é adotada quando há a impossibilidade de uma ruptura radical com o bloco dominante.

Gramsci apontou para a necessidade de uma reforma intelectual e moral que elevasse a cultura dos grupos sociais subalternos, ou seja, a construção de uma nova hegemonia. A reforma seria um meio de combinação dos elementos de consenso da sociedade civil e o poder de coerção da sociedade política. Isto significa a ampliação da organização dos trabalhadores, alargamento da participação política da sociedade, educação das massas para as novas concepções de mundo e a criação de novos valores e comportamentos. Podemos concluir que as ideias de Gramsci prosseguem viáveis e que a estratégia não é mecânica, mas um ato consciente de transformação revolucionária da vida como a conhecemos.

Por fim, esta dissertação também nos permitiu atestar a viabilidade do materialismo histórico-dialético, enquanto ferramenta, simultaneamente, metódica e estratégica para o exame da contemporaneidade. Por intermédio das leituras das obras de István Mészáros, Noam Chomsky e Slavoj Žižek verificamos que a tradição marxista passa por uma revisão filosófica marcada pela autocrítica. Destacamos destes pensadores seus posicionamentos sobre o aspecto expansivo do capital e suas consequências destrutivas para os países neocolonizados como o Brasil. Observamos ademais que o caminho de desenvolvimento das estratégias revolucionárias para o século XXI percorrem inevitavelmente a compreensão da exaustão dos modelos relacionados à ditadura do proletariado e sua degradação em Estado totalitário. Como se os socialistas buscassem no processo histórico concreto contestar o capitalismo à medida que aperfeiçoam as próprias experiências para atingir novos patamares teóricos e práticos.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. **Duas Revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALIAGA, L. **Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução**. Curitiba: Appris, 2017.

BASTOS, M. J. M. **Lutas de Classes e Transição Histórica – A Alta Idade Média Ocidental**. In: BASTOS, M. J. M. et al. (Org.). *O Pré-Capitalismo em Perspectiva. Estudos em Homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. Rio de Janeiro: Íthaca Edições, 2015. p. 297-320.

BIANCHI, A. **Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BLACKBURN, R. **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CHOMSKY, N. **Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? neoliberalismo e a ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

CHOMSKY, N. **Quem manda no mundo?**. São Paulo: Planeta, 2017.

CONGRESSO DA III INTERNACIONAL COMUNISTA, 3, 1921, Rússia, Resoluções do 3º Congresso da III Internacional Comunista. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/index.htm>. Acesso em Janeiro de 2022.

DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin: teoria e prática revolucionária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-680-0>

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EDIPRO, 2010b.

ENGELS, F & KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FORD, H. **Os princípios da prosperidade**. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FRESU, G. **Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual**. Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020.

GALASTRI, L. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. Daniela Mussi e Alvaro Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916 – 1935**. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**. Brasil: EbookBrasil, 2003. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2650](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2650). Acesso em 23 de janeiro de 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HADDAD, F. **O sistema soviético: relato de uma polêmica**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

JONES, G. S. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KOUTANTOS, D. **Palavras que cheiram mar 2: Etimologia de mais de 1000 Palavras Gregas Usadas em Português**. Disponível em: [https://www.eduportal.gr/wp-content/uploads/2011/02/www.eduportal.gr\\_media\\_files\\_lexeis\\_2.pdf](https://www.eduportal.gr/wp-content/uploads/2011/02/www.eduportal.gr_media_files_lexeis_2.pdf). Acesso em: 18 de jan. 2022.

LÊNIN, V. **As teses de Abril**. Disponível em: [https://www.pstu.org.br/FormacaoConteudo/Livros/13\\_Lenin\\_Teses-de-abril.pdf](https://www.pstu.org.br/FormacaoConteudo/Livros/13_Lenin_Teses-de-abril.pdf). Acesso em 23 de Janeiro de 2022.

LÊNIN, V. **Centralismo Democrático: “Liberdade para Criticar e Unidade de Ação”**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1906/05/20.htm>. Acesso em 12 Fevereiro de 2022.

LÊNIN, V. **Democracia e luta de classes: textos escolhidos**. Antônio Carlos Mazzeo, organizador. São Paulo: Boitempo, 2019a.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, V. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo a tarefa do proletariado na revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN, V. **O que fazer? Questões cadentes do nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LÊNIN, V. **Sessão do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/10/26-01.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

LÊNIN, V. **Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo) (1914)**. In: ALBERT, A. et. al. (Org.). *Marx pelos Marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2019b. p. 251-283.

LIGUORI, G. & VOZA, P. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

LÖWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade** / Jörn Schütrumpf (org.); tradução: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann: 2ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos – Volume 1 (1899-1914)**. Isabel Loureiro (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Novo Século Editora, 2015.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Carta de Karl Marx a Joseph Weydemeyer, 5 de Março de 1852**. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels050352.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011d.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MARX, K. **Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017d.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2022.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, K. & ENGELS, F. **A sagrada família, ou A crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MONTEIRO, J. G.; BRANDÃO, J. L. (coord.); DE OLIVEIRA, Francisco (coord.). **As Guerras Púnicas**. In: *História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. p. 145-219. [https://doi.org/10.14195/978-989-26-0954-6\\_6.1](https://doi.org/10.14195/978-989-26-0954-6_6.1)
- PIN, A. G. **Considerações sobre o conceito hierarquia de Dionísio, o Aeropaginta**. *Revista Labirinto*, Porto Velho (RO), Ano XIX, Vol. 30 (Jan-Jun), nº 1, 2019, pp. 39-55. <https://doi.org/10.47209/1519-6674.v30.n.1.p.39-55>
- REIS, C. **O nacional-popular em Antonio Gramsci: um projeto de nação das classes trabalhadoras**. Curitiba: Appris, 2020.
- ROIO, M. D. **Gramsci contra o ocidente**. In: AGGIO, A. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- ROIO, M. D. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- SAID, A. M. **Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. Uberlândia: EDUFU, 2009. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-223-6>
- SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- SCHLESENER, A. H. **Revolução e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

TEIXEIRA, R. A. **Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial**. *Estudos Econômicos [online]*. 2006, vol.36, nº 3, pp.539-591.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-41612006000300005>

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. 3v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TROTSKY, L. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1985.

VACCA, G. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

Weide, Darlan Faccin. **Educação e política em escritos de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci**. 2018. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

ŽIŽEK, S. **A atualidade do manifesto comunista**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

ŽIŽEK, S. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, S. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.